

BIBLIOTECA  PARAIBANA

José Octávio

HISTÓRIA
DA PARAÍBA

Lutas e
Resistência

Conselho Estadual de Cultura
SEC

A UNLÃO
EDITORA

BIBLIOTECA PARAIBANA

VI

Governo do Estado
CÍCERO DE LUCENA FILHO
Secretário de Educação e Cultura
SEBASTIÃO GUIMARÃES VIEIRA

Conselho Estadual de Cultura

SEBASTIÃO GUIMARÃES VIEIRA - Presidente
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR - Vice

Adylla Rocha Rabelo
Amaury de Araújo Vasconcelos
Carlos Alberto Farias Galvão
Carlos Antônio Aranha de Macedo
Cristovão Carneiro Vieira
Elizabeth Figueiredo A. Marinheiro
Fernando Antônio Teixeira
Itapuan Botto Targino
José Antônio de Alcântara
José Elias Barbosa Borges
José Octávio de A. Melo
Luiz Gonzaga Rodrigues
Rômulo Ferreira de Azevedo
Wellington Hermes V. de Aguiar

1994

JOSÉ OCTÁVIO

Professor de História da Paraíba da UFPB, integrante do Conselho Estadual de Cultura, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica.

HISTÓRIA DA PARAÍBA: LUTAS E RESISTÊNCIA

Prefácio de
Armando Souto Maior

1. Paraíba - História
2. Escritores Paraibanos

CP
981.33
M527W

Conselho Estadual de Cultura
SEC

A UNIÃO
EDITORA

ALGUMAS OBRAS DO AUTOR:

1) Livros:

EPITÁCIO PESSOA, como volume de número sete da coleção *Perfis Parlamentares da Câmara de Deputados*. Brasília: Centro de Documentação e Informação da C. D., 1978.

A REVOLUÇÃO ESTATIZADA - Um Estudo sobre a Formação do Centralismo em 30 (1982, 1992), 2ª ed. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1992.

JOSÉ AMÉRICO E A CULTURA REGIONAL (introdução, contribuição e organização). João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1983.

A PARAÍBA DAS ORIGENS À URBANIZAÇÃO (introdução, contribuição e organização). João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1983.

O BRASIL DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL AO ESTADO NOVO. João Pessoa: Edição UFPB, 1988.

Com Gonzaga Rodrigues et alii - PARAÍBA - CONQUISTA, PATRIMÔNIO E POVO (Por uma seleção de autores). 2ª ed. João Pessoa: Edições Grafset, s.d.

Co a Drª Leda Boechat Rodrigues - JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES: UM HISTORIADOR NA TRINCHEIRA. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1994.

2) Organização e/ou participação em obras coletivas:

"A Paraíba e a Década de Vinte" in JOÃO PESSOA, A PARAÍBA E A REVOLUÇÃO DE 30 - Exposições e Debates do II SPCB, de Abgvar Bastos et alii, com organização de J.O. João Pessoa: SEC/DGC, 1979.

"Dissidência, protesto e familismo nas eleições da Paraíba, em 1978" - Estudos Regionais, de Luiz Navarro de Brito et alii. Brasília: Fundação Milton Campos, 1979.

Revolução de 30 - Discussão Final como 2ª ed. de ANAIS DA SEMANA COMEMORATIVA DA REVOLUÇÃO DE 30, DE Marcondes Gadelha (coord.) et alii. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984.

"Setembrizada e Novembrada - Fontes e Irradiação Nordestina" in MOVIMENTOS POPULARES NO NORDESTE NO PERÍODO REGENCIAL, de Manuel Correia de Andrade (org.) et alii. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

"Racismo e Miscigenação na Sociologia da Paraíba do Início do Século" in ATUALIDADE & ABOLIÇÃO, de Manuel Correia de Andrade e Eliane Moury Fernandes (org.) et alii. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1991.

"Os italianos na transição da Paraíba - Uma experiência urbana" in A PRESENÇA ITALIANA NO BRASIL (vol. II) de Luiz A. de Boni (org.) et alii. Porto Alegre/Turim: Escola Superior de Teologia/Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

Com Pontes da Silva e Walter Santos (introdução, contribuição e organização) - PODER E POLÍTICA NA PARAÍBA - Uma Análise das Lideranças 1960/1990. João Pessoa: API/A União, 1993.

3) Tese de doutoramento:

HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA DAS ELEIÇÕES NA PARAÍBA - Estado e Sociedade em 1982, defendida perante a USP, em novembro de 1992, sob orientação do dr. José Sebastião Witer, e perante banca examinadora constituída do próprio Witer e historiadores Carlos Guilherme Mota, Edgard Carone, Léa Brígida e José Énio Casalecchi.



UFPB

4218/94

JPBC_CP

APRESENTAÇÃO

A Biblioteca Paraibana é uma iniciativa do Conselho Estadual de Cultura acolhida pela Secretaria de Educação e Cultura no Governo Ronaldo Cunha Lima. Seu lançamento é explicado por três objetivos maiores:

- 1 - restituir à pesquisa e à leitura contemporâneas as obras fundamentais da Literatura, da História, da Geografia e de outras atividades vinculadas às artes e às ciências paraibanas, cujos títulos se achem esgotados ou fora do mercado;
- 2 - resgatar obras que alcançaram o reconhecimento do público e da crítica de seu tempo e que não animam o interesse comercial da iniciativa editorial privada;
- 3 - editar os títulos novos que, aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura, contribuam de forma inquestionável para o enriquecimento da coleção.

A seleção inicial dos títulos a publicar atinge algumas dezenas, mas só este ano, lançando mão de recursos especiais, pôde a SEC estabelecer convênio com a Editora A UNIÃO visando à edição dos dez primeiros volumes. Importante é que se dê começo a um empreendimento que faz parte da história cultural da Paraíba, tentado, há quarenta anos, sob o nome de "Coleção Arquivos Paraibanos" na A UNIÃO de Juarez Batis-ta, no Governo José Américo.

Reatamos um esforço que teve muito tempo para não esmorecer. Esperamos que não sofra delongas para continuar. Afinal, a vontade cultural da Paraíba é que deve ditar as ordens.

Sebastião Guimarães Vieira
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UFPB/Biblioteca Central

Belo

22/11/94

4218

SE 21
SE 074

CAPA
Milton Nóbrega

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Gonzaga Rodrigues

Sumário

Este Livro.....	9
Prefácio.....	13
I Capítulo - NAS ORIGENS DA PARAÍBA.....	19
Bibliografia Básica.....	34
Bibliografia Complementar.....	39
II Capítulo - CONSOLIDAÇÃO E DEFESA DA TERRA - AS INVASÕES HOLANDESAS.....	41
Bibliografia Básica.....	57
Bibliografia Complementar.....	60
III Capítulo - INTEGRAÇÃO TERRITORIAL, MONO- PÓLIO E CRISE DO SÉCULO XVII AO XVIII.....	63
Bibliografia Básica.....	85
Bibliografia Complementar.....	89
IV Capítulo - UM TEMPO DE MUITAS LUTAS.....	91
Bibliografia Básica.....	130
Bibliografia Complementar.....	133
V Capítulo - DA REPÚBLICA DOS CORONÉIS À RE- VOLUÇÃO DE 30 OU ASCENSÃO E DECLÍNIO DAS OLIGARQUIAS.....	135
Bibliografia Básica.....	177
Bibliografia Complementar.....	181
VI Capítulo - ESTADO, CRISE SOCIAL, PARTIDOS E INVOLUÇÃO ECONÔMICA NA PARAÍBA DE 1930 A 1990.....	183
Bibliografia Básica.....	244
Bibliografia Complementar.....	248
VII Capítulo - PARAÍBA: SÍNTESE HISTÓRICA E EVOLUÇÃO CULTURAL.....	251
Bibliografia Básica.....	265
Bibliografia Complementar.....	268

ESTE LIVRO...

A estória deste livro principia por solicitação do cronista Gonzaga Rodrigues que, no começo de 1993, desejava espécie de *copião* da História da Paraíba, capaz de habilitá-lo ao preparo de Cartilha do Estado. Ao lançar-me ao trabalho, logo percebi que me encontrava preparando História da Paraíba, opinião compartilhada por minha mulher, Amável, e companheiros do Grupo José Honório aos quais recorri.

Isso ocorreu porque, evidentemente, já trazia esse projeto, em estado potencial, dentro de mim. Com efeito, desde ingresso, *por concurso*, no Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, em julho de 1976, o preparo de livro assim passou a fazer parte de minhas cogitações. Para tanto, contribuiu não apenas incisiva recomendação de José Honório Rodrigues - "aproveite e escreva a História da Paraíba!" - como a *funcionalidade* de alguns compêndios que, desde os tempos de Liceu, me suggestionaram.

Bem repartidos entre a informação e a didática, como construções capazes de servir a doutos e iniciantes, tais compêndios - as *Geografia Geral e do Brasil*, de Aroldo Azevedo e Moisés Gikovate, a *História do Brasil* de Alfredo d'Escragolle Taunay e Dicamor Moraes, e, sobretudo, a *História Geral* para o Curso Colegial, de Armando Souto Maior - indicavam-me o rumo a seguir. Este também viu-se balizado pelo caráter bibliográfico de

Nelson Werneck Sodré em *O que se Deve Ler para Conhecer o Brasil*. De Capistrano de Abreu adviriam as fusão de Geografia e História - bastante cara ao setor mais representativo da Historiografia Paraibana, de Irenêo Joffily e Lyra Tavares a Emília de Rodat - e noção de História Cruenta, assinalada, no caso da Paraíba, por "Lutas e Resistência".

Quando, em maio/junho de 1993, me dei conta de que estava a escrever História da Paraíba, intuí que me habilitara à empreitada por uma série de razões. Uma delas, as notas, artigos, resenhas, livros e monografias a que me dedicara, desde a segunda metade dos anos sessenta. Uma segunda, o exercício, entre 1971 e 77, de Coordenação do Projeto Minerva, que me assegurou *integral* conhecimento da Paraíba. Outras, a direção dos Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira, que me alargaram os horizontes metodológicos, e a presidência da Comissão Executiva do IV Centenário da Paraíba, entre 1984 e 86. Nunca se produziu tanto sobre a Paraíba quanto por essa época.

Desde dona Tércia Benevides, no curso primário, sempre contei com excelentes professores de História. Tal o caso de Anibal Moura, nos cursos ginásial e clássico, Maria Thetis Nunes e Deusdá Magalhães Mota, nos cursos da CADES, entre 1959 e 61, José Pedro Nicodemos, na Faculdade de Filosofia, Cláudio Santa Cruz, Afonso Pereira e Hélio Soares, na Faculdade de Direito, Nelson Saldanha, Nilo Pereira, Vamireh Chacon e José Antonio Gonsalves de Mello, neto, na Especialização em História da UFPE, Marc Hoffnagel e Armando Souto Maior, no Mestrado que se seguiu, e Maria Beatriz Nizza, Eddie Stols e Bóris Kossoy, no Doutorado da USP. Neste, tive como orientador o experimentado José Sebastião Witter, que tanto me poliou o estilo.

A essas influências adicionei a feitura de Curso de Direito, fundamental para visão de conjunto da sociedade, e a convivência de *scholars* como José Honório Rodrigues - seguramente o maior de todos! - Roberto Lyra, Carlos Guilherme Mota, Hélio Jaguaribe, Odilon Nogueira de Matos, Edgard Carone e Francisco Iglésias.

Deste último recebi o conselho de não enveredar por História paroquial, visto como a Paraíba deveria diluir-se no regional, no nacional, no universal. Em *História da Paraíba - Lutas e Resistência (1574/1990)*, procurei trilhar esse caminho.

O livro que se segue vai assim dedicado a todos esses colegas (maiores) e também a três paraibanos que sempre acreditaram em mim. Dois deles, a falecida professora souseense Miriam Melo - que tanto me ajudou em *A Revolução Estatizada - Um Estudo sobre a Formação do Centralismo em 30 (1984, 92)* - e o inesquecível poeta Eulajose Dias de Araújo - historiador do bairro do Varadouro, em João Pessoa. A ambos cumpre acrescentar Wilson Seixas, sertanista de escol e o maior pesquisador de História da Paraíba, em nossos dias.

Como agradecer a minha mulher, Amável Maria, já se tornou lugar comum em minhas publicações, resalte-se a colaboração de duas jovens (ex)alunas - Eliane Campelo (Filha) e Carla Mary S. Oliveira. Se a primeira limitou-se à questão das siglas, em primeira (re)leitura rápida e indispensável, Carla Mary - uma das melhores aquisições do Grupo José Honório Rodrigues, nos últimos tempos, - veio até o fim, incansável. (Re)datilografia, revisão do original e das provas, discussão da bibliografia - tudo foi com ela. A seu lado, a inigualável bibliotecária Marília Guedes Pereira velou (como sempre) pela eficácia do segmento biobibliográfico do livro.

Ser editado na nascente Coleção Paraibana da Secretaria de Educação e Conselho Estadual de Cultura representa honra *quase* tão grande quanto a de se ver favoravelmente apreciado pelo Secretário Sebastião Guimarães Vieira e demais conselheiros do Conselho Estadual de Cultura.

Escrever um livro - mesmo de História - é, de certa forma, libertar fantasmas. No caso desta História da Paraíba eles estão bem vivos, bastando ao interessado compulsá-la, para reconhecê-los. Tal se verifica porque sempre entendi a História como compromisso e arrebatamento. Nesse particular, penso e ajo como o grande cronista português Diogo do Couto que escrevia *O Soldado Práti-*

co. “com aquela liberdade e desengano de soldado veterano que nem receia mal pelo que disser nem espera bens pelo que lisonjear”.

João Pessoa, maio (mês das flores) de 1994

José Octávio de Arruda Mello

PREFÁCIO

O livro que o leitor tem em mãos é o fruto de uma constante preocupação de José Octávio de Arruda Mello com a evolução histórica da Paraíba. Dela resultou, como se poderá ver ao longo dos capítulos que o compõem, não apenas uma descrição cronologicamente ordenada do factual mas, sobretudo, uma “explicação” da história paraibana. Poder-se-á, aqui e ali, discordar das interpretações que permeiam o necessariamente descritivo mas, de qualquer modo, é obrigatório que se reconheça ser esta História da Paraíba uma aguda reflexão.

A História do Brasil como um todo demonstra que nossa economia nunca ficou a salvo dos abusos e paixões dos donos do poder. O mercantilismo e o pré-capitalismo, polos da aventura da conquista e da rotina da colonização, moldaram a realidade estatal brasileira, mas nossa extensão territorial e certas especificidades regionais exigem tratamentos e análises que fogem, para que se tenha rigor científico, de grandes e óbvias generalidades. As tentativas de autoproteção da economia nordestina dos avanços predatórios da política portuguesa substituída, posteriormente, pela própria elite nacional, foram fracas e sempre esbarraram em poderosos obstáculos. Isso fica bem claro no texto de José Octávio.

Os índios são os primeiros atores que aparecem no

grande drama histórico paraibano. Sabe-se pouco da História indígena e as cifras de sua população são extremamente inseguras. Os que habitavam o atual território da Paraíba eram sempre manuseados pelos interesses dos brancos que, arditamente, aproveitavam-se de suas diferenças étnicas e rixas ancestrais. A fuga para novas regiões, das quais muitas vezes desconheciam os recursos naturais, e suas relações com os colonizadores, sempre alternadas de conflitos e simbioses, não conseguem esconder uma verdade assinalada por José Octávio: os verdadeiros naturais da Paraíba foram os potiguares e não os tabajaras, como se tem divulgado com maior ou menor irresponsabilidade.

A História da Paraíba não é estanque - preocupação metodológica em todo este trabalho - e integra-se nos problemas do Nordeste colonial. É um velho índio tupinambá, citado por Abbeville, que nos dá, por volta de 1610, o testemunho mais insuspeito da mentalidade escravista do homem branco: "Vi a chegada dos peró (portugueses) em Pernambuco e Potiú; e começaram eles como vós mair (franceses) fazeis agora. De início, os peró não faziam senão traficar sem pretenderem fixar residência. Mais tarde disseram que nos devíamos acostumar a eles e que precisavam construir fortalezas, para se defenderem, e cidades, para morarem conosco. Mais tarde afirmaram que nem eles nem os padres podiam viver sem escravos para os servirem e para eles trabalharem. Mas, não satisfeitos com os escravos capturados na guerra, quiseram também os filhos dos nossos e acabaram escravizando toda a nação".

A estrutura colonial é o primeiro ato onde José Octávio insere os principais "dramatis personae". A partir daí assiste-se o cuidado do Autor em estabelecer uma coalescência histórica entre a Paraíba e Pernambuco. As vertentes históricas das capitanias de Pernambuco Itamaracá e Paraíba são faces de uma realidade maior que o Autor vê com clareza e alto sentido crítico, contrapontando sua visão global com dois aspectos particulares da evolução histórica da Paraíba: suas lutas e resistências. A

dominação dos holandeses é analisada no livro como um grande entreato histórico. Não pretendeu o autor esgotar a História da Paraíba - ainda há muito o que se dizer e escrever - e daí honestamente ter preferido levar os seus leitores pela mão a uma bibliografia complementar, comentada livro por livro com judiciosa prudência. Nas entrelinhas da obra está uma sugestão oportuna, qual seja a de que, em futuro próximo, escreva-se com a participação de vários autores e especialistas uma grande História Geral da Paraíba. Não faltam historiadores dispostos a participar dessa grande tarefa, realizada, até agora embrionariamente e de forma assimétrica pelo respeitado Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e em monografias, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado de docentes da UFPB e da UFPE. Nessa obra poderão ser enfocados os diversos ângulos e aspectos do passado paraibano, desde a arte rupestre até sua posição no Brasil contemporâneo.

Não disfarça José Octávio ser um apaixonado pela História das mentalidades. Daí sua compulsão em usar fortes adjetivos como se desejasse balisar com eles situações culturais e idéias. Se algumas generalizações poderão parecer audaciosas, a fidelidade às fontes primárias e uma segura bibliografia dão, entretanto, ao conjunto a "episteme" que era de se esperar em um intelectual de seu porte.

A História da Paraíba de José Octávio de Arruda Mello não é obra para ser lida apenas por especialistas. Propositadamente há no livro preocupações didáticas que o tornam capaz de servir de fonte básica para estudantes de nível superior da área das Ciências Humanas.

Alto nível de interesse ganham neste livro as páginas dedicadas ao exame dos problemas deflagrados pela passagem do capitalismo monopolista para o capitalismo competitivo. A compreensão dos impasses históricos com que se deparou a Paraíba tem, no discípulo do historiador José Honório Rodrigues, momentos de lúcida análise quando trata, por exemplo, da abolição, que

considera ali ter entrado "pela porta da crise". A abolição da escravidão na Paraíba se, por um lado, insere-se na mesma etiologia do processo que a caracteriza em todo o Nordeste, por outro, apresenta singularidades como a força da filantropia e do humanitarismo, por exemplo, na cidade de Areia. Embora a atividade agrícola daquela região estivesse atacada pela gomose que lhe devorava os canaviais - e isso, naturalmente, acirrasse interesses escravistas - Areia, dependente como quase todas as outras regiões paraibanas de modelo agrícola apoiado no braço escravo, teve proporcionalmente um número de abolicionistas maior do que qualquer outra cidade do Nordeste. Explica-se, assim, que sua Câmara Municipal criasse um imposto sobre a escravidão como forma de apressar a libertação dos negros e que o rico dono da Fazenda Olho d'Água, José Alves de Lima, muito antes de 13 de maio de 1888, houvesse libertado todos os seus escravos e para eles deixasse, por testamento, metade de sua grande fortuna. Registra José Octávio a formação de uma "frente única" abolicionista em Areia. Esta singularidade areiense é devida, em grande parte, à atuação do filósofo, político e latinista Manoel da Silva que no jornal *O Areiense* e em outro, que criou especialmente para isso, fez a opinião pública voltar-se contra a escravidão. Manoel da Silva tem a dimensão de um Joaquim Nabuco ou de um José Mariano e sua figura exige urgentemente uma completa biografia.

As circunstâncias políticas e sociais da Paraíba no período republicano são enfocadas por José Octávio de Arruda Mello como a coexistência de revoluções antagônicas. Uma, que vem do passado, lenta e cheia de contradições, e outra, vinculada à dependência da política paraibana a mecanismos federais, embora uma análise superficial pudesse sugerir aspectos apenas regionais. É assim que explica, contrapontando a teoria com fatos e acontecimentos, a Paraíba da chamada "República de Princesa" e a presença de grandes concentrações da massa urbana nas ruas impondo desnorteadas reivindicações. Enquanto

estudantes e normalistas invadem repartições públicas, muda-se o nome da capital para João Pessoa e o presidente da República Washington Luiz é colocado fora da lei. A República das oligarquias e dos "coronéis" foi sepultada sem flores e umas poucas carpideiras. Na Paraíba tinha sido difícil deslocá-la politicamente "dentro da ordem", pois uma nova força sócio-econômica erigia-se em entidade regulativa interna da burguesia local. O leitor é aliciado para esta tese com muito engenho e arte.

A via analítica e interpretativa do período que vai de 1930 a 1990, na pena de José Octávio, é caleidoscópica, com indisfarçada intenção: o autor quer prender a atenção do leitor, renunciando a minúcias e detalhes, dando-lhe desenhos multifacetados, com cores fortes, sobre o cangaço, desenvolvimento cultural, problemas econômicos, vida e morte dos Partidos, interferências federais e reações locais, sem preocupação cronológica.

Sintetizando os anos mais recentes, preocupa-se José Octávio mais com a aceleração dos processos e o reajuste de posições do que com a chamada História eventual. Audaciosamente, seu último capítulo é uma síntese histórica, na qual o esquema conceitual parece demonstrar preocupação quase dolorosa da contemporaneidade do não contemporâneo.

A História é sempre helenicamente trágica. Prometeica. José Octávio tem perfeita consciência disso porque sua formação de historiador é eminentemente crítica. Dirão alguns que é nordestinamente estóico. Provavelmente sim. A todos os seus leitores, o que caberá, sem nenhuma dúvida, após a leitura desta História da Paraíba, é concordar com o filósofo Boécio, quando recomenda que ler é um dos melhores remédios para os males da existência.

Recife, março de 1994

Armando Souto Maior

I CAPÍTULO – NAS ORIGENS DA PARAÍBA

Sumário: 1.1. Pernambuco, Itamaracá, Paraíba. 1.2. Fracassos e êxito na conquista 1.3. Os tabajaras contra os potiguaras 1.4. Geografia e sentido de uma cidade 1.5. Economia e organização político-administrativa 1.6. Propriedade, escravidão, organização familiar e Igreja 1.7. A submissão dos potiguaras.

A Paraíba nasceu sob o signo de luta que se transformou em resistência e vida. Resistência - esse o lema que perdurou ao longo de sua História.

1.1. Pernambuco, Itamaracá, Paraíba - Inicialmente, a Paraíba possuía toda área correspondente a seu atual litoral, incorporada à capitania de Itamaracá, onde estacionara a expansão portuguesa rumo ao norte do Brasil.

A vinculação paraibana a Itamaracá data de 1534, quando da instituição, por Portugal, do sistema de Capitanias Hereditárias, destinado a assegurar a posse e colonização do território brasileiro, apenas descoberto em 1500.

Ao norte, a principal capitania veio a ser Pernambuco, onde os canaviais e a administração de Duarte Coelho Pereira garantiram progresso, simbolizado na importância de Olinda, possuidora de engenhos, igrejas e alguma feição urbana, já por volta de 1550. Em Itamaracá, situada entre Pernambuco e a futura Paraíba, a atividade açucareira ensejou o desenvolvimento da vila de Igarassu, dotada de convento e Igreja.

Esses tempos fizeram-se difíceis para a colonização intencional pela Coroa portuguesa. Isso porque, além dos espaços a ocupar, defrontou-se com a resistência dos índios - sempre corajo-

sos na defesa de suas terras e formas de vida - e a incômoda presença de franceses.

Estes, que não aceitavam a divisão do novo mundo entre Portugal e Espanha, estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, incursionavam pelo litoral paraibano, desde o início do século XVI. Atraia-os o pau-brasil - madeira nobre, da qual se extraía tinta, utilizada como corante para tecidos - e o que o meio oferecia em produtos naturais. Como esses eram obtidos na base da pirataria, sem a ocupação da terra, os chamados *mairs* compunham-se com os habitantes da terra, seus aliados. *(dos índios)*

Bastante ligada a Pernambuco e Itamaracá, a História da Paraíba princípios no vale do Rio Tracunhaém, que pertencia a Itamaracá, e hoje se localiza a pequena distância da cidade pernambucana de Goiana. Deu-se que, por ali, em 1574, transitaram dois guerreiros potiguaras, provenientes de Olinda, onde, por determinação do Governador Geral Antonio Salema, recapturaram jovem indígena de quinze anos, filha do cacique Iniguaçu, e que fôra arrebatada por mameluco das aldeias da serra de Copaoba.

A beleza da índia, todavia, tanto fascinou o proprietário Diogo Dias que este decidiu ficar com a moça. O rapto irritou os indígenas que, insuflados pelos franceses, cairam sobre o engenho de Dias, no Tracunhaém, massacrando seus habitantes, à única exceção de um irmão de Diogo. Simultaneamente, os demais centros de povoamento de Itamaracá foram atacados, com os ocupantes refugiando-se na ilha.

O pânico tomou conta das autoridades portuguesas de Olinda, receosas de que a sublevação indígena se transmitisse a Pernambuco. Data daí a criação, nesse mesmo ano de 1574, da Capitania da Paraíba, destinada à contenção dos silvícolas em seu próprio território. O fato de a Paraíba haver sido criada como Capitania Real demonstra, de um lado, a repercussão dos acontecimentos de Tracunhaém, e, de outro, a importância concedida pela Coroa portuguesa a sua ocupação.

Esse o lado episódico da questão. Em termos mais amplos,

o que os portugueses tencionavam era avançar rumo ao norte, superando o obstáculo representado pela Paraíba, e, ao mesmo tempo, expandir a fronteira dinâmica do açúcar. Tanto isso é verdade que, após a conquista da Paraíba em 1585, seguiu-se a ocupação do Rio Grande do Norte (1598) e Ceará (1612). Outrossim, a conquista da Paraíba assinalou-se, economicamente, pela implantação da atividade canvieira e instalação consequente de engenho de açúcar.

1.2. - *Fracassos e êxitos na conquista* - Entre a criação de direito da Capitania da Paraíba (1574) e sua ocupação de fato (1585), passaram-se onze anos, plenos de lutas. Nessas, se a audácia ficava com os europeus, senhores de técnicas e organização político-social mais avançadas, a resistência pertenceria aos aborígenes, no caso os potiguaras. Foram esses que, nas guerras de conquista, lutaram por suas propriedades comunais, roças, haveres e famílias.

Essa defesa da terra, os índios realizaram com bravura. Assim, foram necessárias inúmeras expedições para que a Paraíba fosse conquistada e tivesse início a colonização propriamente dita.

A primeira expedição, de iniciativa do Ouvidor Geral e Provedor-mór da Fazenda, Fernão Silva, em 1575, foi tão valentemente rechaçada pela indiada que seus integrantes fugiram pela costa, em direção a Itamaracá, de onde arribaram à Bahia, sede do Governo Geral.

Em face da ameaça francesa ao monopólio do pau-brasil, então principal fonte de renda da Coroa portuguesa, verificou-se em 1579 a segunda expedição, também malograda. Nela, nem a combatividade de João Tavares - que reaparecerá na vitoriosa expedição de 1585 - bastou para quebrar a resistência nativa. De modo que, após a construção de fortim de madeira, numa das ilhas do estuário do rio Paraíba, os invasores, provenientes de Pernambuco, também retiraram-se para Olinda, derrotados.

As tentativas de 1580 a 1582 registraram a participação de

Frutuoso Barbosa, abastado comerciante português de pau-brasil que obtivera o título de capitão-mor da Paraíba, e foral, para usufruto da terra. Com seus barcos dispersados pelas tempestades, em 1580, Barbosa voltou à carga dois anos depois, quando chegou a erigir fortificação na ilha da Restinga, próximo à embocadura do Paraíba. Os índios, porém, não se renderam, e essa expedição também resultou derrotada. No campo da luta, Barbosa deixou morto um filho.

Em 1584, as lutas pela Paraíba registraram a participação dos espanhóis a que, indiretamente, passara a pertencer o Brasil, em razão da União das Coroas de Portugal e Espanha, subordinadas a um mesmo soberano - Felipe II de Espanha. Esse acontecimento, ocorrido em 1580, na Europa, explica a atuação, nas peripécias paraibanas de 1584, de dois espanhóis, o almirante Diogo Flores Valdez e o alcaide Francisco Castejón.

Ao primeiro coube chefiar Armada que veio combater os franceses no mar e fechar a embocadura do Rio Paraíba, batizado de São Domingos, pelos mair. Castejón encarregou-se do comando de baluarte, erguido nas proximidades do estuário do Rio da Guia, afluente do Paraíba. O fortim, batizado de São Felipe e São Tiago, ensejou a denominação de Forte Velho para a localidade, hoje convertida em centro de turismo.

Não foi desta feita, todavia, que a resistência indígena resultaria dominada. Edificada em local inadequado, a fortaleza viu-se cercada pelos potiguaras que, em campo aberto, destroçaram bandeira que se aventurou pelo interior. Quando as desavenças entre o capitão-mor Frutuoso Barbosa, português, e o alcaide Castejón, espanhol, se acentuaram, a situação dos conquistadores tornou-se insustentável. Castejón incendiou o forte e jogou a artilharia ao mar, retirando-se para Olinda, onde foi preso pelo ouvidor Martim Leitão.

Em 1585, coube a este último organizar expedição para conquista, somente então consumada. Devido à importância estratégica, a Paraíba fora convertida em capitania real, isto é,

diretamente subordinada à Coroa, o que propiciou o emprego de recursos oficiais no empreendimento.

A expedição, militarmente chefeada por João Tavares, partiu de Olinda, com aproximadamente mil homens, a cavalo e a pé. Entre os primeiros, encontravam-se militares, proprietários e sacerdotes, com índios domesticados e escravos negros compondo a massa restante. Ainda assim, essa formação, de que também fazia parte o insistente Frutuoso Barbosa, só conseguiu êxito devido à divisão do campo indígena.

1.3. - Os tabajaras contra os potiguaras. - A divisão dos primitivos ocupantes da terra positivou-se com a chegada, à Paraíba, entre fins de 1584 e princípios de 1585, dos índios tabajaras, chefiados pelo cacique Piragibe, o Braço de Peixe. Primitivamente localizados às margens do Rio São Francisco, na Bahia, onde auxiliaram os portugueses, em algumas campanhas, os tabajaras foram vítimas de cilada dos reinóis, em seguida ao que, fugindo, alcançaram as nascentes do Rio Paraíba, no atual município de Monteiro, através dos afluentes do São Francisco.

Subindo o Paraíba, esses indígenas chegaram ao litoral, engajando-se em luta contra os colonizadores, em Itamaracá. Seu desempenho, todavia, nunca agradou os verdadeiros naturais da Paraíba - os potiguaras! - que os consideravam panemas, ou seja, fracos. A Paraíba ganhou indevidamente a denominação de "Terra dos Tabajaras".

A João Tavares coube transformar a fraqueza dos tabajaras em força para os portugueses. Isso foi conseguido a 5 de agosto de 1585 - data que ficou como a de fundação da Paraíba - mediante tratado de paz, por meio do qual os tabajaras, aceitando o domínio português, concordaram no estabelecimento desses e passaram a lutar contra seus irmãos potiguaras.

Rigorosamente, não se tratava de ato de paz, mas entreato de guerra. Do ponto de vista indígena, uma traição. Em verdade, os portugueses aproveitaram-se das diferenças étnicas entre as

tribos indígenas para jogar umas contra as outras, e prevalecer. Assim, aliás, atuará sempre o colonialismo, no Brasil, América, Ásia, África e Oceania. Sem a cisão do campo dos naturais da terra, os representantes do Império não teriam dominado parte alguma do mundo.

Celebrado o acordo com os Tabajaras - em local aproximado ao atual bairro da Ilha do Bispo cuja denominação variou de Passeio Geral para Povoação Índio Piragibe - os portugueses puderam fundar a cidade sede da capitania. Isso ocorreu a quatro de novembro de 1585, quando da presença de Martim Leitão, à frente de contingente de soldados, famílias, escravos negros, índios aculturados e padres da Companhia de Jesus.

1.4. - *Geografia e sentido de uma cidade* - Por escolha de Leitão, João Tavares e Frutuoso Barbosa, que percorreram a cavalo a planície situada entre o Rio Paraíba e Oceano Atlântico, a nova cidade foi edificada a partir de quatro de novembro de 1585, na parte mais alta da colina, a reduzida distância do rio. Intitulada Nossa Senhora das Neves, denominação logo alterada para Felipéia de Nossa Senhora das Neves, o aglomerado extrairia da Geografia o *sentido* de sua criação.

Se a localização, na parte mais elevada, visava a assegurar-lhe defesa, a proximidade do rio possibilitaria, através desse, exportação dos produtos elaborados ou encontrados - açúcar, peles, couro, âmbar, madeiras e algodão. Incluída no conjunto de trocas da economia mundial, a capitania integraria o sistema econômico mercantilista. Sua capital, por tratar-se de sede de Capitania Real, já nasceu cidade, desconhecendo o estágio de vila.

Era evidentemente muito pequena a (Felipéia de) Nossa Senhora das Neves dos primeiros tempos. No outeiro, edificou-se a capela de Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade, de onde saíam duas ruas. A primeira, descendo a encosta, assegurava ligação com os armazéns do Porto da Casaria, para embarque de mercadorias às margens do Sanhauá, um braço do Paraíba. Trata-

se da atual ladeira de São Francisco. A segunda, atual General Osório, ganhou a denominação de Rua Nova, onde se instalaram Casa da Câmara, açougue e cadeia.

A abundância de água, pedra e cal favoreceu as primeiras edificações, quase todas religiosas. A leste da capela de Nossa Senhora das Neves, os franciscanos lançaram-se à construção da igreja barroca de São Francisco, anexa ao convento de Santo Antônio, somente concluída em 1799, e ainda hoje o mais importante monumento da capitania. Na Rua Nova, beneditinos levantaram o mosteiro de São Bento, para muitos uma abadia.

Os carmelitas construíram a Igreja/Convento de Nossa Senhora do Carmo, na atual Praça Dom Adauto, e os jesuítas, que logo entraram em choque com os franciscanos, instalaram Colégio, igreja e residência na extremidade sul da cidade, local da atual Praça João Pessoa. Quando os viajantes estrangeiros aportaram à Paraíba no século XIX esses edifícios ainda se apresentavam como os mais importantes e suas torres como referencial artístico e geográfico.

NC 1.5. - *Economia e organização político-administrativa* - Sediando a capitania, a cidade exerceria função econômica e militar. A primeira tomou como base o engenho real do Tibiri, instalado em 1585, por Martim Leitão, em colina localizada à esquerda da atual estrada João Pessoa - Santa Rita. Já a função militar fez-se representar por pontos fortificados destinados à garantia da ocupação.

A principal fortificação teve construção iniciada em 1586, no lugar denominado Cabedelo - palavra equivalente a ponta de terra - onde o Rio Paraíba se encontra com o mar. Tornava-se essencial fortalecer esse sítio porque quem o controlasse teria acesso à cidade, dezoito quilômetros rio abaixo.

* Datou daí a instalação da Fortaleza de Santa Catarina, de Cabedelo, ou ainda do Matos, em homenagem a seu primeiro comandante, Francisco Cardoso do Matos, patrono da praia Ponta do Matos. Essa fortificação, de largo significado na História da *

Paraíba, articulava-se com baluartes que incluíam baterias no Cabo Branco e Camboinha, dois pequenos fortins, como o de Santo Antônio, no interior do Rio Paraíba, e o do Varadouro, à jusante do porto, na atual ladeira São Francisco, e ainda uma tranqueira no Tibiri. A munição era assegurada pela Casa da Pólvora, a terceira e mais importante das quais tomou o lugar do Forte do Varadouro, em 1710.

Além dessas finalidades econômicas e militares, a nascente Capitania da Paraíba cumpria funções político-administrativas e sociais. Isto por lhe caber articular sociedade em formação.

^{I^o} A função político-administrativa tinha em vista garantir a subordinação da Paraíba, como parte da colônia brasileira, a Portugal, que era a Metrópole, com sede novamente em Lisboa, desde a chamada restauração, em 1640. Nela, a figura central era a do capitão-mor com atribuições assemelhadas aos atuais governadores. Na sequência do processo, surgiram capitães-mores nas vilas e comarcas do sertão, esbanjando autoridade e truculência. *No início, porém, só existia um capitão-mor logo denominado de governador e encarregado da defesa da terra, fortalezas, preservação das matas, conservação dos engenhos e provimento da burocracia administrativa.*

Esta compreendia procuradores da Fazenda, escrivães, almoxarifes, contadores de Comarca e Oficial de Contas, na área fiscal, e Juizes, Juizes de Fora e Ouvidor-Corregedor, no plano Judiciário. A feição da administração colonial, contudo, não era pública, como hoje, mas privada. Os impostos, por exemplo, eram leiloados, para arrematação dos contratantes.

A administração colonial girava em torno do(s) Senado(s) da Câmara cujas responsabilidades ultrapassavam, de muito, as atuais Câmaras de Vereadores dos municípios. Integradas pelos chamados "homens bons e cidadãos de posses", essas Câmaras também exerciam atribuições administrativas ao estabelecerem e executarem posturas para o trânsito de carroças e animais, feiras, mercados, conservação de vias públicas, pontes e pinguelas, chafa-

rizes. Dispondo de procurador e tesoureiro, Juizes Singular e Ordinário, e escrivão de órfãos, todos eleitos, essas Câmaras nomeavam os Almotacés, que eram os fiscais municipais, e Juizes de Vintena que, nas aldeias, decidiam pequenas questões entre os moradores.

③ 1.6. - *Propriedade, escravidão, organização familiar e Igreja* - Do ponto de vista social, ou seja, da composição de classes, a capitania da Paraíba, tal como o restante da sociedade brasileira, fundamentou-se na grande propriedade territorial, a chamada sesmaria.

A primeira sesmaria paraibana foi concedida ainda no século XVI, quando seu número não passou de cinco. No século XVII, essa cifra cresceu, mas na primeira metade, sua localização não ultrapassou os vales dos rios Paraíba e Mamanguape, o que significa colonização ainda restrita ao litoral. Na segunda metade do século XVII e, principalmente no século XVIII, essas sesmarias alcançaram os pontos mais distantes do território paraibano, o que representou a expansão deste, com incorporação das terras sertanejas à colonização. No século XIX, as sesmarias concedidas aos que desejavam lavrar a terra baixaram de número, tanto por o território já se encontrar quase inteiramente ocupado, quanto pela Lei de Terras, de 1850, que extinguiu o sistema sesmarial. Daí em diante, as chamadas terras devolutas somente puderam ser adquiridas mediante compra.

* A sesmaria, que originou o latifúndio, monocultor com a cana de açúcar no litoral e brejo, e binômio pecuária - algodão, no sertão, responsabilizou-se pela ocupação da Paraíba. O proprietário, todavia, não trabalhava diretamente a terra. Desde o início recorreu-se ao braço do negro africano, para cá importado. Surgia assim, na zona da mata, onde rios, solo de tipo massapê e, principalmente, demanda dos mercados externos ensejavam partidos de cana e engenho, o latifúndio monocultor e escravista. Sua força de trabalho residia na escravaria negra, não porque o índio fosse

*As as iogyan
mas quimian
os indios
habalhados*

indolente ou inapto ao trabalho, mas porque na escravidão africana residiam os maiores lucros do sistema econômico mercantilista, baseado na circulação de mercadorias.

* Essa sociedade era também patriarcal e religiosa. Isso porque o grande proprietário, herdando o estatuto romano do **pater familias**, dispunha de poderes absolutos, nos limites de sua propriedade. A mulher, filhos, agregados e escravos deviam-lhe fidelidade. Não raro, castigos físicos acompanhavam as transgressões. A mulher teve alguma importância nesse tipo de organização social mas seus poderes limitavam-se ao interior da casa grande. Quanto aos filhos, casavam mediante recomendação paterna, verificando-se muitos casamentos consanguíneos para impedir divisão da propriedade. O despotismo patriarcal ampliava os limites da família, de modo que, ao lado da família legítima, sobrevinha outra, ilegítima, mediante multidão de filhos naturais.

* Fiadora e guardiã dessa sociedade, a Igreja dispunha de bastante prestígio. Habitualmente, a obtenção de sesmarias era acompanhada do levantamento de capelas, pelos sesmeiros, como símbolo da posse da terra. No interior das casas grandes e fazendas não faltava o oratório, para o terço em família, sendo que também se rezava às refeições. Nas cidades e vilas, as missas faziam-se obrigatórias e o sino das Igrejas regulava a vida dos habitantes. As eleições eram paroquiais e, cedo, as famílias da classe dominante adquiriram o costume de converter um dos filhos em padre. Só depois, no século XIX, surgiria o bacharel e, já em nosso século, com a ascensão da classe média, o filho militar, também procedente dos engenhos e fazendas.

Ressalte-se que o clero regular, de franciscanos, jesuítas, beneditinos e carmelitas, dispunha de propriedades, engenhos e escravos, na sede da capitania e fora dela, com o que participava da ocupação da terra.

Com o clero secular chegou à Paraíba, em 1595, a temível Inquisição cujo Tribunal do Santo Ofício perseguia os acusados de práticas diversas das permitidas pela Igreja Católica e, principal-

e hugos

mente, os judeus. Instalado pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça, a primeira visitação do Santo Ofício fez-se tão rigorosa que alcançou o vigário da freguesia de N.S. das Neves. Acusado de ascendência árabe e práticas judaizantes, o padre João Vaz de Salém, homem rico e influente, teve seus bens confiscados. Vários desses reverteriam à ordem beneditina.

Na conjunção de seus elementos materiais e espirituais, a Capitania começou a progredir.

Quando os limites mal ultrapassavam a Felipéia de N.S. das Neves, esse progresso deveu-se em parte a Duarte Gomes da Silveira, que oferecia prêmios a quem edificasse casas no perímetro urbano. Proprietário de dois engenhos no vale do Paraíba, Silveira fundou a Santa Casa de Misericórdia que abrangia a Igreja desse nome, localizada, ainda hoje, na antiga rua Direita, que saía da direita do templo, e ainda o Hospital Santana e um cemitério.

Responsável, nos dias correntes, pelo Hospital Santa Isabel, a Santa Casa de Misericórdia fez-se a principal instituição filantrópica e de assistência médica no período colonial, quando seu provedor era designado pelo capitão-mór. Cognominado de "Adão paraibano", Gomes da Silveira viveu o bastante para presenciar a invasão dos holandeses pelos quais foi aprisionado, após ter com eles colaborado.

Outras figuras importantes desse início de colonização foram o frade seráfico Vicente do Salvador, testemunha ocular da conquista da Paraíba e autor da primeira *História do Brasil*, bem como o cristão novo português Ambrósio Fernandes Brandão, senhor de engenho na várzea do Paraíba e autor do esplêndido livro *Diálogos das Grandezas do Brasil* (1618, 1966), considerado uma das melhores fontes para conhecimento da sociedade colonial nordestina.

1.7. A submissão dos potiguaras - Assentadas as bases da sociedade paraibana, os conquistadores passaram à segunda parte de plano que previa a subjugação dos potiguaras.

O principal responsável por essa tarefa foi Feliciano Coelho de Carvalho, capitão-mor da Paraíba de 1592 a 1600. Contando com proprietários como Duarte Gomes da Silveira e grupos de índios frecheiros, tabajaras, marchou não só para a barra do rio Mamanguape, onde os potiguaras comerciavam com os franceses, mas sobre a serra da Copaoba ou Cupaoba onde esses indígenas possuíam aldeias.

Na zona aproximadamente ocupada pelos atuais municípios de Caiçara, Serra da Raiz, Duas Estradas, Pirpirituba e Belém, a violência funcionou em níveis elevadíssimos. Ferido numa perna, o que o deixou aleijado, Feliciano acometeu os índios com brutalidade, bastando dizer-se que numa só sortida foram mortos cento e vinte, com aprisionamento de oitenta.

Embora resistissem, sob a liderança dos caciques Páo Seco e Zorobabé, os índios terminaram esmagados. Em seguida, enquanto a maioria era aldeiada, outros emigraram para o Rio Grande do Norte cuja denominação passou à de "Terra Potiguar". No contato com os colonizadores, os indígenas pereceram às centenas não só passados pelas armas, mas vítimas de enfermidades como varíola, sífilis, sarampo e bexiga, inoculadas pelos brancos e para as quais os naturais da terra não possuíam defesa. Alguns autores sustentam que tais doenças foram introduzidas deliberadamente, o que supõe recurso à guerra bacteriológica, no genocídio que assinalou a colonização da Paraíba e do Brasil, desde o início.

Isso também acontecia porque, vivendo em estágio tribal, os potiguaras confundiam-se com a natureza, extraindo da terra o que precisavam para o sustento. Pertencente ao grupo indígena tupi, a nação potiguara compunha-se de aproximadamente cem mil habitantes que ocupavam todo litoral do Nordeste, de Pernambuco ao Maranhão.

A organização social dos potiguaras fundamentava-se na propriedade comum da terra que pertencia a toda tribo para coleta de árvores nativas e plantações de mandioca - da qual extraíam bebida fermentada, o cauim, e também farinha - milho, feijão,

inhame e batata. Esses alimentos eram obtidos em roçados, plantados depois que a terra era destocada, através da chamada coivara, que consistia na limpa do terreno, mediante queimadas. Os índios também caçavam e pescavam, sempre em comum, assim como derrubavam árvores para extração de madeira e fabricação de carvão, utilizado para cosimento dos alimentos e rituais de natureza religiosa.

Entre esses figurava a antropofagia, ^(canibalismo) que equivalia a celebração para ocasiões especiais - os índios não possuíam carne humana na dieta. A antropofagia, mediante a qual se sacrificavam os inimigos, derivava da importante função social da guerra contra as outras tribos, utilizada em prol da coesão do grupo. Fetichistas, os potiguaras admitiam vago espírito criador de todas as coisas - o paidzu - assim como divindades que regiam elementos específicos como as florestas.

Usando pouco ou nenhum vestuário, dormindo em esteiras e habitando aldeias, constituídas de poucas habitações cobertas de palha, os tupis consagravam a gerontocracia, isto é, a autoridade dos mais velhos. Por conta disso, caciques como Zorobabé e Piragibe já eram bastante idosos, quando mantiveram contato com os colonizadores. Absorvida pela tribo, a família era matrilinear, ou seja, de descendência estabelecida pela mulher, o que explica a poligenia, forma de estrutura familiar mediante a qual vários homens pertenciam a uma mesma mulher.

Andarilhos, o que os tornava capazes de percorrer longas distâncias a pé, os índios praticavam o artesanato, fosse manipulando algodão com que fabricavam tecidos rudimentares, palha para esteiras, onde dormiam, e barro para produção de objetos de cerâmica. Alguns municípios paraibanos de procedência indígena revelam essas atividades como é o caso de Pirpirituba, vocábulo tupi equivalente a lugar de muito piripiri, onde se fabricam esteiras.

Organização desse tipo, ainda rudimentar, não constituiria ameaça aos colonos se estes não estivessem interessados em tomar a terra dos índios para, mediante a propriedade privada das

sesmarias, instalar a economia capitalista do açúcar, e ainda currais, para apresamento do gado.

Como a escravidão indígena durou pouco, sendo logo proibida por ordem régia, a terra constituiu a motivação da guerra movida contra os silvícolas. Nesse período, esta somente terminou em 1599, quando Feliciano Coelho impôs, pela força, a paz aos potiguaras. Estes foram então, à semelhança do que ocorreu com os tabajaras, aldeados, isto é, agrupados em aldeias submetidas a fiscalização militar dos capitães de aldeia e controle social dos missionários religiosos. Algumas dessas aldeias - Jacoca, Taquara, Guia, Almagre, Praia, Guijaribe ou Jaguaribe, Mangue - representaram a origem de futuros povoados. Outras constituíram missões como pontos de apoio para a conquista do interior.

Os índios não ganharam nada com a troca. Privados de liberdade e apartados da natureza, também perderam a identidade cultural, nas mãos de missionários religiosos. Hoje, os potiguaras, que foram os senhores da Paraíba, reduziram-se a estreita faixa de terra, nas proximidades do município de Baía da Traição, onde praticam agricultura rudimentar e conservam algumas das primitivas danças, como o toré.

Em 1859, em visita à Paraíba, o Imperador Pedro II concedeu-lhes sesmaria, diminuída só em 1983, em 13.500 hectares. Mesmo contra disposições de lei, as terras potiguaras foram usurpadas por proprietários gananciosos e a Companhia de Tecidos Rio Tinto, bem como, mais recentemente, por destilarias de álcool e veranistas, quando da conversão do antigo aldeamento indígena da Baía da Traição em balneário turístico.

Tudo isso aconteceu porque se a História da Paraíba corresponde à conquista e ocupação da terra, não é menos verdade que os grupos indígenas tornaram-se as principais vítimas desse processo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1 - EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves, e F. MOREIRA,

Emília de Rodat (org.) et alii - **Atlas Geográfico do Estado da Paraíba**. João Pessoa: SEC/UFPB, 1985.

Especialmente preparada para o IV Centenário da Paraíba, essa publicação, de primorosa feição gráfica e visual, combina os elementos geo-históricos mais representativos da Paraíba.

Policromia, fotos, gráficos e tabelas fortalecem colocações sobre situação e localização do Estado, mapa rodoviário e limites municipais, ocupação territorial, quadros naturais (geologia, mineração, relevo, hidrografia, solos, climatologia, vegetação e uso do solo) e sócio-econômico (densidade e evolução da população, urbanização, estrutura urbana, população economicamente ativa, agricultura e indústria e educação e saúde). Destes, "A Ocupação Territorial", de responsabilidade dos coordenadores do *Atlas* exprime *dinâmica espacial* que fundamenta a História da Paraíba.

2 - **Cadernos de Estudos Regionais**, ano III, nº 2. J. Pessoa: NDIHR/UFPB, junho de 1980 - Organizado pelo professor Ruston Lemos Barros, da UFPB, esse número de revista subordinada à temática "Economia pesqueira do Nordeste" focaliza o estuário do rio Paraíba, na perspectiva das relações sócio-econômicas que propiciaram sua ocupação. As indicações geográficas, atualizadas, incidem sobre a área de primitiva ocupação da Paraíba.

3 - **História da Conquista da Paraíba por um da Companhia de Jesus escrita nos fins do século XVI a mando do Padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, na Província do Brasil**. Campina Grande: FURNE/UFPB, 1983.

Reproduz, a instâncias do paraibano Francisco Gomes Maciel Pinheiro, e sob coordenação do editor e professor Francisco Pontes da Silva, edição do **Sumário das Armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Paraíba; escrito e feito por mandado do muito reverendo padre em Cristo, o padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda a província do Brasil**, contida no periódico *Íris*, do Rio de Janeiro, em 1848.

Durante algum tempo, o **Sumário** foi atribuído ao jesuíta

Jerônimo Machado, juízo ratificado pelo historiador Serafim Leite com José Honório Rodrigues se fixando no também jesuíta Simão Travassos.

Com a força de testemunho ocular, essa **História da Conquista da Paraíba**, assim rebatizada por Pontes da Silva, serviu de fonte para o que cronistas como Frei Vicente do Salvador e Jaboatão, escreveram sobre os primeiros tempos da Paraíba. Verdadeira “certidão de batismo” desta, está para a Historiografia paraibana, como a carta de Pero Vaz de Caminha, cujos elementos naturais perfilha, para sua congênere brasileira.

4 - ALMEIDA, Horácio de - **História da Paraíba**, Tomo I. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966.

Solitário tomo de obra que o autor posteriormente retomaria, para completá-la em dois volumes, esse livro, de orientação factual, faz-se particularmente rico, no tocante aos episódios da conquista e início da colonização litorânea da Paraíba. O chamado massacre de Tracunhaém, motivado pelo rapto de cunhã potiguar da serra de Copaoba, e que acarretou a criação da Capitania da Paraíba, aparece logo no primeiro capítulo.

5 - **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba** nº 24. João Pessoa: UFPB/IHGP, 1986.

A série de estudos do IV Centenário da Paraíba ensejou ao Instituto Histórico local publicação que constitui verdadeira mini-História entre os séculos XVI e XVIII.

A partir da violência como elemento básico da História da Paraíba, desfilam colocações antropológicas, culturais, econômicas, militares, religiosas e historiográficas, acerca dos primeiros tempos da Paraíba, até artigo comparativo das economias açucareira e pecuária no século XVIII. Destaque para os estudos “Confrontos e Antagonismos da História da Paraíba” e “Formação da Cidade, Riqueza dos Engenhos e Inquisição” como capítulos iniciais de **História do Povo da Paraíba** que o saudoso historiador Geraldo Ireneo Joffily deixou inédita.

6 - NICODEMOS, José Pedro - “Antecipações Liberais na

Paraíba” in **Paraíba, Ontem e Hoje**. João Pessoa: Procol, 1975.

Os estudos de Capistrano de Abreu sobre o sentido da ocupação da Paraíba, contidos em **Capítulos de História Colonial - 1500/1800** (6ª ed., 1976), inspiraram a Pedro Nicodemos conferência cuja tônica reside em derivar a colonização paraibana da expansão da fronteira dinâmica do açúcar.

A partir daí, o autor deteve-se sobre o privatismo de formação onde, no século XIX, senhores de engenho se responsabilizariam por rebeliões de liberalismo excludente.

Pontilhada de estudos de, entre outros, Hélio Zenaide, José Américo, José Octávio, José Leal, Hugo Moura, Antônio Freire, Emilson Formiga, Deusdedit Leitão, Osias Gomes, Juarez Benício, Wills Leal e Eduardo Martins, toda produção de **Paraíba, Ontem e Hoje** vincula-se à Historiografia paraibana, com realce para a conferência de Nicodemos, plena de unidade e erudição.

7 - MELLO, José Octávio de Arruda (Introd. e org.) - **A Paraíba das Origens à Urbanização**. João Pessoa: UFPB/Fundação Casa de José Américo, 1983.

Datada da fase inicial da Casa de José Américo, essa coletânea enfeixa sólidos estudos de Humberto Melo, José Américo (“A Composição Racial”), Wellington Aguiar (sobre o cronista holandês Elias Herckman(s)), Cláudio Santa Cruz (“A Paraíba Holandesa”), Wilson Seixas (acerca da conquista do sertão), José Octávio (Função da Igreja do século XVIII e “Urbanização da Sociedade Paraibana”), Fernando Delgado (“As Raízes da Crise”) e Celso Mariz (“O surto algodoeiro”).

Entre todos, ressalte-se o de Humberto Melo - “Instituições Político-Culturais da Paraíba Colonial - Administração, Escravidão, Propriedade e Regime Familiar” - em que a Paraíba desponta à luz dos fatores que lhe fundamentaram a existência, a saber, burocracia colonial no plano político-administrativo, escravidão no regime de trabalho, propriedade monocultora no campo espacial, e família patriarcal na área social.

8 - AGUIAR, Wellington, e MELLO, José Octávio de

Arruda - **Uma Cidade de Quatro Séculos - Evolução e Roteiro**, 2ª ed. João Pessoa: FUNCEP, 1988.

Duas sólidas introduções, setenta textos, dezenove depoimentos e vinte fotografias compõem esta coletânea que abrange a capital paraibana, nos mais variados aspectos, desde a escolha do sítio e concessão da primeira sesmaria até a violência dos anos oitenta, no século atual.

Criteriosa seleção de textos, pluralismo dos depoimentos e unidade de tratamento temático asseguram autoridade a essa obra, equilibrada entre o saudosismo de Walfredo Rodriguez e os que subordinam a ocupação do espaço urbano a (novos) critérios geoeconômicos e sociais.

9 - BARBOSA, cónego Florentino - **Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba**. J. Pessoa: A União Editora, 1953.

Especialista no tema, desde artigos escritos para a **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba**, Florentino Barbosa culminou com este livro apreciação da História da Paraíba, através dos principais monumentos artísticos. Considerado clássico no gênero, focaliza a arquitetura religiosa e militar do litoral, desde as igrejas da capital e Fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo, até as capelas do vale do Paraíba. Em ponto mais saliente, as considerações sobre o Convento de Santo Antônio e Igreja de São Francisco que compreendem quase a terça parte do livro.

10 - SCHMALZ, Alfredo Carlos - **Aspectos da Paraíba Colonial**. João Pessoa: UFPB, 1966.

Esse discurso com que o autor tomou posse no Instituto Histórico da Paraíba, em 1965, transcende, de muito, as publicações do gênero. Tal se verificou não apenas porque Schmalz empreendeu pesquisas na abadia de Olinda, onde se encontram o Livro do Tombo e manuscritos do Arquivo do antigo Mosteiro de São Bento, como porque a utilização desse material propiciou reconstituição da vida econômico-social da Paraíba nos séculos XVI e XVII. O autor foi um dos primeiros a abordar a instalação

do Tribunal da Inquisição na Paraíba, com destaque para as peripécias do vigário João Vaz Salém que acumulava funções espirituais e temporais como, inclusive, comerciante, explorador de pedreira e possuidor de escravos.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1 - SALVADOR, Frei Vicente de - **História do Brasil 1500-1627**, 6ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

2 - BORGES, Deodato e BORGES FILHO, Deodato - **A História da Paraíba em Quadrinhos**. João Pessoa: Comissão do IV Centenário/Grafset, 1985.

3 - MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso - **História da Fortaleza de Santa Catarina**. João Pessoa: UFPB/Imprensa Universitária, 1972.

4 - XAVIER, Lauro - "Um pouco da História Econômica do Pau Brasil", in **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, nº 21. J. Pessoa: Imprensa Universitária da Paraíba, 1975.

5 - COELHO FILHO, Heronides - **A Psiquiatria no País do Açúcar e outros Ensaios**. J. Pessoa: A União Cia. Editora, 1977.

6 - AGUIAR, Wellington - **Cidade de João Pessoa - A Memória do Tempo**. J. Pessoa: Gráfica e Editora Persona, 1993.

7 - NÓBREGA, Evandro - **Paraíba - Monumentos I**. J. Pessoa: A União Cia. Editora, 1982.

8 - BURITY, Glauce Maria Navarro - **A Presença dos Franciscanos na Paraíba, através do Convento de Santo Antônio**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A., 1988.

9 - TAVARES, Eurivaldo Caldas - **Itinerário da Paraíba Católica**. J. Pessoa: Comissão do IV Centenário/Grafset, 1985.

10 - SEIXAS, Wilson - **A Santa Casa de Misericórdia da Paraíba - 385 anos**. J. Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1987.

II CAPÍTULO - CONSOLIDAÇÃO E DEFESA DA TERRA - AS INVASÕES HOLANDESAS

Sumário: 2.1. Comércio internacional, mar fechado e mar aberto - os holandeses. 2.2. O apoio judaizante - os tapuias. 2.3. Tentativas de desembarque e controle da capital. 2.4. (Nova) organização política, social e econômica - administração holandesa. 2.5. A resistência anti-holandesa - Vidal de Negreiros. 2.6. Os escravos, penetrações holandesas e triunfo nativista. 2.7. Cultura e contribuição holandesas.

No início do século XVII, que se estende de 1600 a 1699, a Paraíba experimentava lento, mas seguro, crescimento.

Em 1601, o número de colonos subia a oitocentos, contra catorze mil índios aldeados pelos franciscanos. Os primeiros responsabilizavam-se por catorze engenhos de açúcar e os últimos por “grandes roçados de mantimentos”. Em 1612, os engenhos, movidos a boi e água, enviavam, anualmente, a Pernambuco, vinte e dois barcos de açúcar que rendiam dízimo de quatro contos de réis. A Fortaleza de Santa Catarina já se encontrava artilhada e as despesas administrativas repartiam-se entre Igreja, empregados do fisco e milícia. A safra de açúcar fazia-se remuneradora graças às várzeas e engenhos onde se verificava o concurso de índios e negros empregados nos partidos de cana e moendas.

Vinte e dois anos depois, em 1634, o pau-brasil das matas de Baía de Traição e do Mamanguape era explorado mais intensamente, enquanto o curso inferior desse rio enchia-se de currais, representando fazendas para criação de gado. O número de engenhos subia a dezoito, dos quais apenas dois na área de Mamanguape, junto aos rios Camaratuba e Miriri. Os demais distribuíam-se pelo vale do Paraíba, aproveitando a extensa rede de afluentes deste - Tibiri, Tambiá, Inhobim, Gargaú - alguns dos quais navegáveis. Ao sul da capital, junto aos rios Mumbaba e Gramame, já se localiza-

vam aldeias indígenas e criação de bois, carneiros, cabras e porcos

2.1. Comércio internacional, mar fechado e mar aberto - os holandeses - Afora índios e negros, a população rural, que ultrapassava a cidade de Felipéia de Nossa Senhora das Neves, compreendia lavradores, que plantavam cana para os engenhos, e proprietários rurais, também senhores de canaviais e escravos. Com isso, o vale do rio Paraíba, entre as futuras cidades de Santa Rita e Pilar, tornou-se zona de monocultura açucareira, responsável pela primeira forma de ocupação da capitania.

Com a maior parte de território localizado na região seca do chamado semiárido, A Paraíba não se trata de unidade açucareira, como Pernambuco e Alagoas, mas a região litorânea de que estamos tratando o é. Em razão disso é que, em princípios do século XVII, o Varadouro já registrava passos, isto é, armazéns equipados com balança, para pesagem de açúcar, evitando-se o contrabando.

Nessa época, a agro-indústria do açúcar coexistia com a criação de gado, da qual, posteriormente se apartaria. A primeira tratava-se da principal riqueza da capitania e do nascente Nordeste. Neste, as capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba rendiam mais para a Coroa Portuguesa que todo comércio com as Índias.

Seria natural que riqueza desse tipo atraísse olhares cobiçosos. A questão precipitou-se não só porque a decadência de Portugal ensejava o surgimento de nações mais aptas ao domínio dos mares, como porque a monarquia espanhola, senhora de Portugal, desde 1580, estava dificultando a ação dos comerciantes flamengos e cristãos novos, judeus convertidos.

Eram esses dois grupos que, frequentando os portos portugueses e emprestando dinheiro, asseguravam apetrechamento técnico e financeiro, bem como a comercialização do açúcar brasileiro. Com Felipe II isso não mais seria possível porque, em guerra com os Países Baixos, que então compreendiam Holanda e Bélgica, os holandeses estavam proibidos de frequentar os portos da Península

Ibérica. Simultaneamente, em 1612, foi revogada lei anteriormente favorável ao exercício do comércio pelos cristãos-novos, na colônia.

Na base de tudo isso residia questão ainda mais delicada. Tratava-se da utilização dos mares por onde circulava a economia comercial do mercantilismo. Enquanto Portugal e Espanha, beneficiários das disposições do Tratado de Tordesilhas, defendiam o mare clausum, isto é, o mar fechado, do monopólio dos mares por suas frotas, nações mais dinâmicas, como Inglaterra e Holanda, sustentavam a doutrina do mare librum, isto é, a liberdade dos mares.

Como resultado, o início do século XVII registrou intensificação da pirataria, por via da qual navegadores a serviço de nações partidárias da liberdade dos mares procuravam contornar o monopólio ibérico. Antes mesmo de começar o século, em 1595, o corsário inglês Jaime Lancaster reuniu seus navios à altura do Cabo Branco, na Paraíba, para, em seguida, saquear o porto do Recife.

Os holandeses possuíam pretensões mais ambiciosas. Originários do norte da Europa, onde se dedicavam à pesca, que os conduzia aos mares, transformaram-se, rapidamente, em povo de avançada organização econômica e financeira, rivalizando com suecos e ingleses. Suas praças de Antuérpia e Amsterdam, plenamente capitalistas, dispunham de bancos, bolsas de valores e sociedades por ações montadas sobre capitais particulares. Duas dessas últimas, as Companhias das Índias Orientais e das Índias Ocidentais, pretendiam estender o domínio a todo orbe.

2.2. O apoio judaizante - os tapuias - Essa expansão que logo conduziria os holandeses ao Nordeste, então uma das regiões mais ricas do globo, também interessava, nas terras controladas por portugueses e espanhóis, aos judeus.

Na Paraíba, os chamados marranos, ou sefardins, já se haviam estabelecido em bom número, como senhores de engenho e lavradores no vale do Paraíba e comerciantes na Felipéia. Acoessa-

dos pelo Tribunal do Santo Ofício, encaravam com simpatia a presença dos holandeses que, pertencentes ao ramo calvinista da religião protestante, acenavam com a liberdade de consciência. Por meio desta, cada cidadão disporia do direito de professar a própria crença religiosa, fóra das imposições da Igreja Católica.

Os cristãos novos precederam, desta forma, aos holandeses, no Nordeste e Paraíba. Influentes e letrados, coube-lhes transmitir informações para elaboração dos planos invasores. Nesse sentido, os judeus representavam peça do projeto flamengo de dominação internacional que incluía o Brasil. Neste, os holandeses voltaram suas vistas para vasta região entre o Amazonas e Bahia, o que incluía a Paraíba.

(São) Salvador era, por essa época, a capital do Brasil e fez-se o primeiro objetivo da invasão holandesa, em 1624. A área compreendia os engenhos de açúcar do Recôncavo cujos habitantes, animados pelo bispo Dom Marcos Teixeira, defenderam-se na base da guerrilha. Sem conseguir apossar-se do interior, os invasores terminaram cercados na capital, de onde se retiraram em 1625.

De volta à Europa, suas esquadras tocaram na Baía da Traição, onde procuraram se reabastecer e recuperar os enfermos. Alertadas, as autoridades da Felipéia convergiram para a área de onde os holandeses foram expulsos. Ao reembarcar, conduziram consigo alguns índios tapuias, como Pedro Poti e Antonio Paraupaba, que, reeducados na Holanda, voltariam anos depois como servidores dos flamengos. Estes contariam com o valioso apoio dos tapuias.

2.3. Das tentativas de desembarque e controle da capital
- Por três vezes, os holandeses arremeteram contra a Paraíba, antes de subjugar a capital, em 1634. Em todas elas, as lutas se verificaram na foz do rio Paraíba, junto aos fortes de Santa Catarina e Santo Antônio.

Na primeira, em dezembro de 1631 poderosa expedição de dois mil homens, sob o comando do coronel Calenfels, chocou-se

com resistência que paralizou o avanço holandês. As chamadas "chuvas de caju", próprias da época, aumentavam o sofrimento da soldadesca, de um lado e de outro.

Como nas demais expedições, as pelejas travaram-se em campo aberto, mediante a tática de entrincheiramento a que recorriam atacantes e defensores. Os primeiros, procurando aproximar-se dos fortins para o assalto, e os últimos buscando repeli-los, no perímetro externo das fortalezas. Do lado da defesa avultou frei Manoel da Piedade que incentivava os companheiros com um crucifixo até tombar, atingido por um balaço. Derrotados, os holandeses retiraram-se para o Recife, antes de terminar o ano.

O segundo assalto holandês contra a Paraíba motivou um mês de lutas, entre fevereiro e março de 1634. A força atacante, conduzida pelos navios do almirante Lichthardt, incluía corpo de desembarque, às ordens de experimentado oficial, o coronel Segismundo Van Schkoppe. A rápida retirada dessa formação motivou o entendimento de que os holandeses estavam, dessa feita, procedendo a uma finta, isto é, avaliando as defesas, para nelas descobrir pontos fracos, antes do golpe decisivo.

Este ocorreu em novembro, quando Lichthardt e Van Schkoppe contaram com o reforço de corpos de artilharia de campo e infantaria, chefiados pelos coronéis Artchofsky e Hinderson. Desembarcando na enseada do pequeno Rio Jaguaribe, os holandeses distribuíram-se por várias colunas, uma das quais tomou o fortim da ilha da Restinga, enquanto outras se deslocaram, por via fluvial, utilizando lanchões, e por terra.

O plano atacante também visava ao isolamento da Fortaleza de Santa Catarina que se renderia à falta de víveres e munições. Para impedir sua concretização, entraram em cena os irmãos Antônio e Francisco Perez Calhau que, à custa da própria vida, lograram romper o cerco. Antônio, o primeiro a tombar, recusou-se a, ferido, passar o remo ao irmão, sob alegação de que possuía irmão mais próximo - o outro braço. Quando este também foi arrancado, Francisco preferiu, a assistir o irmão de sangue, condu-

zir a embarcação à fortaleza, onde ingressou, já moribundo, com os mantimentos.

A superioridade tática e militar dos invasores era, porém, tão manifesta que nem o heroísmo dos defensores logrou deter-lhes o passo. A 19 de dezembro, capitulou a Fortaleza de Cabedelo. Quatro dias depois, o Forte de Santo Antônio. O caminho para a Felipéia estava livre e, nela, os holandeses, subindo o rio Tambiá, ingressaram na véspera do Natal, a 24 de dezembro de 1634.

Antes, o conde Bagnoulo, que comandava terço de mercenários napolitanos, retirou-se para o Recife, deixando atrás de si destruição e incertezas. A artilharia do forte do Varadouro foi desmantelada, casas e depósitos de mercadorias incendiados, e muitos habitantes da capital fugiram para o interior. Ia começar o domínio holandês.

2.4. (Nova) organização política, social e econômica – administração holandesa – A preocupação inicial dos holandeses consistiu em montar defesas para estabilizar a conquista, e atrair a simpatia dos habitantes da Paraíba, cuja capital teve a denominação mudada para *Frederica*. A Fortaleza de Santa Catarina, no Cabedelo, foi rebatizada como Margareth.

Para impedir possível rebelião, os holandeses tanto fortificaram a Igreja de São Francisco e o convento de Santo Antônio, a cujas portas instalaram entrincheiramentos e bateria, quanto ocuparam a inacabada Igreja de São Bento, na Rua Nova. Além disso, os caminhos de acesso à Felipéia foram empiqueados por tropas frescas, chegadas do Recife. Quando os religiosos franciscanos tentaram desobedecer as ordens dos novos senhores, foram expulsos da Capitania.

No plano político-administrativo, conservou-se parte da antiga administração, subordinada, porém, ao Diretor Geral, função inicialmente ocupada pelo conselheiro *Servaes Carpentier*. Funcionários denominados escabinos e escoltetos encarregaram-se de administrar justiça e cobrar impostos.

Na área econômico-social, os holandeses mantiveram a escravidão. Com esse objetivo, ocuparam, preliminarmente, a Província portuguesa de Angola, na África, principal fonte de fornecimento dos cativos. Introduzindo aperfeiçoamentos técnicos como moedas metálicas, no lugar das antigas, feitas de madeira, ofereceram empréstimos aos proprietários de engenhos. A maior parte destes, liderados por Duarte Gomes da Silveira, aceitou a oferta.

Senhores do mar, aferrados à capital e de olho nas várzeas do interior, uma das primeiras proclamações holandesas visava a tranquilizar a classe dominante com cujo apoio contavam. Para tanto, ofereceram anistia, liberdade de consciência e de culto, manutenção do regime de propriedade, proteção aos negócios e observância das leis portuguesas nas pendências entre os naturais da terra.

Tais recomendações surtiram efeito, daí porque não foram poucos os que aderiram aos invasores. O padre jesuíta Manoel Morais abjurou a fé cristã e embarcou para a Holanda, onde se fez calvinista e casou.

A principal colaboração recebida pelos holandeses proveio dos índios Tapuias enquadrados pelos caciques Pedro Poti e Paraupaba. Física e culturalmente diferenciados dos tupis, os tapuias compreendiam o grupo tarairiu que, chefiado pelo cacique Janduí, – denominação possivelmente retirada de outro grupo tapuia – fraternizou com os flamengos cujas fileiras integraram. Em troca, os holandeses chegaram a realizar assembléia de índios para a qual os principais do Ceará e Pernambuco enviaram representantes à vila de Itapessica, em Pernambuco.

Esse um dos expedientes utilizados pelos invasores : atrair os habitantes da terra em troca de algumas liberdades, principalmente de organização. Com tal finalidade também fizeram realizar no Recife, em 1640, assembléia com representantes de todas as capitâncias. A Paraíba enviou delegação da qual fazia parte Duarte da Silveira.

A aproximação dos holandeses com os tapuias, por eles conduzidos até a África e o Chile, levou o viajante alemão Roulox Baro, que esteve à época na Paraíba, a escrever o preciso *Viagem ao País dos Tapuias*, reeditado com tradução e notas da historiadora Lêda Boechat Rodrigues.

Outrossim, a rivalidade entre tapuias e tupis fez com que grupo indo-holandês chefiado por Pedro Poti, e às ordens do aventureiro Jacó Rabi, se responsabilizasse pelo chamado massacre do Engenho Cunhaú, na Capitania do Rio Grande do Norte, em 1645. Isso ocorreu quando luso-brasileiros e tupis participavam de missa e festas. O morticínio foi completo, dele somente escapando a filha do senhor de engenho André Dias de Figueiredo, sacrificado na ocasião.

2.5. *A resistência anti-holandesa -- Vidal de Negreiros* — O controle holandês sobre a Paraíba durou apenas vinte anos, de 1634 a 1654, e nunca se fez total. Isso porque, desde cedo, os que não o aceitaram partiram para a luta armada que assolou a várzea do Paraíba. Nesta, os flamengos nunca conseguiram firmar-se.

Já em 1636, o segundo Diretor Geral Ippo Eyssens, tido como arbitrário, foi morto numa emboscada, quando assistia a farinha no engenho Santo Antônio. O principal responsável foi o capitão Francisco Rebello, o Rabellino. Reagindo, os holandeses procuraram apresentar combate no Tibiri, o que foi evitado pelos luso-brasileiros que preferiram retrair-se e recorrer a ataques rápidos e de surpresa. *Era a guerrilha*. Por conta desta, os holandeses nunca se sentiram seguros na Paraíba, salvo durante algum tempo na capital e, mais tarde, no interior da Fortaleza de Santa Catarina.

A repressão holandesa caracterizou-se pela brutalidade. Seus soldados, a maioria dos quais mercenários, entregaram-se ao saque enquanto a Companhia das Índias Ocidentais decidiu aumentar a contribuição dos que não colaboravam. Alguns engenhos e propriedades foram confiscados. A pena capital foi igualmente

aplicada, e, em 1645, o Diretor Geral Paul Linge, responsável por enforcamentos, mandou arrastar pela cidade o corpo de condenado que morrera na prisão.

A tensão somente amainou entre 1638 e 1644, durante a administração dos diretores Elias Herckman (s) e Gisberth Wirth. Por essa época, chegou ao Brasil o conde Maurício de Nassau, que se instalou no Recife, com artistas, cientistas e estudiosos do melhor nível. A capital pernambucana, denominada Mauristadt (Mauricéia, cidade de Maurício) foi embelezada com pontes, palácios e jardins. Seus chamados “sobrados magros” datam dessa época.

Visando a consolidar o Brasil neerlandês, Nassau marchou para o sul da Capitania de Pernambuco a fim de, tomando Porto Calvo, destruir o foco de onde partiam incursões sobre Pernambuco e Paraíba. Os holandeses obtiveram, então, acesso aos campos de Sergipe onde, estimulando o criatório, melhoraram o abastecimento de carne da zona por eles dominada. Atento à fome, que atormentava os compatriotas, Nassau procurou incentivar o cultivo de mandioca nos engenhos cujos proprietários foram obrigados a reservar áreas ao plantio desse vegetal. Alguns autores nisto enxergam a primeira tentativa de reforma agrária, no Brasil, visto tratar-se de providência destinada a limitar a monocultura açucareira.

O próprio Nassau esteve por duas vezes na Paraíba, a segunda para dela despedir-se, em 1644. Na primeira, em 1637, atribuiu à Capitania brasão com seis pães de açúcar, por reconhecer a excelência do “dulcíssimo açúcar” paraibano. Determinou a reconstrução do Forte de Cabedelo, a melhoria do molhe e edificação de alguns armazéns no Varadouro, mas... foi só... Protestantes calvinistas, os holandeses não construíram Igrejas e, menos ainda, túneis fantasiosos entre a capital e Cabedelo, como posteriormente propagado pela imaginação popular. A contribuição material dos holandeses à Paraíba não equivaleu à que deram ao Recife.

Ainda assim, o chamado período nassoviano significou fase de relativa estabilidade. Os engenhos safrejavam e, apesar das oscilações do preço do açúcar nos mercados internacionais, os

dizimos desse produto aumentaram em 1641 e 42. Emancipados da Espanha, em 1640, os portugueses encontravam-se com as finanças abaladas, de modo que alguns conselheiros do Rei, como o padre Antônio Vieira, o maior sábio do mundo luso da época, elaboraram documento que propunha a preservação de todo Norte pelos holandeses que se absteriam de invadir o restante do Brasil e as possessões lusas no Oriente.

Esse documento ganhou a denominação de *papel forte*, tão convincentes pareciam suas razões. Na Paraíba, os proprietários e altos funcionários, beneficiários da invasão flamenga, concordavam com seus termos.

Não foi esse, porém, o caso do jovem André Vidal de Negreiros. Paraibano, filho de proprietários portugueses, participou da campanha anti-holandesa de 1624, na Bahia, onde sentou praça. Em 1630, encontrava-se em Olinda, quando os flamengos dominaram a cidade. Novamente na Paraíba, entre 1634 e 36, nunca pactuou com invasor que o respeitava.

De 1636 a 1644 permaneceu em Portugal onde, debalde, tentou mobilizar os espíritos em prol da resistência. Sem conseguir o intento, retornou ao Brasil, desembarcando na praia pernambucana de Tamandaré, acima da qual, em Santo Antônio do Cabo, fez junção com as tropas pernambucanas de João Fernandes Vieira. A luta, doravante, iria travar-se em campo aberto e, nela, Vidal de Negreiros revelaria dons de estrategista. Participante das duas batalhas dos Montes Guararapes, figurou entre os chefes que receberam a rendição holandesa, na Campina da Taborda. Anteriormente, não hesitara em atear fogo aos canaviais do próprio pai, na Paraíba.

Sua carreira foi uma sucessão de êxitos. Escolhido para levar a Portugal os resultados da insurreição contra os holandeses, foi nomeado Governador dos Estados do Maranhão e Grão Pará, que constituíam territórios independentes do restante do Brasil. Em 1662, designaram-no Governador de Angola, onde fortificou a capital, Luanda. Ao falecer, em 1680, seus restos mortais foram

depositados na Igreja Matriz de Goiana de onde foram transladados para a Igreja dos Prazeres, nos montes Guararapes.

Considerado um dos maiores paraibanos de todos os tempos, Vidal de Negreiros fez-se indiscutível chefe da *Guerra de Libertação Nacional* que a insurreição contra os holandeses representou. Com o afastamento dos espanhóis e retraimento dos portugueses, a contenda ganhou feição nacionalista, nela se verificando a primitiva formação da Pátria.

415
2.6. Os escravos, penetrações holandesas e triunfo brasileiro – Há um refrão segundo o qual “quando os de cima se havêm, os debaixo se desavêm”.

Foi o que aconteceu com as invasões holandesas no Nordeste. Como atacantes e defensores não se dispusessem a alterar a ordem escravista, os próprios negros aproveitaram as divergências dos dominadores para rebelar-se. Isso explica o surgimento, durante a dominação flamenga, do Quilombo dos Palmares, que, acossado pelos bandeirantes de Domingos Jorge Velho, resistiria até as primeiras décadas do século XVIII.

Ao contrário do que se supõe, os palmarinos não se limitaram à Serra da Barriga, no atual Estado de Alagoas. Irradiando-se por toda zona da mata nordestina, também constituíram centros de resistência e preservação da cultura africana, na Paraíba. Nesta, em 1635, os holandeses já asseguravam aos moradores a manutenção de armas para defesa de “quilombos e alevantados”, o que pressupõe a multiplicação dos núcleos de rebeldia.

As instruções governamentais de 1691, destinadas a acudir Domingos Jorge Velho, e as recomendações de 1698 e 1741 revelam o temor dos possuidores em face da revolta dos despossuídos. Vanguarda destes, os escravos reuniram-se no sítio denominado Cumbe, nas proximidades do Espírito Santo. Esse quilombo, originário das guerras holandesas, somente seria destruído em 1701.

Também derivadas das invasões holandesas foram as

primeiras tentativas de adentramento pela terra. Note-se que *os holandeses não se fixaram no interior*. Mas realizaram penetrações por meio das quais tanto ultrapassaram a serra da Copaoba, como alcançaram as vizinhanças da futura vila e cidade de Areia.

Para alguns autores, o já referido Roulox Baro, subindo o curso do Rio Paraíba, chegou às nascentes deste, no atual município de Monteiro, onde entrou em contacto com os grupos indígenas Cariri Açu e Carnijós. Já Elias Herckman (s), percorrendo o Mamanguape, passou-se para afluente deste, o Araçagi, subindo o qual, e ultrapassando os contrafortes da Borborema, percorreu a zona compreendida pelos atuais municípios de Bananeiras, Solânea e Esperança.

Eram minas de ouro e metais preciosos o que movia os holandeses nessas expedições. Isso não encontraram. O que encontraram, principalmente depois da saída de Nassau, em 1644, foi a ampliação da resistência nativa.

Tal se verificou não só porque o quinto e último diretor da Companhia das Índias Ocidentais, Paul Linge, adotou providências que desagradaram os habitantes da Frederica, como porque chegara a hora de vários desses saldarem os débitos.

A reação contra os Flamengos teve, assim, fundamentação econômica, até bem porque o nascente nativismo não representava abstrato sentimento de amor à terra, mas preservação das riquezas desta. Veja-se, a propósito, que um dos principais chefes da Insurreição Pernambucana, João Fernandes Vieira, Governador da Paraíba após a expulsão dos holandeses, encabeçava a lista dos devedores da Companhia.

Na Paraíba, a insurreição contra os flamengos propagou-se com tanta rapidez que, em 1645, o capitão Lopo Curado Garro, autor de relação das pugnas contra os holandeses, no Nordeste, já dominava a região do Tibiri. Daí suas colunas ingressaram, nesse mesmo ano, na capital, de onde os holandeses se retiraram para a Fortaleza de Santa Catarina. Nos últimos nove anos de permanência na Paraíba, limitaram-se ao controle dessa fortificação.

Do lado dos insurretos, a resistência mobilizava índios e pretos. Tratavam-se, porém, de índios aculturados, servis a seus dominadores, e negros forros, isto é, libertos. A chamada Insurreição Pernambucana não se tornou movimento popular que subvertesse a dominação de classe. Pelo contrário, manteve-se nos limites desta. Sua vitória, em 1654, significou a preservação da grande propriedade escravista, voltada para o mercado externo, que os holandeses também não desafiaram.

2.7. Cultura e contribuições holandesas — O capítulo das invasões holandesas na Paraíba não deve ser encarado apenas do ponto de vista militar. Bem mais importante fez-se a contribuição cultural dos invasores -- e cultura é o que fica. Nesses termos, os flamengos contribuíram para o conhecimento da terra.

Tal deveu-se, em primeiro lugar, aos relatórios que produziram.

O primeiro, de autoria do conselheiro Servaes Carpentier, revela caráter ecológico, ao recomendar as áreas mais adequadas ao plantio de cana de açúcar, fumo e mandioca, além de criação de gado. Entusiasmado com a fertilidade da terra, Carpentier deteve-se, longamente, sobre as árvores, frutos e animais que nela se encontravam.

Descrição das Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Parahyba e Rio Grande do Norte intitula-se o relatório assinado por Adriaen Verdonck, que teve um fim trágico. Segundo esse autor, a Paraíba dispunha, em 1630, de dezoito a dezenove engenhos responsáveis por cento e cinquenta mil arrobas anuais que significavam seiscentas a setecentas caixas de açúcar, embarcadas nos navios. Contudo, havia pouco movimento de negócios na capital.

Em matéria de produção açucareira, o melhor documento de origem holandesa é o minucioso Relatório sobre as Capitanias Conquistadas no Brasil pelos Holandeses, datado de 1639, e de autoria de Adriaen Van Der Dussen. De portos, rios, cidades,

freguesias, aldeias, escravos, pau-brasil e madeiras, fortificações, religião e abastecimento ocupa-se Dussen cujo texto detalha os vinte engenhos existentes na Paraíba, com as respectivas tarefas e lavradores.

O mais completo relatório sobre a Paraíba, proveniente do domínio holandês, é a **Descrição Geral da Capitania da Paraíba**, de Elias Herckman(s), objeto, em 1982, de duas reedições, ambas em João Pessoa. Geógrafo, poeta e cartógrafo, Herckman(s) que, na condição de Diretor da Companhia das Índias Ocidentais, governou a Paraíba de 1636 a 1639, elaborou documento verdadeiramente modelar. A primeira parte é dedicada à capital, a segunda aos engenhos da várzea do Paraíba e a terceira aos costumes dos índios Tapuias. Geografia Urbana, Economia e Antropologia combinam-se, dessa forma, harmoniosamente.

Todos esses relatos foram aproveitados por Gaspar Barléu, biógrafo do conde Maurício de Nassau e historiador oficial da dominação holandesa no Nordeste. Embora sem haver estado no Brasil, Barléu teve seu livro **História dos Feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**, amplamente divulgado.

Outras precisas descrições da primeira metade do século XVII foram legadas pelos pintores flamengos, entre os quais Zacarias Wagner não passava de medíocre. Não foi esse o caso de Franz Post, cujo estilo paisagista assegurou retratação de engenhos, mangues e caminhos, além de, no caso da capital paraibana, Fortaleza de Santa Catarina, Varadouro e cercanias do Convento de Santo Antônio. Outro grande pintor, Eckhout, retratista e detalhista, fixou-se nos tipos étnicos de negros e indígenas que constituíam a grande massa da população.

Um dos primeiros mapas da Paraíba foi de autoria do cartógrafo, geógrafo e naturalista alemão Jorge Marcgrave, que integrou a comitiva de Maurício de Nassau. Espécie de assistente do médico holandês Guilherme Piso, cuja extraordinária **História Natural e Médica da Índia Ocidental**, em cinco livros, lançou as bases da medicina tropical, Marcgrave empreendeu com Piso

pesquisas sobre plantas e animais que prepararam as teorias evolucionistas das Ciências Naturais no século XIX.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1- RODRIGUES, José Honório – **Civilização Holandesa no Brasil** (S. Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940) e **Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês** (Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949), o primeiro dos quais com a colaboração de Joaquim Ribeiro.

Considerado “o mais paraibano dos escritores não paraibanos”, o que decorreu da penetração, nessa parte do Brasil, de teses particularmente amplificadas pelo Grupo José Honório Rodrigues, duas obras de José Honório interessam de perto à Paraíba.

Em **Civilização Holandesa no Brasil** flue a questão da liberdade dos mares, básica para a expansão capitalista neerlandesa. Já **Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês** analisa os autores que se ocuparam da invasão flamenga, figurando entre eles o paraibano Irineu Pinto, patrono do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

2 - PRADO, J. F. de Almeida – **A Conquista da Paraíba**. S. Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

Embora eivado de incorreções, esse livro cresce quando se debruça sobre problemas internacionais como a presença dos barcos do sindicato Anglo no litoral paraibano no século XVI, e a posterior invasão holandesa da Paraíba, tema de onze de seus vinte e um capítulos. Situa, com destaque, a participação dos judeus nos preparativos da presença flamenga e problemas econômicos e político-administrativos desta.

3 - Série “Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental”:
ANDRADE, Manuel Correia de. II – **O Rio Mamanguape**. Recife: IJNPS, 1957, e Andrade, Gilberto Osório da. III – **O Rio Paraíba do Norte**. Recife: IJNPS, 1959.

Como no restante do Brasil e no mundo, os rios tornaram-se fundamentais para estabelecimento das civilizações. A Paraíba litorânea viu-se polarizada por dois cursos d'água – o Paraíba e o Mamanguape – como agentes da fixação do homem, através de engenhos, e penetração, por meio de currais. Estudando esses rios em toda amplitude, desde o início da colonização até o século XX, Manuel Correia de Andrade, diante do Mamanguape, e Gilberto Osório, em face do Paraíba, perfizeram duas monografias da mais alta significação.

4 – MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso – **Pequena História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1975.

Recorrendo a temática econômico-social *quase* ausente de estudos anteriores como a **História da Fortaleza de Santa Catarina** (1972), Cardoso Monteiro legou-nos, já falecida, estudo de boa qualidade. Parcela de História da Paraíba que deixou incompleta, o livro ocupa-se dos holandeses em seis das dez unidades.

5 - MELLO, José Octávio de Arruda (Org.) et al – **Capítulos de História da Paraíba**. J. Pessoa: Secretaria de Educação/O Norte, 1987.

Os estudos de Terezinha Pordeus (“De 1580 a 1640, a Paraíba Filipina”), Balila Palmeira (“Roteiro do Domínio Holandês”), Wellington Aguiar (“A ocupação Flamengo (1634/54): Aspectos Sócio-Econômicos e Culturais”) e Luiz Bronzeado (“Elias Herckman, o Pioneiro”) cobrem a primeira metade do século XVII, na coletânea intitulada **Capítulos de História da Paraíba**.

Resultante de edição especial de **O Norte** a 5 de agosto de 1985, em homenagem ao IV Centenário da Paraíba, sob a coordenação de Evandro Nóbrega, os **Capítulos**, dotados de uma introdução, quatro livros, treze partes, dezesseis unidades, cento e quinze colaborações e seiscentas e sessenta páginas, constituem o maior repositório de informações sobre a Paraíba e obra dificilmente encontrada, no conjunto da historiografia brasileira.

6 - COSTA, Claudio Santa Cruz – **Aspectos Econômicos**

da Ocupação Holandesa na Paraíba. João Pessoa: A Imprensa, 1957.

As motivações açucareiras da invasão holandesa, no quadro das relações internacionais do capitalismo mercantil, constituem o fulcro dessa monografia do antigo catedrático de Economia Política de escolas superiores da Paraíba.

Recorrendo a historiadores e cronistas que se ocuparam da presença flamenga no Nordeste, Santa Cruz Costa registra a sociedade da época e as contradições econômico-sociais que opuseram burguesia rural nativista e prestamistas holandesas.

7 - HERCKMAN(S), Elias – **Descrição Geral da Capital da Paraíba**. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1982.

Um dos mais importantes documentos referentes à Paraíba, em todos os tempos, o relatório do Diretor da Companhia das Índias Ocidentais distingue-se por caráter simultaneamente geográfico e urbano, econômico e antropológico.

Em 1982, a **Descrição** motivou, além da publicação acima indicada, a cargo da dupla Marcus Odilon Ribeiro Coutinho / Wellington Aguiar, bem cuidada edição da Procuradoria da Justiça do Estado, sob coordenação do então Procurador Luis Bronzeado.

8 - AQUINO, Aécio Vilar da – **Filipéia, Frederica, Paraíba** – Os cem primeiros anos de vida social de uma cidade. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1988.

Como embutido nos título e subtítulo, estuda a capital paraibana quando seu nome variou de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, na fundação, para Frederica, com o domínio holandês, e Paraíba, depois da restauração portuguesa. De feição social e antropológica, detem-se sobre os “Antecedentes da Fundação da Cidade”, “Da Cidade e dos seus Arredores” e “Dos habitantes da cidade e Cercanias”. Premiada em concurso do IV Centenário da Paraíba, mereceu outra publicação em 1988, a cargo do Banco do Nordeste do Brasil.

9 - MEDEIROS FILHO, Olavo – **No Rastro dos Flamengos**. Natal: Fundação José Augusto, 1989.

Historiador do Rio Grande do Norte, pertencente ao Instituto Histórico local e autor de livros de importância para a região como **Velhas Famílias do Seridó** (1981) e **Índios do Seridó e do Açu** (1984), Medeiros Filho incorporou-se à Historiografia paraibana com a monografia acima. Nela, seqüenciando Coriolano de Medeiros em **Os holandeses como exploradores da Paraíba**, preparado para Congresso de História da América do IHGB, em 1922, reconstitue o trajeto das penetrações holandesas à serra da Copaoba e região do Cariri, bem como ânsia dos flamengos por riquezas minerais e peripécias de Roulox Baro e Jacob Rabbi.

10 - MELLO, José Octávio de Arruda – **A Escravidão na Paraíba – Historiografia e História** (Preconceitos e Racismo numa Produção Cultural). João Pessoa: A União Superintendência de Imprensa e Editora, 1988.

Nessa monografia, destinada ao estudo histórico e ideológico da Paraíba, a partir da escravidão e prevenções arguidas contra o negro, o século XVII ganha capítulo intitulado “A Visão Holandesa”. Com base nos cronistas, historiadores, pintores e antropólogos da época, demonstra-se que os holandeses, enpenhados em otimizar a produção açucareira, *já* tencionaram suprimir o trabalho servil. Tanto assim que antes de invadir o Brasil, ocuparam Angola, como principal fonte de suprimento de escravos.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1 - ANDRADE, Manuel Correia de – **A Terra e o Homem no Nordeste**, 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964.
- 2 - BRANDÃO, Ambrósio Fernandes – **Diálogos das Grandezas do Brasil**, com introdução e notas de José Antônio Gonsalves de Mello Neto. Recife: Editora Universitária, 1966
- 3 - MELLO NETO, José Antônio Gonsalves de – **Tempo dos Flamengos**, 2ª ed. Recife: BNB/SEC PE, 1974
- 4 - CAVALCANTI, Manoel Tavares – **Epítome de História da Paraíba**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1914.

5 - AQUINO, Aécio Vilar de – Três capitâneas do Brasil rendem mais que o comércio com a Índia. in **Correio das Artes**, suplemento literário de *A União*, nº 205. João Pessoa, 10 de setembro de 1983, p.6, com reedição a 2 de dezembro de 1983.

6 - MOREAU, Pierre e BARO, Roulox – **Histórias das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias**, com tradução e notas de Lêda Boechat Rodrigues. São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Livraria Itatiaia, 1976.

6 - XAVIER, Lauro e MELLO, José Octávio de Arruda – A Agricultura Paraibana de Irineu Pinto aos Dias Atuais. in **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano** nº 25. J. Pessoa. UFPB/Editora Universitária, 1991.

8 - LIMA, José Fernandes de – **A Lealdade e o Heroísmo do índio Potiguara Pedro Poty**. João Pessoa, 1990.

9 - FREIRE, Maria das Neves Padilha do Prado. **Baía da Traição** – A Acajutibiró dos Potiguara. João Pessoa: 1985.

10 - ZENAIDE, Hélio – “Vidal de Negreiros, o Bravo dos Bravos”, “Vidal de Negreiros o Íntegro Governador do Maranhão e Grão Pará”, “Mas afinal onde nasceu André Vidal de Negreiros” e “O primeiro marajá da Paraíba era português” in, respectivamente, **O Norte**, de 8 e 19 de fevereiro de 1975, **O Momento**, de 15 de outubro de 1989 e **O Norte**, de 19 de maio de 1991, o último dos quais referente a João Fernandes Vieira.

III CAPÍTULO – INTEGRAÇÃO TERRITORIAL, MONOPÓLIO E CRISE DO SÉCULO XVII AO XVIII

Sumário: 3.1. A extensão da crise e o monopólio. 3.2. A questão dos índios – uma revisão. 3.3. Casa da Torre, bandeirantes e Oliveira Ledos, na conquista do sertão. 3.4. A resistência indígena – A Guerra dos Bárbaros. 3.5. Economia, vilas e cidades no sertão – uma sociedade violenta. 3.6. Monopólio, Companhia de Comércio e perda da autonomia. 3.7. Inquisição, expulsão dos Jesuítas e crise geral.

Embora devam ser consideradas *simples episódios de ocupação da costa*, as invasões holandesas na Paraíba tornaram-se importantes em face da crise para que abriram caminho.

Verdade que uns poucos se beneficiaram da desarticulação econômica e social trazida pelos flamengos. Tal o caso de João Fernandes Vieira, chefe da Restauração Pernambucana que se apropriou dos três antigos engenhos de Ambrósio Fernandes Brandão, com o que aumentou para dezesseis o número de suas fabricas de açúcar no Nordeste. Destas, seis situavam-se na Paraíba.

Com dez casas e um sobrado na capital paraibana, cujo nome foi novamente trocado, dessa feita para (cidade da) Parahyba, Fernandes Vieira ainda se fazia detentor de vários currais de gado e dois mil escravos. Proprietário de novas sesmarias, obteve da Fazenda recursos para manutenção de cinco companhias do próprio terço. Tratava-se de força empenhada em expedições contra índios ainda não aculturados e negros agrupados em quilombos.

3.1. *A extensão da crise e o monopólio* – O caso do primeiro governador da Paraíba depois do domínio holandês e, em seguida, governador de Angola, era, porém, uma exceção. Isso porque, no conjunto, a *guerra civil* empreendida contra os holandeses resultou tão destruidora que, segundo um historiador, “o vale do

Parahyba, outrora povoado e vistoso pelas alegres cores dos canaviais e roças, está agora coberto de capoeiras cerradas, silenciosas e tristes como a história do seu passado”.

Tanto a Capitania da Paraíba saía devastada do período 1634/54, que os governadores que a dirigiram de 1654 a 1667 – a saber João Fernandes Vieira (1655/7), Antônio Dias Cardoso (1657) e Matias de Albuquerque Maranhão (1657/1663) – tiveram como objetivo a recuperação da economia açucareira.

Isso, porém, foi apenas parcialmente atingido. Em primeiro lugar, porque novos impostos recaíram sobre os paraibanos. Estes, como os demais habitantes do Brasil, viram-se obrigados a financiar indenização paga aos holandeses pela Paz de Haia (1661) para que estes, expulsos do Brasil, não se apossassem das colônias portuguesas no Oriente.

Para aquisição desses recursos, a Coroa lusitana também decidiu aumentar a autoridade sobre o Brasil. Neste, “os homens bons e cidadãos de posses” não mais disporiam dos antigos poderes. Como consequência, logo vigoraria o regime do monopólio, como se verá.

Esse monopólio já se esboçava nas providências adotadas por Portugal durante a segunda metade do século XVII. Em 1665, Carta Régia determinava que o açúcar produzido na Paraíba fosse embarcado diretamente para Portugal, e, em 1670, toda aquela produção obrigava-se a passar pelo porto do Recife. Em 1687, as Câmaras perdiam o direito de estabelecer preço para os *assucares*. Em 1690, o sistema de frotas, destinado a impedir o contrabando e favorecer a cobrança do dízimo, era oficializado, com as restrições alcançando o comércio do pau-brasil. Os navios que seguiam para a Europa tinham agora de fazê-lo em comboios, reunidos na Ponta de Lucena. Isso após submetidos a severa vistoria.

Paralelamente, a capitania era atingida em fins do século XVII por epidemias de febre amarela, então denominada *bicha*, e colera morbus. Quase ao mesmo tempo, devastadoras cheias do Rio Paraíba prejudicavam engenhos e canaviais, de modo que a Paraíba

ingressaria no século XVIII – o mais importante de sua História – em situação de desvantagem e crise.

3.2. – *A questão dos índios – uma revisão* – Na segunda metade do século XVII, a maior parte da população paraibana ainda era constituída de índios.

Estes, segundo as pesquisas mais modernas, agrupavam-se em três grandes nações — tupis, cariris e tarairiús.

Os tupis habitavam a zona mais próxima ao litoral e estavam divididos em potiguaras e tabajaras. Os primeiros localizados na parte norte do rio Paraíba, curso do rio Mamanguape e serra de Copaoba, foram rechaçados para o Rio Grande do Norte e reduzidos a aldeamentos na Baía da Traição, onde ainda hoje se encontram seus remanescentes. Quanto aos tabajaras, os que não foram aldeados em Aratagui (Alhandra), Jacoca (Conde), Piragibe (João Pessoa), Tibiri (Santa Rita) e Pindaúna (Gramame), deixaram a Paraíba em 1599.

Recentemente caracterizados, os tarairiús compreendiam as tribos Janduí, à altura dos atuais municípios de Santa Luzia e Patos, além do vale do Curimataú; Ariús, ao longo dos rios Piranhas, Sabugy e Seridó, além da região de Patu, próxima ao Rio Grande do Norte; Pegas nas proximidades dos atuais municípios de Pombal e Catolé do Rocha; Panatis, em áreas dos rios Piranhas e Pinharas; Sucurus, originariamente em Bananeiras e Cuité, tendo como zona de concentração os vales dos rios Curimataú e Trairi, e ainda Paiacus, na fronteira do Rio Grande do Norte com o Ceará, Canindés, na serra de Cuité, Genipapos, na fronteira do Rio Grande do Norte com o Ceará, Cavalcantis, que representariam facção dos Ariús, em Campina Grande, e Vidais, na zona fronteira do Rio Grande do Norte com o Ceará.

Registre-se, porém, que essas localizações não eram fixas. Isso porque não só os tarairiús eram nômades como porque estavam sendo deslocados por bandeirantes e missionários, por motivos de guerra e catequização. O caso mais evidente foi o dos Ariús, trazidos

da ribeira do Rio do Peixe, no atual município de Antenor Navarro, para campinas da serra da Borborema, onde originaram a cidade de Campina Grande.

Seja como for, os tarairiús possuem características físicas e culturais bastante próprias. Pertencentes ao grupo racial Láguido, praticavam o endocanibalismo que os levavam a comer os próprios parentes. Não tendo morada fixa, desenvolviam agricultura rudimentar, nos vales dos rios temporários Jaguaribe, no Ceará, Apodi, no Rio Grande do Norte, e Piranhas, Sabugí e Seridó, na Paraíba.

Em oposição aos tarairiús, com que não se harmonizavam, os cariris habitavam os vales úmidos dos rios permanentes e regiões altas de clima ameno, o que lhes assegurava plantações de milho, feijão e abóbora, com manifestações religiosas relacionadas com essa atividade. Na Paraíba, os cariris compreendiam, às margens dos rios do Peixe, Paraíba e Piancó, os Chocós e Paratiós, em Monteiro e Teixeira, na fronteira com Pernambuco; Carnoiós, na serra desse nome, em Cabaceiras e Boqueirão; Bodopitás ou Fagundes, nas regiões assim denominadas, próximas a Campina Grande; Bultrins nos Cariris de Pilar e Alagoa Nova; Icós, nas proximidades de Souza e Conceição, e Coremas, na região assim intitulada, no vale do Piancó.

3.3. *Casa da Torre, bandeirantes e Oliveira Ledos, na conquista do sertão* – Do ponto de vista da conquista do sertão da Paraíba, empreendida entre 1670 e 1730, as aldeias indígenas mais importantes foram aquelas dos cariris, às margens do Paraíba, em Pilar e Boqueirão.

Descritas pelo missionário capuchinho Marti(nho)m De Nantes, que sobre elas produziu importante *Relação*, essas missões funcionaram como *bases*, a partir das quais os Oliveira Lêdo alcançaram o sertão.

Esta palavra possuía, então, significado específico. Corruptela de *desertão*, significando terra deserta, isto é, ignota, desconhecida, o sertão começava, originariamente, logo depois da

costa. Essa a razão por que se falava em sertão do Taipu, no atual município de São Miguel de Taipu, a apenas vinte e dois quilômetros da capital, sertão da Lagoa do Paó, em Alagoa Grande, e sertão do Bruxaxá, sobre a serra da Borborema, em Areia. Só na segunda metade do século XIX, com os progressos da Geografia e aparecimento da literatura dita sertanista, sertão equivaleria a região fisiográfica delimitada e distinta, no caso da Paraíba, do litoral, agreste, brejo e cariri.

É desse sertão cuja primitiva colonização aqui estamos tratando. Quando Antônio de Oliveira Lêdo, cuja sesmaria se localizava atrás da de Vidal de Negreiros, no vale do Paraíba, chegou à missão indígena cariri de Boqueirão, na serra do Carnoió, no curso médio daquele rio, em 1670, o sertão da capitania já se encontrava parcialmente ocupado pela Casa da Torre. Nesse sentido, a presença desta nos sertões paraibanos dataria de 1663.

A Casa da Torre, cuja sede se localizava às margens do rio São Francisco, no sertão da Bahia, obtivera a doação de faixa de terra, da confluência do Pajeú, no atual estado de Pernambuco, à foz do Rio Grande, no Rio Grande do Norte. Era, como se vê, imenso território, a origem do sistema latifundiário que marcaria o sertão nordestino. A sua posse habilitaram-se não só o coronel Francisco Dias D'Ávila – que, ao falecer, em 1695, legou o patrimônio da Casa da Torre à esposa, dona Leonor Pereira Marinho – como colonos, foreiros daquele potentado. Esses colonos eram arrendatários da Casa da Torre, já então sesmeira do vale do Piancó, Piranhas de Cima e Rio do Peixe. Só na ribeira desses rios, as propriedades de Dias D'Ávila ascendiam a vinte e oito.

Verificam-se, então, duas grandes linha de penetração do sertão paraibano. Uma, longitudinal, isto é, do sul para o norte, partiu do Rio São Francisco e, através de afluente deste, penetrou a Paraíba, através da fronteira de Pernambuco. Percorreram-na bandeirantes paulistas, bahianos e pernambucanos.

A essa corrente incorporou-se o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho que, após esmagar o Quilombo dos Palmares, marchou sobre a Paraíba para fazer o mesmo com os índios da

Confederação dos Cariris. O terço, isto é, a militarizada formação de Jorge Velho, acampou, a certa altura, em Campina Grande, sendo que, da passagem pela Paraíba, restou *localidade batizada como Paulista*, nas cercanias de Pombal.

Os bandeirantes, todavia, não ocuparam a terra, no sentido de fazê-la render, economicamente. Apenas a devassaram, sufocando, onde foi o caso, a resistência indígena. A ocupação produtiva, isto é, *a colonização do sertão da Paraíba*, coube, além dos colonos que seguiram os bandeirantes, à família Oliveira Lêdo e aos sesmeiros articulados com este clã. Esses dois últimos ingressaram nos sertões da Paraíba, *latitudinalmente*, isto é, no sentido horizontal, de leste para oeste, com a maioria operando por conta própria e alguns sob o patrocínio do Governo. Os responsáveis por expedições denominadas entradas tornaram-se conhecidos como *entradistas*.

Os Oliveira Lêdo, situados na origem de tantos municípios paraibanos, a partir de Campina Grande, e região do Cariri, tanto levaram para o interior seus cabedais como se responsabilizaram por *entradas*. O patriarca do grupo, Antônio de Oliveira Lêdo, estabeleceu vias de penetração sertanejas, através de duas direções. A primeira, partindo da missão de Boqueirão, pelo curso do Paraíba, até o Rio Taperoá, afluente daquele, cruzou o pequeno Rio Farinha e, subindo o curso do Espinharas, nas vizinhanças de Patos, lançou-se para nordeste, a fim de, através do Rio Piranhas, alcançar a região do atual município de Brejo do Cruz e penetrar no Rio Grande do Norte, cuja zona do Seridó pertencia, então, à jurisdição da Paraíba.

O outro braço da penetração de Antônio de Oliveira Lêdo desviou-se para o sul, desde Boqueirão, a fim de, pelas nascentes do Rio Paraíba, ingressar em território pernambucano onde, chegando ao Pajeú, encontrou os colonos da Casa da Torre que por ali subiam, rumo ao alto sertão da Paraíba e o Ceará.

Dois outros Oliveira Lêdo, Custódio, irmão de Antônio, e Constantino, filho de Custódio, também participaram da conquista do sertão da Paraíba. Alguns autores pretendem que, cada um a seu

tempo, haja sido capitão-mor do sertão do Piancó e Piranhas. Quem, todavia, exerceu essa função com maior veemência foi outro filho de Custódio e sobrinho de Antônio, Teodósio de Oliveira Lêdo. A este ligou-se comissário da região de Sousa em homenagem ao qual foi batizada a Serra do Comissário.

A penetração de Teodósio partiu do aldeamento Cariri, de Pilar, no sentido noroeste, e, virando para o sul, alcançou o rio Taperoá. Seguindo em frente, atravessou o planalto da Borborema até Pau Ferrado, sobre o rio Piancó, de onde, infletindo para nordeste, alcançou, no vale do rio do Peixe, a localidade Jardim, atual Sousa. Descrevendo largo círculo, penetrou o Seridó norte-riograndense pela serra de Luiz Gomes e, desviando-se para o sul, alcançou a confluência do rio Piancó com o Piranhas onde, em 1698, fundou o arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó.

Esse povoado, do qual deriva a atual cidade de Pombal, constituiu o principal centro de irradiação de povoamento que compreendeu não apenas o sertão da Paraíba mas territórios do Rio Grande do Norte e Ceará. Para implantá-lo, Teodósio dirigiu-se ao Governador Manoel Soares de Albergaria junto a quem obteve farinha, sal, pólvora e algumas carnes.

Tais mantimentos destinavam-se ao chefe da expedição e alguns dos principais pois, para os outros portugueses e índios, nada era levado. Matava-se o gado dos currais encontrados pelo caminho enquanto os índios aculturados, que constituíam o grosso da formação, mantinham-se com a caça.

O procedimento, comum a *entradistas* e bandeirantes, punha em evidência elemento econômico novo. Tratava-se do gado, de tipo bovino, cavalar, asinino, ovino e caprino (miunças). Reunida nos currais das sesmarias logo concedidas, a gadaria constituiu não só a base da nova fronteira econômica da Paraíba – distinta daquela do litoral – como o elemento central da chamada “civilização do couro”, assim batizada pelo historiador Capistrano de Abreu. O vaqueiro, encarregado de criar e reunir as reses, tornar-se-ia seu tipo mais representativo.

A essa organização econômica e social competiu a ocupação produtiva do sertão do Nordeste. O processo estendeu-se até o Piauí, capitania que, desde o início, dispôs de Geografia própria, bastante larga por dentro e estreita no litoral, reduzido porque sem importância. O Piauí converteu-se em estação terminal das boiadas conduzidas desde o São Francisco, o que o folclore se encarrregou de glosar: “O meu boi morreu/ Que será de mim/ Manda buscar outro ó maninha/ Lá no Piauí”.

Na Paraíba, a feição latifundiária dessa zona sertaneja, a certa altura dividida entre a Casa da Torre e os Oliveiras Lêdo, motivou protestos do Governador João da Maia Gama. Para êste, “nem na Índia nem em lugar nenhum se vira colono mandando em colono como aqui”.

3.4. *A resistência indígena – a Guerra dos Bárbaros* – A presença de entradistas e bandeirantes, pelo sertão da Paraíba, dispunha de outra motivação, além de espalhar o gado pelos campos do criatório. Tratava-se de *prear índios*, reduzidos ao cativeiro, para vendagem no litoral. Entradistas e bandeirantes como Teodósio de Oliveira Lêdo, Domingos Jorge Velho, Domingos Afonso Sertão e Bernardo Vieira de Melo encontravam-se, confessadamente, comprometidos com essa empreitada.

Fosse por isso, por defenderem suas terras ou porque recebessem o estímulo dos franceses, ativos na embocadura do Rio Açu, no caso o Piranhas, que muda de nome, no Rio Grande do Norte, os índios decidiram reagir. Essa reação, que gerou a chamada Guerra dos Bárbaros, vigente nos sertões nordestinos, de 1680 a 1730, recebeu, igualmente, a denominação de Confederação dos Cariris. Uma vez mais, a resistência fazia-se o tema da História da Paraíba. Só que não foram os Cariris os responsáveis por esse procedimento, mas os Tarairiús.

Substancialmente, *a tática colonizadora era a mesma do litoral*, pois tratava-se de “dividir para reinar”, jogando os indígenas uns contra os outros. Como os Tabajaras no litoral, os

cariris fizeram-se aliados dos colonizadores, em face dos quais levantaram-se, com denodo, os Tarairiús. Por outro lado, os bandeirantes de Domingos Jorge Velho conduziram para o sertão da Paraíba escravos negros que, aculturados, depois de aprisionados em Palmares, foram utilizados contra os indígenas que resistiam. Aproveitando a luta, grupos de negros internaram-se pelos matos, sendo essa a origem de alguns quilombos sertanejos. O dos Craúnas resistiu durante muito tempo, no vale do Piancó.

Três fases experimentou a Guerra dos Bárbaros. A primeira rebentou na região norte-riograndense do Açu onde os indígenas se apresentaram com armas de fogo e munições contrabandeadas pelos franceses. A segunda, de maior duração, teve lugar na Paraíba, ao longo de toda povoação de Bom Sucesso do Piancó, balizada pelo vale do Jucurutu, na fronteira com o Rio Grande do Norte, ao norte, vale do Pajeú, nos limites com Pernambuco, ao sul, sertão do Cariri, na Paraíba, a leste, e sertão do Jaguaribe, no Ceará, a oeste. Expulsos da área, os índios refugiaram-se no Ceará, onde ocorreu a derradeira fase da Guerra dos Bárbaros.

A crueldade com que essa foi travada fez-se tão acentuada que, a certa altura, as autoridades lisboetas dirigiram-se ao Governador da Paraíba pedindo explicações sobre o que aí acontecia. Aldeias inteiras estavam sendo incendiadas e seus habitantes, massacrados, sem constituir exceção mulheres e crianças. Quanto aos adultos, que se recusavam à escravidão, eram passados pelo fio da espada. Tanto se sucediam as matanças que historiadores paraibanos a elas atribuíram o retardamento da colonização sertaneja, devido à escassez de mão de obra. Outro considerou as taxas de natalidade praticamente nulas no sertão da Paraíba do início do século XVIII.

Mesmo assim, os índios seguiram resistindo e se responsabilizando pelo que o historiador Geraldo Ireneu Joffily conceituou como “a maior guerra anti-colonialista que já se travou em território brasileiro”. Do lado dos naturais da terra, nunca menos de dez mil índios frexeiros deixaram de estar em ação. Como *resultado*, até

mesmo os bandeirantes de Domingos Jorge Velho chegaram a ser parcialmente derrotados. O Olivera Lêdo de nome Constantino esteve a pique de perecer em emboscada, sendo salvo por Jorge Velho.

Do lado da resistência indígena, notabilizaram-se os janduis, os mais bravos entre os mais bravos, pegas, panatis e paiacus. Destes, os que não se internaram nos sertões do Rio Grande do Norte e Ceará foram exterminados. Essa a razão por que a contribuição do índio à civilização sertaneja, na Paraíba, é bem menor que no Ceará, onde artesanato e tipo físico dotado de cabeça chata são de procedência indígena.

Na violência empregada contra os índios destacou-se Teodósio de Oliveira Lêdo cujas milícias desempenharam o papel de polícia de segurança da época. Em 1710, como rebentasse em Pernambuco a chamada Guerra dos Mascates, entre os senhores de engenho de Olinda e os comerciantes "mascates" do Recife, o Governador paraibano João da Maia Gama, partidário dos últimos, deslocou Teodósio para guarnecer a fronteira do litoral paraibano com Pernambuco. Outro caudilho sertanejo, Luiz Soares, encarregou-se de proteger o lado oposto, na fronteira com o Rio Grande do Norte.

Os mais implacáveis sertanistas acudiram às regiões do Piranhas e Piancó durante as batalhas do alto sertão da Paraíba. Um deles, o coronel Manoel de Araújo, deslocou-se com gado e cento e cinquenta homens bem armados, de fazendas do rio São Francisco para a zona ocupada pelos índios Coremas, que eram cariris. A rápida submissão desses ofereceu aos conquistadores, que pelejavam mais acima, retaguarda que decidiu a sorte das armas. Só então os tarairius foram subjugados. A ocupação do sertão da Paraíba fez-se sangrenta e, nele, escaramuças estenderam-se até 1750.

3.5. *Economia, vilas e cidades no sertão -- Uma sociedade violenta* – Consoante o historiador Ireneo Joffily, a seqüência bandeira-curral-fazenda-arraial responsabilizou-se pela formação

da sociedade sertaneja, na Paraíba.

De fato, como os bandeirantes, percorrendo o curso dos rios, se deslocassem com seu gado, seguia-se, inevitavelmente, a concentração deste em currais, campos cercados dotados de rústicas habitações, geralmente de pau a pique. Tratava-se das primitivas fazendas, localizadas em datas de terra, dotadas de capelas que lhes legitimavam a posse. Se a de Nossa Senhora do Rosário representou, entre 1701 e 1721, no Arraial do Piranhas, embrião da futura vila e cidade de Pombal, as capelas de Cabaceiras, em 1730, Jardim do Rio do Peixe (Souza), em 1732, Piancó, em 1748, Patos, em 1772, Catolé do Rocha e Santa Luzia, em 1773, e Monteiro, em 1800, significaram o elemento gerador dessas cidades.

A religião também se tornou um dos pilares da sociedade sertaneja, reunida em torno da capela de seus santos padroeiros, ainda hoje festejados como acontece com Santo Antônio, no mês de junho em Piancó, Nossa Senhora da Guia, no mês de setembro, em Patos, e Nossa Senhora do Rosário, também todos os anos, em outubro, em Pombal. Não raro, como em Santa Luzia, esses oragos ensejam cruzeiros onde se celebram promessas a devoções na parte mais alta da povoação. Isto aconteceu porque, por toda parte, o terço do missionário seguiu o trabuco do conquistador.

Outro elemento formador dos arraiais que se converteram, com o tempo, em povoados, vilas e cidades, foram os sítios. Na qualidade de "maior figura patriarcal do sertão da Paraíba", o capitão-mor José Gomes de Sá possuía fazendas arrendadas à Casa da Torre, como Acauã e Riachão, atuais distritos da região de Sousa. A cidade de Conceição fez-se, originalmente, data de terra pertencente a Pedro Monteiro, no vale do Piancó, em cujos sertões, fazendas como São Gonçalo, Lagoa Tapada e Santo Antônio (atual Piancó), também originaram sedes de distritos e municípios da Paraíba.

A fácil obtenção de terras, incultas ou arrebatadas aos índios, gerou a grande propriedade pecuária, bastante pronunciada no sertão. Só a família Oliveira Lêdo chegou a possuir mais de

cinquenta léguas de terras, no interior da Paraíba. O fenômeno, ainda no século XVIII, começou a preocupar as autoridades que estabeleceram providências, restringindo o tamanho das sesmarias. Em 1697, Carta Régia limitava-as a três léguas de comprimento e uma de largura, ou seja, onze mil hectares !...

Nessas glebas não apenas se criava gado como também se plantavam generos de subsistência, algodão e cana-de-açúcar. O algodão, que somente no século XIX se valorizaria nos mercados internacionais, servia para o fabrico de utilidades domésticas e panos rústicos como madrepolão. Já a cana de açúcar ambientou-se nos baixios e aguadas para produção de rapadura - alimento básico na dieta do sertanejo. O grosso da rapadura consumida pela matutada adviria, porém, dos engenhos do brejo com os quais o sertão se comunicou, através de primitivos caminhos — “os caminhos antigos do povoamento do Brasil”. Alguns desses cruzavam localidades cujos nomes não deixam dúvidas quanto à função que exerciam — Passagem, nas vizinhanças de Patos, e Travessia dos Quatro Caminhos, futura Taperoá, no Cariri.

Como os processos de salga da carne, próprios dos pastoreios gaúcho e cearense, demoraram a ser introduzidos no sertão paraibano, do abate do gado, após imediato consumo da carne, aproveitava-se o couro, exportado ou destinado a ensacar fumo, no litoral. Dele, o sertanejo retirava praticamente tudo — roupas, calçados, utensílios e até cobertura para as latadas. Do gado também provinha o leite, usado na fabricação de queijos e doces, bem como variada culinária, no centro da qual se situa(va) a buchada, como prato típico da região. No folclore, o bumba-meu-boi e o pastoril encarregaram-se de valorizar o boi, presente à denominação de cidades paraibanas como Curral Velho, Santana dos Garrotes e Boi Velho (atual Ouro Velho).

A circunstância de que, eventualmente, o vaqueiro se tornasse proprietário, e a constatação de que a alimentação sertaneja fosse mais abundante que a do litoral, gerou a versão da democrática sociedade sertaneja. Trata-se de um *mito*, isto é,

esteriótipo repetido pela tradição. Na zona sertaneja, a concentração territorial acentuou as distâncias de classe, de modo que sua “vocaçao democrática” só se torna válida se comparada à zona açucareira, mais senhorial.

A disputa pela terra gerou, no sertão, sociedade violenta que se prolongou no cangaço e lutas de família, até bem pouco visíveis em municípios como Catolé do Rocha, Teixeira, Misericórdia (atual Itaporanga) e Piancó. Essas refregas provêm da própria conquista, quando a Casa da Torre entrou em choque com os sesmeiros e estes, posteriormente, com índios e colonos.

O povoamento da região ficou a cargo dos colonos que eram mamelucos, resultantes de cruzamento do branco com o índio, mais amplo que o cafuno, proveniente de mistura do índio com o negro e também aí encontrado. Alguns desses mamelucos sequer falavam o português. Quando Domingos Jorge Velho passou por Olinda, o bispo local queixou-se ao Rei de Portugal, revelando que “aqui esteve um selvagem que nem nossa língua fala”. Jorge Velho, que se comunicava na língua geral, trazia consigo um *lingua*, isto é, intérprete, e entrou para falar com o bispo, acompanhado de sete concubinas...

Seguramente o mais importante da Historia da Paraíba, o século XVIII assinalou a integração da capitania, ou seja, a ocupação do território. Isso se positivou quando os colonos, sempre usurpando as terras indígenas, chegaram a Bananeiras, na fronteira do brejo com o Rio Grande do Norte, e a Cuité, na serra, em 1760. Esta última região, arrebatada aos sucurus, foi devassada em busca de sal e aguadas para o gado, daí porque a estrada que por aí demanda o Rio Grande do Norte é conhecida como “estrada do sal”.

Quando a região de Monteiro foi ocupada em 1800, e Princesa Isabel, nos Cariris de Princesa, viu-se conquistada em 1805, a Paraíba completava a unidade territorial. Nem essa, contudo, bastou para oferecer progresso ao século XVIII, já marcado por profunda crise estrutural.

3.6. Monopólio, Companhia de Comércio e perda da

autonomia – Essa situação consumou-se na Paraíba da segunda metade do século XVIII, em face do regime de monopólio e da Inquisição. O primeiro implicou no funcionamento de companhia de Comércio e perda de autonomia da capitania, entre 1755 e 1799. Já a Inquisição relacionou-se com a expulsão dos Jesuítas, como se verá.

Foram ambos subprodutos da ação do Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal e praticamente o governante, durante o reinado do fraco Dom José I. Modernizador enérgico e autoritário, Sebastião José de Carvalho compreendeu o atraso do Reino, em face de países como Inglaterra, de que Portugal crescentemente dependia, e Holanda.

Datou daí seu empenho de criar companhias de comércio e navegação, inspiradas no modelo holandês. Em seguida à constituição, na própria metrópole, da Companhia de Vinhas do Alto Douro, o Brasil viu-se contemplado com duas dessas instituições – a Companhia do Comércio do Grão Pará e Maranhão, em 1755, e a de Pernambuco e Paraíba, em 1759. Pela ótica pombalina, elas visavam a ressuscitar comércio enfraquecido e minado pelo contrabando. Este era acobertado pelos funcionários das alfândegas portuguesas.

As companhias constituíam entidades estatais, isto é, patrocinadas pela Coroa. Nesse sentido, cabia-lhes, através do sistema de frotas, monopolizar todo comércio com a Paraíba. Esse somente poderia ser exercido pela Companhia que se obrigava, no caso paraibano, a adquirir a produção de açúcar, couros, madeira, algodão e peles, comprometendo-se a, em contrapartida, abastecer a capitania de vinhos, azeite, manteiga, tecidos, queijos (denominados “do reino”) e bacalhau.

Os resultados dessa orientação foram desastrosos porque, buscando aumentar os lucros, a Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba comprava barato e vendia caro, com o que a Capitania via-se espoliada por dentro e por fora. De mais a mais, ao adiantar algum dinheiro aos senhores de engenho para estimular

a produção de açúcar, a Companhia os prejudicava, fosse taxando o preço dessa mercadoria, cobrando juros exorbitantes pelos empréstimos, ou ainda executando, implacavelmente, os devedores inadimplentes.

Como consequência, a produção açucareira entrou em colapso, arrastando consigo o comércio. Este somente poderia desenvolver-se por Pernambuco, daí porque, até a extinção da Companhia de Comércio, em 1780, não havia, na Paraíba, uma só casa de comércio para custear carregamento, adiantamento de despesa e custeio de navios. Os senhores de engenho experimentavam dificuldades porque os implementos de que necessitavam – tachos, moendas, alambiques e ferramentas – eram fornecidos a preços elevadíssimos. A Companhia também falhava no fornecimento de escravos.

Tanto a Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba arruinou esta capitania que, segundo um historiador, “na cidade da Paraíba as famílias viviam encerradas para ocultar sua pobreza e as ruas quase desertas e silenciosas”. Para o futuro governador Fernando Delgado, “traficantes usurários de fundos alheios e companhias de sanguessugas avarentas serão sempre a peste destas colonias”. Em fins do século XIX, herdeiros e devedores da Companhia ainda se encontravam às voltas com sucessores dos credores...

Para favorecer a atuação da Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba, a Corôa portuguesa estabeleceu a fusão das duas capitanias, em 1756. Com isso a Paraíba era privada de autonomia. Suas rendas transferiram-se para Pernambuco, incumbido de prover as despesas militares da capitania vizinha.

Protestos surgiram imediatamente. O Senado da Câmara da capital dirigiu-se ao Rei, resumindo as condições de que a capitania dispunha para manter-se independente, e a inconveniência da subordinação. As administrações das capitanias conjugadas permaneciam separadas, mas, mesmo assim, Jerônimo José de Melo e Castro, que governou a Paraíba de 1764 a 1797, reclamou

com veemência. Ele não se conformava em que o capitão-mor não dispusesse de poder político, militar ou econômico para administrar a Capitania. Todas as decisões partiam de Pernambuco.

A grande voz que se ergueu contra essas dificuldades foi a de Fernando Delgado Freire de Castilho, governador da Paraíba entre 1798 a 1802. Suas opiniões, expressadas com clareza e conhecimento de causa, tornaram-no uma das maiores figuras da História da Paraíba.

Em 1798, Freire de Castilho dirigiu-se ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos para censurar o Governo de Pernambuco por providências que implicavam no monopólio dos gêneros de primeira necessidade. Os preços destes subiam, astronomicamente, além de que a Junta Pernambucana, açambarcando as rendas do vizinho, não enviava recursos de qualquer espécie à Paraíba.

Quando, no ano seguinte, a Coroa portuguesa indagou se a Paraíba deveria retomar a autonomia, Freire de Castilho não se limitou a responder, laconicamente. Sua resposta está contida no relatório **O Governador da Capitania Fernando de Castilho presta a metrópole a interessante narração do estado em que se acha a mesma capitania, importante documento de valor histórico**. De apenas nove páginas, trata-se de um dos mais importantes documentos da Historiografia paraibana.

Nele, o governador nada esqueceu, desde a Geografia econômica da capitania e feição da capital, até os ancoradouros, riquezas potenciais e estrutura administrativa. No plano econômico, insurgiu-se contra a subordinação do comércio da Paraíba a Pernambuco, que convertera os negociantes daquela em meros feitores dos comerciantes dessa. Protestou contra a estagnação da agricultura e reclamou da inexistência de mão de obra escrava para os engenhos de açúcar e fazendas de algodão.

Atribuindo a origem desses males ao sistema de monopólio da Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba, Castilho sugeriu providências como intervenção não monopolística do Esta-

do, moderação fiscal, restabelecimento do tráfico de mercadorias na própria colônia e não apenas com Portugal, valorização do elemento local no provimento dos quadros administrativos e retenção, na própria capitania, dos capitais aí gerados.

Com olhos, igualmente, para a deplorável situação dos prédios públicos da cidade da Paraíba, Fernando Delgado Freire de Castilho reclamou de distorção comum à administração pública paraibana e brasileira. Trata-se da desnecessária multiplicação de cargos, ofícios e empregos, repartidos por afilhados e protegidos sem qualquer qualificação.

3.7. Inquisição, Expulsão dos Jesuítas e Crise Geral — Outro fator de atraso para a Paraíba, no século XVIII, foi a Inquisição que, já existente, intensificou-se no período. Por volta de 1731, ela assumiu maior virulência no Brasil onde passou a também perseguir cripto-judeus, descendentes dos primitivos cristãos-novos.

Contando em 1774 com 9 Igrejas, 33 capelas, 5 conventos, 17 engenhos, 2.437 fogos, e população de 10.050 almas na freguesia da capital, e 18 Igrejas, 5 conventos, 6 vilas, 37 engenhos, 869 fazendas, 9.391 fogos, e população de 52.000 habitantes em toda capitania, a Paraíba tornou-se tentadora presa para o Tribunal do Santo Ofício. Especialistas sustentam haver sido ela a capitania mais perseguida pela instituição, depois do Rio de Janeiro.

Conquanto constituísse, originariamente, tribunal religioso, a Inquisição estendeu seus efeitos ao terreno econômico e social. Na Península Ibérica, sua vigência, impulsionada pela Coroa em aliança com nobreza e alto clero, significou a marginalização dos mais industriais componentes da burguesia, isto é, judeus, protestantes e moçárabes. Estes grupos, emigrando com seus capitais para Holanda, Inglaterra, parte da França e, norte da Europa, desenvolveram esses países, esvaziando Portugal e Espanha.

No Brasil, a Inquisição significou mecanismo do pacto colonial, ou seja, de transferência de riqueza da colônia para a

metrópole. Isto porque os por ela atingidos tinham os bens confiscados e incorporados ao patrimônio da Coroa. Além do mais, como os processos inquisitoriais eram secretos, o que propiciava delações de todo tipo, gerava-se clima de insegurança, pouco propício aos negócios. O comércio também não prosperava porque a Inquisição desconfiava dos que detinham fortunas e emprestavam dinheiro a juros.

Na Paraíba, o Tribunal do Santo Ofício enquadrou lavradores de cana, negociantes, plantadores de tabaco, mestres de açúcar, médios proprietários, mercadores, latoeiros, caldeiros e fazendeiros, todos acusados de práticas judaizantes. A região onde mais atuou foi o vale do Paraíba, a mais rica da capitania. Expressão, ademais, de religiosidade supersticiosa e clericalista, a Inquisição estimulava autoflagelações e doações para construção de Igrejas, três das quais - São Bento, São Francisco e Carmo - foram concluídas e restauradas entre 1761 e 1779. Sob a pressão do Santo Ofício, a Paraíba também contribuiu para o dote do casamento dos filhos de Dom João V com a família real da Espanha. Tudo isso acarretava o desvio de recursos das atividades produtivas.

Mais de quarenta pessoas residentes na capitania da Paraíba foram condenadas a cárcere perpétuo. Destas, "duas infelizes criaturas" foram queimadas vivas, nos Autos de Fé de Lisboa. O caso de uma bela judia chamada Branca Dias, senhora de engenho no vale do Gramame, e também cremada na capital portuguesa, não passa de lenda, inventada por escritores anti-clericais e alimentada pela Maçonaria. Esta batizou com seu nome a principal loja maçônica da capital. Em verdade, Branca Dias nunca existiu na Paraíba. A verdadeira residiu no engenho Camaragibe, em Pernambuco, onde, falecida em 1591, foi objeto de várias denúncias ao tribunal do Santo Ofício. Algumas delas post-mortem.

A principal vítima da Inquisição na Paraíba foi o padre jesuíta italiano Gabriel Malagrida, garroteado e queimado vivo em Lisboa. Sacerdote dedicado a obras de caridade e assistência social, o que o levou a edificar escolas, asilos, orfanatos, igrejas e Casas

de Recolhimento e Caridade, no Maranhão, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, associou seu nome ao antigo conjunto jesuítico da atual Praça João Pessoa, na capital do Estado. Aí, Malagrida iniciou a construção de Seminário anexo à Igreja de N.S. da Conceição e Convento dos Jesuítas. No prédio, que serviu de sede ao Liceu Paraibano, nos séculos XIX e XX, hoje funciona (novamente) a Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba, com a denominação de Centro de Ciências Jurídicas.

O sacrifício de Malagrida situou-se dentro de campanha empreendida pelo Marquês de Pombal, contra a Ordem dos Inacianos, em Portugal. Partidário do chamado despotismo esclarecido, Pombal fazia-se ilustrado autocrata que pretextou conspiração jesuítica contra a Casa Real para banir a corporação religiosa do Reino. Já Malagrida, socialmente consequente, ^{JESUITAS} era intelectualmente atrasado, dado a visões místicas.

Esses acontecimentos repercutiram na Paraíba, sob a forma da expulsão dos jesuítas, em 1759. Seus bens, constantes de fazenda de gado com escravaria nos termos de Mamanguape, Piancó, Cariri e Itabaiana, sobrados, casas e vários fogos aforados na capital, onde só o convento viu-se avaliado em 12.000\$000, foram confiscados. Como resultado ficaram imediatamente desassistidas as missões religiosas mantidas pela Companhia de Jesus em Alhandra, Jacoca, Taquara, São Miguel da Baía da Traição, Mamanguape e Pilar

Pior ainda, o débil sistema educacional mantido pelos jesuítas, juntamente com beneditinos, franciscanos e carmelitas, ficou desarticulado. Tal se verificava porque, embora recolhesse da população recursos derivados da cobrança de subsídio literário para instrução e bibliotecas, Portugal nunca se preocupou com qualquer dessas manifestações na colônia. Seu colonialismo, um dos mais obtusos de todos os tempos, ^{com} temia que os brasileiros, aprendendo a ler e pensar, se emancipassem. Livros aqui escritos eram confiscados. Os de fora, principalmente da França, retidos na Alfândega, não podiam entrar. Só raríssimos habitantes da terra

conseguiram então estudar, em Coimbra. Durante todo Brasil Colônia, a Paraíba aí formou dois médicos, sendo o primeiro Feliciano Dourado, em 1639.

valado autenticamente
Dentro desse quadro, apenas as ordens religiosas, voltadas para a catequese, preocupavam-se com a transmissão de rudimentos de leitura, cálculo e escrita, além de noções de Teologia e Latim. Seguidores da chamada *ratio studiorum*, os padres da Companhia de Jesus fundaram, sob a liderança de Gabriel Malagrida, em 1745, ²seminário que, dotado de aulas de Latim e Humanidades, funcionou como primeiro estabelecimento de ensino geral.

A exclusão dos jesuitas desmantelou esse arremedo de educação, até porque somente em 1783 funcionou a primeira escola de Latim criada por Carta Régia de 1766. A reforma educacional pombalina, baseada em escolas menores de ler, escrever e contar, somente funcionou, timidamente, a partir de 1784. Com isso, apenas em 1822 foram criadas escolas públicas, em cidades e vilas da Paraíba, Explorado e mantido na obscuridade, o povo paraibano, como o brasileiro, aprendeu a ler sem escolas.

lix
A Paraíba experimentaria outros desfavores, no século XVIII. Secas impiedosas assolaram seu território, de 1710 a 1712, e ainda em 1724, 1777, 1791, 1792 e 1793, gerando epidemias de fome. Numa dessas, os beneditinos nada puderam fazer por seus escravos, carentes de comida. Os que não sucumbiram foram libertados para se alimentarem de "hervas agrestes". Novas inundações do Rio Paraíba, como em 1729, devastaram os canaviais e engenhos do vale, embaraçando a produção açucareira.

Em consequência de tudo isso, a capitania principiou a contar com produção algodoeira nas últimas décadas do setecentismo mas as finanças não melhoraram. Apesar da expansão territorial, o século XVIII resultou negativo para a Paraíba. Em verdade, ele inicia descesso econômico-social que se estende até hoje, como uma das características de nossa História.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1 - SILVA, Francisco Pontes da e ARAÚJO, Fátima, (orgs.) - **Parahyba, 400 Anos.** João Pessoa: Comissão do IV Centenário da Paraíba/GrafSet, 1985.

Especialmente preparado, como constante do título, para os quatrocentos anos da Paraíba, trata-se de coletânea em que estudos de José Honório Rodrigues, Janete Lins Rodrigues, José Octávio de A. Melo e Alex Santos se ocupam, amplamente, do fator espacial. O de Lins Rodrigues, acompanhado de mapas e gráficos, corresponde a autora versada em Geografia, a os de Honório, Octávio e Santos a Historiografia e Géó-História.

2 - TAVARES, João de Lira - **Apontamentos para a História Territorial da Paraíba**, 2ª ed. (2 vols.). Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982 e 1989.

À semelhança de Irenêo Joffily com **Sinopse das Sesmarias** (1894), João de Lyra Tavares compreendeu a importância das sesmarias na ocupação da terra e expansão da capitania. Data daí esse levantamento, acompanhado de importante documentação complementar - a *Lei de Terras* de 1850, por exemplo, - e estudos de José Rodrigues de Carvalho e José Pedro Nicodemos. A reedição facsimilada dos dois tomos, originariamente datados de 1910, pela Coleção Mossoroense, ressalta os serviços do publicista nordestino Vingt-Un Rosado Maia às culturas brasileira e nordestina.

3 - JOFFILY, Irenêo - **Notas sobre a Paraíba**. 2ª ed. Brasília: Thesaurus Editora, 1977.

Um dos mais sólidos estudos de toda Historiografia paraibana, mereceu reedição, amplificada por seleção de crônicas do autor em jornais da Paraíba e Pernambuco, e magistras apresentações e notas do neto Geraldo Irenêo Joffily, constituindo aquela praticamente um novo livro. Com essa monografia, datada de 1892, Irenêo Joffily lançou-se à reorientação da Historiografia paraibana, com base nos conceitos de espaço e síntese temática. Seu modelo era

Capistrano de Abreu, responsável pelo prefácio da primeira edição, conservado na segunda. O sertanismo do primeiro Joffily levou-o a colocações antológicas sobre secas, agricultura, e cidades e vilas da Paraíba.

4 – SEIXAS, Wilson – Pesquisas para a História do Sertão da Paraíba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, número 21. João Pessoa: Imprensa Universitária da Paraíba, 1975.

Unanimemente considerado o Capistrano de Abreu das novas gerações da Historiografia paraibana, Wilson Seixas culminou, com esse estudo de trinta e três páginas, a trajetória de historiador sertanista. Conjugando fontes primárias do cartório de Pombal com sólida bibliografia, o autor de **Os Pordeus no vale do Rio do Peixe** (1972) estudou, com proficiência, a ocupação do sertão das Piranhas – cruenta, no seu entender – a partir da primitiva ação da Casa da Torre, penetração dos entradistas e bandeirantes, resistência dos índios da Confederação dos Cariris, função geopolítica do Arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó (atual cidade de Pombal), e colonos mamelucos que, com sua gadaria, povoaram a região. Um estudo como poucos.

5 – BORGES, José Elias – Índigenas da Paraíba (1) – Classificação Preliminar. **Educação e Cultura**, nº12. João Pessoa: Sec. 1984.

Antes de incorporar esse mesmo texto à segunda edição da coletânea **Paraíba: Conquista, Patrimônio e Povo** – Por uma seleção de autores, (1993), organizada por José Octávio e Gonzaga Rodrigues, José Elias Borges inseriu-o, com mapas e ilustrações, em revista trimestral da Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba. Trata-se de estudo antropológico do mais alto nível. Revisionista, Borges acrescenta aos três tradicionais grupos indígenas paraibanos (Tabajaras, Potiguaras e Cariris) um quarto grupo, os Tarairiús. Estes, e não os Cariris, é que teriam resistido aos brancos, no sertão. A Confederação dos Cariris, desta forma, seria a Confederação dos Tarairiús

6 – MOONEN, Franz – **Os Índios Potiguara da Paraíba**

João Pessoa: NUPPO/UFPB, 1982.

Um dos mais competentes antropólogos da cultura paraibana, Franz Moonen tem estudado a questão indígena, por meio de pesquisas de campo e articulação com *a questão da terra*, dela inseparável. Data daí contribuição presente aos **Capítulos de História da Paraíba** (1987) e estudos de discussão da política da FUNAI e situação da reserva indígena potiguara da Baía da Traição.

Em **Os Índios Potiguara da Paraíba** o autor rastreia esse grupo étnico desde o século XVI até nossos dias, ressaltando não apenas suas características, como a violência que sobre ele incidiu.

7 – MACHADO, Maximiano Lopes – **História da Província da Paraíba** (2 vols.) 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

Primeira História da Paraíba escrita por um paraibano, essa obra de Maximiano Machado, datada de 1912, mas concluída desde 1896 (?), foi reeditada pela Universidade da Paraíba, com estudo introdutório de José Octávio. O (novo) prefaciador nela ressaltou o que interessa aqui, isto é, organização político-administrativa do século XVIII e “o corte vertical na sociedade colonial paraibana que aí se processa, aparecendo seus costumes, residências, móveis, hábitos alimentares, vestuário, posição da mulher em sociedade repassada de patriarcalismo, escravidão”.

8 – OLIVEIRA, Elza Régis de – **A Paraíba na Crise do século XVIII – Subordinação e Autonomia (1755-1799)**. Fortaleza: BNB, 1985.

Originariamente dissertação de mestrado que prima por amplitude de pesquisa e objetividade, esse estudo de Elza Régis aborda a Paraíba no contexto internacional onde, desde o século XVII, verificava-se o declínio de Portugal. Considerando as relações deste com o Brasil, Régis de Oliveira resalta o quadro econômico-social e político-administrativo dentro do qual, de 1755 a 1799, a Paraíba perdeu sua autonomia, subordinando-se a Pernambuco. Durante parte desse período, ocorreu o funcionamen-

to da Companhia do Comércio de Pernambuco e da Paraíba cuja ação **A Paraíba na crise do século XVIII** também analisa, tendo como contraponto as marchas e contramarchas do colonialismo português.

9 – PINTO, Irineu Ferreira – **Datas e Notas para a História da Paraíba**, (2 vols.), 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

Judiciosa introdução de José Pedro Nicodemos enriquece a reedição desse livro datado de 1916 e de *extraordinária utilidade* para os pesquisadores da História da Paraíba. Com tenacidade e competência, Ferreira Pinto converteu-se no “bebedouro coletivo da História da Paraíba”, pela capacidade de enfeixar a documentação desta em fatos políticos, administrativos, eclesiásticos, econômicos, sociais e culturais, com base em estatísticas, cartas-régias e relatórios. Entre estes destacam-se os de Fernando Delgado, de quem o relatório de 1799 mereceu referências de José Honório Rodrigues em **História da História do Brasil – 1ª Parte**, *Historiografia Colonial* (1979).

10 – COUTINHO, Marcus Odilon Ribeiro – **O Livro Proibido do Padre Malagrida**, João Pessoa: Unigraf, 1986.

Nem a escassês de fontes impediu Marcus Odilon de preparar estudo referente ao padre Gabriel Malagrida, fundador do colégio dos Jesuítas, e principal vítima da Inquisição, na Paraíba. Hostil ao marquês de Pombal, Odilon toma o partido do missionário italiano em suas andanças pelo Nordeste. Quando da publicação, esse livro foi objeto de longa crítica pelo jornal **A União** de 24 e 28 de setembro de 1986. O tema também motivou artigo de Frederick C. H. Garcia – “Gabriel Malagrida, personagem central de uma tragédia francesa” para **Correio das Artes**, suplemento literário de **A União**, a 7 de agosto de 1977.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1 – NANTES, padre Martinho de – **Relação de uma missão no Rio São Francisco** (com tradução e comentários de Barbosa Lima Sobrinho). São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979.

2 – TAUNAY, Affonso de E. **História das Bandeiras Paulistas** (3 vols.), 3ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos/INL, 1975.

3 – PORDEUS, Terezinha de Jesus Ramalho – **A Segunda Conquista da Paraíba – Sertão**. João Pessoa: s.r, 1975. (mimeo.)

4 – SOARES, Sidney e ANDRADE, Plauto Mesquita de (orgs.) – **Enciclopédia dos Municípios Paraibanos**. João Pessoa: Edições Correio da Paraíba, 1976.

5 – SEIXAS, Wilson – **O Velho Arraial de Piranhas** (Pombal). João Pessoa: Gráfica A Imprensa, 1962.

6 – BENJAMIM, Roberto. TRIGUEIRO, Oswaldo Meira – **Festa do Rosário de Pombal**. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, s/d.

7 – LEAL, José – **Reencontro da Vila** (João Pessoa: Gráfica A Imprensa, 1961), **Assim Eram as Coisas** (João Pessoa: Editora A União, 1971) e **Vale da Travessia** (João Pessoa: API Editora, 1972), com análise crítica de José Octávio “Três monografias do historiador José Leal Ramos” no suplemento especial de *O Norte* sobre José Leal, 14 de julho de 1991, p. C - 6.

8 – NEVES, Joana (org.) et alii. **História de Patos**. Campina Grande: Comissão do IV Centenário da Paraíba/NDIHR/Prefeitura de Patos, 1985.

9 – RIBEIRO JÚNIOR, José – **Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro – A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)**. São Paulo: Hucitec, 1976.

10 – MELLO, José Baptista de – **Evolução do Ensino na Paraíba**, 2ª ed. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1956.

IV CAPÍTULO – UM TEMPO DE MUITAS LUTAS

Sumário : 4.1. Ocupação e integração do espaço paraibano – a função do brejo. 4.2. Questões de classe e ideologia liberal na Revolução de 1817. 4.3. Glória e desgraça de um movimento. 4.4. Confederação do Equador ou o sacrifício de Frei Caneca. 4.5. 1848/9 : O rugido democrático da Praia. 4.6. A Paraíba e a Independência do Brasil – Manoel Carneiro da Cunha. 4.7. Das lutas da Regência à centralização de 1850. 4.8. Economia e indicadores sociais na segunda metade do século XIX. 4.9. Movimentos populares – A rebelião dos de baixo. 4.10. A Paraíba do Império à República-Elite Política, Federação e Imprensa. 4.11. A Abolição pela porta da crise.

19
(m) atoumto
2000

No início do século XIX, a Paraíba encontrava-se com o espaço definido. Ou seja, suas diversas regiões já operavam em termos econômicos.

4.1. Ocupação e integração do espaço paraibano – a função do brejo. – A zona da mata ou do litoral, assinalada por rios de penetração para o interior, como o Paraíba e o Mamanguape, nucleava plantações e engenhos de cana de açúcar. Outros cursos d'água como os afluentes do Paraíba e os de nome Camaratuba e Gramame, também exerciam essa função.

A expansão para a área mais próxima do interior, motivada pela procura de animais de tiro e lenha para os engenhos, implicou na ocupação do agreste que, situado entre Pilar e contrafortes da Borborema, serviria para economia de subsistência. A produção de alimentos como feijão, milho, fava, batata e jerimum, com base em mão de obra livre, constituiu a essência da primitiva economia agrestina.

Atrás da serra da Borborema, até a fronteira com o Ceará, encontra(va)-se a maior parte do território paraibano, localizado no semi-árido. Este compreende o Cariri e o Sertão, como palco dos acontecimentos das últimas décadas do século XVII e primeira metade do século XVIII. Daí resultou a chamada economia algodoeiro-pecuária, fundamentada no gado dos currais, a que logo se

A FAZENDA TORNOU-SE O EIXO ECONÔMICO

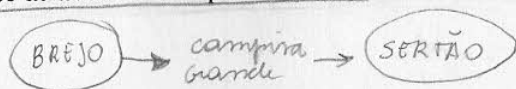
ligaria o algodão, empurrado para os mercados internacionais, desde a Segunda Guerra de Independência dos Estados Unidos (1811/12).

Nessa vasta região também se planta (va)m generos de subsistência nas vasantes, ocorrência mais possível nos vales dos rios do Peixe e Piranhas que no Carriri. Neste, o clima excessivamente sêco e solo árido propiciaram o gado pé duro, pouco arroubado e de longos chifres. Em contraposição aos engenhos do litoral, a fazenda tornou-se o eixo da vida social sertanejo-caririzeira.

Como os caminhos do povoamento equivaliam a simples picadas abertas no mato, eis que de estradas ^{ISOLA DOS} somente se poderá falar ao final do século XIX e, um pouco mais tarde, com as obras contra as sêcas, essas regiões encontravam-se pouco articuladas e praticamente separadas umas das outras. Isso valia principalmente para o litoral, que compunha tipo de sociedade escravista, e o sertão, de distâncias sociais menos marcadas. Por outro lado, como somente em 1830 a ponte Sanhauá começaria a funcionar, e ainda assim precariamente, a capital do Estado permanecia mais ligada à zona litorânea de Pernambuco e Rio Grande do Norte que ao interior.

A região que, a partir de fins do século XVIII até o XIX, exerceria o papel de traço de união entre as duas Paraibas, isto é, as do açúcar litorâneo e boi sertanejo, será o brejo onde essas sociedades se encontraram. Localizado nas terras úmidas do planalto da Borborema, entre Areia e Alagoa Nova a sudeste, e Bananeiras, a nordeste, o brejo sediou, desde o início, a economia aguardenteiro-rapadureira dos pequenos e numerosos engenhos, destinados à fabricação de aguardente e rapadura. Com isso a zona também tornou-se canavieira, embora com feição algo diversa à do litoral. Seus proprietários, mesmo recorrendo ao trabalho escravo, não dispunham do prestígio dos da zona da mata, até porque, no brejo, também vigorava a policultura dos gêneros de subsistência e produção de fumo em corda.

A ligação da zona brejeira com o sertão da Paraíba processou-se através de Campina Grande, vocacionada, desde as



origens, para a condição de empório, como animado centro de trocas. Proveniente do aldeamento ariú de 1697, freguesia em 1760, e vila, com a denominação de Vila Nova da Rainha, em 1790, Campina também albergou o chamado ciclo da farinha. Por via deste, a mandioca, plantada e processada em suas imediações, destinou-se ao brejo, para trocas por aguardente e rapadura, e ao abastecimento das populações sertanejas.

Esses produtos eram transportados por tangerinos ou comboieiros cujas tropas de burro passaram a cortar o território paraibano. Como não raro acampavam à sombra das árvores, varias dessas originaram arraiais, vilas e cidades, como Ingá, Caiçara e Mulungu no agreste, Umbuzeiro, Aroeiras, Massaranduba e Juazeirinho, no cariri, Quixaba, Catingueira e Cajazeiras, no sertão.

Localizada na intercessão dessas rotas, Campina Grande experimentaria rápido progresso, com instalação do Senado da Câmara em 1814, criação da primeira escola em 1822, inauguração do mercado em 1826 e construção dos açudes Velho e Novo, em 1830 e 1831. Em 1876, seu colégio eleitoral contava trinta e quatro eleitores.

Ainda assim pode-se dizer que, ao contrário dos séculos XVI e XVII, onde a supremacia pertenceu ao litoral, e do século XVIII, hegemoneizado pelo sertão, o século XIX assinalou a predominância do brejo. Desgarradas de Mamanguape no litoral, suas cidades, como Areia, Bananeiras e ainda Alagoa Grande, no pé da serra, se urbanizaram durante esse século de muitas lutas. Liberais a princípio, e populares posteriormente, essas refregas registraram sempre a participação, se não mesmo a liderança, da sociedade brejeira.

4.2. Questões de classe e ideologia liberal na Revolução de 1817 - As lutas políticas e sociais que sacudiram a Paraíba no século XIX cavam raízes no século XVIII, quando o açúcar perdeu posição nos mercados internacionais. Tal se devera, em

parte, à concorrência do produto das Antilhas aí desenvolvido pelos holandeses, a custos mais baixos, e ao açúcar de beterraba que a Europa então começava a produzir.

Na Paraíba, a rotina das técnicas agrícolas estreitava o mercado de trabalho, daí porque, no rastro de desemprego e vagabundagem, quadrilhas de salteadores infestaram a zona fronteira ao território paraibano e, em particular, a região do Apodi, entre 1721 e 22. Em outubro de 1802, intentou-se, na capital, o funcionamento de Sociedade Pia Agrícola, com a finalidade de levantar fundos para a renovação da agricultura. Seus resultados foram praticamente nulos.

Data daí a carência de mantimentos de boca, como farinha, na zona litorânea do início do século XIX. Para os paraibanos isso derivava não apenas de sistema de monopólio comercial do século XVIII mas da posição secundária da capitania no conjunto da economia regional. Dentro desta, era indiscutível a supremacia do porto do Recife, crescentemente dominado por comerciantes portugueses.

As variáveis desse quadro favoreceram movimentos em que, aliada aos liberais-radicais recifenses, a Paraíba levantou-se contra a dominação portuguesa, inicialmente, e, numa segunda etapa, contra a hegemonia do porto do Recife. Tal o esquema comum às insurreições de 1817, 24 e 48/9 que, dotadas de inspirações nativistas, surgiram no Recife para, penetrando por Itabaiana – o histórico portão por onde se derramou a influência pernambucana sobre a Paraíba – alcançar a região de Areia, historicamente ligada a Goiana, e a capital.

Ideologicamente, esses movimentos impregnaram-se do liberalismo anglo-franco-americano que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, ofereceram nova conformação político-social à Inglaterra, Estados Unidos e França. Tratava-se da onda iluminista do liberalismo que, desfraldando bandeiras como as da liberdade e igualdade entre os homens, galvanizava, desde a Inconfidência Mineira em 1789, as camadas superiores da sociedade brasileira.

Entre estas, achavam-se proprietários, altos funcionários e comerciantes brasileiros, bem como padres, militares e intelectuais – a base social de rebeliões que não tardariam.

Importante diferença assinalou, todavia, os liberalismos francês e brasileiro. Enquanto aquele, direcionado pela burguesia urbana, experimentava a pressão das massas parisienses que convertiam a Revolução Francesa em acontecimento amplamente burguês e de sentido econômico-social e democrático, a variante brasileira, esposada por proprietários rurais, reveleva características apenas políticas. No Brasil, não se imaginava substituir a grande propriedade territorial e o escravismo. A transformação se limitaria ao plano institucional da separação de Portugal.

As limitações desse processo explicam a contida posição do padre e naturalista Arruda Câmara, tido como ideólogo dos acontecimentos de 1801 e 1817.

Paraibano de Pombal e aluno dos carmelitas em Goiana e Universidade de Montpellier, na França, Manoel de Arruda Câmara não seria um liberal. Menos ainda um democrático ou republicano, mas mero partidário de despotismo esclarecido a que, na Europa, recorriam monarquias empenhadas em conciliar o velho absolutismo com nascente liberalismo. Os que assim raciocinam chamam atenção para o fato de que o naturalista jamais residiu em Itambé, o que invalida a tese do funcionamento, na fronteira pernambucano-paraibana, do Areópago, como sociedade maçônica responsável pela difusão das idéias liberais.

Seja como for, é fora de dúvidas que essas, disseminadas a partir das lojas e academias existentes no Recife, sensibilizavam padres e proprietários das duas capitâneas. Entre os primeiros, o padre João Ribeiro, ex-professor do Seminário de Olinda, foco das idéias renovadoras, não ocultava formação enciclopedista e tendências republicanas. Entre os últimos, o itabaianense João Luiz Freire responsabilizou-se por colunas que, em 1817, marcharam sobre Pilar e a capital.

Isso acontecia porque, no início do século XIX, a fronteira

barão nas revoluções inglesa, francesa e independência do E. U. A.

as idéias iluministas

da Paraíba com Pernambuco, ao longo da chamada mata seca, fervilhava de sentimentos libertários. Em 1801, aí tivera lugar a Conspiração dos Suassunas de que resultou a prisão dos irmãos Francisco de Paula Cavalcante e Luiz Francisco de Paula, além da fuga de outro para a Inglaterra. Vinculada a interesses franceses no Novo Mundo, essa articulação revelava tendências republicanas.

Dezesseis anos depois, em 1817, o movimento far-se-ia bem mais amplo. Conseguindo libertar Pernambuco, a que então pertencia a futura província de Alagoas, e também a Paraíba e o Rio Grande do Norte, a chamada Revolução Pernambucana tentou propagar-se pela Bahia e Ceará. Durante dois meses, os revolucionários, constituindo governo naquelas três primeiras províncias, anteciparam a Independência do Brasil, somente concretizada cinco anos depois. A essa Revolução deveu-se a primeira Constituição brasileira, elaborada por Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, que, embora não tenha vindo à Paraíba, integrou, nominalmente, a Junta Governativa desta.

Alguns historiadores taxaram esse movimento de Revolução dos Padres, devido ao grande número de religiosos que a integraram. Na Paraíba, as coisas tiveram essa mesma feição, explicável pelo preparo intelectual dos sacerdotes, aptos à assimilação das idéias liberais. Era esse o caso de José da Costa Cirne, Antonio Pereira de Albuquerque e Inácio de Brito Baracho, na Capital, Luiz José Corrêa de Sá, em Sousa, Virgínio Rodrigues Campelo, José Gonçalves Ouriques e José Nunes em Campina Grande, José Ferreira Nobre em Pombal, Veríssimo Machado Freire em Mamanguape, e Francisco Costa Medeiros no Pilar. Destes, uns poucos desertaram, aderindo à contra-revolução.

4.3. *Glória e desgraça de um movimento* – Vitoriosa a seis de março de 1817, no Recife, a Revolução propagou-se à Paraíba. Na Capital, desde o início do século, Portugal multiplicara corpos de tropa e instalações militares que foram os primeiros a aderir. No

interior, o movimento vitoriou em Santa Rita, Itabaiana, Pilar, Mamanguape, Bananeiras, Serra da Raiz, Cabaceiras, Brejo de Areia, Araruna, São João do Cariri, Alagoa Nova, Campina Grande, Pombal, Catolé do Rocha, Sousa, e nos aldeamentos de Baía da Traição, Conde e Alhandra.

Desde o início, a liderança da insurreição pertenceu a Amaro Gomes Coutinho e Estevão José Carneiro da Cunha, proprietários e militares. A ambos coube empossar Governo Provisório, constituído por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, cuja indicação era de natureza simbólica, e mais Francisco Xavier Monteiro da Franca, poeta e o primeiro escritor genuinamente paraibano, Antonio Pereira de Albuquerque, que era padre, Inácio Leopoldo de Albuquerque, e Francisco José da Silveira, mineiro, de algum tempo radicado na Paraíba.

Apesar do pouco tempo de duração, o Governo Revolucionário de 1817 adotou providências de alguma consistência. Além de extinguir as ouvidorias, suprimir insignias reais e recolher patentes militares anteriormente concedidas, os revolucionários ^{SOPRE INSTITUÇÕES COMERCIAIS} aboliram os impostos sobre carne fresca, lojas e tabernas, estabeleceram redução e igualdade dos direitos de Alfândega com as Nações estrangeiras, perdoaram os criminosos, proibiram prisões sem a correspondente denúncia e mobilizaram, militarmente, a população livre. As providências fiscais, destinadas a reduzir a hegemonia do Recife, e a dissolução das Câmaras, tendente ao estabelecimento de ditadura revolucionária que enfeixaria os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assustaram os revolucionários pernambucanos. Para alguns desses, a Revolução de 1817 estava avançando demasiado na Paraíba.

Não tardou, contudo, que o movimento desmoronasse, com a vitória da contra-revolução. Esta se impôs, a partir do bloqueio do porto do Recife, pelos realistas, o que impediria a importação de armas e munição do exterior. Internamente, a deserção do senhor de engenho João Alves Sanches Massa, no Espírito Santo, e do mulato Bastos, no Pilar, criou problemas no abastecimento, mediante a

interceptação dos comboios de gado e farinha destinados à capital.

A situação agravou-se quando o ajudante de ordem da milícia revolucionária Peregrino de Carvalho ausentou-se com corpo de tropa para sustentar no Rio Grande do Norte o cambaleante governo revolucionário de André de Albuquerque Maranhão. Ao regressar, já encontrou quadro tão desesperador que, à entrada da capital, deparou-se com o pai, Augusto Xavier de Carvalho, implorando-lhe rendição. O episódio inspirou, em 1922, quadro do pintor Antônio Parreira existente no Palácio da Redenção. Enquanto isso, Amaro Coutinho não conseguia defender as posições do Tibiri. Na fortaleza de Cabedêlo, o comandante Mello Moniz vivava a pátria e morria trespassado por golpe de espada.

No interior, quem não se passou para o outro lado sujeitou-se a perseguições, prisão e humilhações. O caso mais curioso verificou-se no Rio do Peixe onde formação revolucionária, prestes a invadir o Ceará, retrocedeu à base de Sousa, aclamando a legalidade e o Rei de Portugal. Brejo de Areia foi uma das vilas a primeiro desertar.

A repressão sobreveio sob o comando do brigadeiro Tomás de Souza Mafra que instalou comissão militar responsável por verdadeiro reinado de terror. Prisões às dezenas, sequestros de bens e torturas, sob a forma de garroteamento, assinalaram o desempenho desse tribunal de exceção. Num total de trezentos e setenta reus indiciados pelo “crime” de traição e lesa-majestade, no Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba, esta compareceu com cento e dezessete. Destes, cinco foram enforcados no Recife – José Peregrino A. de Carvalho, com apenas dezessete anos e considerado o grande mártir da Revolução Pernambucana, na Paraíba, Amaro Gomes Coutinho, Francisco José da Silveira, Antônio Pereira de Albuquerque e Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão.

Uma vez mais, a Paraíba não se recusara a pagar em sangue o preço dos ideais de resistência ao arbítrio e à espoliação.

4.4. *Confederação do Equador ou o sacrifício de Frei*

→ conseguiu
Caneca – A repressão não logrou suprimir os ideais da Revolução de 1817. Tanto assim que, mesmo concretizados no Grito do Ypiranga, em 1822, reapareceriam, sob novas formas, em 1824 e 1849. Esses movimentos intitularam-se Confederação do Equador e Revolução Praieira.

Em 1824, o prestígio do Imperador Pedro Primeiro encontrava-se abalado. Arbitrário e comprometido com os absolutistas portugueses, Dom Pedro não apenas se afastou dos verdadeiros responsáveis pela Independência – entre os quais os irmãos Andradas, chefiados por José Bonifácio – como os prendera, deportando-os. Além do mais, dissolvendo a Assembléia Constituinte de 1823, promulgou Constituição outorgada – a Carta Magna de 1824. Nesta, a soberania era considerada como atributo do Príncipe e não do povo, da nação.

Os liberais-radicais prontamente reagiram. O foco dessa resistência foi mais uma vez Pernambuco com o qual a Paraíba se encontrava historicamente consorciada. Lá, além dos ideais maçônicos e republicanos de 1817, vigorava a pregação do frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Suas ideias inspiravam-se no abade francês Sièyès para o qual era o Terceiro Estado, o povo, a fonte da soberania e do poder.

A Paraíba era então governada por Felipe Nery, tido como bem intencionado mas suspeito de absolutismo. Seu secretário geral, Augusto Xavier de Carvalho, que, independentemente do sacrifício do filho, Peregrino, (re)encetava vitoriosa carreira política, era objeto de idênticas acusações. Quando Nery pleiteou que as Câmaras aprovassem a Carta Magna de 1824, cinco das nove vilas em que se dividia a província – Vila Nova da Rainha (Campina Grande), Pilar, Brejo de Areia, Monte-Mór (futura Mamanguape) e São João do Cariri – recusaram-se a fazê-lo. Apenas Conde e Alhandra formaram com o governo.

Em Areia, a oposição ganhou feição insurrecional quando, a cinco de maio povo e tropa aclamaram governo presidido pelo sargento mor Félix Antônio Ferreira de Albuquerque. Do Conselho

Provincial faziam parte dois ex-deputados constituintes, um dos quais Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, sobre o qual a seguir se falará.

A partir do Recife, Pernambuco já se encontrava conflagrado. O movimento que buscava enraizar-se no Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia, possuía essas províncias localizadas à altura da linha do Equador, derivando daí a respectiva denominação. Sua bandeira, a do atual Estado de Pernambuco, era a da Confederação do Equador. O Governo Imperial acusou-o de separatista o que jamais se tornou claro. Na verdade, a orientação era liberal, federalista e nacionalista, mas não popular. Mesmo em Frei Caneca, a questão dos escravos quase não aparece.

Muito menos na Areia de Félix Antônio. Este, revelando qualidades de estrategista, buscou fazer junção com os pernambucanos na região de Itabaiana, às margens de cujo Riacho das Pedras se travou indecisa batalha, envolvendo três mil e quinhentos combatentes. As colunas legalistas, ao mando do coronel Estevão Carneiro da Cunha, ex-revolucionário de 1817, agora em mudança de lado, retrairam-se para Pilar e os confederados para Serrinha (atual Juripiranga).

Uma vez mais a revolução foi decidida em Recife por cujo porto desembarcaram os legalistas do brigadeiro Lima e Silva, pai do futuro Duque de Caxias. Fugindo da capital pernambucana, Frei Caneca transportou-se para a Paraíba onde acompanhou Félix Antônio em peripécias pelo interior. Tendo se recusado a invadir a capital, o caudilho areiense rumou, através de Pernambuco e Rio Grande do Norte, para o sertão do Rio Peixe, sempre combatendo. Seus seguidores se foram dispersando.

Ao ingressarem em Missão Velha, no Ceará, onde foram presos, os revoltosos revelavam-se exaustos e pouco numerosos. Fizeram a cavalo e a pé, o longo caminho de volta até o Recife. Ao passar pela Vila Nova da Rainha (Campina Grande) pernoitaram no prédio do Senado da Câmara onde se localizava a cadeia.

Estóico, Frei Caneca alimentou-se de algumas bolachas e um pouco de vinho.

Em Goiana, Félix Antônio conseguiu fugir, refugiando-se em fazenda de Mogeiro onde, anos após, foi assassinado. O Governo Imperial já havia decretado a anistia e o matador não recebeu a recompensa. Dez anos depois, sua mulher vingou o marido. Quanto a frei Caneca foi arcabuzado a 13 de janeiro de 1825, no Recife. Nessa cidade a repressão fez-se particularmente severa.

Pernambuco, com que a Paraíba novamente se aliara, pagou caro aos ideais de rebeldia. Irritada com o sentimento revolucionário da província, a Casa de Bragança amputou-lhe quase dois terços do território. Parte dele apartado em seguida à Revolução de 1817 constituiria a (nova) província de Alagoas. Outro segmento, a comarca de São Francisco, à margem esquerda do rio, seria incorporada à província de Minas Gerais e posteriormente à Bahia onde até hoje permanece, apesar dos (tardios) protestos do escritor Barbosa Lima Sobrinho.

4.5. 1848/9: *o rugido democrático da Praia* – Ainda assim, o chamado Leão do Norte não sossegaria. Voltaria a rugir, pela liberdade, a Federação e a República, em 1848/9, período de importantes acontecimentos na França e Europa. Como nesses lugares despontava a democracia social, pleiteando o direito ao trabalho, pretendeu-se enxergar na Revolução Praieira o primeiro movimento socialista da História do Brasil. Tal a tese do historiador pernambucano Amaro Quintas para quem essa rebelião foi impulsionada pelo grupo dos cinco mil que possuíam no *Diário Novo* seu porta-voz. Como esse jornal era editado na rua da Praia, no Recife, seus partidários ganharam a denominação de praieiros, estendida aos liberais pernambucano-paraibanos.

Se feição social caberia em relação à Praia recifense, receptiva a idéias de socialismo utópico e nacionalização do comércio a retalho, o mesmo não se verificaria na Paraíba onde elite

agrária de proprietários rurais dela se apropriou. Entre os principais chefes contavam-se Joaquim dos Santos Leal, em Areia, e o coronel João Leite, na ribeira do Piancó. Demonstrações praieiras também sobrevieram em Itabaiana e Bananeiras.

O fulcro do movimento foi novamente o Recife onde, sob o comando de Pedro Ivo e Nunes Machado, a esquerda dos liberais levantou-se, em face da queda do gabinete de 29 de setembro. A mudança significava, a nível de Pernambuco, a substituição do enérgico presidente liberal Chichorro da Gama por representantes da oligarquia Rêgo Barros-Cavalcanti, cognominada *guabiru*. Combates de rua rebentaram em fevereiro de 1849, no Recife, tendo neles perecido, de armas na mão, o deputado Nunes Machado, espécie de “Frei Caneca” da Praia.

Momentaneamente desorganizados, os praieiros dividiram-se em duas colunas. Enquanto uma comandada por Pedro Ivo, seguiu para o sul, a fim de organizar guerrilha, o grosso das tropas dirigiu-se para o norte ingressando na Paraíba à altura de Itambé. Dalí rumou a Alagoa Grande onde sepultou um dos chefes e, subindo a serra, alcançou Areia cuja localização geográfica parecia favorecer a resistência.

O atemorizado presidente da Paraíba, João Antônio de Vasconcelos, havia recomendado ao Juiz Municipal e Delegado de Polícia Maximiano Lopes Machado que protegesse a cidade contra os praieiros. Intrépido e rebelde, além de ultraliberal, o doutor Machado fez o contrário – abriu as portas aos revolucionários que se fortificaram sob o comando de chefes do Partido Liberal de Areia.

Piquetes foram distribuídos pela subida da serra e entrada da cidade, o que de pouco adiantou. Melhor organizados, os legalistas do coronel Feliciano Falcão entraram em Areia a 21 de fevereiro de 1849, enquanto os revolucionários debandavam pela estrada de Pocinhos.

Se, militarmente, a Revolução Praieira, iniciada em 1848 no Recife e encerrada no ano seguinte, em Areia, resultou em

fracasso, o mesmo não se pode dizer de ideário que sobreviveu e frutificou. Na Paraíba, duas figuras muito contribuíram para tanto – Maximiano Machado e Borges da Fonseca.

Foragido até a anistia de 1851, o doutor Machado então iniciaria festejada carreira de historiador com o preparo do **Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba** (2ª ed., 1983). Trata-se de contundente libelo contra o centralismo imperial e a combinação luso-saquarema que, em seu modo de ver, herdara o absolutismo de Pedro I. Já Borges da Fonseca, um dos chefes da Praia, culminava, como guerrilheiro do povo, trajetória de jornalista panfletário e agitador de massas em que o amor à liberdade se fez constante.

4.6. *A Paraíba e a Independência do Brasil — Manuel Carneiro da Cunha* — Os acontecimentos nordestinos de 1801, 17, 24 e 48/9 também interessam pelo que significaram no conjunto da evolução do Brasil.

No fundo, tratava-se de verificar a fórmula mediante a qual as províncias, e conseqüentemente a Paraíba, se incorporariam ao Brasil independente, isto é, se rigidamente subordinadas ao centro, em formação no Rio de Janeiro, ou se conservando maior autonomia. Tal a fonte, entre 1817 e 40, de três correntes que eram, ao lado dos *absolutistas*, fiéis ao trono português, os *constitucionalistas moderados*, partidários da fórmula de Independência com Monarquia, e os *liberais exaltados ou radicais*, defensores da Federação e da República. Enquanto os primeiros foram cognominados *corcundas* ou *caramurus*, os segundos tornaram-se conhecidos como *chimangos* e os últimos *jurujubas* ou *farroupilhas*.

O contexto sob o qual o Brasil alcançou a Independência em 1822, daí transitando para a Maioridade e o Segundo Reinado, em 1840, mediante estações que passaram pelo Primeiro Reinado, de 1822 a 1831, e Regência, de 1831 a 1840, tornou-se ainda mais complicado porque, em declínio econômico, o Nordeste, perdendo espaço político, fazia-se sensível a tensões sociais. Mobilizando as

camadas mais humildes da população, essas também logo chegaram à Paraíba.

No plano social, as classes dominantes, constituídas de grandes proprietários e representantes do comércio exportador, com seus aliados (altos funcionários, chefes militares, profissionais liberais, principalmente bacharéis, padres, etc.) *não desejavam perder o controle da situação*. Sua ideologia será o *centralismo*, por intermédio do qual a *Monarquia unitária*, capaz de agregar as províncias, legitimaria economicamente a grande propriedade latifundiária, voltada para o comércio de exportação. Com isso, o Trono também se encarregaria de, pela manutenção da ordem escravista, reprimir, interna e socialmente, as camadas mais humildes.

Os setores paraibanos herdeiros da Revolução de 1817 se inclinavam claramente por essa orientação que, às vésperas da Independência, em 1821, os levava a lutar contra os chamados carambolas, realistas empenhados em embarçar o processo de Independência. Seus representantes apoiavam a fórmula "Independência com Monarquia", de José Bonifácio. Este, que chegara a representar os "povos da Parahyba do Norte" junto ao Paço Imperial, louvou publicamente, a 2 de julho de 1822, "o bom e leal povo da Parahyba". A alocução do Patriarca tinha em vista a fidelidade da província ao novo centro de poder nacional, em formação. A posição paraibana afastava-se, nesse ponto, de Pernambuco, que, com a Convenção de Beberibe, inclinava-se por autonomia e separação.

Numa época de difíceis comunicações, a notícia do Grito do Ipiranga só chegou à Paraíba três semanas depois, o que não impediu o governo deste de, no ano seguinte, enviar tropas contra os portugueses que resistiam na Bahia e Piauí. Em 1823, as autoridades paraibanas sufocaram motim recolonizador intentado pelo tenente José de Fonseca Galvão, o Pastorinha. Anistiado, este reapareceu no ano seguinte, integrando a escolta que conduzia preso Frei Caneca.

Ainda em 1823, a Paraíba enviou à Côrte cinco representantes à Assembléia Constituinte, reunida no Rio de Janeiro. Entre esses, destacou-se Joaquim Manuel Carneiro da Cunha que, senhor de engenho no Abiaí, integrou, desde o início, a corrente radical, de oposição a Dom Pedro.

Considerado um dos mais bravos e exaltados constituintes, Carneiro da Cunha fez causa comum com os Andradas, quando estes, nacionalistas, se passaram para a oposição. Por isso, também foi detido quando da dissolução da Constituinte, no Rio de Janeiro. Antes, lhe coubera encarnar a resistência, ao bater-se pela anistia, a federação interprovincial e a liberdade religiosa. Atacou projeto que concedia plenos poderes aos Comandantes de Armas e defendeu a independência da Constituinte, na elaboração de suas próprias leis. Fez-se favorável à expulsão dos portugueses que não haviam aderido à Independência e pleiteou para a Paraíba sede de Universidade que então se discutia. Essa Universidade funcionaria no Convento de São Bento, na capital.

4.7. *Das lutas da Regência à centralização de 1850* — A veemência dos discursos de Carneiro da Cunha fez-se própria dos confrontos entre absolutistas, liberais moderados e radicais republicanos. Quando esses conflitos se aprofundaram, os corcundas organizaram-se na Coluna do Trono e do Altar, e os federalistas em sociedades como a Federal da Parahyba do Norte e a Jardineira Carpinteiros de São José.

Apareceram, por essa época, os primeiros jornais da Paraíba. A série foi iniciada, em 1826, pela *Gazeta do Governo da Parahyba do Norte*. Editado em tipografia anteriormente adquirida aos absolutistas recifenses do jornal *O Cruzeiro*, destinava-se a publicar atos do governo e defender a Monarquia Constitucional.

De linguagem exaltada, os jornais da época possuíam feição artesanal, circulação incerta, existência transitória e não dispunham de vinculações mercantis. Passaram a ser conhecidos como *pasquins*. Até no nome, revelavam os princípios por que se batiam,

caso de *O Repúblico* (1832), *O Constitucional Parahybano* (1838) e *O Verdadeiro Monarchista* (1840).

A eles ligou-se um dos maiores jornalistas paraibanos de todos os tempos, que foi Borges da Fonseca. Nascido na cidade da Parahyba em 1808, fez o curso secundário no Seminário de Olinda, tendo, em 1823, retornado à Paraíba para estudar Filosofia. Principiou carreira de jornalista aos vinte anos, com a fundação, em 1828, de seu primeiro jornal, *A Gazeta Parahybana*, destinado a combater os absolutistas portugueses.

Considerando a liberdade de Imprensa como mãe da liberdade social da qual dependeria a liberdade individual, Antônio Borges da Fonseca pertencia à *esquerda dos liberais*, como partidário de autonomia provincial que significava a Federação e a República. Decidido adversário do Império, dirigiu e redigiu vinte e cinco jornais, na Paraíba, Recife e Rio de Janeiro. Destes, os mais famosos intitularam-se *O Repúblico*, *Publicador Paraibano*, *Abelha Pernambucana* e *O Nazareno*, alguns dos quais dotados de várias fases, de acordo com o local de circulação.

Também orador e político, Borges da Fonseca registrou saliente participação nos eventos ligados à abdicação de Pedro I, em 1831. Nessa ocasião, envolveu-se em tumultos de rua, no Rio de Janeiro, e esteve a pique de ser acometido pelos caramurus contra os quais açulava o populacho.

Os movimentos populares da regência encontraram-no sempre a postos, o que culminou com liderança exercida durante a Revolução Praieira. Preso e condenado por várias vezes, bem como desterrado e anistiado outras tantas, constituiu-se em verdadeiro *tribuno do povo* pela insistência em abraçar as causas populares. Seu pensamento incluía desenvolvimento da democracia, defesa dos brasileiros, nacionalização do comércio a retalho e manumissão dos escravos. Anos antes de falecer, em 1872, aproximou-se do Imperador Pedro II por considerá-lo capaz de concretizar essas reformas.

O panfletarismo de Borges da Fonseca sintonizou com a

fermentação do período 1828/42, assinalada pela transição I Reinado-Regência-Maioridade. Nesse interstício, os anos de 1831 e 32 fizeram-se agitados, principalmente no Recife onde estalaram movimentos populares conhecidos como setembrizada, novembrada e abrilada.

O reflexo desses acontecimentos sobre a Paraíba, bem como províncias vizinhas, fez-se imediato. Isso também se verificava em face de motivações comuns a essas unidades do Império, como escravidão, precárias condições sanitárias, contrabando de pólvora e cobre, circulação de moeda falsificada, desemprego, vagabundagem e formação de quadrilhas pelos arrabaldes das cidades e zonas de fronteira. A par disso, as prisões e aquartelamentos da tropa, minada pelo recrutamento compulsório, encontravam-se em deploráveis condições, o que explica os amotinamentos da soldadesca, comuns à setembrizada, novembrada e abrilada.

A Província da Paraíba encontrava-se tão empobrecida que, em 1831, sua presidência conseguiu do colega pernambucano o pagamento do soldo da tropa. Quilombos voltavam a preocupar, sendo que o do Catucá, à altura da fronteira pernambucana de Goiana, impedia a circulação do serviço de correios entre Pernambuco e Paraíba.

A 24 de maio de 1831, povo e tropa reunidos na capital depuseram o Comandante das Armas, vários chefes de corpos e oficiais militares, todos suspeitos de infidelidade à monarquia constitucional. A 11 de agosto, levante de destacamento da capital obrigou o Governo a intervir, armando a Guarda Municipal e os cidadãos que dispersaram corpos amotinados pelas vilas do interior e povoados do litoral.

A 21 de novembro, o Juiz de Paz de Itabaiana, sob a alegação de que os colonos se haviam insurgido, no Recife, prendeu a todos os portugueses da vila. Ato contínuo, a Sociedade Federal da Parahyba do Norte enviou emissários ao interior, pleiteando a demissão do presidente da Província, Galdino Costa Vilar, e seu secretário, suspeitos de absolutismo. Tratava-se de resposta aos

acontecimentos de outubro, quando, em plena capital, fração da guarnição de segunda linha rebelou-se, somente sendo contida por força pública dos guardas municipais, milicianos e paisanos.

O alto sertão da Paraíba conflagrou-se em 1832 quando circularam notícias de que o coronel Pinto Madeira, chefe de revolta tradicionalista e reacionária, no Ceará, preparava-se para invadir Sousa. Prontamente, as milícias de Pombal foram postas em pé de guerra. A proclamação lançada pelo Governo paraibano recomendava “guerra eterna ao hediondo despotismo, a sanguinolenta anarquia e a todos os perturbadores do sossêgo público.”

Como, pela ótica dos novos *donos do poder*, esses perturbadores não se encontravam entre os portugueses, mas principalmente entre o chamado povo miúdo, o período compreendido entre 1832 e 1850 registrou esforços no sentido de se completar a centralização da Monarquia. A serviço desta, inúmeros absolutistas e liberais bandearam-se para o campo conservador.

Do ponto de vista institucional, isso explica montagem nas províncias, entre as quais a Paraíba, de Presidências indicadas pelo Imperador, Assembléias Legislativas Provinciais, e voto censitário, por meio do qual para se tornar cidadão com direito a voto, o individuo teria de dispor de renda mensal mínima. No plano da ordem pública, as Polícias Militares, tal como na Paraíba, em 1832, substituíram as Guardas Municipais, secundando a criação, em 1831, pelo Ministro da Justiça Diogo Antônio Feijó, da Guarda Nacional. Os comandantes desta, dotados de patentes honoríficas de *capitão, major e coronel*, serão os proprietários de terra, implacáveis na preservação da ordem estabelecida.

Na sequência do processo, o centralismo acentuou-se com a Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1841 que revogou muitas das concessões à autonomia provincial de sete anos antes. Por meio dela, a polícia passava a dispor de atribuições judiciárias.

Os protestos da “era da fumaça” e movimentos como a Praieira resultariam inócuos, de modo que, em 1850, a centralização política do Império encontrava-se concluída. No plano finan-

ceiro, províncias de renda irrisória como a Paraíba dependeriam inteiramente da Corte. Na área social, os custos da nova ordem seriam atirados sobre as costas dos humildes. Estes não tardariam a reagir, como se verá.

4.8. *Economia e indicadores sociais na segunda metade do século XIX* – Quando do início da segunda metade do século XIX, a Paraíba parecia oferecer sinais de vitalidade.

Para uma população de 208.952 habitantes, dos quais 180.479 livres e 28.473 escravos, distribuídos por vinte e cinco freguesias e três comarcas, arrecadação e despesa elevavam-se a 347.109\$600 e 280.429\$680, em 1856, contra 208.354\$731 e 173.077\$700, em 1848. Entre os produtos de exportação, o açúcar contribuía com 369.087 arrobas, o algodão com 187.941 e couros com 4.862. Com fazendas e bolandeiras multiplicando-se pelo sertão e o número de engenhos de açúcar saltando de cem, nas últimas décadas do século XVII, para duzentos e trinta, em 1860, o setor econômico acusava, aparentemente, indícios de prosperidade.

Dizemos aparentemente porque essa prosperidade era *ilusão*, visto tratar-se de mero crescimento vegetativo. Tal se verificava porque enquanto na área açucareira as técnicas de produção, isto é, *o modo de fabricar o açúcar* não se renovava, a cultura do algodão experimentava crescimento extensivo, *ocupando mais terras*, o que geraria problemas sociais no agreste.

A cana-de-açúcar que, conforme relatório da época, “retrogradava em péssimos tipos”, foi analisada pelo presidente da Província Antônio Coelho Sá e Albuquerque, em 1852. Dirigindo-se à Assembléia Provincial, essa autoridade salientou que “ela jazia maltratada pelo descuido dos Governos e pelas rotineiras e viciosas tradições herdadas de vossos antepassados”.

Esse pensamento coincidia com o de Fernando Delgado que, em 1798, lamentara terras ainda preparadas a foíce e queimadas, moendas movidas por cavalos e bois, ainda de madeira e apenas

revestidas de ferro, e bagaço de cana não utilizado nas fornalhas.

A produtividade dos engenhos fazia-se muito baixa o que Albuquerque tentou enfrentar através de arado de ferro somente então introduzido na Paraíba. Dez anos depois, em 1862, o presidente da Província Araújo Lima queixava-se da má qualificação do açúcar e, em 1886, o engenheiro Retumba denunciava que “o fabrico de açúcar de cana é uma indústria que quase está desaparecendo entre nós.”

Graças à Revolução Industrial que sacudia o mundo e investimentos ingleses no Brasil, o século XIX distinguiu-se por transformações baseadas na energia a vapor, a que se seguiria a eletricidade. Essas transformações, todavia, quase não chegavam à Paraíba, onde a utilização do vapor somente dataria de 1882. Como resultado, a Paraíba apenas contaria com *um engenho central*, como embrião da futura Usina São João, em 1888. As usinas também se retardariam, com a primeira delas somente aparecendo em 1927, no vale do Paraíba. Nessa região, a Usina Cumbe, de 1910, fracassou.

Nesse contexto, a economia açucareira só permaneceu em funcionamento graças à exploração do trabalho escravo, então acrescida. O fenômeno, presente aos romances do ciclo da cana-de-açúcar do escritor José Lins do Rêgo e a um caso famoso — o do escravo Serafim, condenado a trezentas chicotadas — ocasionou o surgimento de novos quilombos, como o do Engenho Espírito Santo, em 1852. O suicídio de negros também aumentou e vários escravos viram-se executados na forca.

O acontecimento mais importante da economia paraibana do século XIX ficou por conta da progressão do algodão. Já por volta de 1830, os viajantes estrangeiros que visitaram a Paraíba, como o inglês Henry Koster, percebiam a “onda verde dos algodoadais” descendo do sertão, em busca das terras acatingadas do agreste e vales úmidos da zona da mata. Em consequência, o vale do Paraíba já era invadido pelo algodão, em Pilar e São Miguel do Taipu. A Paraíba convertia-se em unidade de economia algodoeira,

dai porque, em 1922, relatório revelará que somente a capital e Cabedelo não produziam a malvacea.

Tratava-se, porém, de atividade comprometida pela falta de transporte e dependência dos mercados internacionais. Quando da Guerra de Secessão dos Estados Unidos, de 1860 a 1865, o Brasil tornou-se principal fornecedor de algodão à Inglaterra e a produção paraibana cresceu vertiginosamente. O mesmo verificar-se-ia com a Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918. Como, porém, logo depois, os preços dessa matéria prima caíam, temos aí atividade de produção *cíclica*, isto é, de benefícios periódicos, incapaz de modificar o conjunto da sociedade.

Esta evidenciaria, na segunda metade do século XIX, pobreza comprovada por vários indicadores sociais.

Diversos governos, por exemplo, não hesitaram em fechar as poucas escolas existentes, quando das quedas de arrecadação. Até na capital, unidades de ensino cerraram as portas, como aconteceu com o Colégio das Neves, para mulheres, fundado por Henrique de Beurepaire Rohan em 1858, e de atividades suspensas por Luiz Antônio da Silva Nunes, dois anos depois.

A segunda metade do século XIX também assinalou-se por graves epidemias de febre amarela, desintéria, sarampo e cólera-morbus. Reduzida à “água das chuvas e à diligência dos urubus,” a higiene da Província era precária, o que favorecia a penetração das endemias. Dessas, a febre amarela dizimou populações do brejo, em 1856 e 62. Com rios infestados de sistosoma, caatinga e brejo faziam-se vítimas indefesas de epidemias que também alcançavam a capital. Nesta, até os anos *vinte* do século seguinte, os maceiós das praias representavam fonte de propagação da malária.

A varíola, então conhecida como bexiga preta e branca, também matava indiscriminadamente, depois de deformar o rosto das vítimas, isoladas em imundos ranchos nas cercanias das cidades. Nestas, as vacas esterçavam nas ruas, após o que os detritos eram queimados, como medida profilática. Esse panorama só principiou a alterar-se nos anos vinte do século atual. A Paraíba

havia sido atingida por novos males como peste bubônica em 1912 e gripe espanhola em 1919 e 20, de modo que as coisas principiariam a mudar, com os trabalhos de engenharia sanitária da Comissão de Profilaxia Rural, instalada em 1921. Três anos depois, a Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba era fundada, com o compromisso de contribuir para a melhoria das condições sanitárias da população.

Como isso ainda não existia no século anterior, as epidemias da segunda metade do século XIX foram enfrentadas por sacerdotes como José Antônio Pereira Ibiapina que espalhou, pelo interior, capelas, templos maiores, hospitais, casas de caridade, açudes e cemitérios. Dessas iniciativas resultaram hospitais em Areia e Alagoa Nova e também cidades, como Arara, onde se acha sepultado, e Soledade, que chegou a denominar-se Ibiapinópolis.

Ordenado com quase quarenta e sete anos em 1853, após se haver bacharelado pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda, em 1832, o padre-mestre Ibiapina pode ser considerado precursor da Igreja da Teologia da Libertação. Sempre próximo ao povo, mobilizava-o para realizações de caráter comunitário pelos sertões do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Nisso antecedeu a outro peregrino, Frei Martinho, que se encontra sepultado na Igreja do Rosário, no bairro pessoense de nome Jaguaribe, e empresta nome a município do Curimataú.

Numa época de *romanização da Igreja*, isto é, rígida disciplina da Santa Sé, então ligada ao Estado, as atividades de sacerdotes como Ibiapina e o vigário Calixto da Nóbrega, de Campina Grande, inquietaram as autoridades. Estas consideraram-nos comprometidos com movimentos populares como o Quebra-Quilos.

Não se tratava, porém, de *subversão da ordem*, mas absoluta carência das grandes massas. Tanto é assim que, quando esteve na Paraíba, em 1859, onde também visitou Pilar e Mamanguape, o Imperador Pedro II passou a maior parte do tempo distribuindo donativos para as instalações públicas da capital,

todas em deploráveis condições. Entre essas encontravam-se quartéis, cadeias, escolas, igrejas, pontes e cemitérios. Anteriormente, em 1851, faltara verba para custeio dos lampiões de azeite destinados à iluminação da cidade da Parahyba.

Os recursos do tesouro faziam-se tão escassos que, quando da Guerra do Paraguai (1865/70), para a qual a Paraíba contribuiu com contingente de três mil homens, bandos precatórios percorriam a capital, em busca de donativos. O mesmo aconteceria durante a Guerra Civil de Canudos, em 1897. Em realidade desse tipo o patriotismo também fraquejava — os Voluntários da Pátria que seguiam para combater os paraguaios não eram tão voluntários assim, já que viajavam amarrados de corda e até com gargalheiras no pescoço...

4.9. *Movimentos populares – a rebelião dos de baixo* – Por volta de 1850, as zonas de cultura algodoeira, no brejo e agreste, experimentaram importantes transformações.

Em primeiro lugar, inserido no mercado internacional capitalista, o algodão passou a ser cultivado através da grande propriedade que, no sertão, admitia escravos. Isso significava prejuízos para parceiros, meeiros, moradores, pequenos sitiantes, arrendatários e foreiros que começaram a perder acesso à terra, monopolizada pelos latifundiários.

Tudo indica que estes, privados de obtenção de novos contingentes de escravos, em razão da proibição do tráfico negreiro, sobrevinda com a Lei Eusébio de Queiroz, aumentaram a pressão sobre aquelas categorias. Onde o algodão outrora repartia a terra com as culturas de subsistência de milho, feijão, fava, inhame, batata, etc., tal já não se verificava.

O capitalismo não chegou sozinho a essas regiões. Acompanhou-o o centralismo por meio do qual o Império baixou decretos, arrolando a população num censo geral e estabelecendo registro civil. Para as massas interioranas tudo isso convergia para a escravidão, daí porque a resistência – desta feita popular e mobili-

zando as camadas mais marginalizadas — fez-se imediata.

Na Paraíba, essa resistência assumiu a forma de tumultos em que roceiros, armados de pedras, bacamartes e clavinotes, invadiram vilas e cidades como Ingá, Campina Grande, Alagoa Nova, Guarabira, Areia e Fagundes, dirigindo-se, preferencialmente, aos cartórios. Estes, de acordo com a nova legislação, responsabilizavam-se por registros e óbitos, a cargo, anteriormente, da Igreja. Os sacerdotes começaram a pregar contra o registro civil, alcunhado “papel de satanás”, o que aumentou a tensão. O movimento que sobreveio, partindo de Pernambuco, espalhou-se pela região agrestina e ganhou a denominação de Ronco da Abelha.

Ingá fez-se, na Paraíba, o centro de gravidade. Nessa vila, mais de duzentos homens invadiram a casa do escrivão onde se apoderaram de papéis e livros, imediatamente destruídos. Delegados e Juizes de Paz tiveram mobílias danificadas.

O presidente Sá e Albuquerque despachou unidades de primeira linha para Ingá, Areia, Alagoa Grande e Alagoa Nova. A força que invadiu Ingá, apreendendo armas e cavalos, constava de cinquenta praças. O agreste fez-se palco de intenso alvoroço. Os “revoltosos,” agrupados em bandos que equivaliam a enxames, intentavam ações rápidas, como se estivessem picando, e corriam. A denominação de Ronco da Abelha para o movimento parece originar-se daí.

Embora aparentemente irrelevante, o Ronco denunciava temperatura social em ebulição. Em seu rastro, a 5 de maio de 1865, sobreveio conflito em distrito da serra de Bananeiras. Inquietos com sistema de recrutamento, acentuado em razão da Guerra do Paraguai, dezenas de camponeses amotinaram-se, enfrentando destacamento que conduzia *voluntários* para a Guarda Nacional. Três desses foram arrebatados, enquanto a Força Policial apressadamente buscava reforços. O acontecimento ficou conhecido como Motim da Serra de Lagomá.

Tanto este como o Ronco da Abelha dispuseram de peculiaridade — não possuíam chefes e ideologia pré-estabelecida, à

maneira de 1817, 24 e 49. Isso não significa carecessem de sentido. Pelo contrário, *intuindo o alcance* de providências que, no fundo as prejudicavam, as massas reagiam *instintivamente* contra a nova realidade. Ao assim fazê-lo assumiam postura tradicionalista, à maneira das *contra-utopias*. Esses movimentos passaram a ser conhecidos como *primários* ou *pré-políticos*.

No Nordeste, o mais importante deles veio a ser o Quebra-Quilos que, partindo dos brejos e chapadas da Borborema, alastrou-se do Rio Grande do Norte até Alagoas, no período compreendido entre outubro e dezembro de 1874.

Tendo como foco a Serra de Bodopitá, nas vizinhanças de Campina Grande, e como eixo as vilas de Fagundes e Pocinhos, também na Paraíba, os Quebra-Quilos pretextaram a recente instituição, na época, do sistema métrico decimal, contra o qual reagiram. Deu-se que, pela nova sistemática, medidas lineares como vara, côvado e jarda, de volume, tais onças, libra e arretel, de líquidos, como canadas e quartilhos, e de grãos, tais salamins, quartas e alqueires, foram substituídas pelas unidades do sistema métrico decimal francês — metros, quilos, litros e seus conseqüentes. Agrupados em bandos, homens rústicos invadiram as feiras para destruir os instrumentos de aferição dessas novas medidas, como pesos e balanças, derivando daí a denominação do movimento. Paralelamente, esses grupos penetravam nos cartórios, vários dos quais incendiados, para eliminação dos “papéis da escravidão.”

A circunstância de haverem surgido nessas feiras, como polos de aglutinação política, social e cultural da sociedade da época, evidencia que os revoltosos reagiam contra dois dos mais odiosos instrumentos da ordem estabelecida: o imposto de chão, que incidia sobre os matutos que compareciam às feiras para vender seus produtos, e o de sangue, representado pelo recrutamento. Este também fazia-se sentir nas feiras frequentemente ocupadas pelos *agentes da ordem* que, à força, recrutavam os matutos para servir na Guarda Nacional, Polícia e Exército.

Outrossim, como por trás desses impostos estivessem o

Estado Imperial e seus agentes – Delegados, Juizes de Paz, Escrivães, Chefes Políticos e Fiscais – os matutos, insurgindo-se contra esses, visavam os símbolos do poder que os oprimia, isto é, pesos, balanças, cartórios e Câmaras Municipais. Sob esse aspecto, os Quebra-Quilos representaram *A Revolta dos Matutos contra os Doutores*, tal como conceituado por Geraldo Irenêo Joffily.

Carga de rapadura atirada por feirante contra cobrador de impostos, na feira de Fagundes, foi a centelha a partir da qual a rebelião espalhou-se por várias localidades como Pocinhos, Ingá, Cabaceiras, Campina Grande, Areia, Arara, Alagoa Nova, Alagoa Grande, Bananeiras, Araruna, Guarabira, Pilar, Salgado e Mamanguape. Cabaceiras forneceu o modelo do movimento, quando a Câmara foi saqueada, o cartório incendiado e pesos e medidas quebrados, registrando-se ainda recusa violenta ao pagamento dos impostos. Em Alagoa Grande, os pesos foram atirados numa lagoa e os arquivos da Câmara e papéis dos cartórios, incendiados. Em Campina Grande, registrou-se difusa ligação do movimento com escravos da Fazenda Timbaúba: o padre Calixto da Nóbrega entrou em cena o que lhe valeu posterior indiciamento pelos encarregados da apuração dos fatos.

Os Quebra-Quilos infiltraram-se em outras vilas e cidades. Em Areia, após depredações na feira e cartório, estiveram a pique de incendiar o Teatro Minerva, algo assemelhado a templo maçônico. Em Mamanguape foram contidos por estratégia. O pequeno destacamento tocou cornetas e tambores, simulando movimentação de tropa em maior quantidade, o que fez recuar os sublevados.

Posto diante desses fatos, o Governo reagiu com brutalidade. Até canhões foram deslocados para o teatro dos acontecimentos. Tropa de linha chefiada pelo capitão Longuinho, saqueando engenhos e fazendas, prendeu e espancou à vontade. Esse oficial caracterizou-se pela utilização, contra os suspeitos, de *colete de couro*, instrumento de tortura que, molhado e costurado no tórax da vítima, comprimia-o, matando por asfixia e hemoptises, quando secava. Dirigentes liberais como o historiador Irenêo Joffily foram

arrolados no inquérito. O Governo também voltou-se contra o padre Ibiapina cujas pregações predispunham as massas rurais à desobediência. Daí proveio o entendimento de que os Quebra-Quilos tiveram origem em questão religiosa que culminara com a prisão dos bispos dom Vital e dom Macedo da Costa, nesse mesmo ano.

A questão faz-se um pouco mais ampla, pois os Quebra-Quilos surgiram na parte mais sacrificada de região que constituía a periferia econômica e social do Império. Nessa os pobres eram os mais penalizados, o que explica a reação desses, por intermédio do que Armando Souto Maior considerou como *Lutas Sociais no Outono do Império*.

Contra o que se voltavam os Quebra-Quilos?

Instintivamente, contra o avanço do capitalismo, a serviço do qual se estruturava o Sistema Métrico Decimal. Centralização do Império e incapacidade de promover reformas. Carga fiscal que sobrevinha no rastro da exaustão das finanças públicas. “Vampiros” ou atravessadores que extraíam lucros do trabalho dos arrendatários da terra. E, enfim, contra a maçonaria que, através de gabinetes como o do Visconde do Rio Branco, no poder de 1871 a 1875, simbolizava estrutura político-social responsável por tudo que inquietava os humildes – escravidão, recenseamento, impostos e recrutamento.

4.10. *A Paraíba do Império à República – Elite Política, Federação e Imprensa* – A maneira como o presidente da Província da Paraíba, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, enfrentou os Quebra-Quilos, na base de relatórios alarmistas e repressão policial, fez-se típica da mediocridade da representação política paraibana durante o Império.

Em verdade, unidade secundária e de reduzida expressão econômica como a Paraíba só pode destacar-se através do prestígio de suas lideranças. A República, como se verá, configurou isso, através de personalidades como Epiácio Pessoa, João Pessoa e José Américo de Almeida, todos de dimensão nacional, e gerações como as de 1930 e 45.

Não foi esse o caso do Império. Tolhido por economia em declínio e escassa articulação social, a elite política paraibana do interstício 1831/89 deixou muito a desejar. Sua compreensão dos problemas era limitada e, além disso, visível a falta de identificação com a realidade.

Para isso contribuía centralismo que não só enviava para governar a província figuras alheias aos quadros desta, como, por vezes, impunha personalidades de fora para a condição de representantes. Tal aconteceu não apenas com dois dos cinco deputados gerais à quinta legislatura, como no próprio Senado. De 1831 a 33, a Paraíba contou com o mineiro Maciel da Costa (Marquês de Queluz) e o pernambucano Paes de Andrade, como senadores.

A rígida subordinação das lideranças paraibanas aos interesses do centro, sob controle de gabinetes conservadores ou liberais, estimulava o *aulicismo*, uma das características dos períodos de organização política *centripeta* da História do Brasil. De um padre, senador de 1833 a 58, conta-se que dormitava durante as sessões e acordava apenas para repetir: “Voto com Itaboraí! Voto com Itaboraí!”

Estrutura econômico-social baseada na grande propriedade e inviabilizando a urbanização, distâncias agravadas pela inexistência de meios de transporte e enfeudamento dos distritos eleitorais, onde os potentados exerciam poderes ilimitados, acirravam formas de competição não apenas políticas e eleitorais, mas armadas, à base da violência. Caso típico foi o de Areia envolvendo partidários liberais dos Santos Leal e conservadores da família Holanda Chacon. Em inúmeras circunscrições eleitorais, as divergências políticas apenas *camuflavam* o choque dos interesses familiares, tradição que, na Paraíba, como no Brasil, o Império comunicou à República.

Tal se encontra na raiz do predomínio de grupos familiares como Carneiro da Cunha no vale do Paraíba, Freire e Toscano de Brito em Mamanguape, Leite na ribeira do Piancó, Ferreira Maia em Catolé do Rocha, Costa Machado em Areia, Marinho Falcão no

Pilar, Gomes de Sá em Sousa, Correia de Góes em Teixeira, Trindade Meira em Campina Grande, Costa Ramos no Cariri. Em sua maioria padres e bacharéis, o *status* e nível cultural de seus representantes não era baixo. A honorabilidade, maior ainda. A questão residia em visão muito acanhada dos problemas, o que se compreende, porque a educação da época, baseada em latim e retórica, não induzia a outra coisa. A mesquinhez dos interesses localistas, evidenciada por José Lins do Rêgo, em relação aos chefetes políticos do Pilar, completava o quadro.

A Paraíba dispunha, desde 1835, de Assembléia Provincial, equivalente à atual Assembléia Legislativa, com vinte e oito deputados, posteriormente elevados a trinta, e de representação de cinco deputados à Assembléia Geral da Corte, semelhante aos atuais deputados federais. O número de senadores, vitalícios e escolhidos pelo Imperador, mediante lista tríplice dos mais votados, era de dois.

Pelo sistema de dois círculos, os votantes qualificados, reunidos nas paróquias, onde se processavam as eleições, escolhiam os eleitores que então elegiam os deputados e compunham a lista de senadores. O voto era *distrital*, existindo inicialmente dois distritos, número que a reforma eleitoral Saraiva de 1880 elevou para cinco. Como o voto não era universal mas *censitário*, o sistema era *bastante restrito* com os votantes qualificados variando de 14.718 em 1857 para 27.274 em 1860, e os eleitores de 355 para 474, nesse mesmo período.

Como os pleitos eram discutíveis, existindo não apenas os *fôsforos*, eleitores fantasmas, como eleições a cacete, manchadas pela intimidação policial, a representação política carecia de *legitimidade*. Isso, de certa forma, ajuda a explicar seu baixo nível. Efetivamente, contam-se nos dedos os bons parlamentares na Paraíba do Império.

O Partido Liberal concedeu o maior número, a começar pelo deputado João Florentino Meira de Vasconcelos que alguns historiadores consideram “o mais notável político paraibano do II

Reinado”. O mais festejado dos liberais paraibanos foi, porém, o mamanguapense Felizardo Toscano de Brito, a quem coube liderar o Partido, entre 1844 e 1876, quando faleceu. Professor concursado do Liceu, jornalista e orador de recursos, foi Conselheiro Municipal, Deputado Provincial e Geral, bem como presidente da Província. Admirado por expoentes da política nacional, como Francisco Octaviano de Almeida Rosa, coordenou na Paraíba a chamada Liga Progressista que congregou liberais moderados e conservadores esclarecidos. Com base nela, governou a Província, criticando duramente a Guarda Nacional, empreendendo serviços públicos e, o que era raro, transferindo dinheiro em cofre para o sucessor.

Também liberal, Benedito Marques Acauã tornou-se Deputado Provincial, de 1833 a 1841, e, a seguir, Deputado Geral, integrante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e autor de monografia sobre o Sertão dos Inhamuns, no Ceará. Como parlamentar, todavia, poucos se nivelaram a Manoel Pedro Cardoso Vieira cujos discursos no Parlamento Nacional encararam de frente o problema da escravidão. Vinculado ao grupo abolicionista de Nabuco, Saldanha Marinho e José Mariano, assim como ao Clube da Reforma, Cardoso Vieira sustentou que “a agricultura não precisa de braços e sim de cabeças”. Ao mesmo tempo, chamou atenção para a pior herança da escravidão - “essa repugnância invencível pela liberdade” que, em nosso modo de ver, tem assinado o comportamento da elite brasileira.

Entre os conservadores a figura de proa foi Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque que se tornaria, como Visconde de Cavalcante, amigo pessoal do Imperador Pedro II, a quem acompanharia no exílio, e um dos mais prestigiados políticos de seu tempo. Deputado por cinco legislaturas, Senador em outra e ainda presidente das províncias do Piauí, Ceará e Pernambuco, além de Ministro da Agricultura, Justiça e Assuntos Estrangeiros, pertenceu ao chamado grupo modernizador do Império. Nesse particular, acusou participação nas primeiras comunicações telegráficas e ferroviárias da Paraíba. Como presidente de Pernambuco, o Vis-

conde de Cavalcante firmou relatório sobre os males do latifúndio e a situação do trabalhador nordestino, ainda hoje atual.

Quando Diogo Velho mudou-se para a Corte, a chefia conservadora da Paraíba transferiu-se para o deputado Anísio Salatiel. De sobrenome Carneiro da Cunha, o que o convertia em irmão de Silvino Elvídio, estava muito acima deste. No Parlamento, discorreu com propriedade sobre estradas de ferro, colonização, engenhos centrais, lavoura e crédito.

A proverbial obtusidade de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, o Barão de Abiaí, a quem coube chefiar os conservadores, de 1870 a 1889, quando por quatro vezes governou a província, é indicativa da baixa qualificação dos presidentes da Paraíba, no Império. A questão agravou-se porque, embargando a autonomia das províncias, o Império nelas interveio demasiado. De 1824 a 1889, a Paraíba teve cento e quinze presidentes e Juntas Governativas, o que significa pouco mais de seis meses para cada um.

Desses, raríssimos passaram à História. Entre 1851 e 53, Sá e Albuquerque fez-se incansável em prol da renovação agrícola da Paraíba, o mesmo acontecendo com o futuro Marechal Henrique de Beaurepaire Rohan que introduziu a cultura do café na Província e tentou fazer o mesmo com o trigo na serra de Teixeira. Autor de modelar estudo sobre o problema agrário brasileiro - *O Futuro da Grande Lavoura e da Grande Propriedade no Brasil (1878)* - além de clássica *Corografia* sobre a Paraíba, Rohan preocupou-se com iniciativas de base, tais como biblioteca, Jardim Botânico, colégio para mulheres, urbanização e levantamento topográfico na capital, e estradas no interior. Os primeiros levantamentos sistemáticos sobre a Paraíba datam de sua administração, analisada por Raul de Góis em biografia do ex-presidente da província.

Entre os que o sucederam, Luiz Antônio da Silva Nunes conseguiu a proeza de percorrer toda a Paraíba a cavalo, tendo sido seu relatório transformado em livro para o IV Centenário do Estado, pelo historiador Wilson Seixas - *Viagem Através da Província da Paraíba (1985)*. A listagem encerra-se com o enérgico liberal

Francisco Luiz da Gama Roza que, em apenas quatro meses, rescindiu contratos para construção de ferrovias, evitados de vícios, presidiu a discutidas eleições gerais e inaugurou o Teatro Santa Roza, na capital paraibana.

A palidez de atividade político-administrativa da Paraíba em Império vitimado pelo centralismo explica como, nela, a propaganda republicana assumisse conotação federalista. Noutras palavras, na Paraíba, como no Brasil, não foi a República que trouxe a Federação mas a Federação que propiciou a República.

Comprovação dessa realidade reside no jornal *Gazeta do Sertão* que circulou a partir de 1888, em Campina Grande, como “órgão democrático”, comprometido com reformas e problemática social paraibana. Circulando em conexão com o progresso da cidade, que já contava quatro mil habitantes, animada feira de gado e intensa comercialização do algodão, esse semanário expressou o pensamento do deputado, advogado e jornalista Irenêo Ceciliano Pereira Joffily que, artífice do progresso campinense, se converteu em um dos maiores paraibanos de todos os tempos. Como historiador deixou obras definitivas como *Notas sobre a Parahyba* (1892, 1977) e *Sinopses das Sesmarias da Capitania da Parahyba* (1894).

Em *Gazeta do Sertão*, Joffily não trabalhou sozinho. Acompanhavam-no o engenheiro Francisco Retumba e o professor da Faculdade de Direito do Recife Albino Meira, os quais, juntos, ofereceram *conteúdo programático* ao jornal. Neste, enquanto o primeiro Irenêo Joffily discutia os principais problemas da Paraíba - estrada de ferro de penetração, subordinação a Pernambuco, açudagem, rendimento da agricultura e dissipação das rendas públicas - Retumba retomava o espírito de relatórios voltados para os recursos econômicos da Província e, em particular, suas possibilidades em minérios. Já Albino Meira publicou artigos em que, denunciando o centralismo imperial, se bateu pela Federação, como instituição básica da República.

Eleito em 1889 para a Assembléia Geral, no Rio de Janeiro,

onde não chegou a tomar posse, Irenêo Joffily revelava aguda compreensão da problemática brasileira. Suas crônicas, com o pseudônimo de Índio Cariry, focalizavam escravismo e abolição, não de forma sentimental, mas *social*. Partidário dos pecuaristas, contra os nascentes potentados do algodão, e do povo miúdo de Campina Grande, que o venerava, também evidenciava compreensão do momento histórico. Em excursão pelas cercanias, revelou a sitiante que morava num penhasco: “tudo indica que grandes movimentos sociais vão aparecer”. Referia-se ao advento da Abolição, Federação e República que se processava sob seus olhos de republicano, nacionalista e homem de esquerda.

Não poucas vezes *Gazeta do Sertão* publicou notícias sobre reuniões republicanas em Ingá, Alagoa Grande, Pocinhos, São João do Cariri e Itabaiana. Na capital, o republicanismo contava com o suporte do Clube Astréa, onde se reuniria a Junta Governativa do novo regime, e da Guarnição do Exército. Esta, sob o comando do coronel Honorato Caldas, que procurou empolgar a presidência da Paraíba, barrou o adesismo do barão de Abiahy. Este, mesmo como representante da Monarquia, não hesitou em fazer parte da Junta Governativa Republicana.

Na cidade da Parahyba, a grande voz que se bateu pela República foi a do deputado liberal e jornalista Eugênio Toscano de Brito, filho de Felizardo Toscano. Liderando jovens idealistas como Arthur Achilles e Geminiano da Franca, ofereceu ao jornal *A Gazeta da Paraíba* orientação republicana. Integrante da primeira Junta da República, na Paraíba, escreveu, sobre o advento do novo regime, artigos e depoimentos que se impuseram como *fontes* para compreensão desses acontecimentos.

No caso paraibano, a propaganda republicana não surgiu alicerçada em movimentos mais amplos como os do Distrito Federal, Rio de Janeiro, Pará e Rio Grande do Sul. Isso não quer dizer, todavia, que a República não motivasse a Província e que aqui chegasse apenas por telegrama. Tanto assim que, desde o início da década de oitenta, jornais como *O Liberal* e *O Publicador* aproximaram-se bastante, pela via do liberalismo radical, das teses republicanas.

Estas, beneficiaram-se da ampliação do *espaço cultural paraibano* impulsionado pela Imprensa. Na fase mais próxima ao advento da República, *A Verdade*, em Areia, e *O Despertador*, na capital, revelaram inspirações republicanas, ao polemizar com *Jornal da Paraíba*, conservador e fiel à Monarquia.

Antes, a partir de 1860, quando a vitória liberal do Rio de Janeiro começou a evidenciar o declínio do Trono, acentuado pela crise institucional de 1868 e fundação de Partido Republicano, em 1870, principiaram a circular jornais que, discutindo questões políticas, favoreciam indiretamente a República. Estão nesse caso *O Tempo*, *Bossuet da Jacoca* e *O Liberal Parahybano*. Em 1874 instalou-se a Associação Comercial da Parahyba. Mesmo associada ao governo conservador de Abiahy, surgiu comprometida com redefinição do espaço regional que incluía a valorização econômica das províncias. A colocação não deixava de, uma vez mais pela vertente do federalismo, canalizar águas para o moinho da República.

4.11. *A Abolição pela porta da crise* - A propaganda republicana não surgiu isoladamente. Acompanhava-a a campanha pela abolição da escravatura.

Na Paraíba, o escravismo nunca tivera o peso de outras províncias economicamente mais sólidas. Proveniente do período da conquista, quando os cativos se espalharam pela várzea do Paraíba, como força de trabalho dos engenhos, a escravidão não penetrou, inicialmente, no agreste, mas ganhou o brejo, em apoio a açúcar de rapadura, algodão e café, este aclimatado na área a partir de 1870. O século XIX também assistiria à fixação do escravismo no sertão, não para obtenção de prestígio social pelos proprietários do complexo algodoeiro-pecuário, mas como decorrência dos novos termos da cultura do algodão.

Quando esta alcançou dimensões capitalistas, inserindo-se nos mercados externos, a escravidão passou a fazer parte de sua estrutura. Nesse sentido, o vaqueiro poderia constituir descendente

direto do antigo índio dos sertões. Mas o trabalho de limpa e colheita das plantações algodoeiras cabia ao escravo de procedência africana. Tanto assim que, em Pombal, seus descendentes chegaram a constituir a Confraria do Rosário dos Pretos, que oferece, com seus pontões, congos e reisados, caráter peculiar ao folclore da área.

Os números comprovam essa realidade. Estatística do ano de 1851 revela que dos 28.473 escravos da Paraíba, cerca de 3.446 localizavam-se em Sousa onde essa concentração, superior aos 2.150 de Mamanguape, 2.012 de Areia e 1.535 de Bananeiras, era apenas inferior aos 3.450 cativos de Campina Grande. Outras vilas algodoeiro-pecuárias, como Catolé do Rocha com 1.108 escravos, Piancó com 997, Pombal com 918 e Patos com 660, compareciam com ponderáveis contingentes. Em 1872, quando do primeiro recenseamento realizado pelo Império, as vilas paraibanas que acusaram maior número de cativos foram São João do Cariri, no Cariri, e Piancó, no Sertão, ambas fora da faixa açucareira.

Na Paraíba, à proporção em que o século XIX transcorria, o número de escravos diminuía. Em Campina Grande, por exemplo, os 3.446 cativos de 1852 já eram 1.130 em 1880 e 395 em 1883. No conjunto da Província, os 28.546 escravos de 1850 reduziam-se a 19.778 em 1884, 9.400 em 1888, e 8.000, quando da decretação da Lei Áurea.

Causas estruturais e conjunturais contribuíam para que as coisas assim se passassem.

No plano nacional, desde a proibição do tráfico em 1850, a escravidão recebera golpe maior que o posterior das leis do Ventre Livre e Sexagenário. Ocorre, porém, que esse abalo somente foi sentido nas empobrecidas províncias do Nordeste. Na zona cafeeira de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a quantidade de cativos quase não declinava, porque essas províncias socorriam-se do *tráfico interprovincial* por meio do qual os escravos nordestinos estavam sendo canalizados para o sul. Dentro desse quadro, outro fator que contribuiu para o declínio da escravidão foi a Guerra do Paraguai, após a qual escravos combatentes viram-se alforriados ou manumitidos.

Na Paraíba, onde muitos escravos penetraram depois de 1850, sob a forma de contrabando, vigente na fronteira pernambucana de Goiana, outras circunstâncias contribuíram para o colapso da escravidão. Recaindo principalmente sobre os negros, fomes e pestes como o cólera-morbus, encontravam-se entre elas. A principal, contudo, veio a ser a seca de 1877 que, conhecida como "*sêca grande*", registrou *processo judiciário de canibalismo em Pombal*. Depois dela tornou-se impossível para dezenas de proprietários preservar a escravaria, visto como a própria sobrevivência dos senhores encontrava-se ameaçada.

Mesmo assim a escravidão resistia, não só devido à força da inércia e conservadorismo da elite econômica e social paraibana, como porque, valorizado nos mercados do sul do país, o escravo ainda constituía valioso patrimônio. Em 1865 e 67, escravo de vinte anos custava um conto e cinquenta mil réis e escrava de treze um conto e duzentos e cinquenta mil réis. Enquanto isso, casa em Sousa era avaliada em novecentos mil réis. Em Pombal, cem mil réis de terras, uma casa de taipa, trinta vacas paridas, vinte e uma solteiras, sete novilhões, quatro garrotes, doze éguas, um cavalo pai d'égua, dois cavalos de fábrica, um potro de ano e meio e um curral de pau a pique custavam juntos um conto e oitocentos e três mil réis, importância por vezes equivalente a um só escravo.

Seguramente por isso, a escravidão cambaleava mas não cedia. Por recomendação das autoridades provinciais constituíam-se os fundos de manumissão cujos resultados se tornaram modestos. Isso porque as recomendações burocráticas não favoreciam a massa escrava, geralmente analfabeta, além do que, para burlar a lei, proprietários transferiam cativos de uma circunscrição para outra.

Foi dentro desse quadro que o movimento abolicionista paraibano atuou com alguma eficácia. Em Mamanguape, acadêmicos de Direito como Castro Pinto conjugavam Abolição e República enquanto na capital e Campina Grande o movimento emancipacionista crescia pela Imprensa. Na cidade da Parahyba, sociedades filantrópicas e clubes lítero-recreativos batiam-se pela Abolição.

O caso mais expressivo verificou-se em Areia onde, sob a liderança do latinista Manuel da Silva, inspirador da Emancipadora Areiense, párocos, proprietários mais esclarecidos e Imprensa perfizeram *frente única*, mediante a qual o abolicionismo consumou-se a três de maio de 1888, dez dias antes da Lei Áurea.

Como, todavia, a economia areiense estivesse minada pela praga da gomose que devastou os canaviais, alcançando o clímax em 1884, torna-se evidente que as debilidades estruturais da produção agrícola falavam mais alto que o humanitarismo dos abolicionistas, para acarretar a desintegração do escravismo local. Com os engenhos rapadureiros de *fogo morto*, o patriarcalismo não tinha como manter seus escravos.

Em linhas gerais, embora por outros motivos, o mesmo se verificava em outras subregiões da Paraíba, daí porque a conclusão consiste em que, nessas províncias, a abolição não se precipitou pela porta do desenvolvimento das forças produtivas que, no sul, asseguravam espaço ao trabalho livre, mas pela da crise. Essa a razão por que, na Paraíba, suprimida a escravidão, não brotaram relações capitalistas de produção, as quais, de resto, não despontam mecanicamente na passagem de um sistema econômico para outro. *Foram relações feudais que sobrevieram.*

Nessas relações, o que explica o declínio de sociedades escravistas como Areia e Mamanguape, e, logo a seguir, Pilar e Bananeiras, o que prevaleceu, através de trabalho não remunerado conhecido como cambão, foram formas de acumulação de capital primitiva de trabalho não pago, ou simbolicamente remunerado, dos *agregados* e cabras do eito.

A consequência residiu na institucionalização do coronelismo que marcaria profundamente a face da República. Com as massas rurais vagando, apenas teoricamente livres, pelas fazendas e engenhos, fácil tornou-se aos proprietários enquadrá-los em novas formas de sujeição. Com a vantagem de não se encontrarem obrigadas a assegurar-lhes a subsistência, como no escravismo.

É lamentável dizê-lo, mas, do ponto de vista econômico e social, a supressão do escravismo significou muito pouco para a Paraíba.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1- MARIZ, Celso – **Evolução Econômica da Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1978.

Ao contrário da maioria dos historiadores paraibanos que priorizaram o açúcar, Celso Mariz concentrou no algodão, desde “As terras do interior e a penetração do boi,” a formação econômica da Paraíba. Com isso, percebeu que a Paraíba não constitui unidade de produção basicamente açucareira, mas algodoeiro-pecuária – a maior parte de suas terras estão encravadas no semi-árido. Obras contra as secas, urbanização da capital e desdobramentos econômicos da Revolução de 30 tornam-se outros pontos de destaque nessa sólida monografia.

2- FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva (org.) – **Ciência Histórica**. Edição Especial nº 3. João Pessoa: CCHLA da UFPB, outubro de 1990.

A qualificação e originalidade dos estudos de Maria do Céu Medeiros, Elza Régis de Oliveira, Maria de Lourdes B. Vasconcelos, Marc Jay Hoffnagel, Rosa Maria G. Silveira, Inês Caminha L. Rodrigues e Lúcia de Fátima G. Ferreira concedem propriedade à publicação. Trata-se de mini-História da Paraíba, *agrupada por temas*. Estes partem das relações de trabalho dos primeiros tempos da colônia para progredir com a política pombalina do século XIX, posição do trabalho livre na Paraíba do Império, relações da Paraíba com o Governo Central, intervencionismo estatal nas economias *açucareira e algodoeira*, e secas, oligarquia e cangaço.

3- MELLO, José Octávio de Arruda – **Rebeliões liberais, Independência e evolução social na Paraíba do século XIX. Paraíba: Conquista, Patrimônio e Povo**. Por uma Seleção de Autores. 2ª ed. João Pessoa: GrafSet Editora, 1993.

Conjugando, na habitual linha de reflexão do autor, elementos político-econômicos e sócio-culturais, o estudo encerra *visão integrada* da Paraíba do século XIX. Na publicação de que

é parte, esse período da História da Paraíba vê-se igualmente focalizado por abordagens de Oliveira Lima, Horácio de Almeida, Celso Mariz, Aécio Aquino, Humberto Nóbrega, Diana Galliza e Eugênio Toscano. Dentre essas, ressalte-se a contribuição de Aécio Aquino – “Economia e instituições sociais na Paraíba do Século XIX – a Agro-Indústria açucareira,” como síntese do maiúsculo **Nordeste, Século XIX** (1980) do mesmo autor.

4 – MELLO, Neto, José Antônio Gonsalves de – **Manuel Arruda Câmara – Obras Reunidas**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

Durante muito tempo, o frade carmelita e médico Manuel Arruda Câmara foi considerado *ideólogo* do liberalismo brasileiro, como mentor da entidade maçônica “Areópago” de Itambé, questões que a competente pesquisa de José Antônio contesta, frontalmente. Para esse autor, nem Arruda Câmara residiu em Itambé, nem existiu o Areópago, e, tampouco, partidário, quando muito, do despotismo esclarecido, o ex-aluno da Universidade de Montpellier pode ser considerado liberal. A obra de Câmara encerra importantes observações sobre plantas, vegetais, insetos, peixes, aves e crustáceos, dela derivando o naturalismo de sua orientação filosófica.

5 – MARIZ, Celso – **Apanhados Históricos da Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

Para muitos considerado o melhor estudo de Celso Mariz, o livro abrange, em estilo preciso e irônico, a evolução político-partidária da Paraíba, desde a colônia até a oligarquia epítacista, já na República. Em relevo, a atuação do deputado Manuel Carneiro da Cunha, durante a Assembléia Nacional Constituinte de 1823, flutuação de liberais e conservadores no Império, penetração das idéias republicanas e primeiros tempos da República, na Paraíba.

6 - MELLO, José Octávio de Arruda – **Violência e Repressão no Nordeste** (1825/32). João Pessoa: Comissão do IV Centenário da Paraíba/GrafSet, 1985.

Na linha da corrente capistrano-honoriana, de História Cruenta, esse estudo abrange o período posterior à Independência

do Brasil em que três correntes político-ideológicas se entrecrocavam com vistas à montagem (ou inviabilização) do Estado Nacional. Os Governadores das províncias nordestinas carteavam-se, intensamente, e foi com essa documentação que se montou quadro em que avultava a chamada Imprensa pesqueira. Na Paraíba, o primeiro jornal data de 1830, sendo focalizado por Eduardo Martins em **A Tipografia do Beco da Misericórdia** (1978).

7 - ALMEIDA, Horácio de - **História da Paraíba**, 2 vols. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

Desses dois volumes (re) escritos por Horácio de Almeida, o segundo faz-se particularmente rico, em relação ao século XIX. Nele, enveredando por abordagem sócio-cultural, o autor detém-se sobre pregação do Frei Caneca, em 1824, rebeliões areienses, criação e funcionamento de cidades e vilas, ensino, comércio provincial e comunicações, Imprensa, iluminação pública, igrejas e paróquias, eleições, epidemias, e ainda medicina e folguedos populares. O cotidiano da Paraíba do século XIX emerge com clareza.

8 - NICODEMOS, José Pedro - Aspectos da Participação da Paraíba na Guerra do Paraguai. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. nº 18, João Pessoa: Imprensa Universitária da Paraíba, 1971.

Com a colaboração de alunas da Faculdade de Filosofia da UFPB de então, levantou-se, com autoridade, não apenas os aspectos militares da contribuição da Paraíba ao conflito platino, como a *feição social* dessa intervenção. Em relevo, o quadro financeiro da Província, sistema de subscrições adotado, aquarteramentos, recrutamento compulsório e embarque da tropa, bem como técnicas de mobilização para formação dos contingentes. O recurso a jornais da época valoriza ainda mais o estudo.

9 - SOUTO MAIOR, Armando - **Quebra-Quilos: Lutas Sociais no Outono do Império**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.

De todas as rebeliões brasileiras da segunda metade do século XIX, o Quebra-Quilos tornou-se a mais importante. Observando-a no conjunto da região, do Rio Grande do Norte a Alagoas, Souto Maior retificou toda produção anterior, situando os rebeldes nordestinos de 1874/5, em seu verdadeiro contexto, bem mais amplo que a limitada monocausalidade da Historiografia tradicional. Estudo de ponta, em que a Paraíba ingressou pela vertente da Historiografia regional.

10 - GALLIZA, Diana Soares de - **O Declínio da Escravidão na Paraíba - 1850/88**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

A extensão do escravismo ao sertão da Paraíba, por conta da capitalização da cultura algodoeira, na segunda metade do século XIX, faz-se a tônica dessa dissertação de mestrado que, como livro, não perdeu a força, tais as qualidades de pesquisa e concatenação que revela. Partindo da documentação cartorial, Soares de Galliza inseriu a escravidão paraibana no conjunto da economia nacional, onde o tráfico interprovincial contribuía para valorização dos cativos e preservação do sistema.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1 - PINTO, Luis - **Fundamentos da História e do Desenvolvimento da Paraíba**. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1973.

2 - CAVALCANTI, Archimedes - **A Cidade da Parahyba na Época da Independência** (Aspectos sócio-econômicos, culturais e urbanísticos em volta de 1822). João Pessoa: Imprensa Universitária, 1972.

3 - FREIRE, Antônio - **Revoltas e Repentes**. João Pessoa: Nova Paraíba Indústria Gráfica Ltda., 1974.

4 - ALMEIDA, Horácio - **Brejo de Areia**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.

5 - MARIZ, Celso - **Ibiapina, um Apóstolo do Nordeste**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

6 - SORRENTINO – Rossana de Souza (Coord.) et al. **Uma História do Ingá**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

7 - JOFFILY, Geraldo Irenêo – **O Quebra-Quilo** (A Revolta dos Matutos contra os Doutores – 1874). Separata da **Revista de História** nº 187. Brasília: Theasaurus Editora, 1976.

8 - ALMEIDA, Maurílio Augusto de – **Diogo Velho em Síntese** (Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Cavalcanti). João Pessoa: Tipografia Chaves, 1977.

9 - FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva – O Relatório de Retumba – Nova Abordagem para a Historiografia Paraibana. **Revista de Ciências Humanas** (número especial de História). ano 2, nº 4. João Pessoa: UFPB/CCHLA, outubro/dezembro de 1988.

10 - MARTINS, Eduardo – **Cardoso Vieira e o Bossuet da Jacoca** – notas para um perfil biográfico. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1979.

VCAPÍTULO – DA REPÚBLICA DOS CORONÉIS À REVOLUÇÃO DE 30 OU ASCENSÃO E DECLÍNIO DAS OLIGARQUIAS

Sumário: 5.1. Oligarquismo e Política dos Governadores na República. 5.2. Etapas do oligarquismo paraibano: do venancismo ao alvarismo. 5.3. Igreja e movimentos sociais na República Velha. 5.4. Economia, algodão, ferrovias e urbanização. 5.5. Das obras contra as secas à década de vinte. 5.6. João Pessoa – um governante contra as oligarquias. 5.7. Eleições nacionais, guerra civil e Revolução de 30.

A maneira como se processaram a Abolição e a República, ainda no século XIX, delineou a trajetória da Paraíba nas primeiras décadas do século seguinte. Como as coisas não mudaram muito e a Província, agora convertida em Estado, continuou pobre, com a população ainda mais carente, as oligarquias assumiram o lugar do Império unitário. Com isso, a chamada República Velha, de 1889 a 1930, é também denominada, na Paraíba como no Brasil, de República oligárquica, isto é, de predomínio das oligarquias.

- 5.1. *Oligarquismo e Política dos Governadores na República* – Do ponto de vista econômico e social, a caminhada histórica da Paraíba caracterizou-se por *involução* que o sistema de monopólio do século XVIII e a transferência do eixo da economia nacional, do Nordeste para o centro-sul, na centúria seguinte, definiram com clareza.

Com efeito, já ia longe o tempo em que a Paraíba se alinhava entre as regiões mais prósperas do país. Na passagem do século XIX para o século XX, a situação era completamente inversa. Data daí como *riqueza que escasseava somente faria sentido se concentrada em poucas mãos*.

A montagem do sistema oligárquico teve origem nessa circunstância. Por meio dele, grupo restrito, tradicionalista e de

base agrária, escorado no poder de umas poucas famílias, dominantes em seus municípios, apropriou-se do aparelho de Estado e dos poderes representativos deste – Executivo, Legislativo e Judiciário, agora teoricamente autônomos.

Constituições preparadas com esta finalidade sancionaram o chamado *poder oligárquico* que principiava pelo município onde os coronéis do grupo majoritário controlavam o Conselho Municipal. Ao mesmo tempo, esses coronéis, através de deputados por eles eleitos, trabalhavam junto ao Presidente do Estado, que era o Governador, a quem apoiavam. Em troca, a presidência concedia aos coronéis amplos poderes nos territórios da respectiva jurisdição política. Esses poderes principiavam pela nomeação de funcionários estatais da confiança e, não raro, do próprio clã do coronel – diretores de Mesas de Renda e fiscais de tributos, juizes, promotores, delegados de polícia, professores, etc. Em alguns municípios, até sacerdotes integravam esse elenco.

Como a República significou a Federação, essa estrutura haveria de se completar no relacionamento com o Governo Federal, ou seja, a União. Junto a essa, agiria o próprio chefe supremo da oligarquia estatal, encarregado de prover a indicação do presidente do Estado para “eleição” pelos coronéis, ou seus representantes reunidos em Assembléia Legislativa.

Esse um ponto bastante sensível do sistema oligárquico: o livre trânsito do oligarca-mor junto ao Governo Federal, e Presidência da República, em particular. Na Paraíba, isso explica como, de posse do segundo mandato de presidente do Estado, em 1905, o chefe da oligarquia alvarista, Álvaro Machado, preferisse a função de Senador, exercida junto ao Governo Federal, no Rio de Janeiro. O chefe da oligarquia seguinte, Epiácio Pessoa, revelou predileção por essa mesma função eletiva. Quando a deixou, e se transportou para a Europa, em missões oficiais, articulava-se com o poder central muito melhor que se estivesse na Paraíba.

O Presidente da República Campos Sales (1898/1902) oficializou essa sistemática, por meio da chamada *Política dos*

Governadores. À frente de verdadeira federação estadual de coronéis, os Governadores de Estado (na Paraíba, o título era de presidente) faziam-se representantes da União com cujo Presidente da República obrigatoriamente se compunham. O sistema, bastante engenhoso e hierárquico, na medida em que estabelecia articulação entre Presidência da República, Governo dos Estados e coronéis, com intermediação de super-coronéis nos Estados e plano federal, completava-se com outros mecanismos.

Um destes consistia na Comissão de Reconhecimento de Poderes que, atuando junto ao Congresso Nacional, só permitia o acesso à Câmara e Senado, de candidatos aprovados pelo sistema. Outro, Justiça partidária, habitualmente vedada à oposição. O mais importante desses mecanismos era o Exército que, prestigiando as oposições, poderia desestabilizar as oligarquias como se verificou nos Estados do Pará, Ceará, Alagoas e Pernambuco, à época das chamadas “salvações” da Presidência Hermes da Fonseca. E também na Bahia, em 1912, quando, para forçar a renúncia do Governador, os canhões do forte de São Marcelo bombardearam Salvador. O mesmo ocorreu no Amazonas quando a flotilha foi utilizada para pressionar o Governador cuja oligarquia caíra em desgraça perante o Catete.

Essa organização de poder também se intitulava coronelismo. Viabilizava-se por meio de estrutura econômica tradicional, baseada na grande propriedade, coexistindo com sistema eleitoral de extensa base representativa. Como os regulamentos da República aumentassem o número de eleitores, mesmo sem instituir o voto universal que somente sobreviria com a Revolução de 30, a responsabilidade das eleições recaía sobre os coronéis que, senhores de terras, se encarregavam de levar às urnas o eleitorado. Esse era tângido, como gado, em verdadeiros *currais*.

Alguns analistas enxergaram no coronelismo não a simples predominância do poder privado, mas equilíbrio entre poder privado que declinava e poder público, ou seja, o do Estado, que crescia. Através das chamadas eleições a bico de pena, este último

legitimava o primeiro. Na intercessão das duas variáveis, o coronel cumpria o papel de *ponte* entre ambas.

5.2. *Etapas do oligarquismo paraibano: do venancismo ao alvarismo* – Na Paraíba, a República dos coronéis conheceu três etapas correspondentes às oligarquias que a controlaram. A primeira, venancista, do nome do primeiro presidente republicano do Estado, Venâncio Neiva, foi muito rápida e perdurou apenas de 1889 a 1891. Sua importância derivou da posterior instrumentalização do epitacismo. A segunda, alvarista, extraída do nome de seu primeiro presidente e chefe da oligarquia, Álvaro Machado, durou vinte anos, de 1892 a 1912. Após transição, representada pela presidência Castro Pinto, que, debalde, tentou equilibrar oligarquias descendente e ascendente, isso entre 1912 e 1915, sobreveio a oligarquia epitacista. Sob o comando de Epitácio Pessoa, estendeu-se até 1930, ou 1928, como pretendido por historiadores revisionistas.

Cada uma dessas oligarquias nomeou a crescente massa de funcionários e “elegueu” os Prefeitos Municipais e, evidentemente, os Presidentes do Estado. Venâncio Neiva fez-se solitário representante do venancismo, mas o alvarismo contou com cinco “presidentes-governadores”: Álvaro Machado (1892/96), Gama e Melo (1896/1900), José Peregrino (1900/1904), novamente Álvaro Machado, que só governou um ano, sendo substituído pelo primeiro vice-presidente Valfredo Leal, que completou o quadriênio, de 1905 a 1908, e João Machado, irmão de Álvaro, de 1908 a 1912. Os presidentes da oligarquia epitacista foram Antônio Pessoa que completou o mandato de Castro Pinto, de 1915 a 1916, Camilo de Holanda de 1916 a 1920, Solon de Lucena de 1920 a 1924, João Suassuna de 1924 a 1928 e João Pessoa de 1928 a 1930.

A rigidez das oligarquias fazia com que os adversários fossem colocados no ostracismo. As oposições dispunham de poucas garantias e seus chefes Lima Filho, durante o alvarismo, e Heráclito Cavalcante, ao longo do epitacismo, ficaram marginali-

zados, o que só não aconteceu com esse último, de 1929 a 1930, quando se aproximou da Presidência da República então rompida com o Governo Estadual. João Machado e Camilo de Holanda foram presidentes da Paraíba mas encerraram suas carreiras após se desentenderem com Epitácio Pessoa, em 1913 e 1920. Em 1908, Afonso Campos logrou fazer maioria no Conselho Municipal de Campina Grande, o que foi desfeito pela presidência João Machado. Para anular os resultados, Machado alterou os limites geográficos do município.

Noutra perspectiva, as oligarquias faziam-se flexíveis e capazes de proceder as mais incríveis combinações como ocorreu para Álvaro Machado transferir o governo em 1905, assegurando-se cadeira no Senado. Essas combinações, todavia, se processavam *dentro da própria oligarquia*, daí porque na “democracia manipulatória” da República Velha, o povo encontrava-se excluído. A conciliação, quando era o caso, processava-se nos limites da elite dirigente.

A organização do sistema oligárquico paraibano foi facilitada pela fraqueza do movimento republicano local. Neste, propagandistas como Aristides Lobo, Maciel Pinheiro, Coelho Lisboa, Lima Filho e Albino Meira atuavam *fora da província*. Data daí como Centros, Clubes e Jornais mais decididamente republicanos apareceram *depois* de 15 de novembro de 1889.

A nova ordem não herdou poucos quadros da Monarquia. Republicanos históricos como Albino Meira, Irenêo Joffily, Eugênio Toscano, Epitácio Pessoa, Gama e Melo e Coelho Lisboa foram sendo politicamente neutralizados, uns, atirados à oposição, outros. *A Gazeta do Sertão* de Joffily foi empastelada, o mesmo acontecendo mais tarde com jornais do combativo Arthur Achilles

Compreenda-se, por aí, como o primeiro presidente republicano da Paraíba, Venâncio Neiva, pouco tivesse a ver com a República. Juiz de Direito em Catolé do Rocha, tinha por si a condição de irmão de dois coronéis do estafe do Marechal Deodoro da Fonseca, na capital da República, e amigo do ex-chefe monar-

quista, Barão do Abiahy. Era de extração conservadora e se impôs sobre o federalista republicano Albino Meira.

Com o poder nas mãos, Venâncio agiu como típico oligarca. Assessorado pelo Secretário-Geral Eptácio Pessoa e Chefe de Polícia Coelho Lisboa, ambos indicados pela Presidência da República, nomeou à vontade, interveio nos municípios e elegeu deputados estaduais e federais de sua inteira predileção. Os primeiros encarregaram-se da Constituição paraibana de 1891 onde as principais diretrizes eram de natureza formal – estabelecia a eleição direta para Governador e três vice-Governadores, estruturava o Poder Judiciário com um Superior Tribunal de Justiça, Juri Criminal, Tribunais Correccionais, Juizes de Direito e Juizes Distritais, e criava o cargo de Prefeito, nos municípios, deixando a regulamentação, a cargo de lei ordinária. Fôra daí, fixava em trinta o número de integrantes do Poder Legislativo ao qual taxava de Congresso, estabelecia em quatro anos a duração de cada legislatura, renovando o Congresso, pela metade, de dois em dois anos, proibia ao deputado estadual ser Secretário de Estado, e obrigava o candidato a Governador dispor de residência efetiva no Estado, há pelo menos quatro anos, *salvo quando paraibano*.

Quanto aos deputados federais, eram todos venancistas, figurando entre eles o médico Sá Andrade, que residia na Bahia, o pintor Pedro Américo, domiciliado em Florença, na Itália, de onde se apressou em aderir à República, João da Silva Retumba, oficial da Marinha no Distrito Federal, e o secretário-geral Eptácio Pessoa. Este obteve destaque ao procurar enquadrar constitucionalmente a nascente Federação, e, em seguida, combater os atos de exceção da Presidência Floriano Peixoto. Eptácio tornou-se, então, um dos grandes oradores da História do Parlamento Nacional.

O domínio de Venâncio Neiva cessou a 27 de dezembro de 1891, quando repercutiram na Paraíba os acontecimentos da capital federal. O Presidente da República Deodoro da Fonseca renunciara, após frustrada tentativa de golpe de Estado, e seu substituto afastou todos os Governadores de Estado, à exceção dos do Pará e

Rio Grande do Sul. Venâncio encontrava-se veraneando e só se deu conta da deposição, na estação ferroviária de Jacaré, quando retornava a Palácio. Pronunciou duas frases de efeito — “O movimento não é popular mas de quatro capangas” e “São poucos para me intimidar e muitos para me depor” — e deixou o Governo.

O partido de Venâncio intitulava-se Autonomista e, expulso do Governo, recobrou ânimo, com a indicação de Eptácio Pessoa como Ministro da Justiça do Governo Campos Sales (1898/1902). Tentou algumas sortidas mas autodissolveu-se em 1901. Dois anos depois, infiltrou-se na oligarquia alvarista, fundiu-se com esta e aguardou o ascenso do epitacismo em 1911 e 1915. Cunha Pedrosa fez-se o expoente dessas manobras. Venâncio Neiva constituiu caso de extraordinária longevidade. Juiz Federal em 1906 e Senador da República, depois de 1915, faleceu em 1939, com a idade de Matusalém.

O chefe da segunda oligarquia republicana da Paraíba, major do Exército Álvaro Lopes Machado, servia na Bahia onde recebeu determinação de Floriano Peixoto para assumir a presidência do Estado. Como não dispunha de habilitação legal, empossou-se perante o Conselho da capital. Imediatamente, iniciou o desmantelamento do venancismo e organização de nova Constituição — a Constituição alvarista de 1892. Nela, a figura do Prefeito Municipal, que se encontrava exercida pela presidência dos Conselhos Municipais, foi restabelecida com mandato indefinido.

A providência assegurou a primazia do coronelismo com o qual o alvarismo dominou a Paraíba até a morte do chefe, em 1912. Em 1893, uniu os grupos liberal e conservador do Partido Republicano, do que resultou a fundação do jornal *A União*, pilar da cultura paraibana que em 1993 completou cem anos. Dez anos depois, unificaria a oligarquia republicana, atraindo os venancistas. Cunha Pedrosa tornou-se, em 1904, secretário-geral do Governo.

Moldado à imagem e semelhança do chefe, a oligarquia alvarista teve no próprio Álvaro Machado um dos melhores representantes. De formação positivista, levou a pequena açudagem ao

interior e incentivou a criação de companhia de ferro-carris, na capital. Seu governo assistiria à implantação de fábricas de cimento em Tiriri e de tecidos em Santa Rita. Além disso, procurou reformar o sistema de ensino do Liceu Paraibano. Desse modo, ficou muito acima da apatia de Gama e Melo, truculência de José Peregrino e parcimônia de Valfredo Leal. No conjunto do alvarismo, somente foi suplantado pelo irmão, João Machado, autor de uma das melhores administrações da República Velha.

Médico sanitaria, o doutor João Machado organizou serviços básicos como Diretoria de Saúde na capital e Centro Agrícola e Campo de Demonstração de Sementes em Mamanguape e Espírito Santo. A velha estrada Areia-Alagoa Grande foi implantada em seu Governo que assegurou à capital água, luz e bondes elétricos. Também abriu a avenida que lhe tem o nome, ensejando o deslocamento da velha cidade da Paraíba para leste.

A maneira como esses governos se sucediam não significava que os quadros políticos paraibanos se limitassem aos segmentos oligárquicos. Estes, mesmo hegemônicos, teriam de medir-se com os anti-oligárquicos que, reprimidos, consultariam as melhores tradições de resistência da História paraibana.

Não se deve, pois, esquecer a bravura de Irenêo Joffily nos anos noventa. Heterodoxia jornalística de Eugênio Toscano de Brito e Arthur Achilles, na passagem do século. Campanha jornalística de Gama e Melo contra o oligarquismo de Valfredo Leal, em 1907. Ação democrática de Afonso Campos, em Campina Grande. E, enfim, rebeldia de Coelho Lisboa cujos discursos de 1908 o converteram em "Um Radical Republicano contra as Oligarquias," segundo o cronista Wellington Aguiar.

Todos pleiteavam a retomada dos verdadeiros princípios republicanos. A circunstância de alguns deles haverem servido à oligarquia em nada desmereceu a validade desse posicionamento. Como o mandonismo da Política dos Governadores estivesse enraizado, qualquer protesto mais consistente somente poderia surgir *de dentro dele*. Isso, aliás, é que, ao final dos anos vinte,

ocorreria com João Pessoa: indicado pelo epitacismo, voltar-se-ia contra este, propiciando a liquidação do oligarquismo da República Velha.

Ainda que numa dimensão romântica, é nessa perspectiva que se deve entender a ação da presidência Castro Pinto (1912/15).

Quando esse republicano histórico assumiu o Palácio do Governo estavam ocorrendo fatos de certa gravidade. Morto Álvaro Machado, o mosenhor Valfredo Leal assumiu o comando do alvarismo, tendo contra si a Epitácio Pessoa que, concluindo carreira no Supremo Tribunal Federal, desejava retornar à política, como chefe supremo da oligarquia paraibana. Ex-amigo pessoal de Deodoro da Fonseca, Epitácio dispunha de outro trunfo nas relações pessoais com o Presidente da República, Hermes da Fonseca, irmão de Deodoro. Graças a essas ligações, fracassaram os intentos do coronel do Exército Rêgo Barros em estender à Paraíba as salvaçãoes militaristas do hermismo. O coronel Abílio Noronha que também aspirava à condição de "salvador" foi transferido e deixou o Estado.

Com esse cacife, Pessoa não só bloqueou a candidatura governamental de Valfredo – substituído por Castro Pinto, na condição de candidato de conciliação, – como impôs o irmão Antônio Pessoa para a primeira vice-presidência do Estado. Os valfredistas tiveram de contentar-se com a segunda vice-presidência. Tratava-se de acordo que não perduraria.

Sem maior base política, a posição de Castro Pinto era difícil, mas ele não transigiria. Como presidente da Paraíba buscou assegurar a *primazia do setor público*, fosse combatendo o banditismo, retirando as eleições do interior das Igrejas, ou, ainda, extinguindo a praxe de designação da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia, pelo Governo do Estado. Como pedagogo, bateu-se pela *educação pública*, criando, inclusive, arremedo de Universidade Popular. Seus discursos repisaram a temática das eleições livres.

Passando da teoria à prática, incentivou valiosas publicações pela editora *A União* que, como jornal, foi vedado à propagan-

da partidária. Quando, em 1915, travou-se a esperada disputa entre epítacistas, auto-intitulados “condores,” e valfredistas, cognominados “bacuraus,” Castro Pinto assumiu postura de magistrado, fato raríssimo na História Política da Paraíba e somente reeditada por Dorgival Terceiro Neto... em 1978!

Nem seu velho amigo Epitácio, de volta à Paraíba, o republicano histórico de Mamanguape dignou-se visitar. Em consequência, ficou mal perante as duas oligarquias, mas de bem perante a História e a República. Magoado, renunciou, em pleno exercício do mandato, refugiando-se no Rio de Janeiro. Seu substituto, Antônio Pessoa, assumiu a presidência, fortalecido com a vitória dos candidatos epítacistas, nas eleições de 1915. Imediatamente, iniciou *politica de derrubadas* sem precedentes na História Republicana da Paraíba. Começava a oligarquia epítacista.

5.3. Igreja e Movimentos Sociais na República Velha —

O comportamento de Castro Pinto consultou um dos traços mais característicos do ideário republicano — *o laicismo*. De acordo com ele, Estado e Igreja, separados com a Proclamação da República, dispunham de esferas próprias de atribuição.

Na França e Itália a adoção da providência significou anticlericalismo que implicou na secularização dos bens da Igreja. Esta, no Brasil, levantou-se, inquinando a República de suspeição.

Havia pontos de atrito em perspectiva. Um deles, a Educação, assegurada em bases confessionais pela Igreja. Outro, o casamento civil, implantado, na Paraíba, pela presidência João Pessoa. Um terceiro, a secularização dos cemitérios, concretizado por Antenor Navarro, após a Revolução de 30. Em todos esses campos, a Igreja, tradicionalista e ultramontana, considerava que a República organizava-se contra ela.

Na Paraíba, a questão rebentou por ocasião da Festa das Neves de 1899. Reorganizada através do bispo Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, cuja sagração em 1894, com elevação a Arcebispo em 1914, representou alento para o catolicis-

mo, a Igreja decidiu proibir a parte profana das festividades da padroeira, por conta de seu controle pela Maçonaria.

Ressalte-se que a paciência da Cúria se estava esgotando. O Governo ocupara o antigo Convento de Santo Antônio transformado em quartel, e só a custo devolvido à Diocese. Esta, então, radicalizou, provocando a retomada da Questão Religiosa, de 1874/5.

A Maçonaria aceitou o desafio. Apoiados em instituições republicanas como o Clube Astrea e ainda comércio do Varadouro, intelectuais anti-religiosos e jornalistas radicais, os maçons desfecharam violenta campanha contra a Igreja. Do lado oposto, Dom Adauto não cedeu, suspendendo as homenagens religiosas à padroeira. Sem essas celebrações, a parte profana da Festa das Neves perdeu o brilho, mas a Maçonaria sustentou-a. Quando os choques entre maçons e católicos ganharam as ruas, o presidente Gama e Melo interveio, com desgaste para a sua autoridade.

A Questão Religiosa de 1899 significava algo mais profundo, ou seja, os primórdios de aburguesamento da sociedade que a Igreja, como sentinela do velho patriarcalismo, tinha dificuldade em aceitar. A Santa Sé fazia-se partidária da chamada romanização por meio da qual se procurava conter a dissolução de costumes do clero, reafirmar os princípios religiosos tradicionais e acentuar as vinculações da Igreja ao Vaticano.

No campo existencial, a República surgia num momento em que considerável massa de capitais, deslocando-se do escravismo para atividades comerciais nas cidades, fomentava a redefinição do espaço urbano. Tal significava o sobrado de três andares, mediante o qual o patriciado rural, aderindo ao comércio, transferia-se para a cidade. Na capital paraibana, praças e jardins, contendo estátuas em homenagem à República, principiavam a ser edificadas em lugar das igrejas, quatro das quais seriam derrubadas, entre 1926 e 1937.

Os ideais republicanos de secularização traziam consigo os *coretos*, como símbolos da nova ordem. Oito desses equipamen-

tos seriam instalados na cidade sede do Governo Estadual. Quase todas as cidades do interior ganhariam o seu. Edificados em jardins públicos, cercados de gradís, os coretos, de origem inglesa e belga, expressavam não apenas a expansão das comunidades urbanas, cujo crescimento ordenavam, como a progressiva emancipação da mulher, retirada da camarinha para o *footing* das ruas.

Os eventos sociais abandonavam o adro das Igrejas, sob fiscalização desta, e assumiam novas formas, dotadas de certa liberalização de costumes. A moda passava a realçar roupas mais leves e atrativas, surgindo a retreta, o teatro, o *pic-nic*, o cinema, os bailes recreativos, os concursos de miss e competições esportivas como regatas, e o futebol, que penetrava aí.

Préstitos e celebrações religiosas ainda conservavam a antiga imponência, mas a Igreja, intuindo o advento dos novos tempos, reagiu, condenando a maioria daquelas diversões que, na Paraíba, se consolidariam pelos anos vinte. Para periodistas católicos, o progresso social tornava-se *perigoso*, porque implicava no afrouxamento dos antigos laços de controle patriarcal.

Essas questões não configuravam problemas sociais mas *situações sociais*. Isso porque, à época da República Velha na Paraíba, os primeiros expressavam-se através do cangaço. Foi o tempo em que quadrilhas de salteadores, acentuadas pela seca de 1877, ampliaram-se, adquirindo feição e comandos próprios. Alguns autores enxergariam nos cangaceiros precursores da guerrilha rural.

A questão do cangaço torna-se mais ampla, relacionando-se com a primazia, no sertão e regiões mais distantes, de formas de organização nitidamente particularistas. Isoladas, essas áreas, impenetráveis à ação do poder público, registravam *ordem social e justiça privadas*, a cargo dos coronéis que, para tanto, dispunham de milícias próprias, os *cabras*. Ao lado desses, despontavam os *jagunços*, matadores profissionais, posteriormente atraídos pelas manifestações de messianismo. A Polícia, quando aí chegava, o fazia de forma desorganizada, em pouco se diferenciando do

cabroal. Não foram poucos os integrantes de volantes que “caíram no cangaço”. De alpercatas nos pés e cartucheiras atravessadas no peito, a indumentária dessas formações era praticamente a mesma.

Nas lutas de família que marcavam o interior da sociedade paraibana e nordestina, os cangaceiros organizaram-se, encontrando apoio nos proprietários rurais. Surgiram os *coiteiros*. Dessa forma, reagindo, enviesadamente, contra sociedade que lhes usurpara terras e desonrara filhas, os cangaceiros compunham-se com aquela mesma sociedade que exteriormente repudiavam. Isso ocorria porque *faltava consciência política e ideológica a esse protesto*. Os cangaceiros não eram “Robin Hoods” das caatingas. Assemelhavam-se a *bandidos sociais* cujas relações com a justiça social eram oblíquas, assimétricas.

Na Paraíba, o auge do cangaço verificou-se entre as décadas de dez e trinta, quando começou a declinar. Ao final dessa última década, bandos de cangaceiros, provenientes de Pernambuco, ainda assolavam a região de Monteiro, mas com eliminação do bando de Lampião, em julho de 1938, em Sergipe, o cangaço encontrava-se esgotado. Seus últimos remanescentes, localizados na região de Ingá, foram exterminados pela Chefia de Polícia da Interventoria Rui Carneiro, no início dos anos quarenta.

As comunicações já haviam chegado ao sertão, onde a revolução de 30, voltando-se, inicialmente, contra as milícias privadas dos coronéis, desarmou o reduto messiânico do padre Cícero, no Juazeiro. Tradicionalistas, os cangaceiros possuíam na religião popular do “padim Cícero” uma das inspirações. As relações do cangaço com essas formas de religiosidade popular, que chegaram a se materializar, na Serra do Comissário, em Sousa, eram também difusas.

Antônio Silvino, Chico Pereira (Nobrega) e Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, foram os chefes de bando que mais se notabilizaram na Paraíba. Silvino, cuja atuação se estendeu por dezesseis anos, chegou a invadir Pilar, em 1914, em formação militar. Saqueou a loja do chefe político e angariou simpatias,

distribuindo dinheiro com a população. Em Guarabira, recorreu ao telégrafo para enviar desafiadora mensagem ao presidente do Estado. Já Chico Pereira atuou no sertão da Paraíba e Rio Grande do Norte tendo depredado propriedades na região de Acari. Preso em Cajazeiras pelo tenente Arruda que, com seus colegas Benício e Vicente Jansen, distinguiu-se no combate ao bandoleirismo, foi posteriormente justificado, em acontecimento ainda hoje envolto em mistério.

De Princesa, onde de certa feita se encontrava, Pereira juntou-se ao bando de Lampião, que contava com proteção de proprietários da área, para ocupar Sousa, em julho de 1924. O Juiz de Direito da comarca foi humilhado. O capitão Virgulino Ferreira da Silva não participou pessoalmente desse ataque em que o agrupamento misto Lampião-Chico Pereira procurou eliminar o chefe político sousense Octávio Mariz. Enquanto isso, o bando do cangaceiro Sabino procurou, em setembro de 1926, invadir Cajazeiras. Prevenida, a Polícia ligou-se à população para resistir. Os bandoleiros não obtiveram sucesso na empreitada.

O indireto relacionamento dos cangaceiros com o coronelato evidenciou-se no prestígio desse último segmento que, entre 1889 e 1930, organizou movimentos ocorridos na Paraíba. Estes verificaram-se *por ciclos*, liberais na sequência 1801-17-24-49, e populares com o Ronco da Abelha, Serra do Lagomá e Quebra-Quilos, na segunda metade do século XIX. Os coronéis lideraram o ciclo seguinte, vigente durante a República Velha. Nesta ocorreram as deposição de Venâncio Neiva – quando se arrebanharam cabras, nos engenhos próximos à capital – República da Estrela, invasão de Patos e Teixeira por agrupamentos coronelescos, e, enfim, o mais importante de todos, na decretação do Território Livre de Princesa, às vésperas da Revolução de 30.

A República da Estrela representou evento algo pitoresco e verificou-se durante o Governo José Peregrino (1900/04). Sentindo-se desprestigiado, coronel do distrito de Boaventura, no município de Misericórdia (Itaporanga), proclamou a “independência”

da área. O coronel Zuza Lacerda organizou até Ministério do qual constava Ministro da Marinha. O movimento permaneceu no domínio das intenções e do folclore...

Bem mais graves foram as ocorrências de 1912. Terminava o governo João Machado e a oposição, imaginando chegar ao poder com a candidatura Rêgo Barros, decidiu conflagrar o Estado para ocasionar intervenção militar que favorecesse seus propósitos. Jornal do doutor Lima Filho emprestava cobertura a esses acontecimentos. De Monteiro e Teixeira, colunas armadas, sob o comando dos coronéis Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas, ocuparam Patos e marcharam sobre Santa Luzia, São João do Cariri e Soledade, as duas últimas na vizinhança de Campina Grande. O movimento só não progrediu porque o Exército, por determinação da Presidência da República, trabalhada por Epiácio, recebeu instruções para abafá-lo. O que foi feito.

Em fevereiro, de 1926, a Coluna Prestes, que durante dois anos e meio percorreu o Brasil, na intenção de alimentar a resistência da população contra o Governo Arthur Bernardes (1922-26) e a República Velha, ingressou na Paraíba, procedente do Rio Grande do Norte e em busca dos sertões de Pernambuco. Dois tenentes intentaram, na capital, frustrado golpe de mão.

A principal ocorrência da passagem da Coluna pela Paraíba verificou-se a nove de fevereiro de 1926, em Piancó, onde o chefe político (padre) Aristides Ferreira da Cruz decidiu enfrentá-la. A Polícia retirou-se e Aristides terminou trucidado com onze companheiros. Os chefes da Coluna enfureceram-se por se considerarem traídos. Os defensores de Piancó teriam hasteado bandeira branca e, em seguida, aberto fogo.

Esse episódio merece menção porque a resistência à Coluna, na Paraíba, ficou a cargo de *Batalhões Patrióticos*, organizados pelos coronéis. Evitando medir-se com os revolucionários, os patrióticos seguiam no rastro desses, pilhando e saqueando. Em 1928, com a Coluna internada na Bolívia, os coronéis ainda recebiam armas e dinheiro do Governo do Estado, como indeniza-

ção em face das lutas (sic) travadas contra ela. Assim, a Coluna Prestes, embora dotada de intenção oposta, terminou reforçando a estrutura do coronelismo.

5.4. *Economia, algodão, ferrovias e urbanização* – Economicamente mais ativa que o Império, a República preocupou-se com o algodão, em favor do qual se conjugaram Grande Guerra, obras federais contra as secas e medidas de fomento agrícola da iniciativa de administrações estaduais.

Em 1916, a Sociedade de Agricultura da Paraíba, estimulada pelo Governo Estadual, que lhe fornecera subvenção anual, desenvolveu variadas atividades, com, inclusive, distribuição de sementes, vacinas para o gado e vendas de implementos agrícolas, a preços mais baixos. À semelhança do café, então devastado na região do brejo, os algodoads eram atacados por praga que motivou a presença de técnicos norte-americanos. Em virtude de recomendações destes e Conferência realizada no Rio de Janeiro, o Governo criou o Serviço de Defesa do Algodão, como proveitosa iniciativa da administração Camilo de Holanda (1916-20).

Sob a liderança de Diógenes Caldas, bacharel versado em questões agrícolas, a Paraíba obteve dividendos. Datam dessa época a contenção da lagarta rosada do capulho, esforços em prol de algodão dotado de fibra mais longa e consistente, e introdução de novas culturas como o sisal que iria adquirir expressão econômica com os anos quarenta.

Encerrada a Primeira Guerra Mundial, a Paraíba que, através da empresa Kroncke & Cia., já encaminhava fardos prensados aos mercados internacionais, apresentava-se como o maior produtor algodoeiro do Brasil. Isso e mais a presença do paraibano Eptácio Pessoa, na Presidência da República, significaram visitaçã pela missão Arno Pearse, responsável por alguma orientação técnica. Sob a presidência de Solon de Lucena, a Paraíba experimentava o impulso das obras contra as secas, graças às quais Patronato Agrícola também seria implantado na região do brejo. O

Serviço Estadual do Algodão foi reformulado para abranger fazendas de sementes, culturas de cooperação, registro de marcas para descaroçamento e prensas, bem como serviços de estatística agrícola e industrial. Na euforia do pós-guerra, a receita algodoeira do Estado saltou de 7.729:000\$000, em 1922, para 14:268:000\$000 no ano seguinte.

Na passagem do Império à República, ou seja, do século XIX para o XX, o principal benefício à economia paraibana representou-se pelo transporte ferroviário que, partindo da capital, onde o primeiro trem correu em 1881, chegou a Pilar em 1883, Guarabira em 1884 e Cabedelo em 1889. Tratava-se das atividades da *The Conde D'Eu Railway Company*, estendida à Paraíba, na seqüência dos esforços dos Ministro do Império Diogo Velho e deputado Anísio Salatiel.

Com a República, a *Great Western Railway* (Estrada de Ferro *Great Western*) também organizada com capitais ingleses, tomou-lhe o lugar, sem abdicar da programação da antecessora. Data daí como Itabaiana e Alagoa Grande, esta via Mulungu, foram alcançadas, em 1901. De Itabaiana, após prolongada discussão em torno do traçado, a via férrea, atravessando Mogeiro e Ingá, chegou a Campina Grande, em 1907, uma data chave para a História dessa cidade.

Foi esse o acontecimento nodal da expansão ferroviária do Estado. Nem a chegada dos trilhos a Bananeiras, na serra, em 1913, nem a extensão da ferrovia campinense a Soledade, em 1918, ou a penetração da Rêde Viação Cearense, pelo oeste, na década de vinte, disputou-lhe o lugar.

Além do que significou para Campina Grande, que consolidou a condição de empório revendedor de algodão, a chegada do trem a essa cidade, graças em grande parte aos esforços do chefe político Cristiano Lauritzen, significou a predominância do grupo algodoeiro, vinculado à Associação Comercial de Pernambuco. Essa instituição exerceu influência no traçado da ferrovia, via Itabaiana, como polo de captação da produção sertaneja, articulada

com o porto do Recife. Foram então desfeitas as esperanças dos que, desde Irenêo Joffily, no século anterior, se batiam por estrada de ferro de penetração que, partindo de Alagoa Grande, chegasse à antiga Vila Nova da Rainha, cruzando a serra da Borborema, através de Areia e Esperança. “Campina tornou-se, então, cidade pernambucaníssima”.

Pelo oeste, a ferrovia penetrou em território paraibano, no esquema das obras contras as secas e por intermédio da Rêde Viação Cearense, através de Antenor Navarro, em 1923, com extensão a Sousa, em 1926, e Pombal em 1932. De Antenor, ramal alcançou Cajazeiras, também por imposição do algodão, em 1926. A.R.V.C chegaria a Patos em 1944.

O traçado dessas vias férreas revelou-se economicamente desfavorável à Paraíba. Enquanto Guarabira e Bananeiras passaram a gravitar na órbita de Natal, a região de Sousa e Catolé tornava-se tributária do Rio Grande do Norte, a partir de onde a Rêde de Viação Mossoroense posteriormente alcançaria Sousa. No alto sertão, o eixo Cajazeiras-Antenor vinculava-se a Fortaleza, no Ceará. A economia paraibana tornou-se seccionada, o que permaneceria por bastante tempo. A decantada integração ferroviária só se concretizaria em 1958, quando a Rêde Ferroviária do Nordeste completou a ligação Patos-Campina. Por essa época, o trem já não significava muito, visto como tinha início a febre das rodovias. Na culminância desta, muitos trilhos seriam arrancados e estações de passageiros desativadas entre 1966 e 1975. Hoje, na Paraíba, circulam apenas uns poucos trens de carga e as linhas de subúrbio da grande João Pessoa.

Os benefícios das estradas de ferro, na Paraíba tornaram-se, dessa maneira, mais sociais que econômicos. Isso porque conjugado com as obras contra as secas, o trem contribuiu para o urbanismo e modernização de costumes de várias comunidades.

Na segunda metade do século XIX, as duas únicas cidades paraibanas dignas desse nome, porque razoavelmente (r)urbanizadas, eram Areia e Mamanguape. Ambas dispunham de elite cultural e

social, orgulhosa de igrejas, festas profanas e religiosas, sobrados de azulejos, escolas e sociedades lítero-recreativas, boticas, jornais, bandas de música, animadas feiras e armazéns de estivas, e até teatros – Minerva em Areia, Santa Cecília em Mamanguape – onde se exibiam companhias recifenses. A capital diminuiu a população entre 1872 e 1890, para só recomeçar a crescer na passagem do século, enquanto Campina Grande ainda não passava de desarrumado casario distribuído pelas imediações da feira de gado onde, à noite, se comercializava o sexo.

Foi o trem, combinado com o telégrafo, que reverteu a situação. Exatamente por não contarem com ele, Areia e Mamanguape declinaram até a condição de cidades mortas. A primeira viu-se estrangulada por cinturão de ferro, visto como a ferrovia, sem tocá-la, passava nas proximidades de seus quatro pontos cardeais. Em Mamanguape, comércio de estivas e miudezas desviou-se para Guarabira, favorecida pelas composições ferroviárias que por aí circulavam.

Entrementes, cidades que dispunham da condição de pontas de trilho ou entroncamentos ferroviários desenvolviam-se extraordinariamente. Com a virada do século, a cidade da Parahyba puxou a fila, com o comércio retomando impulso através das casas comerciais da cidade baixa e navegação de cabotagem ao longo do Sanhauá. Foi essa uma época em que a capital regulava sua vida pelo telégrafo e hasteamento de bandeiras, anunciando a chegada de embarcações ao cais do Varadouro. Coronéis desembarcavam na estação ferroviária com seus guarda-pós para se hospedarem no Hotel Globo e falarem diretamente com o presidente do Estado.

Itabaiana, Alagoa Grande e Bananeiras constituíram outros casos típicos. Na primeira, o trem apoiou a feira de gado para acarretar urbanização, pontilhada, entre 1900 e 1920, de bondes, jornais, luz elétrica, clubes e artístico coreto, com vários desses equipamentos importados do Recife. Em Alagoa Grande, saraus e recitais de canto realizavam-se no *Teatro Santa Inês*. Por seu turno, consorciando café e ferrovia, Bananeiras encheu-se de praças,

sobrados, casarões, Patronato Agrícola e obras de drenagem de seu riacho, além de revistas e jornais. Sua elite intelectual era das melhores do Estado.

Nenhuma cidade paraibana, contudo, beneficiou-se tanto do transporte ferroviário quanto Campina Grande. Convertida no mais importante centro urbano de todo interior nordestino, comporia com os algodão, comércio, e via férrea, o tripé responsável pelo progresso. Desde 1907, comboieiros do sertão paraibano e Estados vizinhos passaram a procurá-la, a fim de embarcar mercadorias. Rapidamente desenvolvida, a cidade assinalou a barragem do açude Bodocongó em 1919, primeira prensa hidráulica no ano seguinte, inauguração da luz elétrica em 1920, agência do Banco do Brasil em 1923, instalação da primeira fábrica moderna e do Mercado Público, em 1925, e início do tráfego de bondes a gasolina, em 1926.

5.5. *Das obras contra as secas à década de vinte* – Considerada mais ilustrada que sua congênera alvarista, a oligarquia epitacista viu-se favorecida pelas obras contra as secas que alcançaram o apogeu entre 1919 e 1922, quando seu mentor, senador Eptácio Pessoa, exerceu a Presidência da República.

Proveniente da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) que, criada por Nilo Peçanha, em 1911, substituiu as antigas Comissões de Socorro Público do Império, as obras contra as secas asseguraram, inicialmente, conhecimento sistemático e científico da realidade nordestina. Tal a contribuição de monografias e relatórios preparados por especialistas, sobretudo estrangeiros, em solos, serras e montanhas, lençóis d'água, regime de chuvas, cartografia, minérios, bacias hidrográficas, etc.

Esses estudos (re)editados pela Fundação Guimarães Duque, de Mossoró, no Rio Grande do Norte, encontram-se na origem do livro básico sobre o Estado que é *A Paraíba e seus problemas*. De autoria de José Américo de Almeida, com primeira edição datada de 1923, essa monografia surgiu como plano para as obras contra as secas encomendado pelo Presidente da República Eptácio

Pessoa ao Presidente da Paraíba, Solon de Lucena.

A essência das obras contra as secas consistiu na *grande açudagem* para implantação da qual foram construídas *barragens* para represamento da água dos rios nos *boqueirões*, lugares onde os cursos d'água, apertados entre serras, se estreita (va)m. Entre 1919 e 1922, 1930 e 1934, 1937 e 1942 e 1951 e 1954, como períodos de maior ativação desses serviços, a Paraíba viu-se contemplada com inúmeras barragens. As principais intitulam-se Engenheiro Avidos (Boqueirão de Piranhas), no alto sertão, Coremas-Mãe D'Água-São Gonçalo, buscando interligar as bacias dos rios Piancó e Peixe, entre Coremas e Sousa; Boqueirão de Cabaceiras, no curso médio do rio Paraíba, próxima a Campina Grande; e Sumé, no Cariri.

Esses açudes, muitos dos quais forneceriam água e energia elétrica, além de peixes e culturas de vasante, propiciaram o desenvolvimento de cidades como Boqueirão, Coremas, Sousa, Sumé, Condado e Malta. Campina Grande converteu-se, a partir de 1915, em polo mecânico-rodoviário, por sediar oficina de reparação de veículos e motores da Inspetoria *Federal* de Obras contra as Secas em que se transformou a Inspetoria de Obras contra as Secas, antes de, com a Revolução de 30, ser criado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). No alto sertão, a vila de Jatobá foi transferida para execução do açude de Boqueirão de Piranhas, o que motivou o surgimento de São José de Piranhas. Próximo à fronteira com o Rio Grande do Norte, o açude de Pilões teve capacidade reduzida para que se preservasse o complexo turístico-hoteleiro de Brejo das Freiras. Antenor Navarro fez-se também município favorecido pela açudagem, apesar de interminável querela, envolvendo os posseiros do açude Pilões.

As obras contra as secas nem se limitaram a açudes nem ao semi-árido. Na Paraíba, graças ao prestígio de Eptácio Pessoa, secundado pelo de José Américo de Almeida, sendo este Ministro de Viação por duas vezes, de 1930 a 1934 e 1953 a 1954, assim como candidato à Presidência da República, em 1937, tais empreendimentos distribuíram-se por todo Estado. Envolveram rodovias e

ferrovias, pontes, quartéis, abastecimento d'água e eletrificação, comunicações postais e telegráficas, edifícios públicos, hospitais, escolas e patronatos, estações experimentais e de remonta, drenagem de rios, campos de aviação, etc. A Paraíba tornou-se uma das unidades de maior concentração de recursos para essas realizações, o que motivou protestos de Estados vizinhos.

Do ponto de vista econômico, a principal consequência residiu na introdução de *economia assalariada* presente aos canteiros de obras das grandes barragens, empreendidas por empresas norte-americanas. Nesses acampamentos, as mulheres dos técnicos estrangeiros usavam calça comprida e dirigiam automóveis, o que foi observado por José Américo em *O Boqueirão* (1935). A novela também trata do trauma produzido pela paralização dos serviços, pelo Governo Federal Arthur Bernardes, em 1924.

Por ocasião de secas, como a de 1932, verificou-se a migração de grandes massas de flagelados para engajamento nas obras contra as secas, retomadas pela Revolução de 30. Eram os *cassacos*, isto é, camponeses apressadamente transformados em operários. Seu deslocamento originava a formação de cidades como em Soledade e Junco do Seridó. Com três açudes de tamanho médio e estradas de interligação com os distritos, Princesa Isabel tornou-se uma das mais dinâmicas cidades paraibanas da década de vinte.

Sociologicamente, as obras contra as secas diluíram o velho patriarcalismo sertanejo, colocando em xeque muitos valores deste como cangaço e messianismo. Isso aconteceu graças às comunicações que aproximaram o sertão do litoral. A presença de novas *categorias sociais* como engenheiros, técnicos, motoristas, trabalhadores especializados, guarda-freios e médicos, equipamentos como automóvel, caminhões e locomotivas, e serviços do tipo cinema, restaurantes, biblioteca e luz elétrica, favoreceram as transformações. Estas foram intuitas pelos cangaceiros, o que levou Lampião a se opor a rodovia pretendida por Governador da Bahia: “essa estrada é contra mim”. Na Paraíba, o bandoleiro Antônio Silvino pôs-se a cortar fios telegráficos, destruir pontes e

arrancar trilhos das ferrovias.

Mesmo contando com a dedicação de técnicos do quilate dos engenheiros Arrojado Lisboa e Luiz Vieira e agrônomos José Augusto Trindade e Guimarães Duque, as obras contra as secas não alcançaram as principais finalidades. A população nordestina continuou pobre e a região, sem constituir exceção a Paraíba, não montou estrutura capaz de fazê-la coexistir com a seca. Data daí como, em nossos dias, o lengalenga se repete. A cada estio, as lideranças nordestinas se levantam, pleiteando mais verbas para serviços de emergência.

A razão disso consiste em que, desde o Império, as oligarquias apropriaram-se das obras contra as secas. Isso acarretou escândalos de vulto. Na Paraíba gastou-se na primeira metade dos anos vinte 22.418:736\$024 – colossal fortuna em valores da época! – para construção de ancoradouro no lugar denominado Porto do Capim, na cidade baixa. O decantado porto da capital, do qual se beneficiaram políticos, comerciantes, técnicos e fornecedores, *nunca se concretizou*. Pelos anos trinta, não eram poucas as estradas fantasmas do sertão, o que suscitou protestos da Imprensa católica. No sertão, muitos açudes foram construídos em propriedades particulares, sem desapropriação das bacias irrigadas, o que reforçou o latifúndio. Na década de cinquenta, o paraibano Octacílio Jurema denunciou a anomalia, no Senado da República.

No conjunto, as obras contra as secas cumpriram a finalidade de reter a população sertaneja junto às propriedades que delas careciam. Sem isso, essa mão de obra se dispersaria, elevando custos de produção o que desagradava as oligarquias. O problema central do Nordeste não é a falta d'água mas sua estrutura fundiária que permaneceu intocável.

Mesmo com essas distorções as obras contra as secas representaram fator de animação na Paraíba dos anos vinte. Fosse como fosse, o dinheiro circulava e as realizações se sucediam. Uma febre de progresso perpassava o Estado. As cidades urbanizavam-se e cresciam.

Também na década de vinte as usinas de açúcar fizeram

seu aparecimento. Completando o ciclo de evolução tecnológica engenhos banguês-engenhos centrais-usinas, localizaram-se primeiro no vale do Paraíba e, depois, no do Mamanguape. Com os antigos engenhos passando à condição de fornecedores de cana, as usinas acentuaram a monocultura e agravaram a concentração de terras, mas as transformações eram evidentes.

Com as novas unidades de produção açucareira, surgiram trem, crédito bancário, sociedades por ações, pecuária intensiva. O trabalho assalariado aí tinha vez, embora limitado à parte fabril do processamento de cana, que admitia químicos, trabalhadores especializados e operários. No campo, todavia, as relações de produção permaneciam atrasadas e o cambiteiro da palha de cana assemelhava-se a servo da gleba. De essência feudal, algumas usinas recorreram a cárcere privado para *grilar* terras de pequenos proprietários por meio de processos que variavam da fraude à intimidação.

As usinas representavam o capitalismo industrial que chegava à Paraíba. Mediante esses estímulos e concorrência de produto da melhor qualidade, plantado em países como Egito e Sudão, o algodão paraibano também viu-se compelido a processamento dentro de suas fronteiras. Isso implicou no surgimento de fábricas de fiação e tecelagem. À Companhia de Tecidos Paraibana que, desde o século passado, funcionava em Santa Rita, adicionaram-se a Fábrica de Tecidos Bodocongó, em Campina Grande, e a Companhia de Tecidos Rio Tinto, no então distrito desse nome.

Essa última, de responsabilidade do grupo Lundgren, que mantinha empresa do mesmo tipo, em Paulista, nas vizinhanças do Recife, representou iniciativa de monta. Adquirindo a preços irrisórios terrenos impaludados às margens do rio Vermelho, no município de Mamanguape, os Lundgren para aí deslocaram capitais, homens e materiais no sentido da montagem de cidade industrial que representou, durante algum tempo, o mais importante complexo fabril da Paraíba.

Usina de força, olarias e caieiras, serralharias, fundições,

vilas operárias, campo de aviação, porto e até pequena ferrovia, bem como cinema, clubes, campos de futebol e para produção de palma forrageira para o gado, orquidário, posto médico e quadras de tênis, integraram o complexo de Rio Tinto. Nele, porém, tudo pertencia à Companhia, desde as casas da cidade às propriedades rurais, várias das quais usurpadas aos índios. A opressão tornou-se insuportável – o regime de trabalho e vida de Rio Tinto primava pelo rigor.

Como dirigentes e técnicos da fábrica fossem nórdicos e alemães, além de italianos, nos anos trinta circularam versões de que Adolf Hitler residiria em Rio Tinto (sic.) quando vencesse a guerra na Europa. Durante a vigência desta, o Exército ocupou o distrito e impediu que a fábrica fosse destruída, quando de manifestações anti-nazistas, em 1945. Posteriormente sobreveio o chamado crime de Capim Azul, quando se percebeu que a CTRT estava profundamente infiltrada no Governo Estadual. O Sindicato local reuniu forças e disputou espaço político à Companhia. Rio Tinto fez-se, então, palco de intensa fermentação social, como se verá.

Hoje, as unidades de produção da Fábrica Rio Tinto encontram-se fechadas. A “Manchester Paraibana” fez-se um sonho que custou a fortuna de poucos e a desgraça de muitos. Como *quase tudo* ao longo da História da Paraíba.

A capitalização algodoeira trouxe com os anos vinte, algumas outras iniciativas. Em cidades como Cajazeiras, fábricas de óleo de caroço de algodão foram instaladas por capitalistas locais. Os trustes algodoeiros SANBRA e Anderson Clayton apareceram em cena. O algodão gerava fortunas e, em lugar das solitárias usinas de prensagem da firma Kroncke & Cia., em João Pessoa e Cabedelo, despontaram empresas de beneficiamento e prensagem de algodão em Alagoa Grande, Campina Grande, Santa Luzia e Sapé.

Tudo isso acarretou novo surto de urbanização do qual se beneficiou a capital. Nesta, o governo Camilo de Holanda (1916-20), favorecido pelas arrecadações algodoeiras do final da guerra,

empreendeu revolução urbanística, à base de praças e jardins, abertura de novas avenidas, coretos, edifícios, belvederes e construção da balaustrada de Trincadeiras que canalizou o crescimento da capital para o bairro de Cruz das Armas. De formação ruralista, debalde Epitácio Pessoa protestou contra o custo dessas edificações. O processo ganhara vida própria e se soltara.

Sucedendo Camilo, a presidência Solon de Lucena (1920/24) manteve o ritmo. Datam desse período, entre 1918 e 24, dois dos mais operosos prefeitos de João Pessoa – Diógenes Pena e Walfredo Guedes Pereira. Este cobriu o quadriênio solonista e marcou época, convertendo-se no “Pereira Passos da História da Capital”. Esta também ganharia, logo em seguida, serviço de abastecimento d’água e esgoto, a cargo da empresa Saturnino de Brito. A parte de fundição do empreendimento foi assegurada por italianos que, dedicados ao comércio e atividades artesanais, contribuíram para urbanização em marcha. A consolidação do cinema e esportes, como principais diversões, parcialmente devidas aos italianos, situa-se nessa época.

No novo espaço sócio-cultural que se abria, as letras e artes ganharam prestígio nas atividades do jornal *A União* e revista *Era Nova*. Tais publicações lideraram revistas de bom nível como *A Novela* e *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, na capital, *A Cidade*, em Itabaiana, *Flor de Liz*, em Cajazeiras, e jornais *Gazeta do Sertão* (na segunda fase), *O Século* e *A Razão*, em Campina Grande, *O Rebate*, em Cajazeiras, *Correio de Moreno*, em Moreno, *Jornal de Souza* na cidade desse nome, e *O Combate*, *O Educador*, *A Tarde*, *Jornal do Norte*, *Correio da Manhã* e *O Liberal*, na cidade da Parahyba. Os três últimos representaram imprensa panfletária, fomentada pela Revolução de 30.

De 1915 a 1924, Carlos Dias Fernandes converteu-se na figura central desse surto criador. Poeta medíocre e escritor empolado, mas polemista vigoroso e *causeur* irresistível, Dias Fernandes tornou-se o principal animador da cultura paraibana e diretor de *A*

União. A partir da administração Solon de Lucena, os prelos dessa passaram a imprimir *Era Nova*, revista de excelente feição gráfica e editorial que, sob a direção de Severino Lucena, completava trajetória iniciada como jornal em Bananeiras.

Ao lado de *A União* e *Era Nova*, os educandários Liceu Paraibano e Escola Normal faziam-se o eixo de dinâmica cultural valorizada por expoentes como José Américo na Antropo-sociologia e Romance, Adhemar Vidal no Folclore, Orris Soares, Álvaro de Carvalho, José Euclides e monsenhor Pedro Anísio, na Crítica, Botto de Menezes no Direito, Coriolano de Medeiros e Celso Mariz em História, Mauro Luna, Perilo de Oliveira, Raul Machado, Silvino Olavo e Américo Falcão, na poesia, e Praxedes Pitanga, o primeiro Octávio Mariz, Octacílio de Albuquerque, Nelson Lustosa Cabral e Rafael Correia de Oliveira, na imprensa, dentro da qual os pequenos jornais do interior continuavam ativos.

Vários desses escritores aderiram ao modernismo, embora a modernidade da maioria seja discutível, pela maneira, inclusive, como preservavam padrões parnasianos e simbolistas. *A Crítica*, por seu turno, prolongava o naturalismo evolucionista da Escola do Recife, impugnada pelas verdades reveladas do clero tridentino. À época, várias polêmicas colocaram frente a frente essas duas correntes. As manifestações ideológicas mais consequentes sobrevieram com o germanismo de Alcides Bezerra, socialismo utópico de Antenor Navarro e marxismo de Mário Pedrosa.

Não por acaso, todos três afirmaram-se fora da Paraíba, tendo Bezerra dirigido o Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, de 1922 a 38, e Pedrosa se convertido, como crítico de arte e militante político, em uma das eminências da IV Internacional (Trotskista). Isso acontecia porque, com classe trabalhadora reduzida ao comércio, onde a chamada *categoria caixeireal* estimulava associações meramente assistencialistas e filantrópicas, a Paraíba não amadurecia para revolução social mas para *transição de natureza política e institucional*.

A agitação cultural dos anos vinte expressava ascensão de

classe média que não viria destruir o patriarcalismo oligarca. Antes se comporia com ele. Em outras palavras, a pequena-burguesia de vivências urbanas não era revolucionária mas reformista e, quando muito, radical. Sua pregação desembocou na Revolução de 30 e não em revolução social que, então, sacudia o mundo.

5.6. *João Pessoa – um governante contra as oligarquias* – Capítulo mais importante da História da Paraíba, a Revolução de 30 vinculou-se de tal maneira à ação político-administrativa do presidente João Pessoa que este terminou como *ator histórico* cuja morte precipitou sua deflagração.

Sobrinho de Epiácio e Ministro do Supremo Tribunal Militar, onde suas decisões revelavam-se *severas* para com oficiais superiores e *indulgentes* com subalternos e praças de pré, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque fazia-se, no Rio de Janeiro onde residia, importante peça da oligarquia epitacista. Sua função consistia em representar o tio junto aos poderes da República, intermediando verbas e discutindo providências da alçada das autoridades paraibanas. Sua correspondência revela-o *atualizadíssimo* com o que se passava no Estado e consciente da problemática paraibana.

A indicação de João Pessoa para presidência do Estado, unilateralmente formulada por Epiácio, verificou-se diante de (nova) crise da oligarquia epitacista. Esta estivera ameaçada, em 1924, na sucessão de Solon de Lucena. Então, só a muito custo o candidato João Suassuna obteve assentimento do Governo Federal.

Uma vez no poder, Suassuna não foi bem sucedido. Administrativamente, o antigo jornalista, Diretor do Tesouro e deputado federal favoreceu a cultura algodoeira e valeu-se da Prefeitura da capital para renovação das posturas desta, mas seu Governo praticamente reduziu-se a isso.

Com pouca disposição para a coisa pública, passando mais tempo fora do Palácio que neste, Suassuna representou o coronelato sertanejo no poder. Em seu Governo, os chefes políticos

tiveram as mãos inteiramente livres, com o que, na prática, organizou-se *estrutura paralela de poder*, superposta ao Estado. Graves conflitos tiveram lugar em Ingá, Areia (Remígio), Catolé do Rocha, Misericórdia (atual Itaporanga), Mamanguape (Rio Tinto) e Teixeira. Nesses lugares a oposição não dispunha de garantias porque o Governo atuava *como parte* nas disputas locais. A Justiça, também partidária, curvava-se aos poderosos. Favorecido pela leniência da Presidência do Estado, o cangaço ressurgiu com ímpeto e as queixas começaram a avolumar-se junto ao Ministro João Pessoa, no Rio de Janeiro, e Embaixador Epiácio Pesssoa, na Europa.

Mesmo assim, Suassuna começou a articular a própria sucessão. Da indicação de seu chefe de Polícia Julio Lyra e coronéis José Pereira e José Queiroga – a chamada chapa dos três Jotas – para as Presidência, Primeira e segunda Vice-Presidências do Estado, transparecia a intenção de montar esquema próprio, sertanista. Epiácio seria figura simbólica e não foi consultado. O patriarca da oligarquia, então, decidiu intervir. Com a escolha do sobrinho tornava-se claro que a situação havia chegado a ponto extremo. No Rio, João Pessoa confessou a José Américo, convidado para a Secretaria Geral, que iria para a Paraíba “dar uma vassourada”.

Esta começou com discurso de posse, a 22 de outubro de 1928. João Pessoa ameaçou céus e terras. Declarou que desejava assegurar garantias a todos e que levaria a Polícia a vasculhar propriedades à procura de armas que abasteciam o cangaço. Muitos coronéis do epitacismo eram notórios coiteiros e engoliram em seco a advertência.

No exercício do Governo, Pessoa revelou-se rápido e inflexível. Drásticas transferências alcançaram as Mesas de Rendadas para retirá-las do controle dos potentados locais – ninguém escapava porque *a lei era para todos*. Desarmaram-se os proprietários e caminhões carregados de armas começaram a fazer o percurso entre pontos críticos do interior e a capital. Promotores de justiça comprometidos com o coronelato foram demitidos e Juizes

de Direito postos em avulsão. A Polícia foi reformulada, subordinando-se à Presidência do Estado. Jovens bacharéis foram nomeados para as Delegacias de Polícia, à margem de qualquer interferência política. Os Prefeitos Municipais, escolhidos pelo presidente do Estado, passaram a dispor de mandato de quatro anos, proibida a recondução. Eleições para os Conselhos Municipais realizaram-se a trinta e um de dezembro de 1928 e onde a oposição triunfou, em Sousa e capital, não só seus mandatos foram respeitados como o Governo dela se aproximou. Uma terceira força, o Partido Democrata, de tendências urbanas e reformistas, principiou a adquirir espaço.

O curioso é que as reformas de João Pessoa voltavam-se contra o epitacismo que, formalmente, constituía sua base de sustentação. Ocorre que não poderia deixar de ser assim. Os epitacistas encontravam-se no poder há treze anos e pactuavam com os desacertos que infelicitavam a Paraíba. Da Europa, preocupado, Epitácio escreveu, recomendando cautela. Populista, o sobrinho reformulou seus apoios, ligando-se diretamente a grupos urbanos de comerciantes, mulheres, estudantes e funcionários públicos, e seguiu em frente.

Institucionalmente, sua orientação consistia em estabelecer a supremacia do Estado a que os coronéis se deveriam subordinar, com as funções de segurança e arrecadação vedadas a interferências político-partidárias. Nesse sentido, a orientação pessoista foi coerente. Arrecadação, segurança, obras públicas, crédito bancário, justiça e administração municipal foram recapturados ao coronelato e transferidos para o interior do Estado. Foram criadas quatro novas Secretarias para exercício dessas funções. Os campos de experimentação algodoeiros, que funcionavam *dentro das propriedades dos coronéis*, passaram a ser conveniados com as Prefeituras.

Na área financeira, João Pessoa lançou mão de agressiva política tributária – a dos impostos de barreira – para fazer com que as mercadorias que, ajudadas pelo contrabando, escoavam para as

praças vizinhas, passassem a ser exportadas pelo porto de Cabedelo. Alíquotas elevadas incidiam sobre as mercadorias, quando comercializadas pelo sertão, mas essas taxas se reduziam, quando as operações se verificavam pelo litoral. Na imagem de um analista, a Paraíba viu-se cercada por muralha chinesa com a única porta do porto de Cabedelo.

As rendas públicas elevaram-se e João Pessoa pôde empreender realizações concentradas, sobretudo, na capital. Era evidente a intenção de superar o isolamento desta, assim como a desaceleração do litoral.

Os beneficiários da antiga desarticulação econômica do Estado, porém, reagiram. A Associação Comercial de Fortaleza, que controlava a produção paraibana do alto sertão, subscreveu moção de repúdio, e sua congênere de Pernambuco levantou a possibilidade de intervenção federal na Paraíba. Os protestos mais veementes partiram do Recife onde o grupo mercantil dos Pessoa de Queiroz contestou a orientação pessoista. Eram primos do governante paraibano, julgavam-se preteridos pelo tio Epitácio Pessoa e, por isso mesmo, a polêmica azedou. Dispunham de jornal de larga circulação – o *Jornal do Commercio* do Recife – que taxou o Governo paraibano de *cupim tributário*. A União respondeu no mesmo tom.

Na *Guerra Tributária*, travada de março a julho de 1929, pela Imprensa, já se esboçava o quadro da futura Guerra Civil de Princesa. Isto porque, enquanto João Pessoa contava com apoios na capital e centros urbanos, tinha contra si a *burguesia compradora* do porto do Recife, a que se ligavam os grandes proprietários de algodão e cana de açúcar. Entre esses destacavam-se o coronel José Pereira Lima, como mais influente chefe político do sertão e eminência parda do Governo Suassuna, e os Ribeiro Coutinho, da várzea do Paraíba, cujos açúcar e gado a presidência do Estado desejava taxados.

5.7. Eleições Nacionais, Guerra Civil e Revolução de 30

– O enlace de João Pessoa com a Revolução de 30 principiou em julho de 1929, quando da abertura da sucessão nacional. Rompendo a chamada aliança café com leite, por meio da qual São Paulo e Minas se revejavam no exercício da Presidência da República, o Presidente Washington Luiz, paulista, fixou-se na candidatura de outro paulista, de nome Júlio Prestes. Com este formaram dezessete Estados. A Paraíba *foi esquecida*, mas, quando consultada, João Pessoa atendeu recomendação de Epitácio para quem o sobrinho não se fiasse nos mineiros mas se esses, porventura, levantassem candidato de outro Estado, a Paraíba deveria acompanhá-los.

Ora, o presidente mineiro Antonio Carlos estava articulando a candidatura de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul e ex-Ministro da Fazenda de Washington Luiz. A 29 de julho de 1929, João Pessoa resolveu apoiar Vargas. Era, em relação ao Governo Federal, *o Négo. A expressão não é autêntica, mas fidedigna*. Quer dizer, não há, como se pensa, um telegrama – Négo! – mas o governante paraibano agiu como se assim houvesse procedido. Constituiu-se, em oposição à candidatura oficial, a Aliança Liberal, composta dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. João Pessoa seria escolhido candidato a vice-Presidente da República, na chapa aliancista.

Não tardou a repercussão desses acontecimentos sobre a política interna da Paraíba. A *reação do Catete* consistiu em *hostilizar o Governo paraibano*, através da burocracia federal do Estado. Dívida contraída perante o Banco do Brasil foi imediatamente cobrada... e paga... Oficiais do Exército, com que João Pessoa desejava contar para o comando da Polícia não foram liberados. Alfândega, Correios, Telégrafos, Procuradoria da República e Juizado Federal, Obras contra as Secas, Delegacia Fiscal – todas essas repartições passaram a ser ostensivamente utilizadas *contra o Governo Estadual*. Os liberais foram delas excluídos para que prevalecessem as indicações da oposição.

• Esta era, até então, muito pequena, na Paraíba. Tratava-se do antigo Partido Republicano Conservador (PRC), sob a chefia do

desembargador Heráclito Cavalcante, que, até esses acontecimentos, se aproximara de João Pessoa. Nas eleições, o PRC nunca elegeu qualquer representante, mas sua importância cresceu, em função do suporte do Governo Federal. As ações deste, na Paraíba, em termos de estradas, açudes e porto de Cabedelo, passaram a ser gerenciadas pela Coligação Republicana da Paraíba cujo chefe, desembargador Heráclito, foi recebido por Washington Luiz. O Partido Republicano da Paraíba (de João Pessoa) viu-se desafiado no próprio território. A única exceção residiu no Serviço de Defesa do Algodão onde o agrônomo Alpheu Domingues prosseguiu prestando excelentes serviços ao Governo paraibano. No algodão, de que a Paraíba era o primeiro produtor nacional, residia a chave da questão.

As eleições para Presidência da República, Senado Federal e Câmara dos Deputados estavam marcadas para primeiro de março de 1930 e registraram campanha muito agitada na Paraíba. Paralizaram-se as obras que o Governo do Estado considerava fundamentais – porto de Cabedelo e estrada de ferro de penetração – o que motivou protestos da *Imprensa Liberal*. Esta, exaltada, insuflava a opinião pública contra os representantes do Governo Federal e seguidores da chapa Júlio Prestes-Vital Soares, que frequentemente solicitavam garantias ao 22º Batalhão de Caçadores. O comando deste também experimentou mudanças para atender à nova situação. Era visível o desencontro entre autoridades federais e estaduais. Entre essas últimas não tardou a se constituir grupo que, levando a autonomia do Estado às últimas consequências, pregava a revolução. *Inicialmente*, João Pessoa não queria nem ouvir falar nesta. *Aceitou-a mais tarde*, pressionado pelas circunstâncias.

Às vésperas do pleito, a dezesseis de fevereiro, João Pessoa convocou a *Comissão do PRP da Paraíba* para composição da chapa de Senador e Deputados Federais. Sua idéia consistia em renová-la, inteiramente, o que significava o sacrifício da candidatura de João Suassuna a deputado federal. Pessoa, todavia, preser-

vou um primo, Carlos Pessoa, mantido na chapa. Conforme auxiliares, o Presidente, já rompido com um ramo da família – os Pessoa de Queiroz – não queria perder o apoio de outro, os Pessoa de Umbuzeiro, sua terra natal.

Este fato representou o *pretexto* para rutura do coronelato governista com a presidência do Estado. João Pessoa encontrava-se em excursão de propaganda política pelo interior onde, em Princesa Isabel, a recepção, a cargo do ex-deputado José Pereira, fez-se sintomaticamente fria. Pereira ouviu em silêncio o sacrificio do amigo Suassuna e o presidente recomendou à polícia que controlasse a situação no município. Os dois adversários mediam-se para luta que não tardaria.

João Pessoa ainda não havia regressado à Capital quando José Pereira lhe enviou veemente telegrama de rompimento. A mensagem aludia às *garantias* que seriam oferecidas a seus correligionários e a presidência respondeu ao mesmo tom. Apresadadamente, a Coligação Republicana da Paraíba reformulou a chapa de Deputados Federais nela incluindo candidatos marginalizados pelo PRP – entre eles João Suassuna e Flávio Ribeiro, potentados do sertão e várzea do Paraíba. A refrega iria travar-se em todos os níveis.

Ato contínuo, José Pereira organizou sua gente e marchou sobre Teixeira, reduto dos Dantas, seus aliados. O destacamento policial de Princesa retirou-se para Piancó, enquanto, pelo outro lado, formação de Polícia precipitava-se sobre Teixeira. Ambos os lados pretextavam *garantir as eleições*. O choque foi inevitável.

A chamada guerra de Princesa principiou por Teixeira, no dia do pleito para Presidência e vice-Presidência da República, Senado e deputação federal, a primeiro de março de 30.

Financiados pelos Pessoa de Queiroz, e apoiados pelo Governo Paulista de Júlio Prestes, os partidários do coronel José Pereira mobilizaram aproximadamente dois mil homens, dos quais oitocentos e cinquenta na primeira linha, em armas. A essa última cifra subia o contingente da Polícia Militar do Estado.

Conflitos

José Pereira Lima era o mais poderoso coronel do sertão da Paraíba pelo qual falava como espécie de primeiro ministro. Vaidoso e simulado, assistira à erosão da autoridade, sob o Governo João Pessoa. Rico produtor de algodão, economicamente também vinha experimentando perdas. Seu algodão, destinado ao porto do Recife, onde os Pessoa de Queiroz o comercializavam, era exportado, sem pagar impostos, pelo Estado de Pernambuco. Com a política tributária de João Pessoa, via-se obrigado a sair por Cabedelo, por meio de estradas insatisfatórias que só conectavam com a linha férrea, em Soledade, a mais de duzentos quilômetros de Princesa. Os prejuizos do coronel tornavam-se elevados, o que o levava a secundar as reclamações dos Pessoa de Queiroz.

Vários outros coronéis também pensavam assim, daí porque o movimento de Princesa espalhou-se por Misericórdia, Conceição, Vale do Piancó, Catolé do Rocha, Pombal, Monteiro. Colunas pereiristas incursionaram sobre esses municípios defrontando-se com a Polícia. A Secretaria de Segurança estabeleceu quartel general em Piancó e dividiu suas forças em pequenos grupos para conter os revoltosos. Estes retraíram-se mas a luta chegou a um impasse – os pereiristas não conseguiram conflagrar o sertão para propiciar a intervenção do Governo Federal, mas os legalistas não lograram tomar Princesa. O ponto máximo da penetração da Polícia foi o distrito de Tavares onde coluna comandada pelo capitão João Costa passou de sitiante a sitiada. Seus integrantes alimentavam-se de milho torrado e bebiam a água pútrida das cacimbas.

Em matéria de organização, os pereiristas sacavam vantagem. Senhor absoluto dos comandados, José Pereira Lima decretou o Território Livre de Princesa que contava com Constituição (sic), jornal, bandeira e hino, tudo preparado no Recife. Do lado legalista, as coisas tornavam-se difíceis. O comando inicial da Polícia não correspondia, e a corporação carecia de armas e munições, pois o Governo Federal recusava-se a fornecê-las. A posição do Presidente da República Washington Luiz era ambígua:

o Governo Federal simpatizava com a rebelião, mas o Presidente que se recusava a apoiar o Governo constituído de João Pessoa, proclamava que se o depusessem recorreria ao Exército para repô-lo no poder.

Dispondo de prestígio na capital e centros urbanos, João Pessoa recorreu à obtenção de donativos em armas e balas. Mineiros e gauchos enviaram alguma coisa mas a vigilância das autoridades federais na Paraíba dificultava o recebimento do material. Quando Pessoa pediu licença ao Governo de Pernambuco para penetrar em seu território, a fim de cercar Princesa pela retaguarda, o governador Estácio Coimbra recusou o pedido. Os governantes do Ceará e Rio Grande do Norte também hostilizavam João Pessoa. O cerco à Paraíba era quase total.

Foi dentro desse quadro que se verificaram as apurações das eleições de primeiro de março. O Juiz Federal licenciou-se e igualmente o seu substituto, de modo que os trabalhos foram procedidos por elementos ligados à Coligação Republicana da Paraíba. Isso gerou distorções: para Presidente e vice-Presidente da República, a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa obteve maioria de vinte mil votos, mas seus candidatos ao Senado e Câmara foram derrotados. A Comissão de Reconhecimento do Senado e Câmara Federal confirmou os resultados e os senadores e deputados eleitos, num total de cinco, ficaram com os heraclistas. Sob a liderança de *A União*, a imprensa pessoista reagiu com vigor, o mesmo acontecendo com os deputados liberais na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro. A representação paraibana foi taxada de "bancada dos cangaceiros de Princesa".

Reunindo as últimas energias, João Pessoa tentou solução no campo de batalha. Sob a coordenação de José Américo e Irineu Rangel, formações legalistas foram reestruturadas e coluna com duzentos homens, transportada em caminhões, lançou-se ao assalto a Princesa. A incursão resultou em desastre. Em Água Branca, os legalistas foram emboscados, com perda de oitenta soldados e destruição dos veículos. Positivava-se o impasse.

Enquanto isso a conspiração arrefecia no plano nacional. Como o Governo Federal *degolara* toda representação paraibana e metade da mineira, poupando a gaúcha, suspeitava-se de acordo secreto entre o Rio Grande do Sul e o Catete. Em contrapartida, João Pessoa aproximava-se da Revolução. O Tesouro paraibano encontrava-se esvaziado mas dois mil contos de réis foram enviados para financiamento do levante contra a República Velha. Sem os gaúchos, todavia, nada seria possível. Entre esses, partidários da Revolução a qualquer preço, como Osvaldo Aranha e João Neves, pareciam isolados.

Na Paraíba, o prosseguimento da Guerra Civil de Princesa e o confronto entre os Governos Federal e Estadual estimulavam ódios que cresciam. Os ressentimentos avolumaram-se quando, na capital, a Polícia, pretextando apreender armas, invadiu o escritório do advogado João Dantas, de prestigiosa família de Teixeira, cidade por onde começaram as ações armadas. Antes, um irmão de Dantas fora preso e inexplicavelmente remetido para o quartel-general legalista em Piancó.

Filho do coronel sertanejo Franklin Dantas, João Dantas era conhecido pelo ardor com que se dedicava à causa da Coligação Republicana da Paraíba. Considerando insuficiente a ação política, viajava seguidamente entre Recife, Princesa, Natal e Maceió. Não faltava quem enxergasse nesses deslocamentos tentativas de abertura de segunda frente que, partindo do vale do Camaratuba, na fronteira da Paraíba com o Rio Grande do Norte, e sob cobertura do Governo deste, poderia derrubar João Pessoa.

João Dantas não aceitou passivamente a violação do escritório. De temperamento aguerrido, recorreu ao *Jornal do Comércio* do Recife para publicação de violentos artigos contra Pessoa. A vinte e dois de julho, *A União* iniciou o revide, mediante explosiva série de reportagens diárias. Essas continham acusações contra os Dantas e outros dirigentes oposicionistas. A do dia vinte e cinco foi a mais contundente. Nela os Dantas eram considerados responsáveis pela apropriação de verbas federais. Pela ótica da

correspondência então divulgada, isso causava divergências nas hostes oposicionistas onde cada chefe procurava apropriar-se de um quinhão dos recursos públicos.

No sábado, vinte e seis de julho, enquanto A União prosseguia divulgação das *cartas políticas* sobre o malbaratamento dos recursos federais na Paraíba, João Pessoa passou o Governo ao primeiro vice-Presidente Álvaro de Carvalho e viajou a Recife. Ali, avistou-se com o Juiz Federal Cunha Melo, com quem combinou medidas em prol da importação de armas para sua Polícia. À tardinha, encontrava-se tomando chá, na confeitaria Glória, com dirigentes da Aliança Liberal de Pernambuco, quando foi alvejado a queima-roupa. O autor dos disparos, advogado João Dantas, encontrava-se acompanhado de um cunhado.

Na troca de tiros que se seguiu, o chofer de João Pessoa atingiu Dantas que, ferido, foi capturado. Pessoa foi conduzido a farmácia próxima, onde faleceu. A pregação contra o Governo Federal, responsabilizado pelo desfecho, começou na mesma hora. Liderava-a o professor e sindicalista Joaquim Pimenta publicista cearense radicado no Recife que procurava oferecer *conteúdo social* à Aliança Liberal.

Na capital paraibana, o telegrama da morte de João Pessoa ocasionou enorme comoção. A sirene de A União tocou, convocando a população, e imediatamente formaram-se grupos para vingança. Famílias perreperistas viram-se ameaçadas e estabelecimentos comerciais depredados. Tiros e bombas de dinamite repetiam-se a curtos intervalos. Vários incêndios foram ateados. Os presos da Cadeia Pública, sensibilizados com a política de direitos humanos da presidência estadual, saíram às ruas. A Usina São João, dos Ribeiro Coutinho, em Santa Rita, esteve na mira da exaltação popular. Autoridades federais e lideranças perreperistas recolheram-se ao quartel do 22º B.C., em busca de proteção. A exaltação alcançou outras cidades paraibanas como Campina Grande onde a família Agra se fez particularmente visada. Em Guarabira, o armazém da firma Vergara foi depredado.

apupando

Dois dias depois, o cadáver de João Pessoa foi transferido para a capital paraibana onde era cada vez maior a perda de controle da situação pelas autoridades. Parcialmente reprimida, a conspiração revolucionária retomou impulso. Sua bandeira era agora o sacrifício do presidente paraibano. O sepultamento deste, no Rio de Janeiro, motivou discursos inflamados. A Revolução passava à ordem do dia.

A luta de Princesa cessou e o substituto de João Pessoa, Álvaro de Carvalho, aproximou-se da Guarnição Federal para contenção da trama revolucionária. Para tanto, esperava o apoio do 22º Batalhão de Caçadores, e seus auxiliares de Governo. Em verdade, nem contava com um, nem com outros. O 22º B.C. estava minado por *oficiais tenentistas*, partidários da Aliança Liberal e da Revolução. Quanto aos Secretários de Governo, sob a liderança de José Américo e Ademar Vidal, eram todos *autonomistas*, favoráveis à Revolução. Isolado, Carvalho deixaria o Governo, a quatro de outubro, quando da irrupção do movimento rebelde, na Paraíba.

Os setenta dias que transcorreram entre a morte de João Pessoa e a Revolução de 30 constituíram um dos períodos mais dramáticos da História da Paraíba. Como as passeatas, discursos e boletins exaltados se sucedessem, o Exército tentou intervir, o que aumentou a tensão. As autoridades federais reagiram, transferindo a sede da Região Militar e contingentes de todo nordeste para a Paraíba, mas os soldados que foram ocupar Princesa cruzaram a divisa com Pernambuco dando vivas a João Pessoa.

Nas ruas, a população era a lei. Enquanto estudantes e normalistas invadiam as repartições, mulheres e funcionários públicos ocupavam as galerias da Assembléia Legislativa, ovacionando os deputados liberais e apupando os perreperistas. Pronunciamentos arrebatados se sucediam. O nome da capital foi mudado para João Pessoa e o deputado Irenêo Joffily, filho do historiador, fez aprovar moção suspendendo de funções o segundo vice-presidente Júlio Lyra – acusado de participação na morte de João Pessoa – e colocando fora da lei o Presidente da República Washington Luiz.

Transformada em Convenção revolucionária, a Assembléia Legislativa aprovou a mudança da bandeira do Estado e o Presidente Álvaro de Carvalho vetou a resolução. A Assembléia revogou o veto e a divergência afastou Carvalho, definitivamente, das fileiras revolucionárias.

Quando outubro de 1930 fez seu aparecimento, a Paraíba encontrava-se ocupada por forças federais do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Bahia, estacionadas em Sousa, Santa Luzia, Princesa Isabel, Campina Grande, João Pessoa e Cabedelo. Duas pequenas embarcações da Marinha de Guerra patrulhavam o Rio Paraíba. Em contrapartida, os revolucionários contavam com a Polícia Militar, opinião pública (estadual e nacional), grupos armados de civis, e quatro tenentes da Guarnição Federal que, a quatro de outubro, levantariam o 22º B.C. O capitão Juarez Távora também se encontrava na Paraíba para chefiar o levante.

Este, que irrompeu na tarde de três de outubro em Porto Alegre, rebentou na madrugada seguinte, na Paraíba. Delegacias de Polícia, estradas e comunicações foram controladas pelos revolucionários que, sob o comando do tenente Agildo Barata, tomaram de assalto o quartel do 22º B.C. em Cruz das Armas. O comandante da Região Militar, Lavanère Wanderley, foi mortalmente ferido na operação. Em todo o Estado, a Guarnição Federal transferiu-se para o lado revolucionário, sem maiores problemas, salvo em Sousa, onde o comandante Pedro Ângelo resistiu até a morte.

Na manhã de quatro de outubro, os jornais já circulavam anunciando a vitória da Revolução de 30, na Paraíba. Para os acontecimentos nacionais, isso tornou-se importante porque, irmados, Polícia da Paraíba e Exército constituíram Grupo de Batalhões de Combate (GBC) que, sufocando resistência legalista em Recife, estendeu a Revolução até a Bahia e Rio de Janeiro. Neste último, Washington Luiz seria deposto a 24 de outubro, encerrando-se a República Velha, isto é, a República das Oligarquias e dos coronéis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de – **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

Na linha do clássico **Coronelismo, Enxada e Voto** (1949, 1975) de Victor Nunes Leal, mas diferenciado da visão jurídico-institucional deste pelos elementos políticos-sociológicos que encerra, Pereira de Queiroz analisou as questões básicas da República Velha, no Brasil, ou seja, oligarquismo, mandonismo e coronelismo, com inúmeros exemplos práticos. Intentando, neste contexto, distinguir a tipologia de cabras, cangaceiros e jagunços, a autora refere-se a eventos paraibanos como a Guerra Civil de Princesa. Os estudos desenvolvidos por Inês Caminha Lopes Rodrigues, em *A Revolta de Princesa: Uma Contribuição ao Estudo do Mandonismo Local (Paraíba, 1930)* inúmeras produções do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e Grupo José Honório Rodrigues (GJHR) nele se inspiraram.

2 - ALMEIDA, José Américo de – **A Paraíba e seus Problemas.** 3ª ed., revista. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1988.

Considerado por José Honório Rodrigues, que o prefaciou, como a maior monografia sobre um Estado brasileiro, este livro, inspirado no modelo de Euclides da Cunha em **Os Sertões**, busca a apreensão da Paraíba nos planos geo-histórico e antropológico. Transcendendo aquela, voltou-se para o semi-árido *nordestino*, nele considerando fenômenos como latifúndio e cangaço, domínio das grandes famílias, binômio secas e açudagem, baixos índices de produtividade e esforço do homem no sentido de torná-lo viável. Antecipador de concepções históricas só posteriormente sedimentadas, considerou a História, consorciada com outras Ciências Sociais, como palco para *discussão de problemas*, e o cangaço, então dominante, (a primeira edição é de 1923) como

manifestação de banditismo social antecipando o historiador inglês Eric J. Hobsbawm.

3- FERNANDES, Flávio Satyro – **História Constitucional da Paraíba**. João Pessoa: Banco do Brasil/GrafSet, 1985.

Trabalho *único* na Historiografia da Paraíba, enseja compreensão desta a partir dos debates e elaboração das Constituições paraibanas de 1891, 1892, 1935 e 1947, além das bastante efêmeras de 1930 e 45. Bem pesquisado, ressalta a campanha revisionista dos anos vinte, e teses do Partido Comunista a nível da Constituinte de 1947.

4- MELLO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque e – **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: A União Editora, 1982.

Na linha da **História republicana da Paraíba** (1950), de Apolônio Nobrega, o estudo do doutor Trigueiro distingue-se pela elegância do estilo e capacidade de relacionar fatos político-administrativos com seus congêneres econômicos, sociais e culturais. A Paraíba do período 1889/1930 é vista através dos presidentes, com destaque para formação das oligarquias venancista, alvarista e epitacista.

5- RODRIGUES, Inês Caminha Lopes – **A gangorra do poder** (Paraíba 1889/1930). João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 1989.

Com base em documentação do ex-Presidente Epitácio Pessoa, condensada em livros e depositada no Instituto Histórico e Geográfico *Brasileiro*, no Rio de Janeiro, essa tese de doutoramento, defendida perante a USP, analisa os mecanismos, composição e base social das oligarquias do período sobre que se detém. Considera ainda as clivagens intraoligárquicas e as razões mais profundas das competições travadas entre governistas e oposicionistas, “todos oligarcas”, segundo a autora.

6- JOFFILY, José – **Porto Político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. et **Revolta e Revolução** – Cinquenta anos depois. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Compulsoriamente afastado da vida política brasileira em 1964, o até então deputado José Joffily pôs-se a escrever livros e converteu-se em Historiador. De sua produção destacam-se os estudos acima arrolados. Enquanto *Porto Político* trata do escândalo da frustrada construção do porto do Varadouro, na capital paraibana, entre 1920 e 24, *Revolta e Revolução* discute a Revolução de 30, à luz das concepções do autor.

7 – LIMA, padre Francisco – **D. Adauto – Subsídios Biográficos**. 3 vols. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1956/1960.

Um dos mais densos estudos de toda Historiografia paraibana, focaliza a vida e obra do primeiro Bispo e Arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques (1855/1935), com destaque para longa ação episcopal de 1894 a 1935. Recorrendo à produção eclesiástica do período e jornais como o governista *A União* e católico *A Imprensa*, o autor desenvolveu parte da História da Igreja na Paraíba e mais – *a História da Paraíba, na Perspectiva da Igreja*. Verdadeiro perfil da Igreja triunfalista em uma das fases mais ativas e influentes.

8- BASTOS, Abgvar et alii – **João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30**: Exposições e debates do II SPCB. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1979.

Resultante do II Seminário Paraibano de Cultura Brasileira, essa coletânea associa os planos nacional e estadual dos antecedentes e desdobramentos da Revolução de 30. Para tanto, dela participam historiadores nacionais como Bóris Fausto, Geraldo Joffily e Luiz Toledo Machado, regionais como Amaro Quintas e Abgvar Bastos, e paraibanos José Octávio e Humberto Mello. O calor dos debates singulariza livro em que a década de vinte é encarada sob os primas dos corporativismo, ascensão da classe média e novas experiências administrativas e culturais. As colocações de Geraldo Joffily retificam a passagem do ministro João Pessoa pelo Supremo (hoje Superior) Tribunal Militar.

9- GADELHA, Marcondes (coord.) et alii – **Revolução de 30** – Discussão final. 2ª ed. Brasília: Coordenação de Publicações

da Câmara dos Deputados, 1984.

Quando dos cinquenta anos da Revolução de 30, em 1980, a Câmara dos Deputados reuniu em Brasília elenco de historiadores de altíssimo nível (José Honório Rodrigues, Aspásia Camargo, Barbosa Lima Sobrinho, Afonso Arinos de Melo Franco, Guilhermino César, Vamireh Chacon, Norma Góes Monteiro, além de cientistas sociais paraibanos (Octacílio Queiroz, Joaquim Inojosa, Humberto Mello, José Joffily, José Octávio) e remanescentes do outubrismo (Batista Luzardo, Paulo Pinheiro Chagas, Jacob Frantz, Adhemar Vidal, Frederico Mindello, Euclides Aranha Neto), para avaliação em profundidade daqueles acontecimentos. A frequente intervenção dos paraibanos ofereceu às concepções do Seminário larga visão – político-institucional, sócio-econômica, ideológica, jurídica e cultural – da Paraíba, encartada nas grandes linhas da História do Brasil. A primeira edição desse livro, também coordenada pelo deputado Marcondes Gadelha, mentor do Seminário, saiu com a denominação de *Anais da Semana Comemorativa da Revolução de 30* e integra a lista das publicações referentes ao IV Centenário da Paraíba.

10- MARIZ, Celso – **Cidades e Homens**. 2ª ed. João Pessoa: Comissão do IV Centenário/GrafSet, 1985.

Um dos pontos altos da Historiografia paraibana reside na produção municipalista em que se destacam Walfredo Rodrigues, Humberto Nóbrega, Gonzaga Rodrigues, Wellington Aguiar e Janete Lins Rodrigues (João Pessoa), Horácio de Almeida e Reinaldo Oliveira Sobrinho (Areia), Elpidio de Almeida, Cristino Pimentel e Epaminondas Câmara (Campina Grande), Sabiniano Maia (Itabaiana), Maurílio Almeida (Bananeiras e João Pessoa), Antônio José de Sousa (Pombal), Severino Ismael da Costa (Caiçara) e padre Manuel Octaviano (Piancó).

Na culminância desse surto, Celso Mariz reuniu em livro conferências sobre algumas das cidades polos da Paraíba – Campina Grande, Mamanguape, Patos, Bananeiras e Areia – e, também, de certa forma, João Pessoa e Cajazeiras. O autor também transfor-

mou em livro reflexões sobre Catolé do Rocha e Pilões, e inseriu em *A União* palestras sobre Alagoa Grande, Pombal e Guarabira, entre outras.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1 - MELLO, José Octávio de Arruda (Sel. e Intr.) – **Epitácio Pessoa** (volume sete da série Perfis Parlamentares). Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

2 - CAMPOS, Aluizio Afonso Campos (org.) et alii – **Afonso Campos, um Contemporâneo do Futuro**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1990.

3 - GALLIZA, Diana Soares de – **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890/1930**. João Pessoa: Idéia, 1993.

4 - MELLO, José Octávio de Arruda (org.) – **José Américo e a cultura Regional**. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1983.

5 - TAVARES, Eurivaldo Caldas – **Diogénes Caldas, um Missionário do Bem Comum**. João Pessoa: Gráfica Progresso, 1986.

6 - ALMEIDA, Elpidio de – **História de Campina Grande**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

7 - OCTAVIANO, Manuel – **A Coluna Prestes na Paraíba (Os Mártires de Piancó)**. 2ª ed. João Pessoa: Acauã, 1979.

8 - MELLO, José Octávio de Arruda – **João Pessoa Perante a História (Textos Básicos e Estudos Críticos)**. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1978.

9 - FREIRE, João Lélis de Luna – **A Campanha de Princesa**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/APL, 1991.

10 - VIDAL, Adhemar – **João Pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

**VI CAPÍTULO – ESTADO, CRISE SOCIAL,
PARTIDOS E INVOLUÇÃO ECONÔMICA
NA PARAÍBA DE 1930 A 1990**

Sumário: 6.1. Década de trinta-a modernização por via estatal – 6.2. Refluxo e reorganização administrativa, planejamento e crise do Estado – 6.3. Sociedade e movimentos sociais na Paraíba – 6.4. Um momento de impulso – as Ligas Camponesas – 6.5. Da luta pela redemocratização aos nossos dias – reorientação da Igreja – 6.6. A evolução partidária dos anos trinta ao néo-populismo – 6.7. Evolução, equilíbrio e colapso na economia paraibana.

BIBLIOTECA CENTRAL

O advento da Revolução de 30 significou a transferência do poder, na Paraíba, para as mãos de José Américo de Almeida que, durante o subsequente mês de outubro, o exerceu como Interventor do Estado e Chefe do Governo Central Provisório do Norte.

A primeira função assegurava aos revolucionários o comando político e administrativo do Estado-membro. Já a segunda facultava a José Américo, posteriormente substituído por Juarez Távora, como titular da Delegacia Militar do Governo Provisório e seu Representante nos Estados do Norte, a nomeação de Intervenores em todo Norte e Nordeste do Brasil, do Amazonas a Bahia. Nessa área, alguns dos serviços públicos foram imediatamente reorganizados, sendo que a formalização desses atos expressava-se mediante expediente publicado no Diário Oficial de A União.

O surgimento dessa nova instância de poder – o Governo *Central* Provisório do Norte – diretamente ligado ao Governo Provisório, no Rio de Janeiro, como braço deste, significava *centralização de poder* como marca registrada da Revolução de 30. Tal a feição da História onde, não raro, sua dinâmica ultrapassa a intenção dos que julgam empreendê-la.

Assim se passaram as coisas na Paraíba dos anos trinta. Os

revolucionários, que se bateram pela *autonomia do Estado* contra o intervencionismo centralista de Washington Luiz, tornaram-se, uma vez vitoriosos, agentes de *centralização institucional*, por meio da qual a Paraíba passava, sucessivamente, à condição de fração dos Governo Central Provisório do Norte, Delegacia Militar do Governo Provisório, e, a partir de 10 de novembro de 1937, do Estado Novo.

Basicamente, tal se verificou porque a principal consequência da Revolução de 30 implicou no surgimento do *Estado Nacional*, como expressão da *feição estatizada* do outubrismo brasileiro. Este se nutria das vertentes de *intervencionismo econômico, nacionalismo e corporativismo*. Por meio delas, os revolucionários mais conscientes buscavam ultrapassar os coronelismo, excessiva supremacia dos grandes Estados como Minas Gerais e São Paulo, e desencontro entre Estados-membros e União, como se verificara na Paraíba pré-revolucionária.

O ponto de convergência dessas formulações residiria no *Estado Forte* que, por essa época, sugestionava o mundo. O Brasil não se apartaria desse contexto com o qual simpatizava, declaradamente, a corrente tenentista da Revolução de 30. Essa a razão por que, a partir desse acontecimento histórico, o Estado situou-se no centro do processo histórico-político brasileiro. A nova realidade estendeu-se à Paraíba onde o poder público, como motor de transformações empreendidas de cima para baixo, também se adiantaria à sociedade. A História da Paraíba não pode ser dissociada da História do Brasil de que é parte.

6.1 *Década de trinta – a modernização por via estatal –*

Em seguida a José Américo, transferido nos primeiros dias de novembro de 1930 para o Ministério da Viação do Governo Provisório, os dois primeiros interventores, Antenor Navarro e Gratuliano Brito, comportaram-se dentro dessas premissas.

Navarro, jovem engenheiro radical que considerava a Aliança Liberal “defunta desde junho de 30”, quando da *degola* dos

representantes federais paraibanos legitimamente eleitos, agiu como continuador da *experiência estatizante de João Pessoa* cujas principais realizações materiais procurou concluir.

Na intenção de subjugar o coronelismo, nomeou oficiais da Polícia Militar para as Prefeituras, repetindo o que se realizava com os tenentes do Exército em inúmeros Estados da Federação. O fenômeno ficou conhecido como *tenentismo*. Criou “Guarda Cívica” para abafar movimento armado contra seu Governo e, na área do ensino, extinguiu as escolas públicas municipais, substituídas por unidades de ensino estaduais, subordinadas a Diretoria de Ensino Primário e dotadas de controle técnico-pedagógico. No setor do crédito, Caixa *Central* de Crédito foi implantada para coordenar as Caixas Rurais, espalhadas pelos municípios.

A preocupação *totalizante* da interventoria Antenor Navarro não se deteve sequer em face da Igreja. Esta, que não apreciava a *orientação leiga* da filosofia pedagógica do Interventor, reagiu ante providências que eliminavam taxas de que a Cúria era beneficiária. Quando os cemitérios se tornaram secularizados, passando ao controle das prefeituras, o Arcebispo Dom Aauto considerou o decreto “antipático e opressivo”.

Mais moderado, o substituto de Antenor Navarro, Gratuliano Brito, que exerceu a Interventoria de 1932 a 34, transferiu para a área econômica e financeira a idéia centralizadora que seu antecessor fixara no plano institucional. Contudo, a influência autoritária do tenentismo não diminuiu porque o secretário da Fazenda, Agricultura, Viação e Obras Públicas era o tenente Ernesto Geisel, comandante de uma bateria do 22º B. C., e que, no futuro, chegaria a Presidência da República, de 1974 a 79.

Igualmente realizador, Gratuliano aprimorou as organizações fiscal e contábil da administração pública, ao tempo em que equacionou problemas básicos como os da energia elétrica da capital e porto de Cabedelo, então concluído. Com isso, pôde atrair indústrias de porte como a Fábrica de Cimento Dolabella Portella, localizada na Ilha do Bispo, e fomentar fábricas de óleo em cidades

do interior. A educação, definitivamente subordinada ao Estado, continuou num crescendo, enquanto a produção agrícola, beneficiada com novas culturas e orientação, ingressou em fase de racionalização. Para acudir a zona do brejo, decadente desde a falência dos engenhos rapadureiros, criou-se, em 1934, na cidade de Areia, a Escola de Agronomia do Nordeste. A iniciativa era federal mas a ajuda do poder público estadual se fez decisiva. Como unidade isolada do ensino federal, a EAN diplomou a primeira turma de engenheiros agrônomos em 1940.

Areia é a terra de José Américo que ali ambientou o romance *A Bagaceira* (1928). O fato é bem indicativo da influência desse homem público sobre a Paraíba de então. Abalada, como todo Nordeste, pela terrível seca de 1932, a Paraíba pôde recuperar-se, graças à concentração de recursos propiciada pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o maior do Governo Federal, e dirigido pelo romancista, de 1930 a 34. Cabia-lhe, então, atuar em três frentes, como Chefe Revolucionário, Ministro de Estado e articulador da política paraibana.

Com a reconstitucionalização do país, em 1934, a Paraíba contaria com nova Constituição, a de 12 de maio de 1935, terceira republicana, porque a época das oligarquias comportou duas. Ao instalar-se a Constituinte Estadual, em janeiro de 1935, seus integrantes elegeram, por via indireta, o novo Governador Argemiro de Figueiredo, ex-deputado estadual em 1930 e Secretário do Interior de Gratuliano Brito.

Seu Governo, que se estendeu até julho de 1940, marcou época, e é unanimemente considerado um dos mais operosos da História da Paraíba. A capital, inclusive, beneficiou-se do planejamento urbanístico do engenheiro Nestor de Figueiredo, responsável por direcionamento no sentido leste, com edificação dos bairros do Montepio e Torrelândia. Em 1939, Argemiro inaugurou o Liceu Paraibano, avenida Getúlio Vargas e o novo Parque Solon de Lucena, dotado de cassino e fonte luminosa, ainda hoje o cartão postal da capital paraibana. Campina Grande, terra do Governador de 1935 a 37 e Interventor de 1937 a 40, ganhou abastecimento

d'água e saneamento.

Com os bons preços do algodão e sucesso da nascente cultura do sisal, Figueiredo dispôs de recursos para reformular a administração pública. Esta passou a contar com as Secretarias de Produção e Comércio, e Viação e Obras Públicas, e ainda Diretoria Geral de Estatística, Departamento de Educação, novas Organização Municipal e da Força Pública, Plano Rodoviário, Câmara de Expansão Comercial, Caixa de Fomento Agrícola e Rádio Tabajara da Paraíba.

Esta última inaugurada a 26 de janeiro de 1937, no lugar da antiga Rádio Clube da Paraíba, da iniciativa de capitalistas e profissionais liberais, refletia predominância do Estado sobre a sociedade. Por meio dela, o Governador/Interventor fazia chegar recomendações a todos os municípios, nas praças centrais, de cujas sedes amplificadoras retransmitiam a palavra do Chefe do Governo, diariamente, das 18:45 às 19 hs. Era algo análogo ao que o Presidente Getúlio Vargas empreendia pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, no comando de rede de emissoras brasileiras e através do programa "A Hora do Brasil", no horário seguinte.

Tal se verificava porque a Paraíba acompanhava, passo a passo, a centralização político-administrativa do país. Se neste sobrevinha o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Paraíba comparecia com o Departamento de Estatística. Ao Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) federal equivalia o Departamento do Serviço Público (DSP), estadual. No plano federal vigorou o sinistro Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Na Paraíba funcionou o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), dirigido por intelectuais mais ligados ao Interventor do Estado que ao ditador do Brasil.

A diferença entre o reforço da autoridade pública empreendida por Antenor Navarro, Gratuliano Brito e Argemiro de Figueiredo, *na fase ascendente da Revolução de 30*, fez-se, porém, substancial.

O primeiro, urbano e radical, imaginava Estado centrali-

zado que subjugasse os coronéis, hostilizados pelo Interventor. De raízes rurais embora plenamente urbanizado, Gratuliano manteve a linha, mas ignorando os coronéis aos quais não afrontou. Com Argemiro foi diferente: de origem e militância rurais, filho e irmão de destacados chefes perrepistas, ocorreu-lhe a montagem de *Estado centralizado de base conservadora* em que os coronéis recuperaram prestígio. Um a um, os decaídos de trinta foram recolocados em posição de destaque, o que implicou no sacrifício de Liberais históricos como o segundo Ireneo Joffily e o próprio José Américo. Quando este, contrariado com a orientação argemirista, renunciou ao Senado, o Governador colocou em seu lugar a Duarte Lima, um dos principais opositores de João Pessoa, antes de 30.

Antenor Navarro *contra* os coronéis, Gratuliano Brito *sem* os coronéis e Argemiro de Figueiredo *com* os coronéis – nessa sequência a trajetória da Revolução de 30, na Paraíba. Esta renunciou ao leito radical para se recompor com o conservadorismo. Nesse sentido, fazendo-se ao mesmo tempo eficiente e repressivo, Argemiro de Figueiredo encarnou a Contra-Revolução de 30, na Paraíba e, a propósito, já se disse que, no Brasil, as Revoluções são sempre travadas e desencaminhadas pelas Contra-Revoluções.

Tal o que igualmente explica algumas características do Governo Figueiredo. A partir de 1935, por exemplo, essa administração aproveitou-se da insurreição comuno-aliancista de novembro desse ano e Lei de Segurança Nacional do ano anterior para virulenta campanha anti-comunista.

Essa orientação atraiu a Igreja, posta no comando da Educação e situada nas fronteiras do Integralismo. Mussolini e Hitler eram louvados pelo jornal oficial *A União* que condenava a República Espanhola de Manuel Azaña e o Governo Parlamentarista Francês de Leon Blum, ambos de frente popular. A hora dos chamados regimes fortes encontrou no Governo paraibano seguidores entusiastas. A Chefia de Polícia publicava relatórios por meio dos quais a Paraíba estivera a pique de se converter em República Soviética. O canto coral, que Antenor Navarro introduzira nas escolas visando à mobilização cívica da juventude, terminou, sob o

comando do maestro Gazzi de Sá, aplainando o caminho do Estado Novo.

6.2. *Refluxo e reorganização administrativos, planejamento e crise do Estado* – A sistemática político-institucional do Estado Novo transformou a Paraíba, privada de Constituição própria e eleições, em verdadeiro departamento do Estado Nacional. Isso, se por um lado fortalecia a posição do Interventor que, assim, neutralizou a indisposição da bancada federal, por outro o enfraquecia, quando lhe faltasse apoio do chefe da Nação.

Tal o que se verificou quando de campanha movida pelo ex-Secretário de Educação e Cultura Eptácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, filho de João Pessoa e espécie de cria político de Getúlio Vargas. Tudo indica que Eptacinho pretendia a governança, transferida, todavia, para Rui Carneiro, ex-diretor do jornal *Correio da Manhã* e que se recomendara junto à burocracia federal, na condição de oficial de gabinete do Ministério da Viação e assessor da presidência do Banco do Brasil.

Apesar desses antecedentes e presença, a seu lado, de Samuel Duarte, como um dos que louvavam a “democracia de vontade” introduzida pela Revolução de 30, Carneiro não sustentou, como Interventor de 1940 a 45, a linha de fortalecimento do setor público dos que o antecederam. Sem José Américo, recolhido ao Tribunal de Contas da União, as obras contra as secas somente retomariam impulso em 1943, quando da conclusão do açude São Gonçalo, em Sousa. Era o que a Segunda Guerra Mundial, motivando exercícios de *black-out* em João Pessoa e acantonamento de tropa federal em Campina Grande, permitia.

Ao lado disso, o novo Interventor não se empenhava em dinamizar o processo estatizante da Revolução de 30. De inspirações populistas, cercou-se de nebulosos forasteiros para realizações de caráter assistencialista representadas por maternidades, manicômios, centros de puericultura, abrigos de menores, orfanatos, asilos, etc. Quando os ventos começaram a soprar de outra

direção, Carneiro aproximou-se da ala jovem do futuro Partido Social Democrático, “liberalizando” o Governo. Seus partidários ressaltaram a Paraíba da época como “Suiça brasileira” cujos relógios, todavia, não apontavam para a modernização administrativa. Esta somente sobreveio na área municipal onde os prefeitos Vergniaud Wanderley e Francisco Cícero de Melo, de Campina Grande e João Pessoa, aproveitaram-se dos mecanismos do Estado Novo para demolir pardieiros, instalar esgotos sanitários e, rasgando ruas e avenidas, modernizar definitivamente essas cidades o que ocorreu principalmente com Vergniaud, em Campina.

O fortalecimento do Estado também não constituiu a tônica do Governo seguinte, exercido por Oswaldo Trigueiro de Albuquerque e Melo, de 1947 a 50, após as Interventorias Severino Montenegro, Odon Bezerra e José Gomes da Silva, entre 1945 e 47. Eleito pelo voto popular em janeiro de 1947, como constitucionalista do mais alto nível, o doutor Trigueiro pertencia a *geração política* mais empenhada em assegurar direitos individuais e revogar a estrutura institucional do Estado Novo – identificada em alguns círculos com a ditadura de Vargas – que em aprofundar o ideário de 30.

Data daí como este Governo, anti-populista e de manifesta recomendação moral, concentrou-se nas áreas de educação e saúde, onde contou com recursos assegurados pelos organismos internacionais SESP e UNICEF. No plano educacional, Oswaldo Trigueiro iniciou o Colégio Estadual de Campina Grande e as escolas rurais de Sousa e Alagoa Grande, posteriormente transformadas em Centros de Treinamento de Professores. Em saúde pública, os gastos duplicaram, saltando de Cr\$ 6.545.079,90 para Cr\$ 12.164.989,40. Os recursos da Paraíba egressa da Guerra eram escassos, mas Trigueiro logrou ampliá-los, graças ao sisal que trouxe a valorização econômica do Curimataú e renda sobressalente para os decadentes engenhos do brejo.

Foi com José Américo de Almeida que o Estado paraibano retomou, entre 1951 e 56, a marcha de sua afirmação institucional.

Mais vinculado a 1930 que a 45, Almeida optou por preparar a Paraíba para o futuro, mediante infraestrutura de serviços públicos em açudagem, abastecimento d’água, crédito e experimentação agrícola, implementados com recursos próprios. O Banco do Estado da Paraíba foi reformulado em bases modernas e as colônias agrícolas de Mangabeira e Camaratuba começaram a despejar gêneros alimentícios nas feiras livres de João Pessoa e Campina Grande para forçar a baixa dos preços. O Estado interveio em setores como os transportes da capital. Velhas repartições como *A União* e Rádio Tabajara foram otimizadas. O mesmo verificou-se com o porto de Cabedelo cujo movimento de carga e descarga, acrescido, registrou *superavit* das exportações sobre as importações.

Durante esse quinquênio, a Paraíba experimentou seca muito séria em 1952, mas, (re) convocado para o Ministério da Viação do Governo Federal no ano seguinte, José Américo assegurou verbas para conclusão de barragens como a de Boqueirão de Cabaceiras, nas proximidades de Campina Grande, e Marés, em João Pessoa. O último ano dessa administração assinalou intensas realizações na capital que, com o calçamento da avenida Epitácio Pessoa, arborizada pelo Prefeito Luiz de Oliveira Lima, consolidava o caminho da praia. A reestruturação de serviços, operada por José Américo, culminou com criação da Universidade Estadual, básica para o surto industrializante e modernizador das administrações que se seguiram.

Senhor de orientação desenvolvimentista, a Pedro Gondim caberia, entre 1958 e 66, criar novos serviços como Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED), Fundo Agro-Industrial (FAGRIN), Departamento de Assistência Técnica aos Municípios (DATM), Plano Prioritário de Obras Rodoviárias (PPOR), Conselho Estadual de Águas e Energia (CEAEE) e, principalmente, dois Distritos Industriais, sendo um em João Pessoa e outro em Campina Grande. Seu sucessor, João Agripino (1966/71), instrumentalizou a administração pública, dotando-a de órgãos técnicos como Con-

selho do Secretariado, Secretarias de Planejamento e Administração, aquela criada e esta otimizada durante sua gestão, Companhia de Industrialização da Paraíba (CINEP) e Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba (ESPEP), bem como empresas estatais e sociedades de economia mista CEHAP, SUPLAN, SANECAP, (posteriormente substituída pela CAGEPA) e SAELPA, várias das quais atuando em sintonia com órgãos públicos como BNH e conglomerados privados como Construtora Camargo Corrêa.

Institucionalmente, o Governo Agripino representou *marco modernizador* capaz de, com seu impulso, cobrir as administrações que se sucederam. Tais as de Ernani Satyro (1971/75), bem sucedida nos setores de Educação e Saúde, com destaque para criação da Fundação de Saúde Pública (FUSEP). Ivan Bichara (1975/78), que buscou com o Plano de Ação do Governo (PLANAG) montagem de Sistema Estadual de Planejamento fortalecido pela Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba (FIPLAN). E, enfim, Tarcísio Burity (1979/82) cujas iniciativas em Comunicações, Casas Populares e Cultura transitaram, institucionalmente, de Comissão de Execução do Plano de Classificação de Cargos e Salários (CONCLASS) até o pleno funcionamento do Conselho Superior de Informática do Estado e Companhia de Processamento de Dados (CODATA), ambos datados do Governo Sátyro.

Uma vez mais, a dinâmica do Estado, na Paraíba, relacionava-se com o plano federal onde, a partir da segunda metade dos anos cinquenta, as teses da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e análises do Grupo de Trabalho e Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), evoluindo para a Operação Nordeste (OPENO) e daí para o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), abriam novas perspectivas em termos, sobretudo, de *políticas públicas* e formação de quadros técnicos.

Tudo isso e mais as recomendações contidas nos Planos de Metas da Presidência Juscelino (1956/61), Trienal de desenvolvimento de João Goulart e de Ação Econômica (PAEC) da adminis-

tração Castelo Branco, bem como racionalização administrativa dos Governos Pedro Gondim, João Agripino e Ernani Satyro, ofereceram nova feição à administração pública paraibana. Deles derivaram organismos em torno dos quais gravitaria a máquina estatal como Secretaria de Administração, Escola Estadual de Serviço Público, Tribunal de Contas da Paraíba e Centro Administrativo Estadual. O ponto alto dessa sistemática residiu na experiência do quadriênio Ivan Bichara, fortalecido pela atuação da Secretaria da Administração. Sobre essa estrutura o primeiro Governo Burity otimizou o *facies* administrativo da Paraíba, recorrendo à implementação de grupos ocupacionais e enquadramento dos servidores habilitados, consolidação de várias Secretarias e levantamento e atualização do patrimônio imobiliário do Estado.

A década de oitenta, todavia, não manteve o ritmo. Nela, acompanhando o que se verificava a nível nacional, o setor público paraibano experimentou descesso que culminou com o fechamento do *Paraiban* (Banco do Estado da Paraíba), em 1990. Antes disso, escolas e hospitais principiaram a acusar distorções e as estradas asfaltadas *sumiram* em algumas regiões. O número de Secretarias de Estado e funcionários públicos aumentou em proporções astronômicas, complicando ainda mais o quadro.

A crise paraibana dos anos oitenta principiou pela desagregação do Estado. No início da década — perdida para o mundo, América Latina, Brasil e Paraíba — esta dispunha de uma das melhores infraestruturas da região, com água, luz e escolas em todas as cidades, três universidades distribuídas do litoral ao sertão, excelente rede de estradas asfaltadas e... uma das mais baixas rendas *percapita* do Nordeste.

As esperanças de reversão residiam no setor público mas o sucateamento deste eliminou a possibilidade. Alguns programas, como o Canaã, de açudagem, ao longo do Governo Wilson Braga (1983/86), foram enfrentados com decisão, mas os resultados, se bem que positivos, não significaram novo polo para a economia

paraibana. Com isso, enquanto o Governo iniciado em 1990 dedicou-se à restauração do setor público, as expectativas do soerguimento da Paraíba concentraram-se na sociedade civil cujas ativação e tomada de consciência significam um dos fatos mais auspiciosos da História da Paraíba.

6.3. *Sociedade e movimentos sociais na Paraíba* — Pela forma como se desenvolveu, com fortes apoios nos principais centros urbanos, a Revolução de 30 incrementou reivindicações sociais referentes ao trabalho e problemas da população.

Na Paraíba, questões como redução das horas de trabalho e repouso semanal remunerado, penetração do imperialismo, domínio dos trustes do algodão e gasolina, ocupação dos vales úmidos por latifúndios improdutivos e usurpação das terras indígenas ganharam espaço. Sua discussão cabia à Imprensa onde jornalistas como Rafael Corrêa de Oliveira, Silvino Olavo, Café Filho, João Santa Cruz de Oliveira e Alpheu Domingues ultrapassavam seus colegas Matias Freire, Luiz de Oliveira e Aderbal Piragibe, de conteúdo retórico e propaganda política.

Por meio de livros e conferências, o escritor e jornalista Carlos Dias Fernandes suscitara a emancipação da mulher, amplificada pelo deputado Generino Maciel, na tribuna da Assembléia Legislativa. No auge da pregação preparatória da Revolução de 30, comitês feministas organizaram-se em Campina Grande. Também na Assembléia, o deputado João Fulgêncio de Lima Mindelo abordou a concentração de terras do vale do Paraíba. Jornalistas radicais como o primeiro Octávio Mariz e Octacílio de Albuquerque voltavam-se contra as oligarquias, sem esquecer as origens destas no latifúndio e poder político dos coronéis.

Essas questões, todavia, de aceitação pela *classe média urbana*, despontavam de forma difusa, sem corresponder a organização da classe trabalhadora, o que, de resto, a feição agropastoril da sociedade paraibana não comportava. Por conta disso, entidades como Vanguarda Liberal Proletária faziam-se meramen-

te nominais. De Partido Político Operário, existente à época do Governo Suassuna, se disse que era “poeira que o vento levanta aqui para deixar cair mais adiante”. Tratava-se do *sindicalismo amarelo*, de inspiração patronal e fonte de futuro peleguismo.

Socialmente, prevalecia o assistencialismo, como matriz do corporativismo. Quando, em plena Revolução, operários da Fábrica de Tecidos Rio Tinto entraram em greve, o revolucionário histórico Odon Bezerra foi despachado para “aplainar as desinteligências entre os respectivos operários e industriais”. Na capital, dois mil desempregados viram-se utilizados na execução de obras públicas, em troca de alimentos e roupas.

Na pós-revolução, coube à Liga pelo Estado Leigo sistematizar as reivindicações mais avançadas do período. Resultante da união de espíritas, protestantes, radicais e socialistas, a Liga bateu-se pela separação entre Igreja e Estado e redução dos privilégios daquela, sem esquecer a situação dos operários. Alguns de seus integrantes provinham do grupo recifense da revista *O Tacape*, dirigida por Joaquim Pimenta. Este tornar-se-ia um dos mentores do novo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, responsável pela Legislação Trabalhista resultante da Revolução de 30.

Outra categoria que se movimentou foi a dos estudantes que, no Liceu Paraibano, compuseram a revista *Luta*, de tendências esquerdizantes. Esses colegiais, jornalistas e intelectuais, liderados pelo dr. João Santa Cruz de Oliveira, Procurador dos Feitos da Fazenda Estadual, representaram a base da seção paraibana da Aliança Nacional Libertadora cujo secretário-geral nacional Roberto Sissón realizou comício em João Pessoa.

Corria o ano de 1934. Os aliancistas se opunham aos integralistas cujos líderes Plínio Salgado e José Mairink visitaram a Paraíba. Fracassado o levante comuno-aliancista de Natal, Recife e Rio de Janeiro, no ano seguinte, simpatizantes da ANL foram presos e recolhidos a campo de trabalhos forçados, em Buraquinho. A Chefia de Polícia voltou-se contra operários e pequenos funcio-

nários que se reuniam em residência da Torrelândia. Entre os detidos figurava Manoel Dias Paredes, verdadeiro símbolo das lutas operárias na Paraíba.

O rígido anti-comunismo do Governo Argemiro de Figueiredo não concedeu espaço aos movimentos sociais, substituídos, durante a segunda metade da década de trinta, pelo avanço do Integralismo, na margem oposta. Essa organização encontrava apoio no Clero, Forças Armadas, classes conservadoras e intelectuais católicos. Em Cajazeiras, instituições confessionais, surgidas à sombra do bispado local, abriam reuniões invocando Jackson Figueiredo e buscaram ligações com a Legião Cearense do Trabalho, localizada em Fortaleza, sob a direção de Severino Sombra. Surgiram os núcleos da Ação Integralista Brasileira (AIB), dissolvidos com o golpe de 10 de novembro de 1937. Ao contrário dos adversários aliancistas, os camisas-verdes não foram, de uma maneira geral, presos ou privados de emprego. Apenas a instituição viu-se proscrita.

Na segunda fase do Governo Rui Carneiro, por volta de 1943, os movimentos sociais reapareceram sob liderança de estudantes e intelectuais que pediam o ingresso do Brasil na guerra, ao lado das nações democráticas e União Soviética. De tendências anti-fascistas, o movimento registrou, em Campina Grande, a liderança do jovem Félix Araújo que seguiu como voluntário, incorporado à Força Expedicionária Brasileira (FEB), para os campos de batalha da Itália. Passeatas e comícios contra o Eixo, então, tiveram lugar, mas as greves continuaram proibidas.

Com o encerramento da Segunda Guerra Mundial e redemocratização do país, o Partido Comunista do Brasil (PCB) também se organizou na Paraíba. Pequenas células nos serviços públicos de águas, esgotos e luz elétrica da capital, bem como na Fábrica de Cimento Portella, asseguravam-lhe alguma organicidade. Sob a liderança de João Santa Cruz e Félix Araújo, o marxismo paraibano revelava, todavia, características pequeno-burguesas pelo recrutamentos dos quadros a profissionais liberais de classe

média como advogados, contadores, jornalistas, livreiros, agrimensores, funcionários públicos e telegrafistas. Duas mulheres pleitearam mandatos à Assembléia Legislativa, na legenda do PCB, em janeiro de 1947. Em Campina Grande, Félix Araújo liderou bem sucedidas campanhas contra aumentos do pão, ingressos de cinema e passagens de ônibus. Simpatizantes do comunismo despontaram com alguma atuação em Itabaiana, Bananeiras, Patos, Santa Rita, Mamanguape/Rio Tinto, Cajazeiras e Bonito de Santa Fé.

Os discursos de João Santa Cruz de Oliveira, eleito para a Assembléia Legislativa, revelaram a linha programática da extrema esquerda paraibana no pós-guerra – autonomia das capitais, combate ao latifúndio e reforma agrária para melhorar as condições do trabalhador rural, no campo, e, sobretudo, denúncia do imperialismo dos Estados Unidos que disputava com a União Soviética a supremacia mundial. Em outubro de 1947, os comunistas elegeram o vereador mais votado de João Pessoa. Isso, porém, ocorreu na sigla da União Democrática Nacional, por já se encontrar em marcha no Congresso Nacional o processo de cancelamento do registro do PCB com perda do mandato de seus representantes.

Quando, em janeiro de 1948, esses fatos se consumaram, nova onda de perseguições voltou-se contra os movimentos populares na Paraíba. O ex-deputado federal comunista pernambucano Gregório Bezerra foi absurdamente acusado de incêndio do quartel do 15º Regimento de Infantaria, em João Pessoa, e trazido preso para responder inquérito, na capital paraibana. O órgão comunista *Jornal do Povo* foi proibido. Os integralistas reorganizaram-se, em nome do lema “Deus, Pátria e Família” e buscaram infiltrar-se junto aos estudantes. Surgiram os *águias brancas*, com espaço no jornal católico *A Imprensa*.

No polo oposto, comunistas, socialistas, liberais avançados e radicais somente se reorganizaram em 1952, quando da campanha pelo monopólio estatal do petróleo. Setores da burguesia e Forças Armadas simpatizavam com o lema “O Petróleo é Nosso” que também progrediu na Paraíba. Em Campina Grande, o Centro

Estudantal Campinense ofereceu-lhe cobertura. Na capital, o minúsculo mas intelectualmente bem dotado Partido Socialista inspirou jornais de algum conteúdo doutrinário como *O Estado da Paraíba*, do jornalista Nicodemos Lopes. Criada a Petrobrás, essas forças engajaram-se na campanha dos candidatos ao Senado, pela UDN, contra o jornalista Assis Chateaubriand, adversário do monopólio estatal do petróleo. Nascia o udeno-comunismo. No futuro, essa paradoxal aliança política lançaria o nome de João Santa Cruz como candidato a Prefeito de João Pessoa, pela coligação UDN/PSB, em 1959.

Em Campina Grande, foi, porém, o PSD quem firmou aliança com as esquerdas. Nas eleições municipais desse mesmo ano, o vitorioso Prefeito Severino Cabral teve como companheiro de chapa o sindicalista Lúcio Rabelo, candidato a vice-Prefeito derrotado pelo médico udenista Bonald Filho. A legislação eleitoral permitia votar-se no titular de um partido e suplente do outro.

À época, o nacionalismo tornou-se lema dos movimentos que tentaram estruturar-se, ideologicamente. Redescoberto pelos integralistas, nos anos trinta, encontrava-se, pela década de cinquenta, em mudança de lado. Vitoriosamente testado na campanha do petróleo, dele se apropriaram as esquerdas para infundir substância aos auto-denominados movimentos populares.

Essa orientação consolidou-se por volta de 1958, quando deputados à Assembléia Legislativa, estudantes e jornalistas se voltaram contra os trustes algodoeiros SANBRA e Anderson Clayton, acusados de açambarcar a produção algodoeira. Organizou-se, então, a seção paraibana do Movimento Nacionalista Brasileiro (MNB) que, de pronto, conquistou a presidência da ASPEP, na intenção de mobilizar os funcionários públicos. Vespertino fundado em João Pessoa dispunha no cabeçalho que “esse jornal não aceita anúncio de truste”. O Movimento Nacionalista também organizou-se em Campina Grande cujos integrantes se deslocaram a João Pessoa para acerto de pontos comuns. Conferências no auditório da Faculdade de Direito pregavam a nacionalização das riquezas minerais e encampação, pelo Estado, dos serviços

públicos considerados essenciais à economia do país. Entre 1957 e 59, editoriais do *Correio da Paraíba* e página semanal dos universitários em *A União* repisavam esses pontos de vista.

6.4. *Um momento de impulso – as Ligas Camponesas* – O momento de impulso para a dinâmica social da Paraíba sobreveio em agosto de 1961, com a renúncia do Presidente Jânio Quadros. Os Ministros Militares vetaram a posse do vice-Presidente João Goulart e, em sintonia com o movimento pela legalidade, deflagrado pelos Governo e Comando do III Exército, no Rio Grande do Sul, multidões afluíram às ruas, pleiteando o cumprimento da Constituição. Manifestações tiveram lugar no Ponto de Cem Réis e Parque Solon de Lucena, em João Pessoa, e Largo da Sorveteria Flórida e Praça da Bandeira, em Campina Grande.

Em João Pessoa, a resistência ao golpe estruturou-se em torno da Associação Paraibana de Imprensa cujos alto-falantes passaram a retransmitir proclamações da “Cadeia da Legalidade”, montada em Porto Alegre. Oficiais nacionalistas do 1º Grupamento de Engenharia simpatizavam com a legalidade a favor da qual se manifestaram lideranças estudantis e sindicais.

Logo, as primeiras revelar-se-iam mais consistentes que as últimas. A tardia industrialização da Paraíba oferecia poucas condições ao sindicalismo, praticamente inexistente em Campina Grande, dominada pelo comércio e micro-empresa. Em João Pessoa, o sindicalismo favorável às reformas de base estruturou-se em torno do Sindicato dos Bancários, como núcleo do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), na Paraíba. Os bancários encontraram algum apoio dos metalúrgicos, trabalhadores na indústria e telegrafistas, estes últimos arregimentados pela seção local da União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos (UBSPT). O Sindicato de Cimento, Cal e Gesso da Ilha do Bispo possuía numeroso quadro de associados mas suas campanhas eram, geralmente, de alcance salarial.

Em Santa Rita, o Sindicato de Fiação local enquadrou-se

no jogo político tradicional, mas esse não foi o caso de congêneres de Rio Tinto que desafiou a hegemonia da Companhia de Tecidos. Em sintonia com lideranças esquerdistas de João Pessoa, o Sindicato riotintense de tecelões transformou seu Presidente em Prefeito da cidade, em agosto de 1963. O segmento mais ativo do sindicalismo paraibano dos anos sessenta localizou-se em Cabedelo, com base nos portuários, pessoal da estiva, conferentes e arrumadores. A esses ligaram-se os ferroviários para criação do Pacto de Unidade e Ação (PUA), responsável pela extensão à Paraíba da greve geral de cinco de julho de 1962. Os servidores dos Bancos do Brasil e Nordeste aderiram, imediatamente. Essa parede limitou-se ao setor público, uma das características do sindicalismo paraibano (e brasileiro). A área privada permaneceu à margem, mesmo em Bayeux, onde a multiplicação de fábricas de cordoaria e sisal propiciava crescimento do proletariado.

Em contrapartida, os estudantes esbanjavam vitalidade. Desde o primeiro Governo Pedro Gondim (1958/60) o número de colégios de nível médio crescera rapidamente, o mesmo acontecendo com as unidades do ensino universitário localizadas em João Pessoa, Campina Grande, Areia e Bananeiras. Com base nesse contingente, Diretórios Acadêmicos e associações culturais como cine-clubes, grêmios literários e centros de oratória passaram a denunciar as distorções da sociedade brasileira. A União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP) coordenou o movimento universitário, com a Associação dos Estudantes Secundários da Paraíba (AESP) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) procedendo da mesma forma entre os colegiais. Esta última atuava em cidades como Itabaiana, Patos, Guarabira, Catolé do Rocha, Sousa, Pombal, Cajazeiras, Sapé e Mamanguape.

Era grande o prestígio da recente Revolução Cubana de *Fidel Castro* junto a esses segmentos. A nível nacional, o exemplo vinha da União Nacional dos Estudantes (UNE), crescentemente propensa à esquerda. Em abril de 1962, embaixada da UNE volante compareceu à Paraíba para avaliar o nível do movimento

estudantil paraibano, bem como engajá-lo na campanha por um terço da representação *discente* nos conselhos universitários. Peças de teatro e shows de natureza ideológica foram encenados, na linha de *conscientização* da época.

No centro dessa fermentação avultava a Associação Paraibana de Imprensa (API) onde a extrema esquerda se impusera à direita, isolando os moderados de centro-esquerda. Afinada, de 1961 a 62, com a direção dos órgãos oficiais *A União* e *Rádio Tabajara*, a API passou a sediar reuniões da Frente de Mobilização Popular, brizolista, e instituições análogas como Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI). Além disso, surgiram entidades paralelas como Grupo Compacto da Imprensa e Clube do Livro Progressista. Setores culturais como os de Música, Teatro e Cinema organizaram-se, também politicamente, com cobertura da Universidade Federal da Paraíba. O Conselho Estadual de Desenvolvimento trouxe sua quota mediante institucionalização da Campanha Estadual de Alfabetização Popular (CEPLAR), destinada à conscientização de analfabetos, na linha do Método Paulo Freire.

Foi porém, na zona rural, que as reivindicações sociais mais se desenvolveram na Paraíba do período 1961/4. Essa constituía, até então, setor fechado a reivindicações sociais e políticas de caráter moderno. Na Fazenda Subaúma, do futuro município de Alhandra, na zona rural de João Pessoa, o PCB, então na clandestinidade, tentara articular-se em 1952, sendo neutralizado pela Chefia de Polícia do Governo Estadual.

Com os anos sessenta, a diversidade da conjuntura ensejava oportunidade prontamente aproveitada pelas esquerdas. Estas, desde meados do Governo Cid Sampaio, em Pernambuco (1959/63), arregimentaram-se em torno das Ligas Camponesas cujo primeiro núcleo, localizado no Engenho Galiléia, projetou nacionalmente seu organizador, advogado trabalhista e futuro deputado Francisco Julião Arruda de Paula. Como os problemas da zona da mata são comuns a todo Nordeste, e em particular ao eixo Alagoas-Pernambuco-Paraíba, nada mais óbvio que a extensão do movimen-

to à Paraíba. Irradiado de Pernambuco, o movimento camponês não penetrou em Alagoas mas tornou-se forte na Paraíba.

Nesta, a situação do homem do campo era lastimável principalmente na região canavieira onde só havia trabalho durante metade do ano. Convertido em servo da gleba, o trabalhador não dispunha de regime de trabalho protegido por lei, carteira assinada, aposentadoria, escolas e hospitais. Ademais, o sistema de parceria agrícola tornava-o inteiramente dependente de usineiros e fornecedores. Para os últimos obrigava-se a trabalhar gratuitamente durante alguns dias da semana. Era o *cambão*. A reivindicação inicial das Ligas, na Paraíba, consistiu na supressão deste, nas propriedades da zona da mata. A maioria dos proprietários estava de acordo, contanto que a providência tivesse caráter geral.

Em princípios dos anos sessenta, o camponês estava adquirindo consciência dessa exploração. Isso porque se a sujeição não mudava, as condições sociais não eram as mesmas. Estradas, rádio transistor, bicicletas e expansão das cidades e povoados, a cujas feiras, barbearia e armazéns comparecia, levavam-no a tomar conhecimento do que se passava em Pernambuco, no restante do Brasil, em Cuba.

Na Paraíba, não foi dentro das usinas mas na *periferia destas* que surgiram as Ligas Camponesas. Tratava-se de zona onde pequenos proprietários, foreiros, sitiantes e roceiros estavam tendo terras absorvidas pela grande propriedade, a serviço do capitalismo que chegava ao campo. Sapé era o município onde o fenômeno mais se verificava, obrigando aquelas categorias a adquirir na feira o que até então dispunham em produtos de primeira necessidade.

Localizado a apenas setenta quilômetros da capital e dotado de usina de açúcar, a Santa Helena, pertencente ao grupo Ribeiro Coutinho, o município de Sapé revelava cidade que se urbanizara com o trem, boa articulação rodoviária, animada feira e razoável estrutura de serviços. Na zona rural suas terras faziam-se extraordinariamente férteis. Sobre estas precipitaram-se culturas

capitalistas de açúcar, criação de gado, abacaxi e fumo, o que implicou na desarticulação da antiga economia de subsistência. Quando o fenômeno se agudizou, o *slogan* de “a terra para quem nela trabalha” começou a fazer sentido. As teses de reforma agrária se consolidaram e as Ligas Camponesas encontraram terreno para pregação reformista. A princípio, contando com o apoio de proprietários pessedistas, adversários da UDN dos Ribeiro Coutinho. Posteriormente, em faixa própria, e, enfim, gravitando na órbita das esquerdas.

Sapé viveu, entre fins de 1961 e março de 1964, dias de intensa excitação. Sob a liderança do jovem agrônomo socialista Assis Lemos, muito ligado ao Presidente João Goulart, os camponeses realizavam seguidas manifestações. Lideranças de Recife e João Pessoa para lá acorreram. A Liga Camponesa de Sapé tornou-se a mais importante do Nordeste, o que atraiu a atenção de jornalistas até do estrangeiro. O Governo Federal apoiou o movimento com postos médicos do SANDU, democratização do crédito e promessas de assistência técnica e maquinário agrícola, assim como desapropriação e arrendamento de imóveis rurais conflituosos. O Presidente dos Estados Unidos John Kennedy preparava-se para visitar a cidade, pouco antes de ser assassinado, em novembro de 1963.

De Sapé as Ligas se expandiram para o litoral, no sentido de Mamanguape, Itapororoca, Rio Tinto, Pedras de Fogo, Santa Rita, Espírito Santo, a periferia de João Pessoa, até a fronteira com Pernambuco. Em Pilar, Caldas Brandão, Itabaiana e Alagoa Grande, as associações camponesas também brotaram, o mesmo acontecendo na região do brejo em Areia, Remígio, Arara, Solânea e Bananeiras. No agreste, Mari, Mulungu, Guarabira e Araçagy atraíram trabalhadores rurais rebatizados como “camponeses”. Advogada e militante da Juventude Universitária Católica (JUC) conduziu as Ligas a bairros e zona rural de Campina Grande. O sertão, dotado de estrutura diversa do litoral, agreste e brejo, não ganhou Ligas Camponesas, salvo em Sousa e Antenor Navarro,

devido aos problemas fundiários da bacia dos açudes São Gonçalo e Pilões. Mesmo assim, lideranças anti-oligarcas receberam adjutório do movimento em Pombal, Catolé do Rocha e Cajazeiras.

Quando o Presidente da República veio à Paraíba a 29 de julho de 1962, para concentrações em João Pessoa e Campina Grande, as Ligas Camponesas representaram a maior parte da assistência, principalmente na capital. Partidária de nascente sindicalização rural, uma ala da Igreja apoiou a arregimentação camponesa que se dividiu em moderados, favoráveis a reforma por etapas, e extremados, comprometidos com a revolução social e “reforma agrária na lei ou na marra”. Os seguidores do deputado Francisco Julião, partidários da chamada linha chinesa do comunismo internacional, e ativos em Pedras de Fogo, Santa Rita e Sapé, defendiam essa última posição. Na cúpula a Federação dos Trabalhadores Agrícolas da Paraíba refletiu as divergências.

A reação à crescente fermentação social partiu dos proprietários e autoridades constituídas.

Os primeiros, julgando-se abandonados pelo Governo Estadual que, num primeiro momento, considerou o problema de natureza social, recusando-se a nele engajar a Polícia, organizaram-se em entidade para-militar, a Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba (APRA), ligada à ala direita da UDN e setores dos Partidos Libertador (PL) e Democrata Cristão (PDC). À rebeldia do oprimido correspondeu a força do opressor. Anteriormente agredido em Areia, o agrônomo Assis Lemos foi espancado com outro líder camponês em Itabaiana, e, em Sapé, João Pedro Teixeira tocado por milicianos a soldo de usineiro do vale do Mamanguape. Este, sexto suplente da Coligação Nacionalista Libertadora, assumiu, apressadamente, cadeira na Assembléia Legislativa, para se proteger com imunidades parlamentares. Isto porque as autoridades judiciárias de Sapé decidiram decretar-lhe prisão preventiva. A mulher de João Pedro, dona Elizabeth Teixeira, substituiu o marido e procurou capitalizar o julianismo sapeense. Ela é a personagem central do filme *Cabra Marcado para Morrer*,

referente a esses episódios.

O acontecimento de maior impacto no período sobreveio a 15 de janeiro de 1964, no município de Marí. De choque entre vigias e milicianos arrebanhados por administrador da Usina São João, de um lado, e partidários das Ligas Camponesas, do outro, resultaram oito mortos e quatro feridos. Antes, ao intentar derrubar casa de camponeses, na Fazenda Jucuri, tombou o líder proprietário Rubem Régis.

As autoridades decidiram intervir. Na guerra psicológica em curso, a APRA propagou que as Ligas Camponesas estavam adquirindo armamento. A denúncia levou o Exército a operações de busca e apreensão de armas, no vale do Rio Miriri, onde se haviam registrado choques com baixas dos dois lados. As esquerdas reagiram, pedindo o afastamento de oficiais da Guarnição Federal, tendencialmente hostis. Um desses, a três de fevereiro, denunciou, pessoalmente, ao Ministro da Guerra tentativas de aliciamento efetuadas junto a sargentos e inferiores das Forças Armadas. Dirigentes das Ligas Camponesas foram presos quando conduziam manifestantes que se propunham a trabalhos de mutirão no bairro pessoense de Cruz das Armas.

A intervenção da Polícia Militar sobreveio depois do conflito de Marí. A APRA responsabilizou o Governo Estadual pelo ocorrido e este decidiu ocupar a região canavieira através de Companhia de Policiamento Ostensivo, sediada em Sapé. O comando da Polícia Militar passou para oficial PM ligadíssimo à UDN.

A partir daí, o movimento camponês viu-se cercado porque contra ele se conjugaram Guarnição Federal, Governo Estadual e grupos lacerdistas vinculados ao Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, líder da oposição ao Governo Goulart, no plano nacional. O Ministro da Justiça Abelardo Jurema, paraibano e pessedista, recomendou ao Governador Pedro Gondim que evacuasse Sapé. Gondim, todavia, tinha o apoio da Guarnição Federal da Paraíba e manteve a ocupação.

A posição governamental consolidou-se depois dos acon-

tecimentos de três de março de 1964 em que Exército e Polícia Militar desalojaram e prenderam lideranças estudantis e sindicais que ocupavam próprio federal para protestar contra presumida visita do Governador Carlos Lacerda à Paraíba. Os desdobramentos desse incidente levaram as esquerdas a *romper em bloco* com o Governo do Estado. A Guarnição Federal solidarizou-se com este último.

Ainda em março de 64, as forças populares anunciaram acampamento em frente ao Palácio da Redenção, o que levou a PM a ocupar a capital, bloqueando vias de acesso e controlando as estações ferroviária e rodoviária. No nervosismo desses acontecimentos, o Exército passou à frente, dissolvendo manifestação programada pelos comandos sindicais para o bairro de Cruz das Armas, na noite de 31 de março. Ato contínuo, agentes da DOPS invadiram a API, prendendo os que lá se encontravam.

O movimento de 31 de março chegou à Paraíba encontrando servidores do Governo Federal e esquerdas atônitos e desorganizados. Apenas o Sindicato dos Bancários tentou greve da categoria, a primeiro de abril, inviabilizada pelo que se seguiu. Em Rio Tinto, Prefeitura, Sindicato e Ligas Camponesas esboçaram resistência abafada pela milícia estadual. Descendo de Sapé, esta última ocupou as cidades de maior fermentação social, enquanto o Exército fazia o mesmo, ao longo do eixo João Pessoa-Recife. Companhia do 15º R.I. participou, em seguida, da deposição do Governador de Pernambuco Miguel Arraes, junto ao qual se encontravam lideranças sindicais e estudantis da Paraíba. Nesta última, camponeses viram-se presos e espancados, em seguida ao que trazidos a quartéis do Exército. Os prefeitos de Rio Tinto, Itabaiana e Mulungu foram depostos. Em Sapé, ex-candidato a prefeito pelo PSB conseguiu fugir, mas os principais dirigentes das Ligas foram capturados. O tumulto de João Pedro Teixeira, nas proximidades da BR-230, foi dinamitado.

João Pessoa transformou-se no centro da repressão contra esquerdas, Governo Federal e movimentos populares em geral.

Como não havia distinção, liberais e moderados também alinharam-se entre os perseguidos. A faixa do cais, em Cabedelo viu-se ocupada na manhã de primeiro de abril e desarticulados os sindicatos pertencentes ao PUA. Às dez horas de primeiro de abril de 1964 o Governador Pedro Gondim anunciou apoio ao movimento liderado por Minas Gerais. Com isso, autoridades estaduais passaram a perseguir membros do próprio Governo que não concordavam com o golpe. Dirigentes da Aliança Operário-Estudantil-Camponesa eram os mais visados, mas intelectuais, professores e jornalistas independentes também se viram alcançados.

A Assembléia Legislativa cassou deputados e suplentes do Partido Socialista, o mesmo acontecendo com as Câmaras Municipais de João Pessoa, Campina Grande, Sapé, Rio Tinto e Guarabira, em relação a vereadores contrários à nova ordem. A recomendação consistia em prender primeiro e perguntar depois. API, Sindicatos, como o dos Ferroviários, e Associações Estudantis foram postos sob intervenção. CEPLAR e Ligas Camponesas dissolvidas, Delegacia da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), fechada, e Conselho Estadual de Desenvolvimento, totalmente reformulado. O Reitor da Universidade Federal foi afastado, com substituto apressando-se em demitir professores e funcionários efetiva ou supostamente ligados às esquerdas. Comissões de Investigação Sumária instalaram-se a nível federal, estadual e municipal. O expurgo generalizou-se e até hospitais foram invadidos à caça de suspeitos. A delação campeou solta. Em Campina Grande, as prisões multiplicaram-se a partir de três de abril, um pouco depois de João Pessoa e região canavieira.

Essa situação perdurou até agosto de 1964, quando a presença, no Primeiro Grupamento de Engenharia, de oficial que avocou os processos em curso, implicou na contenção dos abusos. Os últimos detidos foram liberados para que se defendessem em liberdade. Antes, porém, da chegada do equilibrado major Ney Aquino, ocorreu o caso mais grave da repressão ensejada pelo movimento de 1964, na Paraíba. Liberados da unidade federal onde

se encontravam, dois ex-dirigentes das Ligas Camponesas de Sapé, um dos quais vereador cassado, foram capturados por grupos de choque privados e...desapareceram... Consta terem sido atirados à fornalha de usina de açúcar. Seus corpos nunca foram encontrados mas duas ossadas carbonizadas e localizadas nas proximidades da estrada Campina-Caruaru seriam o que restara de João Alfredo Dias (Nego Fuba) e Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro).

6.5. *Da luta pela redemocratização aos nossos dias – reorientação da Igreja* – O restante de 1964, 1965 e 1966 fizeram-se períodos de retraimento para os movimentos sociais da Paraíba. A experiência de 1964 desarticulou os sindicatos nas cidades e no campo. Dos punidos, inúmeros emigraram para outros Estados e vários reciclaram a existência abdicando da antiga militância. Alguns, até, mudaram de lado. Ademais, 1965 e 66 constituíram, na Paraíba, anos de eleições em que se engajaram as esquerdas – ou o que restava delas.

Dessa forma, só em 1967 as reivindicações sociais voltaram à baila. Bem ou mal a Presidência Castello Branco legara Constituição ao país – a Constituição Federal de 1967, elaborada sob a pressão do decurso de prazo. Ao menos formalmente, os atos de exceção encontravam-se contidos. Mesmo sujeitas a restrições, as garantias constitucionais foram restabelecidas.

Em sintonia com o plano nacional, duas reivindicações foram postas na ordem do dia, sendo uma política e outra social. Em prol da primeira, favorável a mais ampla redemocratização do país, mobilizaram-se os políticos, constituindo a Frente Ampla. A segunda voltava-se contra arrocho salarial e concentração de renda, sensibilizando associações sindicais e estudantis bem como Imprensa, clero e intelectuais ditos progressistas. Vários desses pertenciam à Ação Popular (AP), particularmente ativa junto aos estudantes.

Na Paraíba esses movimentos encontrariam ressonância junto à cúpula da Igreja, dirigida desde 1966 pelo Arcebispo Dom

José Maria Pires. Ao contrário dos antecessores, comprometidos com tradicionalismo e salvação das almas, Dom José fazia-se partidário de “Igreja na cidade”, isto é, prática religiosa secularizada e voltada para o social. Seu exemplo contaminou o cabido metropolitano onde sacerdotes de inspiração tradicionalista aderiram à nova linha, emanada do Vaticano II e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com sede em Brasília. Na Universidade e Imprensa essa corrente adquiriu crescentes espaços.

Contando com essas e outras inspirações, como as manifestações de maio de 1968 que sacudiram a França e outros países do mundo, da mesma forma que Rio de Janeiro, Brasília e diversas capitais brasileiras, os estudantes universitários e secundaristas ganharam as ruas. A Polícia, tanto Federal, quanto Civil e Militar, interveio, e os choques se multiplicaram. A classe média aderiu e as manifestações se estenderam. Escolas e repartições universitárias foram ocupadas em João Pessoa e Campina Grande. Nessa última os estudantes aproveitaram filas de cinema para intensa propaganda contra o regime militar. Alguns sindicatos, entre os quais o dos Sapateiros, apoiaram o chamado “Poder Jovem”.

Na área cultural, festivais de música, exposições de pintura e peças de teatro – essas últimas encenando o teatrólogo alemão Bertold Brecht e outros autores banidos pelo sistema – voltaram-se contra a censura. Muitos desses eventos foram proibidos o que aumentou a tensão. Por focalizar esses acontecimentos e bater-se pela redemocratização do sistema, a Rádio Arapuan de João Pessoa foi fechada. Os universitários dispunham de novas lideranças que inflamavam as assembleias da Faculdade de Filosofia em João Pessoa e de Ciências Econômicas em Campina Grande. Agressivos pichamentos recobriam as ruas.

As autoridades não esperaram o advento do Ato Institucional número cinco em dezembro de 1968, para instalar a repressão. A partir de junho, essa já corria solta. A Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado ligara-se à Guarnição Federal e jogou a Polícia contra os estudantes. Quando estes ocuparam o

Clube dos Estudantes Universitários, em João Pessoa, e seu congênere de Campina Grande, foram desalojados à força o mesmo acontecendo com tentativa de ocupação da Faculdade de Filosofia, em João Pessoa. A Polícia Federal apertou o cerco contra jornais e emissoras “convidados” a moderar a linguagem em face dos acontecimentos. Os paraibanos que foram a Ibiúna, em São Paulo, participar do Congresso da UNE, desarticulado pela Polícia, regressaram fchados e de cabeça raspada. Viatura federal foi incendiada por manifestantes em pleno Ponto de Cem Réis.

No conjunto, esses eventos ajudaram a servir de *pretexto* para a decretação do Ato Institucional número cinco, AI/5, por meio do qual as autoridades de segurança ampliaram suas atribuições em todo país. Isso significava *repressão seletiva* à base de listas que continham nomes de professores, estudantes e funcionários contemplados com suspensão de contratos, proibição de matrículas e demissões sumárias. Na Paraíba esse procedimento recaiu sobre principalmente, Universidade Federal, Liceu Paraibano e Colégios Estaduais de Campina Grande e interior, bem como sociedades de economia mista.

O setor privado também foi atingido, o que não acontecera em 1964. Na área política, Deputados Federais que votaram contra a concessão de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves, no que constituiu o estopim do AI/5, foram cassados e tiveram direitos políticos suspensos por dez anos. No plano estadual, punições do mesmo tipo desfalcaram a Assembléia Legislativa privada do concurso de deputados vinculados às esquerdas ou a antigos movimentos populistas e Frente Parlamentar Nacionalista. Quem escapou de 1964 foi alcançado em 1969.

A repressão oficializou-se com a Presidência Garrastazu Médici (1969/74) que paralizou o processo político-social. Reconstituída com o chamado sistema, a classe média paraibana e brasileira viveu o auge do consumismo do chamado “milagre econômico brasileiro” assim descrito por Gonzaga Rodrigues:

“Voltada para todos os pontos, em avisos psicodélicos ou vinda de alto falantes, a voz sibilante e geral brandia em todos os

ouvidos : ‘Ame-o ou deixe-o’.

Os que nada deviam andavam olhando para trás. Eram 80 milhões em ação, patrícios e amigos sem saberem quais os patrícios e os amigos.

E os vizinhos desaparecendo. Iam andando e desapareciam. Iam ver a luz, no quintal, e se encantavam. Não morriam, não ganhavam sepultura, ingressando numa região indecisa entre o céu e a terra. Era o milagre.

Gigantescas patrões cortavam o território de norte a sul no encaço de mais prisioneiros. A *pretexto* de integrar a Nação, ampliava-se a masmorra, todos em estado de prisão, só o arbítrio em liberdade”.

Foi essa a época em que os mais ousados pegaram em armas, instituindo a guerrilha urbana e rural. Na Paraíba, onde os principais ativistas de 1968 se auto-exilaram ou passaram a cumprir penas, registraram-se três ocorrências do tipo. Prisão de estudantes e ativistas culturais reunidos em residência de sacerdote apista, na Praia Formosa. Tentativa de assalto contra carro pagador de companhia de cigarros, na cidade baixa de João Pessoa. E pouco esclarecida guerrilha rural, no município de Catolé do Rocha, no alto sertão. As autoridades desmantelaram completamente essa última.

O chamado clero progressista da Igreja Católica, todavia, manteve-se firme. Em face da institucionalização da tortura pelo regime militar, a tônica social dos anos setenta recaiu sobre o restabelecimento dos Direitos Humanos. Na Paraíba, o arcebispo Dom José Maria Pires organizou o Centro de Defesa dos Direitos Humanos que também se pôs a atuar no campo, em defesa de foreiros e pequenos proprietários privados de terras. A questão das propriedades indígenas também veio à baila e religiosas defenderam índios e camponeses em Baía da Traição e Pilar. A antiga zona rural de João Pessoa, o município de Pedras de Fogo, o eixo Solânea-Bananeiras-Araruna e uma parte de Serra da Raiz tornaram-se as áreas de maior tensão social. A principal pendência

prolongou-se de 1977 a 84, tendo por local a Fazenda Alagamar, no município de Salgado de São Félix, junto a Itabaiana. Os novos proprietários transformaram glebas herdadas em zona de pecuária extensiva e os Arcebispos Dom Helder Câmara e Maria Pires entrevistaram, pessoalmente, para tanger o gado que pastava na roça de antigos posseiros. O Governador Tarcísio Burity desapropriou Alagamar aí instalando projeto de colonização estadual.

A resoluta posição social da Igreja ocasionou duas consequências. No campo, sob o estímulo de pastorais e comunidades eclesiais de base, os sindicatos rurais substituíram as Ligas Camponesas do período 1961/64. O caso mais dramático sobreveio em Alagoa Grande, onde a sindicalista Margarida Maria Alves organizou camponeses e trabalhadores da usina de açúcar local. Maria Alves seria assassinada na própria residência, em agosto de 1983, e o *affaire* repercutiu no exterior.

Nas cidades, o exemplo da Igreja, reforçada pela atuação dos bispos Dom Luiz Fernandes, de Campina Grande, e Dom Marcelo Carvalheira, de Guarabira, além de párocos nacionais e estrangeiros em São Miguel de Taipu, Araruna, Cuité, Arara e Bananeiras, inspirou a organização da chamada sociedade civil. Esta pôs-se, como no restante do Brasil, a pleitear supressão do AI/5, anistia ampla geral e irrestrita, e revogação do modelo econômico tecnocrata-militar. Nesse particular distinguiram-se a Ordem dos Advogados do Brasil, seção da Paraíba, API, categorias profissionais como médicos, engenheiros, arquitetos, assistentes sociais, e instituições culturais como Grupo José Honório Rodrigues. Registrem-se ainda: organizações universitárias como Associação dos Docentes da Universidade Federal (ADUF) e Associação dos Funcionários da Universidade Federal (AFUF), Sindicatos como o dos Bancários, e entidades para-políticas como Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), partidos clandestinos como PCB e PC do B, e, enfim, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), posteriormente convertido em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

De maneira geral, essas correntes, encerrado o ciclo militar, representaram o suporte da candidatura governamental do deputado Antônio Mariz, nas eleições paraibanas de 1982. Nesta, a sociedade civil organizou-se contra o Estado.

A esmagadora derrota de Mariz expressou as limitações da chamada sociedade civil organizada, onde não existe equivalência entre reivindicações sociais e opções políticas. Com isso, não poucos sindicatos, associações de classe e sociedades de bairro *fomentavam reivindicações sociais mas votavam com o Governo*. O PMDB que em 1982 representava ampla frente da sociedade civil, obteve apenas vitórias locais, como em Campina Grande e Guarabira. Nessas cidades, os prefeitos eleitos representavam leque de forças que transitavam da burguesia e pequena burguesia mais consciente às associações de bairro, comunidades de base da Igreja e Partidos clandestinos.

Ainda assim, o que se tornou mais significativo na Paraíba foi a crescente mobilização dos segmentos organizados à margem do Estado. Trata-se do melhor resultado, obtido a longo prazo, pelo povo, através de movimentos sociais, outrora reprimidos.

A circunstância de o Partido dos Trabalhadores (PT) – teoricamente a corrente que se habilitou a capitalizar tais movimentos – revelar de 1982 a 92, comportamento eleitoral ainda débil, salvo nas eleições para Presidente da República de 1989 e Prefeitura da capital em 1992, não invalida o raciocínio. Antes ratifica a constatação: na Paraíba contemporânea não existe equivalência entre mobilização social e resultados políticos. Ao contrário de Campina Grande, onde as associações comunitárias primam pela autonomia e desenvolvem trabalho de conscientização, em João Pessoa as mais recentes sociedades de bairro tornaram-se suporte do neo-populismo.

Apesar de tais contradições, é na sociedade civil que se localizam as esperanças de recuperação da Paraíba e exercício da cidadania, por meio da democracia participativa. A vigência desta última expressa-se por meio de crescente organização de mulheres,

favelados, grupos ecológicos, culturais e pastorais, associações de moradores sem terra e funcionários públicos, sindicatos como os dos professores, transportes, eletricitários, águas e esgotos e comerciários. A novidade consiste em que, contrariamente a outros tempos, essas entidades não se limitaram a João Pessoa e Campina Grande, por alcançarem cidades como Guarabira, Alagoa Grande, Serra Branca, Patos, Pombal, Sousa, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Santa Luzia e Itaporanga.

O problema consiste no *corporativismo* que, não raro, permeia a ação desses grupos. Com isso, são mais bem sucedidas, salarialmente, categorias que dispõem de maior poder de pressão ou acesso direto aos centros de decisão. Alguns poderes – caso do Legislativo e Judiciário, bem como categorias especiais localizadas junto ao Ministério Público e Tribunal de Contas – têm legislado sobre os vencimentos dos próprios integrantes. No interior, a autonomia municipal assegurada pela Constituição de 1988 serviu para favorecer vereadores e secretários municipais, em detrimento da grande massa cada vez mais exposta aos desfavores da seca.

Como a estrutura econômica da Paraíba, sobre a qual adiante se falará, tem-se revelado débil, praticamente não existe riqueza que possa, pelo distributivismo, gerar justiça social. Na carência desta, reapareceram problemas representados pelo abandono dos campos, adensamento das periferias e favelização das cidades, assim como elevadíssimos índices de migração para o sul do país. Algumas epidemias como cólera e mortalidade infantil foram detectadas.

Vive-se á mingua nos campos e apenas se sobrevive nas cidades – este o dramático retrato do povo paraibano no início da década de noventa.

6.6. *A evolução partidária dos anos trinta ao neopopulismo* – O espaço social da Paraíba não foi ocupado isoladamente pelos movimentos sociais, mas em conexão com a dinâmica dos partidos. Neste, alguns candidatos procuraram, com maior ou

menor eficácia, deles se aproximar.

Já vimos como, pelos anos 30, a Liga pelo Estado Leigo levantou o problema operário em sua plataforma. Ainda mais decidida fez-se a posição da legenda “Trabalhador Vota em Ti Mesmo”, organizada para eleições de deputados federais e estaduais a 14 de outubro de 1934. A legenda, permitida pela legislação eleitoral da época, representava projeção da chapa “Trabalhador Ocupa teu Posto”, organizada no Recife, sob a liderança do intelectual marxista Cristiano Cordeiro.

As eleições para deputados federais e estaduais de 1933 e 34 assinalaram, todavia, a predominância de agrupamentos políticos tradicionais. Como partidários e revolucionários da Revolução de 30 rapidamente se recompusessem, o Partido Progressista, que expressava essa recomposição, preencheu a quase totalidade das cadeiras em disputa, ou seja, todos os cinco deputados federais à Constituição Federal de 1934, a 3 de maio de 1933, nove dos dez deputados federais de 1934, e vinte e sete dos trinta deputados, nos pleitos estaduais desse mesmo ano. Os dois senadores eleitos também pertenceram ao Partido Progressista. A oposição do Partido Republicano Libertador (PRL), conquanto majoritária na capital, elegeu apenas um deputado federal e três estaduais, sendo aquele seu líder Antônio Botto de Menezes. Essa a razão porque os outros agrupamentos que disputaram esses pleitos – Liga pró Estado Leigo, Partido Popular (Católico), Partido Democrático e Legendas Trabalhador Vota em Ti Mesmo e Integralismo – não conseguiram sobreviver. A Liga e o Trabalhador representaram fermento do Partido Comunista, da mesma forma que o Integralismo evoluiu para o Partido de Representação Popular (PRP), tudo isso, porém, a longo prazo. Ademais, essas entidades sobreviveram como núcleo de idéias e não como prática política.

Com a morte de Antenor Navarro e transferência de Ireneo Joffily para o Acre, também diluiu-se o radicalismo, como inspiração dos anos trinta. Na Constituinte Estadual de 1935, essa vertente manifestou-se através do deputado itabaianense Fernando Pessoa

BIBLIOTECA CENTRAL

que advertiu quanto à inspiração ditatorial da Lei de Segurança Nacional do ano anterior. O acerto foi total.

Politicamente o ano de 1937, foi muito animado na Paraíba, que contava com José Américo como candidato à Presidência da República para as eleições do ano seguinte. José Mariz, pela corrente argemirista, e Flávio Ribeiro, pelos decaídos de 30, eram tidos como postulantes ao Governo do Estado. O golpe de 10 de novembro de 1937, decretando o Estado Novo, suprimiu essas candidaturas. José Américo vivera o apogeu da carreira de homem público. Seus discursos, de feição social-democrata, buscaram alternativa socializante para o dilema fascismo-comunismo que dominava o mundo. Tais pronunciamentos seriam posteriormente enfeixados no livro *A Palavra e o Tempo* (1965).

Anti-político e anti-partidário, o Estado Novo não permitiu qualquer atividade político-partidária. O plebiscito anunciado para homologar o regime jamais se realizou. Desta maneira, os Partidos somente voltariam à cena com a queda de Vargas e a redemocratização do país, em 1945. Na Paraíba as eleições desse ano seriam disputadas pela União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD), Partido Comunista do Brasil (PCB), Partido Popular Sindicalista (PPS) e Partido Democrata Cristão (PDC).

Acompanhando o que se verificara no país, UDN e PSD eram os mais fortes. A primeira triunfaria, amplamente, nas eleições de dezembro de 1945 e janeiro de 47, elegendo os dois senadores à Constituinte Federal de 1946, sete dos dez deputados federais, o Governador do Estado e a maioria dos deputados à Assembléia Legislativa. O terceiro senador, criado pela Constituição de 46, também coube a esse Partido. O PSD, embora majoritário no plano nacional, com a eleição do Presidente Eurico Gaspar Dutra, tornou-se oposição na Paraíba onde nunca chegaria isoladamente ao Governo do Estado, sempre ocupado por candidatos da UDN ou apoiados por esse Partido, como o ex-pessedista Pedro Gondim, em 1960.

O PCB, que recorreu ao carisma de Luiz Carlos Prestes, candidato ao Senado e Câmara Federal em todos os Estados, entre os quais a Paraíba, em dezembro de 45, apareceu liderado por João Santa Cruz de Oliveira, em João Pessoa, e Félix Araújo em Campina Grande, tendo o primeiro se eleito deputado estadual em 1947 – o outro era seu suplente. Originário do chamado *queremismo*, o Partido Popular Sindicalista era chefiado por Epitácio Pessoa Cavalcante Sobrinho (Epitacinho) e teve efêmera existência, porquanto, em 1947, já se transformava em Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), uma vez que o Partido Social Progressista (PSP), dele também procedente, somente se organizaria na década seguinte. Quanto ao Partido Democrata Cristão, teve três fases na Paraíba – católico nos anos quarenta, boêmio na década seguinte e populista de sessenta a sessenta e cinco, quando albergou o chamado *gondinismo*.

Mais do que por Partidos, o processo político paraibano viu-se dominado pelas principais lideranças da época – Argemiro de Figueiredo, José Américo e Rui Carneiro. O primeiro, que montara poderosa máquina ao exercer o Governo, na segunda metade da década de trinta, arregimentou o velho coronelismo, usinas, grandes proprietários sertanejos e alto comércio algodoeiro de Campina Grande, agrupados na UDN. A essa corrente também inicialmente pertenceu José Américo, cuja base social residia em intelectuais, estudantes e funcionários públicos – a classe média das cidades. Rui Carneiro estruturou o PSD com os coronéis minoritários do interior e a periferia de João Pessoa. Seu partido era litorâneo e o estilo, populista.

Tanto o estilo dessas lideranças comunicou-se à política partidária paraibana que delas derivaram todos os principais chefes políticos de 1945 até nossos dias. Da classe média americista advieram João Agripino, Antônio Mariz e Tarcísio Burity. Do populismo carneirista, Severino Cabral, Pedro Gondim, Wilson Braga, e, de certa forma, Humberto Lucena. O coronelismo atuaria como grupo de pressão, dele provindo não só a APRA de 1962/64

como, principalmente, o Grupo da Várzea, com alguma eficácia nos bastidores políticos dos anos setenta. Já o ex-Governador Ronaldo Cunha Lima é o que se denomina liderança híbrida: de origens argemiristas, cujo PTB integrou, como vereador em Campina Grande no início da carreira, possui lampejos populistas, embora a postura pessoal o aproxime da classe média.

Historicamente, a evolução político-partidária da Paraíba foi dominada por algumas constantes.

Em primeiro lugar, sempre que duas grandes lideranças se uniram, a terceira viu-se derrotada. Foi o caso de Argemiro e José Américo contra Rui em 1945 e 47, Rui e José Américo contra Argemiro em 1950, e Rui e Argemiro contra José Américo em 1958. As dissidências desempenharam, dentro desse quadro, importante função e decretaram o resultado das urnas. Em 1950, José Américo, desavindo com a UDN, fundou a seção paraibana do Partido Libertador (PL) e fez-se candidato por esse Partido e o PSD, derrotando a UDN. Sob o comando de João Agripino, a UDN deu o troco, dez anos depois. Pedro Gondim, desviado do PSD para o PDC, fez-se candidato da UDN, vitoriosa sobre o PSD. Antes, Argemiro de Figueiredo, egresso da UDN, ingressou no PTB e desempenhou importante papel na vitória de Rui Carneiro, do PSD, sobre José Américo, que retornara à UDN em 1958. Essa regra ainda prevaleceu em 1986, quando Tarcísio Burity, originário do PDS, foi transformado em candidato do PMDB, para derrotar o próprio PDS.

Diversas eleições paraibanas fizeram-se especialmente relevantes entre 1945 e 1990. O pleito para Prefeito de Campina Grande, em 1947, cindindo a UDN entre argemiristas de Veneziano Vital do Rêgo e americistas do vitorioso Elpídio de Almeida, preparou o quadro para a consulta de 1950. Nesta, com Getúlio Vargas e Café Filho, na condição de candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República, o populismo deu as cartas.

Com a sociedade paraibana em processo de urbanização impulsionado pelo setor de serviços, candidatos que se comunica-

vam diretamente com a massa, como José Américo, Rui Carneiro e Abelardo Jurema vitoriam para o Governo do Estado, Senado da República e suplência senatorial, em 1950. Municípios operários como Santa Rita, Mamanguape e Rio Tinto sufragaram largamente a esses nomes bem como Getúlio Vargas, vitorioso para Presidente da República no Estado e no país, e Café Filho, derrotado pelo udenista Odilon Braga no Estado, mas vitorioso no plano nacional. Grupos políticos tradicionalistas como os Ribeiro Coutinho ficaram sem qualquer representação política. Essas eleições motivaram um dos principais estudos sobre a Paraíba que é **As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba**, do francês Jean Blondel (1957, 1994).

A onda populista de 1950 viu-se frejada pelo suicídio de Vargas em 1954, mas, nesse ano, o nacionalismo entrou em cena favorecendo a UDN cujos candidatos senatoriais, apoiados pelas esquerdas, derrotariam os de extração pessedista e americista.

Mesmo minoritárias, as esquerdas insistiriam. Em 1955, os principais partidos políticos promoveram pacificação de que resultou a eleição do udenista Flávio Ribeiro Coutinho, para o Governo do Estado. Contudo, os Partidos Socialista Brasileiro e Social Trabalhista (PSB e PST) reagiram, com a candidatura Renato Teixeira Bastos, bem votado em João Pessoa, Santa Rita e Mamanguape / Rio Tinto pela Frente Popular Contra o Acordo. Nesse pleito, o voto em branco, bastante elevado, foi utilizado como arma de protesto. Em João Pessoa – histórico baluarte das oposições – o candidato de pacificação a vice-Governador, concorrendo sem adversário, foi derrotado pelos votos em branco.

Em 1958, José Américo, derrotado para o Senado por Rui Carneiro, encerrou a carreira eleitoral. Carneiro elegeu-se mais duas vezes para o senado, derrotando em ambas ao udeno-socialista Aluizio Afonso Campos, em 1966 e 74.

As eleições para Governador do Estado em 1960, na Paraíba, introduziram elemento diferenciador, representado pela presença de candidato a Governador sem qualquer vínculo com a

Revolução de 30, em torno da qual até então gravitara o processo político paraibano. Sensibilizando a classe média das cidades, mediante teses favoráveis a industrialização e desenvolvimento, Pedro Moreno Gondim também contava com o apoio dos grandes proprietários da várzea do Paraíba, Rio Tinto e sertão, a que pertencia seu vice-Governador.

Essas contradições logo reponteriam. Tratava-se de Governo populista e modernizante, erigido sobre base tradicional, o que o expunha a ataques dos dois lados junto aos quais perdeu substância.

Essa situação e a maré reformista dos anos sessenta ofereceram às eleições para o Senado e Câmara Federais e Assembleia Legislativa, de 1962, marcante tônus ideológico. As questões em evidência não eram mais político-partidárias mas sociais, com a reforma agrária encabeçando revisões de natureza eleitoral, bancária, universitária, administrativa e fiscal. Para ampliação do colégio eleitoral, pretendia-se o voto dos analfabetos e elegibilidade dos sargentos.

Preterido por seu Partido, o PSD, o deputado federal José Joffily transferiu-se para o Partido Socialista que guinou para a esquerda e unificou, ideologicamente, chapa de deputados federais, integrada pelo próprio Joffily, também candidato ao Senado. O nacionalismo das campanhas da Frente Popular Contra o Acordo e das candidaturas João Santa Cruz e Lúcio Rabelo, como postulantes a Prefeito de João Pessoa e vice-Prefeito de Campina Grande, em 1959, reforçou a escalada socialista, apoiada pelas Ligas Camponesas e associações sindicais e estudantis. Principiou a mudança de lado da Igreja. Ao direitismo da Liga Eleitoral Católica (LEC) dos anos cinquenta sucedia o socialismo revolucionário de padres como Aluizio Guerra em Campina Grande e Alípio de Freitas em João Pessoa e zona canavieira. Português, Alípio descambaria para luta armada, depois de 1968, quando já não atuava na Paraíba.

Embora sem eleger candidatos ao Senado e Câmara, o Partido Socialista fortaleceu-se, na Paraíba, mediante sagração de

seis deputados estaduais, dos quais três realmente socialistas. Um desses era o agrônomo Assis Lemos. A sucessiva convocação de combativos suplentes ofereceu respaldo às correntes mais avançadas, na Assembleia Legislativa. Nesta, constituiu-se a seção paraibana da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), integrada por socialistas, trabalhistas e pessedistas. Todos esses seriam atingidos pelas proscricções de 1964 e 69.

Entretantes, as eleições para Prefeito, em agosto de 1963, revestiram-se de intensa movimentação. As esquerdas conseguiram ganhos em Alhandra, Santa Rita, Rio Tinto, Itabaiana e Mulungu, mas foram derrotadas em Sapé e Guarabira, na primeira das quais se elegeu representante da família Ribeiro Coutinho. Em Campina Grande, o candidato mais avançado não conseguiu êxito, mas o vitorioso sintonizava com o reformismo e o janguismo, na condição de um dos melhores quadros da nova geração de políticos paraibanos. Campina sofreria duro golpe com a cassação do Prefeito Newton Rique, a 14 de junho de 1964.

Apesar das punições desse ano, as eleições governamentais de 1965 ainda representaram sobrevida para o populismo cuja variante conservadora restabeleceu a aliança PSD-PTB e marchou para as urnas com a chapa Rui Carneiro-Argemiro de Figueiredo. O esquema governamental udeno-pedecista substituiu o candidato a vice-Governador e fixou-se na dupla João Agripino-Severino Cabral, vitoriosos por menos de três mil votos. Foi essa a última eleição com as agremiações egressas da redemocratização de 1945, suprimidas pelo Ato Institucional número dois, ainda em outubro.

A virulência do AI/5 praticamente interrompeu a dinâmica político-eleitoral do início dos anos setenta, tanto na Paraíba como no Brasil. A oposição consentida do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que vitoriosa para o Senado, em 1966, e em algumas das principais cidades, como Campina Grande, em 1968, foi esmagada pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o Partido do Governo Estadual e do movimento de 1964. Já não se votava para Presidente da República, Governo do Estado e Prefeitura das capitais. O voto em branco assumiu proporções elevadas.

Em 1970, os senadores eleitos pela ARENA alcançaram 236.080 e 236.462 votos, contra 185.332 e 175.845 dos rivais emedebistas. O número de votos em branco ascendeu a 92.092 e os nulos a 26.327. A esquerda recomendara abertamente esse tipo de sufrágio.

A resistência ao domínio do esquema governamental-militar principiou em 1974, com a valorização das eleições para o Senado — únicas diretas de maior expressão que restavam. Nesse ano, o MDB elegeu dezesseis senadores num total de vinte e duas cadeiras nacionais em disputa. Uma dessas resultou das eleições na Paraíba.

Formalizou-se, então, a abertura lenta e gradual da Presidência Ernesto Geisel, como substituto do General Médici. O Governo protegeu-se com as chamadas salvaguardas para vencer as eleições senatoriais de 1978 em todo Nordeste. A Paraíba, todavia, figurou como exceção. Em maio desse ano travaram-se eleições indiretas para Governador e o deputado Antônio Mariz, preterido, estendeu a rebeldia para o interior da convenção de seu partido, a ARENA, onde foi derrotado por estreita diferença pelo novo Governador Tarcísio Burity. Cindira-se o oficialismo. Os acontecimentos precipitaram-se, com agripinistas, ernanistas e marizistas apoiando o candidato senatorial emedebista Humberto Lucena que, derrotando o ex-Governador Ivan Bichara, tornou-se o único Senador eleito pela oposição do Amazonas à Bahia. A Paraíba uma vez mais dava o exemplo, antecipando-se na abertura em curso.

Em face dos acontecimentos de 1978, o deputado Antônio Mariz, que transitara da ARENA para o Partido Popular, e daí para o PMDB, credenciou-se como candidato das oposições às eleições governamentais de 1982. Essas seriam as primeiras para Governo do Estado, depois de dezessete anos de governos indiretos. Em alguns Estados como Pernambuco esse espaço de tempo chegara a vinte anos!

Essa foi consulta popular muito importante que já gerou até tese de doutoramento. Com exceção de Presidente da República,

votou-se para Governador do Estado, Senador, Deputado Federal e Estadual, Prefeito e Vereador. Além, do Partido Social Democrático (PDS) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o primeiro egresso do esquema UDN/PDC que se convertera, estadualmente, em ARENA e PDS, e o segundo originário da aliança PSD/PTB que se transformara em MDB e PMDB, despon-tava um partido novo. Era o Partido dos Trabalhadores (PT), também organizado na Paraíba. A nível de discurso, pleiteava governo exercido por trabalhadores e instalação do socialismo.

Como, porém, o Governo se valesse de casuísmos, entre os quais o voto vinculado, por meio do qual *o eleitor se obrigava a votar em todos os candidatos de um mesmo Partido*, pregou-se o *voto útil*. Este, recomendado pela Arquidiocese, sacrificou o PT, cuja votação estadual não chegou a quatro mil sufrágios. A estratégia também não salvou o PMDB, derrotado por 509.855 a 358.146 votos para o Governo do Estado, e 509.696 a 342.790, para o Senado. O PDS elegeu sete deputados federais contra cinco do PMDB e vinte e dois estaduais contra catorze. O número de Prefeitos governistas alcançou 134 contra 36 da oposição, e o de vereadores 1.004 sobre 434.

As eleições paraibanas de 1982 trouxeram desdobramen-tos bastante positivos.

Em primeiro lugar, abriram caminho para ampla reformulação partidária, pois enquanto do PDS, que representava agrupamento conservador de centro-direita, procederiam PFL, PL, PSC e, afinal, PDT, PST e PRN, do PMDB, como verdadeira frente de centro-esquerda, adviriam os PTB, PCB, PC do B, PSB e PSDB, vários dos quais participantes, já com identidade própria, das eleições de 1988, 89 e 90. O fenômeno abriu caminho para *pluralismo* presente às eleições municipais de 15 de novembro de 1988 quando o PMDB conquistou 58 prefeituras, o PL 47, PFL 35, PDS 16, PDC 6, PDT 3 (uma delas a da capital), e PTB, PMB e PSB, duas cada. A distribuição estadual de vereadores também revelaria equilíbrio graças aos 628 do PMDB, 401 do PL, 274 do

PFL, 167 do PDS, 44 do PDT, 35 vereadores do PMB, 30 do PSB, 26 do PDC, 25 do PTB, 5 do PT (um dos quais na capital), dois cada do PC do B (um também na capital) e PSDB, e um vereador do PCB em Campina Grande.

O pleito de 15 de novembro de 1982 também se singularizou pelas discussões de natureza social que suscitou. Amplificando as congêneres de 1978 que assinalaram, a nível nacional, “A volta das esquerdas”, essas eleições ensejaram denúncias contra o centralismo do regime militar que, na prática, eliminara a Federação. A pregação oposicionista também voltou-se contra a concentração de renda daí corrente. Primazia do grande capital, na organização do espaço econômico regional. Eleições indiretas para Presidência da República e preservação de figuras como o senador biônico. Política de clientela desenvolvida pelas oligarquias regionais articuladas com poder tecnocrata-militar sediado em Brasília. E obras públicas de natureza faraônica empreendidas sem qualquer consulta à população.

Para arguição desses pontos, o PMDB não apenas se aliou a setores da sociedade como Igreja, Universidade e Instituições Culturais, como privilegiou organizações suprapartidárias como Bloco Popular, dinamizado por integrantes da esquerda do PMDB, PCB, PC do B e MR-8. Entre esses, os mais combativos advogaram definitiva revogação do modelo econômico do movimento de 1964, herdado da Presidência Garrastazu Médici.

Os resultados eleitorais de 1982, na Paraíba, deveram-se não apenas à sólida posição do Governo Estadual, favorecido por *legislação que valeu apenas para esse pleito*, como a transformações econômico-sociais que implicavam no surgimento de nova variante do populismo – o *neo-populismo*.

A questão vinculou-se ao *tipo de urbanização dos anos setenta*, processado já não mais pela expansão do setor de serviços, como anteriormente, porém através das migrações campo-cidade que sobrevieram no rastro da penetração do grande capital, no campo, e subordinação dos pequenos municípios aos padrões de

planejamento centralizado.

Entre os anos setenta e oitenta, cidades como João Pessoa, Campina Grande, Bayeux, Santa Rita, Patos, Itaporanga e Cabedelo, *dobraram as populações*. Constituíram-se então as periferias. Politicamente, essas transferiram suas reivindicações a lideranças encarregadas de *mediá-las*, perante o poder público estadual ou municipal. Nos municípios acima citados, o neo-populismo, *incorporado tanto ao PDS como ao PMDB*, encontrava-se em plena evidência, no ano de 1982. Duas de suas lideranças somente chegariam à Prefeitura nessa oportunidade, depois de quatro e cinco frustradas tentativas anteriores.

A consagradora votação então obtida pelo candidato a Governador Wilson Braga ajustou-se a essas questões. Mais do que pedessista, Braga fazia-se (neo) populista, herdeiro de comportamento político personalista habitualmente infenso a questionamentos sociais. Daí o *braguismo*. Suas possibilidades eleitorais multiplicaram-se pela utilização da máquina, enraizamento junto a pequenos municípios, associação ao capital financeiro das construtoras, competente utilização da mídia e exercício, na periferia das grandes cidades, de assistência às populações menos favorecidas desenvolvida pela esposa do novo Governador, ex-líder universitária Lúcia Braga, deputada federal por duas legislaturas, em 1986 e 1990.

Tudo isso consolidou a posição desse(novo) grupo político que transitou da ARENA para o PDS, PFL e PDT, conservando suas características. Com dona Lúcia, como bem votada deputada federal, Wilson Braga tornou-se liderança política de peso na Paraíba, sempre hegemônico no eixo João Pessoa-Cabedelo-Bayeux-Santa Rita, justamente a área de maior adensamento periférico. Derrotado para o Senado em 1986 e para o Governo do Estado em 1990, não perdeu a força, reafirmada na condição de Prefeito de João Pessoa em 1988 e vereador mais votado da capital em 1992.

O sacrifício do PMDB, em 1982, frutificou em 1986, quando, nacionalmente favorecido pelo Plano Cruzado, esse parti-

do vitorioso por ocasião da eleição paraibana para o Governo do Estado, duas cadeiras senatoriais, Câmara Federal e Assembléia Legislativa. O êxito do PMDB – Governo no plano federal e oposição no estadual – foi tão significativo que implicou na condução ao Senado de empresário campinense, até então pouco conhecido. Em relação a 1982, o PMDB de 1986 ficou como a UDN de 60 em face da congênere de 1950.

Esse último ano representou algo do drama do PMDB, em 1986. Isto porque, à semelhança de José Américo que, eleito na legenda do PSD em 1950, desse não tardou a afastar-se, Tarcisio Burity fez o mesmo com o PMDB, em 1988. *A vitória não fora do partido mas sim do candidato.* Esse entendimento sempre ocorre em estruturas de poder como a brasileira em que os candidatos sobrepujam os partidos.

Agastado com os desdobramentos de 1986 e ameaçado pela progressão do braguismo, o PMDB decidiu fixar-se em candidaturas ortodoxamente partidárias, em 1990, quando se disputava novamente o Governo do Estado e uma vaga para o Senado. Neste, o deputado federal Antônio Mariz derrotou o histórico adversário municipal Marcondes Gadelha que, vitorioso para a Câmara Alta em 1982, perdera para o Governo do Estado em 1986.

Nessas mesmas eleições de 1990, a Paraíba elegeu como Governador o ex-Prefeito de Campina Grande, Ronaldo Cunha Lima, cassado em 1969, mas eleito em 1982, com mandato até 1988. Na condição de antigo petebista, esse deslocou-se retilinearmente para o MDB e daí para o PMDB. A eleição verificou-se em dois turnos, com Wilson Braga vitorioso no primeiro. O triunfo final de Cunha Lima deveu-se não apenas ao apoio que recebeu, no turno decisivo, do candidato situado em terceiro lugar no primeiro turno, como à extraordinária votação recebida em Campina Grande. Nesse colégio eleitoral, segundo do Estado, Ronaldo obteve 72% dos votos no primeiro turno e 83% no segundo. Tais cifras neutralizaram a maioria do candidato do PDT em João Pessoa-Cabedelo-Bayeux-Santa Rita que declinou do primeiro para o segundo turno. Demais, a supremacia ronaldista de

Campina irradiou-se para o chamado compartimento da Borborema, onde cidades como Alagoa Nova, Boqueirão, Lagoa Seca, Queimadas, Aroeiras, Serra Branca e Areia também sufragaram maciçamente o Governador do Estado.

Isso, porém, não significou *supremacia estrutural* do PMDB no quadro político-eleitoral paraibano. Neste, as eleições mais recentes registraram êxitos dependentes de alianças eleitorais circunstancialmente celebradas. A tanto conduziu a feição de sociedade pluralista. O candidato à Presidência da República, pelo PMDB, deputado Ulysses Guimarães, obteve reduzida votação na Paraíba e bem inferior àquela dos candidatos do PRN, PT, PSDB e PDT. Nas eleições municipais de 1992, o PMDB emplacou a maioria das Prefeituras, inclusive Campina Grande, mas seu candidato não passou ao segundo turno das eleições de João Pessoa, disputado entre PT e PDT, com vitória do último, na pessoa do Sr. Francisco Franca, filho do ex-líder populista Damásio Franca, vereador e, por três vezes, Prefeito da Capital, entre 1947 e 1982.

As derradeiras eleições paraibanas ocorreram no plebiscito de vinte e um de abril de 1993, para escolha das formas e sistema de Governo. Os resultados finais foram os seguintes:

Forma de Governo: Monarquia 82.889 (6,25%), República 866.323 (65,32%), Votos Brancos 175.868 (13,26%) e Votos Nulos 201.204 (15,17%).

Sistema de Governo: Parlamentarismo 169.452 votos (12,78%), Presidencialismo 823.611 (62,78%), Votos Brancos 96.560 (7,28%) e Votos Nulos 227.661 (17,17%).

6.7. *Evolução, equilíbrio e colapso na economia paraibana*
– A História da economia paraibana, entre 1930 e nossos dias, revela-se cheia de singularidades. Não há, nela, linha evolutiva muito clara. Inicialmente montou-se estrutura agro-pecuária que, otimizada durante os anos trinta e quarenta, conduziu ao relativo equilíbrio da década de cinquenta. Trata-se da época em que industrialização ainda débil voltou-se para o mercado interno na base de fabriquetas de cigarro, bebidas não alcoólicas, sabonetes,

cordoarias, couros (curtumes) e empresas de óleo e caroço de algodão que absorviam o nascente proletariado urbano. As oportunidades de geração de renda e acumulação de capital eram escassas, mas, em compensação, as desigualdades entre os diversos estratos componentes da sociedade faziam-se reduzidas.

Essa realidade começou a transformar-se com os anos sessenta e alcançaria o clímax na década de setenta. O desastre sobreveio com os anos oitenta. A montagem de poderosa estrutura de serviços de água, luz, esgotos, estradas e telefonia, bem como a assimilação das propostas industrializantes da SUDENE, modificaram o quadro. Como sua congênere nordestina, de que é parte, a economia paraibana inseriu-se em modelo de internacionalização do capital, por meio do qual transformou-se em *economia complementar* do centro-sul, sede, por sua vez, das matrizes de capitalismo transnacional.

Em linhas gerais, o que se pode dizer é que a Paraíba não suportou transição para a qual não estava preparada ou não dispunha de condições. Em síntese, o que era tradicional desapareceu, absorvido pela modernização. Essa, porém, se trouxe *crecimento*, no sentido de que maior contingente de população passou a utilizar-se de serviços essenciais, não acarretou *desenvolvimento*, que significa *crecimento harmonioso*. A qualidade de vida das grandes massas deteriorou-se. Classe média alta de profissionais qualificados e vinculados aos setores terciário e quaternário beneficiou-se dessa nova realidade. Mas essa categoria nem constitui a maioria nem revelou-se suficientemente dinâmica para evitar a *debacle*. Em termos econômicos, a Paraíba tornou-se o Estado mais atrasado do Nordeste, e seguramente, da Federação brasileira. O que era antigo desarticulou-se, o que era novo não correspondeu às expectativas e não surgiram perspectivas para o futuro.

Em cima disso, sobreveio *vácuo de elites* – políticas, empresariais, intelectuais, estudantis, sindicais – o que agravou a situação. Vinculado à questão do poder, o problema é de *natureza política*. Sua base, porém, é econômica. Cheia de distorções, a

economia paraibana não alavancou a sociedade nos últimos vinte anos. Essa a razão porque nos ocorreu abordá-la, *em último lugar*. Nas sociedades avançadas, o econômico vem sempre em primeiro.

A economia paraibana saiu da Revolução de 30 em situação ambígua. O Governo João Pessoa (1928/30) contribuiu para equacionamento dos problemas básicos – em crédito e transporte, por exemplo – e ativação do comércio litorâneo, beneficiado pela política tributária do biênio. A Associação Comercial da Paraíba (trata-se da da capital que possuía esse nome) credenciou-se como influente grupo de pressão. De sua articulação com o poder público resultaram providências em crédito para safras de algodão e açúcar, estradas, pontes, lei do selo, impostos de exportação e incorporação, apólice de seguro terrestre e reinício das obras do porto de Cabedelo.

Por outro lado, todavia, não faltaram dificuldades. Os gastos do Tesouro Estadual com a guerra civil de Princesa, a paralização das obras públicas de responsabilidade do Estado, e ainda as dificuldades no relacionamento da Paraíba com os Estados vizinhos – tudo isso abalou, sensivelmente, a economia paraibana onde a moagem do açúcar demorou a ser iniciada em 1930. A colheita também retardou-se no campo.

Tanto José Américo, de outubro a novembro de 1930, quanto Antenor Navarro, de 1930 a 32, defrontaram-se com a crise. O primeiro decretou moratória para os compromissos comerciais vencidos e iniciou estudos sobre a realidade paraibana, publicados primeiro em *A União* e, posteriormente, na coletânea *Problemas e Necessidades da Parahyba* (1931). Antenor Navarro defrontou-se com o desemprego na capital e a seríssima seca de 1932.

A Paraíba, porém, contou com lideranças políticas e posição nacional capazes de enfrentar as adversidades. No plano interno, geração habilitada como a de 30, acoplada a aparelho de Estado ágil e renovado, demonstrou capacidade de ação bastante superior à velha oligarquia. No plano federal, a presença de José Américo de Almeida reativou em novas bases as obras contra as

secas que escoraram, em parte, os malefícios do estio de 32. Tudo isso encontra-se reunido em dois livros relatórios de José Américo, no período – *O Ministério da Viação no Governo Provisório* (1933) e *O ciclo Revolucionário no Ministério da Viação* (1934).

A economia paraibana começou a reagir. Com Antenor, a situação do Tesouro era deficitária mas o Interventor decidiu continuar as obras programadas por João Pessoa. Uma destas era o Porto de Cabedelo que, desde o advento da República, gerara polêmicas e desencontros. A Associação Comercial desejava-o no Varadouro e não faltou quem o imaginasse... na praia de Tambaú... Afinal, localizado em Cabedelo, foi concluído durante a administração de Gratuliano de Brito (1932-34).

Senhor de projeto de desoligarquização que contemplasse culturas agrícolas mais modestas, o Interventor Antenor Navarro criou Caixa Central de Crédito para cuja ativação decidiu buscar recursos junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Quando empreendia viagem faleceu em acidente aéreo, na Bahia, juntamente com o engenheiro Lima Campos. José Américo e o jornalista Nelson Lustosa Cabral resultaram feridos.

O algodão constituía a base da economia paraibana e para ele voltou-se a administração Gratuliano Brito. Caixa de Crédito Central Agrícola foi regulamentada e criou-se Diretoria de Produção responsável por trabalho de altíssimo nível. Para chefia-la foi trazido à Paraíba o engenheiro agrônomo cearense Pimentel Gomes que atuou em muitas frentes. A divulgação de novas técnicas foi intensificada por boletins, revistas e páginas especiais de *A União*.

A atuação de Gomes abrangeu os Governos Gratuliano Brito, Argemiro Figueiredo e parte da administração Rui Carneiro onde lhe coube exercer Diretoria de Cooperativismo. Foi o ponto alto da agricultura paraibana. Esta entrosou-se com os trabalhos de Juarez Távora, no Ministério de Agricultura, José Américo, no da Viação e Obras Públicas e Alpheu Domingues, na superintendência do Serviço do Algodão do Ministério da Agricultura. As condições eram favoráveis e ensejaram bem sucedida batalha da produção.

Pelas mãos de Pimentel Gomes chegou à Paraíba o técnico português Carlos Faria que passou do combate à lagarta rosada do algodão ao controle de sementes, experimentos algodoeiros e orientação de campos de demonstração. A Paraíba foi dividida em zonas agrícolas em apoio às quais instalaram-se estações experimentais e campos de fruticultura. A primeira localizou-se em Alagoinha e especializou-se em experimentos com algodão herbáceo. Para esses trabalhos contribuíram os agrônomos Ursulino Dantas Veloso e Arnaldo Vieira de Mello, este último como precursor dos estudos desenvolvidos pelo técnico Fernando Mello do Nascimento. Vieira de Mello dirigiria, posteriormente, Laboratório de Fibras sediado em João Pessoa e, à época considerado modelar. Dessa fermentação resultariam as pesquisas do botânico e ecologista Lauro Xavier, animador da cultura do caroá, nos anos quarenta, e de reflorestamento, na década seguinte.

Racionalizar a agricultura constituiu palavra de ordem, o que explica as atividades da Inspetoria do Fomento Agrícola Federal onde o agrônomo Pedro Cordeiro ofereceu continuidade aos trabalhos do bacharel-agrônomo Diógenes Caldas. Datam dessa época introdução das culturas de agave e coqueiro anão, assim como nova variedade de cana de açúcar, a POJ. No campo de sementes de Espírito Santo ampliou-se Estação de Fruticultura, responsável pela primeira escola de enxertadores da Paraíba. O agrônomo paraibano João Maurício de Medeiros assumiu no Rio a Diretoria de Plantas Têxteis e a presença de Clarindo Gouveia, à frente do Serviço de Acordo, no Governo Argemiro de Figueiredo, revelou-se auspiciosa. Outro técnico de qualidades, José Augusto Trindade, destacou-se nos trabalhos de irrigação, genética, entomologia, zootecnia, pomicultura e culturas industriais.

Tanto Gratuliano de Brito como Argemiro Figueiredo incentivaram novas atividades agrícolas na Paraíba – milho, fumo de estufa, batatinha, caroá, amoreira, laranjeira, arroz, mamona, maniçoba e fruticultura – várias das quais em bases cooperativas. À época de Gratuliano Brito, a sericultura, ou seja, a cultura do

bicho da sêda, chegou a motivar funcionamento, na capital, do Instituto Sérico da Paraíba, localizado na Fazenda Experimental de Mangabeira e dirigido pelo italiano José Calzavara. Experimentos com bicho da sêda tiveram lugar nas zonas mais frias do brejo, em Serraria.

A presença, à frente desses trabalhos, do engenheiro Calzavara é indicativa da contribuição dos italianos à economia e sociedade paraibanas. Localizados principalmente em João Pessoa, Mamanguape e Areia, os peninsulares e seus descendentes dedicaram-se ao comércio mascate e atividades agrícolas que incluíam novo tratamento para a borracha, extraída da mangabeira e da maniçoba, em Mamanguape. Em João Pessoa, voltaram-se para o comércio e ainda alfaiataria, funilaria, ferro, fotografia, camisaria, doceria, perfumaria, torrefação, lavanderia, etc.

O estabelecimento comercial paraibano de mais longa duração possui origens italianas, a Alfaiataria Grisi. Consorciada com a Alfaiataria Zaccara, data do século passado e prolongou-se até a década de sessenta, neste século. O período compreendido entre 1920 e 50 assinalou o auge das alfaiatarias paraibanas, quando não havia venda de roupas feitas. Concentrando-se naquelas e outras atividades artesanais, os italianos tornaram-se a colônia estrangeira mais importante da Paraíba, com contribuição superior aos sírio-libaneses, agrupados, por conta do comércio de veículos de peças, em Campina Grande, alemães de Rio Tinto, e japoneses, na pesca da baleia em Cabedelo.

De janeiro de 1935 a outubro de 1940, a administração Argemiro de Figueiredo ampliou a batalha da produção, então subordinada ao agrônomo João Henrique da Silva, que continuou a obra de Pimentel Gomes. Este foi deslocado para a direção da Escola de Agronomia de Areia, tornando-a nacionalmente conhecida. O professor Jaime Coelho nela desenvolveu relevantes trabalhos de botânica. O Instituto Vidal de Negreiros de Bananeiras não ficou atrás com José Augusto Trindade. Em apoio à agricultura, Argemiro elevou o número de máquinas agrícolas de duzentas para

duas mil. Granjas modelos foram instaladas, sendo uma delas a São Rafael, em terrenos da atual Cidade Universitária da capital. A pecuária não foi ignorada, mediante importação de gado selecionado, principalmente bovino, eqüino, asinino e suíno. Encaixotado, o abacaxi de Sapé teve acesso aos mercados internacionais.

A expansão dessas atividades refletiu-se nas finanças do Estado que, deficitárias com Antenor, equilibraram-se com Gratuliano Brito e concederam bons saldos a Argemiro de Figueiredo. Durante o quinquênio deste a arrecadação praticamente duplicou. O comércio algodoeiro de Campina Grande beneficiou-se de acordos celebrados com a Alemanha, para importação da malvácea pelo Reich. Secretário do Ministério de Política Exterior germânico esteve na Paraíba, em março de 1937, para concretização desses entendimentos.

O comércio campinense experimentou euforia que a Segunda Guerra Mundial acentuou. A cidade era polo mecânico e algodoeiro, em comunicação direta com praças européias como Liverpool. Essa conjuntura perdurou até 1948 quando o chamado confisco cambial, decretado pelo Governo Federal Eurico Dutra (1946/51), impediu o prosseguimento das operações. Campina Grande teve de reorientar as atividades econômicas para o setor de serviços, graças aos estudos e sugestões do economista Lopes de Andrade, acolhidas pelo executivo Edvaldo do Ó e economista Fernando Cunha Lima. Já aí, todavia, transcorriam os anos sessenta, e Campina ganhava sua universidade – a Universidade Regional do Nordeste (URN), posteriormente convertida em Fundação e mais tarde, estadualizada, sob a denominação de Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Outra cidade que se beneficiou do impulso algodoeiro da Paraíba, nos anos trinta e quarenta, foi Patos, a que os trilhos da Rêde de Viação Cearense chegaram em 1944. Armazéns e fábricas de óleo da SANBRA fixaram-se no município, que se impôs sobre Santa Luzia e Pombal, na polarização econômica do baixo sertão. A urbanização patoense datou do início dos anos quarenta, graças,

igualmente, à atividade mineradora do garimpo de São Vicente, localizado no município de Catingueira. A mina aparece no filme **No país de São Saruê**, do cineasta Vladimir Carvalho. Com a Segunda Guerra Mundial técnicos norte-americanos estiveram em Patos, atraídos pela mineração. A população urbana saltou de 7.760 habitantes em 1940 para 13.889 em 50, 27.275 em 60, 33.768 em 1970, 60.516 em 1980, 86.854 em 1990. Presentemente, Patos, também reorientada para o setor de serviços, disputa com Santa Rita a condição de terceira cidade do Estado e com Sousa a hegemonia do sertão.

Com os anos quarenta, a economia paraibana reorientou seus espaços. O litoral permanecia baseado na cana de açúcar que motivou a presença de usinas nos vales do Paraíba e Mamanguape, mas as colônias agrícolas de Camaratuba, Espírito Santo, São Rafael e Mangabeira produziam frutas e gêneros de subsistência. No agreste, localizava-se parte da bacia leiteira da microregião agro-pastoril do baixo Paraíba que se estendia de Itabaiana a Boqueirão, nas vizinhanças de Campina Grande. Queijos de boa qualidade eram aí produzidos, cabendo a criadores de Itabaiana abastecerem de carne a João Pessoa e Rio Tinto. O sucesso do sisal, de que a Paraíba se tornou o principal produtor nos anos quarenta e parte dos anos cinquenta, beneficiou o agreste, o brejo e o curimataú, onde Cuité, na serra, começou a animar-se. Nessa zona também se cultivavam gêneros de subsistência – principalmente milho e feijão – frutas (em Alagoinha), algodão de vários tipos e se criava gado. O agreste ainda comparecia com fumo em Mari e abacaxi em Sapé.

A região adjacente a Campina Grande produzia farinha e leite, para fabricação de queijos, bem como algodão semi-arbóreo e anual. Isso explica o caráter rural das primitivas lideranças políticas campinenses, só posteriormente alteradas pela urbanização. Despontaram, então, Félix Araújo e Elpídio de Almeida, na vertente de classe média, e Severino Cabral e Langstein Almeida, com o populismo. No seridó, assim como em Picuí, no Curimataú,

registrava-se alguma atividade mineradora. A criação de gado ensejava curtumes em Campina Grande, Itabaiana, Alagoa Grande e até na capital, como centro de florescente atividade econômica artesanal.

O sertão também se encontrava zoneado. A serra de Teixeira, do município desse nome até Princesa, revelava potencialidades agrícolas em gêneros de subsistência, que geravam bons negócios. Outra área desse tipo era Antenor Navarro, no vale do Rio do Peixe, apoiada na pequena propriedade. O restante do sertão fundava-se em economia pecuário-algodoeira complementada por agricultura de vasantes e açudes das obras contra as secas. A conclusão da barragem de Curemas, em maio de 1942, trouxe consigo a piscicultura. O algodão sertanejo, arbóreo, dispunha de fibra mais longa e consistente.

O Governo José Américo (1951/56) e a interinidade de Pedro Gondim (1958/60) revelaram-se beneficiárias dessa realidade. Diariamente, caminhões de algodão, agave, cimento, açúcar, abacaxi e frutas tropicais transitavam pela capital em demanda do porto de Cabedelo, aperfeiçoado no quinquênio americista. Pedro Gondim pôde firmar liderança, criando dezenas de novos municípios e concedendo sucessivos aumentos ao funcionalismo público. A economia paraibana da época oferecia-lhe sustentação.

O divisor de águas fez-se representar pela eletricidade da Companhia Hidroelétrica de Eletrificação do São Francisco (CHESF) que chegou à Paraíba por volta de 1956. Coube então ao Governo Flávio Ribeiro (1956/58) introduzi-la na capital e municípios do brejo, através da Companhia de Eletrificação do Brejo (CODEBRO) onde se fizeram relevantes os esforços do desembargador Braz Baracuhy, na presidência da empresa. Na interinidade de 1958 a 60, Pedro Gondim criou a Eletrocariri, encarregada de energizar o Cariri, permanecendo parte do sertão, inclusive Patos, subordinada à energia elétrica do sistema Coremas. A presença de João Agripino no Ministério das Minas e Energia da Presidência Jânio Quadros (1961) enlaçou a eletricificação paraibana com Patu no Rio Grande do Norte e Milagres no Ceará, abrindo

perspectivas aproveitadas pelo próprio Agripino em cuja administração estadual (1966/71) todas as sedes de municípios paraibanos viram-se energizadas. As subsidiárias, até então existentes, fundiram-se na Sociedade de Eletrificação da Paraíba (SAELPA), inicialmente dirigida por técnicos do sul do país.

Paralelamente à energia elétrica, a Paraíba viu-se favorecida por expansão de crédito trazida pelo Banco do Nordeste e incentivos fiscais dos artigos 34/18 do Primeiro Plano Diretor da SUDENE (1961). Data dessa época o avanço da economia pessoense, que melhor aproveitou esses fatores, sobre Campina Grande, restrita a modelo dependente dos próprios capitais.

Essas novas condições e o espírito desenvolvimentista que sacudia o Brasil e Nordeste indicavam à Paraíba o rumo da industrialização, uma das bandeiras do retorno de Pedro Gondin, ao Palácio da Redenção, em 1961. Concebia-se modelo industrializante voltado para o mercado interno, com aproveitamento das matérias primas regionais. Dois distritos industriais foram instalados, um em João Pessoa e outro em Campina Grande, onde a primeira empresa foi inaugurada sob os melhores auspícios, em março de 1966.

As esperanças foram, porém, desmentidas pela realidade. As inspirações do movimento militar-político de 1964, impregnado da idéia de obras públicas grandiosas, e a dinâmica do capitalismo brasileiro que, unificando mercados de produção e consumo, eliminou o protecionismo de que se valiam as economias complementares, enfraqueceram completamente a essas. A Paraíba foi uma das vítimas do chamado modelo econômico triunfalista – o do “Brasil grande potência”.

Nela a agricultura retroagiu a índices irrisórios. Entre 1979 e 83, todas as principais culturas agrícolas estaduais – agave, algodão, arroz, feijão, mandioca e milho – decresceram os quantitativos apesar da área mais extensa que ocupavam. As exceções correram por conta do abacaxi e cana de açúcar, ambas de exportação. Nesse mesmo período, a mandioca passou a ser desviada para alimentação do gado, e uma praga – o bicudo – dizimou os algodoads. Esse último acontecimento refletia a fragi-

dade tecnológica das estruturas produtivas – entre 1964 e 66, outra praga, a mosca branca, eliminou as safras de cajú no litoral e foi embora quando bem quis...

Aproveitando as facilidades creditícias do programa governamental intitulado Pró-Álcool e as condições dos mercados internacionais, a lavoura canavieira expandiu-se a ponto de, em 1985, despontarem onze destilarias para produção de 370 milhões de litros de álcool anidro e hidratado. Sete usinas produtoras de três milhões de sacas de açúcar completavam o chamado setor sucroquímico, responsável por quinze mil empregos e quinze por cento do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), arrecadado pelo Governo. O custo social da expansão da agro-indústria foi, porém, muito alto. A maioria de seus empregos é sazonal, isto é, limitado a certa época do ano. A calda das usinas poluiu os rios e suprimiu a pesca estuarina, além de que a concentração de terras reduziu culturas de subsistência e criou focos de tensão social. Para complementar, duas usinas fecharam, entre 1988 e 1991.

Em sintonia com a cana de açúcar no litoral, a criação de gado pecuarizou o agreste onde antigas fazendas, sucessoras de primitivos currais, se transformaram em *empresas* destinadas à captação de incentivos fiscais do FINOR. Os pastos invadiram áreas destinadas às culturas de subsistência o que, nas vizinhanças de Guarabira, extinguiu feiras-livres em cidades como Serra da Raiz e Duas Estradas. Alguns municípios pecuaristas passaram a liderar as estatísticas de migração interna, o que os situou nas origens da favelização de João Pessoa, Campina Grande e outras cidades paraibanas.

A eletrificação do Estado também resultou contraditória. Isso porque as culturas agrícolas, praticadas por pequenos produtores, incorporaram pouca ou nenhuma tecnologia. Em 1985, quarenta e seis por cento dos imóveis agrícolas do Estado não conheciam sequer boi de tração e arado. Como resultado, a economia paraibana não alimentava sua população. Nas feiras-livres e supermercados o único produto procedente da Paraíba é o tomate

do perímetro irrigado dos açudes de Sumé e São Gonçalo, em época de safra.

Inúmeros programas administrativos foram organizados, principalmente à época do consulado militar, para contornar esses problemas, mas fracassaram. A rigidez da estrutura agrária cumpriu sua parte. Outra fonte de distorção residiu na *hipertrofia administrativa* de iniciativas onde a administração consumiu a maior parte dos recursos. Assim, os anunciados créditos e assistência técnica poucas vezes chegaram aos destinatários. Uma das raras exceções residiu no Projeto Nordeste que contemplou pequenos produtores. Na serra do Teixeira, o Governo Wilson Braga (1983/86) acelerou programa de recadastramento, defendendo a pequena propriedade.

Em compensação, o Banco do Estado da Paraíba fechou em 1990, revelando-se infrutíferos os esforços da administração estadual, iniciada no ano seguinte, para reabri-lo. Tal somente foi conseguido muito depois, em 1994. Relatório do Banco Mundial revelou que o PARAIBAN funcionava com elevados custos operacionais e como “cabide de emprego”.

O clientelismo *corroeu por dentro* o Estado que deixou de constituir alavanca do desenvolvimento para converter-se em empecilho a este. Como resultado, a Paraíba passou a expressar agricultura em declínio, indústria estagnada e setor de serviços francamente inflacionado. A quantidade de funcionários públicos saltou de 27 mil em 1978 para 56 mil em oitenta e dois, 85 mil em 1983 e... cento e catorze em 1990! Não foi menor o acréscimo das Secretarias de Estado – 13 em 1966, 14 em 1971 e 75,19 em 1983 e... vinte e sete em 1987 quando funcionava até extravagante secretaria de Minas e Energia em unidade federativa onde as antigas minas de Catingueira e Picuí tinham cerrado as portas e a energia elétrica provém da CHESF. Em números redondos, a renda global da Paraíba, na década de oitenta, provinha da agricultura com 23,1%, 13,3% da indústria e 63,6% dos serviços, o que revela a inchação desses. Levando-se em conta a arrecadação do Imposto

sobre circulação de Mercadorias (ICM), o terciário comparecia com 51%, o setor primário com 21% e o secundário com 28%.

A migração compulsiva exprimiou essas cifras. Em 1986, a Paraíba era o Estado brasileiro de maior número de naturais fora de suas fronteiras – cerca de 920 mil, ou seja, 26% da população. Não poucas cidades decresceram o número de habitantes principalmente no brejo.

De acordo com a chamada Teoria do Desenvolvimento para cuja elaboração a Paraíba contribuiu com Celso Furtado, Cleanto dePaiva Leite, Aluizio Afonso Campos e José Medeiros Vieira, o Nordeste equacionaria a problemática acelerando a produtividade das usinas por hectare na zona da mata, o que liberaria terras para produção de alimentos. Montando infraestrutura no sertão para convivência com a seca e industrializando cidades para absorção de mão de obra urbana e rural, esta última retreinada.

Na Paraíba da segunda metade dos anos oitenta nada disso foi alcançado, apesar de, na década seguinte, o Governo empenhar-se em reorientar os serviços de emergência em face da seca de 1992. Na zona da mata, a baixa produtividade canavieira reconcentrou o velho latifúndio açucareiro revigorado por programas como Pró-Álcool para obtenção de energia de cana. *A reforma agrária que aí se processou foi ao contrário*. Empobrecidas, subregiões como Cariri, Brejo e Curimataú, além do próprio sertão, viram a população desertar para engrossar as favelas de João Pessoa, Campina Grande e Recife, bem como o exército de operários de reserva do centro-sul, principalmente São Paulo. O tipo de industrialização intensivo, isto é, dotado de tecnologia moderna e poupador de mão de obra, bem como *de costas para a realidade*, liberou mão de obra e não empregou a população. Raríssimas cidades conseguiram o equilíbrio de São Bento, na região noroeste, onde a indústria de rês e aproveitamento da açudagem melhoraram a qualidade de vida da população. No Cariri, apenas três ou quatro fazendeiros emprestaram bom rendimento às propriedades, na base da criação de caprinos (bodes e cabras). Em compensação, o rebanho bovino

do cariri e sertão reduziu-se a um terço do efetivo.

Na área econômica do secundário, isto é, da industrialização propriamente dita, as distorções começaram cedo. Antes de 1964, o poder público envolveu-se na instalação de estaleiro, na praia de Jacaré. Empresa destinada a (re)construir embarcações, terminou fabricando tacos... Em Patos, fábrica de certo porte tem funcionado com dificuldade por ter de recorrer a matéria-prima, no Pará e Paraná. A década de oitenta assistiu à desintegração da indústria têxtil paraibana. As grandes unidades de Santa Rita e Rio Tinto cerraram as portas. Em João Pessoa, o mesmo só não aconteceu no bairro de Mandacaru porque o Governador Tarcísio Burity, ainda no primeiro mandato (1979/82), interveio às pressas organizando cooperativa que escorou a quebra da empresa. Uma das alternativas para a industrialização consistia no processamento de sucos tropicais. A insuficiência quantitativa de alguns desses e a má qualidade de outros, como o abacaxi, inviabilizaram os projetos.

As estatísticas comprovam essa involução da economia paraibana. Na primeira metade dos anos setenta, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* cresceu 3,8%, mantendo-se em 1975 como o quinto maior da região. Na segunda metade da década de setenta apresentava o pior resultado de sorte que, em 1980, superava apenas os Estados do Maranhão e Piauí. Em 1965, a indústria paraibana ocupava a sexta posição do montante dos projetos de investimentos industriais aprovados para os Estados nordestinos com 5,9% desse total e abaixo da Bahia com 37,5%, Pernambuco com 20,1%, Ceará com 9,6%, Maranhão com 7,2% e Rio Grande do Norte com 6,1%. Essa posição declinou até 1980 pois da quarta colocação no período 1960/70, participando com 6% do valor dos produtos industriais da região, a Paraíba caiu para a quinta posição, no período 1970/5, com 4,8% daquela participação e... para a oitava no período 1975/80, com 3,1% do valor dos projetos aprovados! Nessa altura, do Maranhão à Bahia, a colocação da Paraíba só ultrapassava o Piauí...

Esses dados tornam-se mais preocupantes porque, *sem*

definir sua vocação econômica, a Paraíba via-se ocupada por empresas de fora da região que se instalaram para recorrer aos incentivos fiscais da SUDENE, em épocas de crise. Uma vez contornadas as dificuldades das matrizes, retiravam os equipamentos. Tal anomalia encontra-se na raiz do que se verificou no Distrito Industrial de João Pessoa onde, dos investimentos industriais, apenas 10% revelaram-se bem sucedidos, sendo 20% inviáveis e 70% mantidos em difíceis condições. Em março de 1983, cinquenta por cento das empresas aí localizadas paralizaram as atividades. As demissões do setor industrial do Estado então elevaram-se a cinquenta mil. Na construção civil, das 360 empresas existentes no setor apenas 50 encontravam-se operando em outubro de 1982.

Um dos melhores indicativos da desagregação econômica da Paraíba reside na lista das cem maiores empresas recolhedoras de Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), anualmente formulada pelo Governo. A de 1982 registrou, entre as dez maiores recolhedoras desse imposto, duas lojas tipo supermercado e departamento, uma multinacional da indústria de fumo, uma distribuidora de bebidas, outra de alimentos, e fábrica paulista localizada no esquema de subordinação regional ao capitalismo do centro-sul. Metade das empresas da lista fazia-se responsável por 75%, dos quase nove milhões arrecadados pelo Tesouro estadual, entre os cem maiores contribuintes de ICM, o que evidencia concentração de renda como uma das características da economia paraibana.

Nesta, tanto em volume de renda quanto em número de estabelecimentos, o comércio dividia, meio a meio, com o setor industrial, o elenco dos cem maiores contribuintes. Na área industrial, esses não pertencem aos ramos modernos em virtude da predominância de setores tradicionais, como açucareiro e têxtil. Na Paraíba dos anos oitenta floresciam empresas ligadas à venda de automóveis, fumo e bebidas o que atesta consumo impulsionado pelas camadas mais altas da população. As classes médias encontravam-se em franco empobrecimento e as mais baixas acusavam

participação irrisória ou mesmo nula na renda gerada pelos mercados de trabalho e consumo.

Tudo isso confirmou-se em 1989 quando a maior parte de arrecadação do ICM passou a residir na comercialização de automóveis. Então, apenas dois segmentos da economia paraibana encontravam-se em crescimento - turismo e economia informal. O primeiro controlado pelos extratos mais elevados da sociedade e a eles destinado. A economia informal como miséria disfarçada que abarrotava as calçadas das cidades maiores e médias.

A insolvência do Estado decorreu desse quadro, daí porque, financeiramente, a Paraíba tem vivido de transferência de recursos do Governo Federal. Em maio de 1984, o Estado cortou todos os investimentos para poder conceder aumento ao funcionalismo. Em março de 1991, considerando-se a relação entre número de servidores e comprometimento da receita para pagamento desses, a situação da Paraíba só não era pior que a do Mato Grosso. Na qualidade de herdeiro desses desajustes, o Governador Ronaldo Cunha Lima revelou então que "a Paraíba tem o pior quadro de todo país", visto como, segundo ainda esse chefe de Executivo, "a dívida deixada pelo Governo passado é de cerca de 50 bilhões de cruzeiros ao funcionalismo e 25 bilhões a diversas instituições de crédito".

Esse o retrato sem retoques da Paraíba econômica e financeira dos primeiros anos da década de noventa. Trata-se de conjuntura dolorosa que culmina outras graves crises de nossa História. Dela só sairemos quando o ideal de lutas e resistência que plasmou a História da Paraíba inspirar ação transformadora da sociedade civil e governo com ela conjugada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1 - MELLO, José Octávio de Arruda - **A Revolução Estatizada** - Um Estudo Sobre a Formação do Centralismo em 30. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.

Buscando, confessadamente, "novo entendimento para o

papel da Revolução de 30, na Paraíba" esse livro partiu do plano nacional, onde aquele movimento é conceituado como politicamente autoritário, economicamente modernizador e socialmente corporativo. Com base em abundante documentação, considera-se que esses vetores encontravam-se presentes à experiência de Governo João Pessoa (1928/30), pelo empenho desse governante em transferir para o interior do Estado as funções de segurança, arrecadação, obras públicas, crédito, aplicação de justiça e organização municipal.

2 - MELLO, Humberto - Tempo de Interventorias de A. Navarro a R. Carneiro. In MELLO, José Octávio de Arruda (org.) et alii - **Capítulos de História da Paraíba**. João Pessoa: SEC/O Norte, 1987.

Um dos pontos altos de **Capítulos de História da Paraíba**, estuda, com concisão e segurança, o período 1930/40, na Paraíba, com base nas administrações Antenor Navarro, Gratuliano Brito e Argemiro de Figueiredo. As questões político-administrativas e partidárias correm paralelamente às de natureza econômica e financeira. A idéia central consiste em enxergar o decênio, na perspectiva da Revolução de 30, dentro da qual, com Argemiro de Figueiredo, o coronelato recompôs o controle da máquina estadual.

3 - XAVIER, Lauro - O mago da agricultura paraibana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. vol. 22. J. Pessoa: SEC, 1979.

Aborda um dos períodos mais bem sucedidos da economia paraibana, em que novas experiências e serviços agrícolas se entrosaram com equipes de técnicos e agrônomos de primeira ordem. À frente desses últimos, o doutor Pimentel Gomes é apresentado como principal responsável pela "batalha da produção", verdadeira **blitz-krieg**, nas expressões de Xavier.

4 - SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e M. - **Nordeste, Açúcar e Poder** - Um Estudo da Oligarquia Açucareira na Paraíba (1920/62). João Pessoa: CNPq/UFPB, 1990.

Unanimemente considerada uma das melhores intérpretes

das novas correntes da Historiografia paraibana, Martha Falcão transcendeu o município de Santa Rita, de que se ocupa, para, em dimensão regional, ocupar-se da evolução técnico-econômica e social engenhos banguês-engenhos centrais-usinas. Voltando-se para a estrutura das últimas, estudou, detidamente, a dinâmica político-eleitoral de Santa Rita, à luz do conflito entre potentados agrários e camadas urbanas, agrupadas, com os anos cinquenta, nas chamadas "forças populares".

5 - SYLVESTRE, Josué - **Da Revolução de 30 à Queda do Estado Novo** - Fatos e Personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1930/1945). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1993; **Lutas de Vida e de Morte** - Fatos e Personagens da História de Campina Grande (1945/1953). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982 e **Nacionalismo & Coronelismo** - Fatos e Personagens da História de Campina Grande (1954/1964). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

Em um dos mais exaustivos levantamentos da História Contemporânea da Paraíba, Josué Sylvestre praticamente esgotou a evolução política de Campina Grande, em três livros a que não faltam associações entre os planos municipal, estadual e federal. O primeiro, publicado por último, centra-se na Revolução de 30 e liderança de Argemiro de Figueiredo. O segundo toma como eixo a Félix Araújo, militante de esquerda presente à capa. Já o terceiro, expressando a competição entre lideranças clientelistas (Severino Cabral) e ideológicas (Newton Rique), conclui com o movimento de 1964 e a cassação do então Prefeito de Campina. O autor anuncia um quarto tomo, cobrindo o período 1964/90.

6 - BLONDEL, Jean - **As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957, 1994.

Sociólogo e politólogo francês de grande força, Jean Blondel escolheu a Paraíba, onde permaneceu de maio(?) a outubro de 1952, como palco de análises sobre a vida política tradicional.

Como resultado, sobreveio livro em que as eleições de 1945, 47, 50, 51 e 1952 servem de pano de fundo para agudas considerações sobre o Estado, nos planos administrativo, partidário, econômico-social, religioso e urbano. **As Condições da Vida Política** inspiraram obras do gênero como **Poder, Alegria dos Homens** (1965), de Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, e a tese de doutoramento **Historiografia e História das Eleições na Paraíba** - Estado e Sociedade em 1982 (mimeo, 1992), de José Octávio.

7 - BARBOSA, João Batista - **Santa Cruz e o Jornal do Povo** - Uma Contribuição à História das Lutas Sociais na Paraíba. J. Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1985.

Antigo militante do PCB, pelo qual se candidatou a deputado, em janeiro de 1947, João Batista Barbosa centrou no jornalista, advogado, procurador fiscal, deputado e posteriormente desembargador João Santa Cruz de Oliveira, a atuação das esquerdas paraibanas no período 1930/64. Com Santa Cruz na condição de deputado estadual, e tendo como suplente a Félix Araújo, a fase legal do PCB, de 1945 a 48, merece especial registro. Nele pontificava o **Jornal do Povo**, presente ao título. Para elaboração desse estudo o autor recebeu a colaboração do jornalista Oduvaldo Batista.

8 - RAMOS, Severino - **Crimes que Abalaram a Paraíba** - Mercado para Morrer, o Mistério da Praia Formosa. J. Pessoa: Edições GrafSet, 1989.

Jornalista pessoense dos mais combativos, Severino Ramos aprofundou os estudos de José Octávio, César Benevides e Walter Rabelo Pessoa da Costa para trazer à baila a ativação das Ligas Camponesas, no período 1961/64. Disso trata a primeira parte do livro, debruçada sobre o assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira. A inserção desse acontecimento no contexto das lutas sociais do período, bem como preparativos e desdobramentos do movimento de 64, valoriza ainda mais o estudo, situado entre o Jornalismo e a Historiografia.

9 - SILVA, Pontes da (coord.) et alii - **Poder e Política na**

Paraíba - Uma Análise das Lideranças 1968/90. João Pessoa: A União/API, 1993.

Em 1987, o então presidente da Associação Paraibana de Imprensa, Agnaldo Almeida, concebeu o projeto de se estudar a História Contemporânea através de vinte e três representativas lideranças políticas. Depois de muitas peripécias, o livro chegou ao final, apresentando esse número de estudos - de José Américo de Almeida a Raimundo Lyra - a cargo de igual número de jornalistas - de Gonzaga Rodrigues a Lena Guimarães. Embora desigual, o material permite animada reconstituição da Paraíba, com base em fenômenos próprios do período de que se ocupa - populismo e tecnocracia, Ligas Camponesas e repressão militar, expansão do capitalismo e favelização de cidades, rearticulações partidárias e pleitos eleitorais, esvaziamento de grandes lideranças e surgimento de novas, democracia "consentida" e democracia participativa.

10 - ALMEIDA, Zélia Maria de (org.) et alii - **Forum Paraíba em Debate - Anais**. Campina Grande: Conselho Regional de Economia, 1991(?).

Resultante de três dias de intensos debates sobre a problemática técnico-econômica da Paraíba, enfeixa conferências, comunicações, relatos, intervenções e debates dos mais de cinquenta especialistas presentes ao Forum Paraíba em Debates, realizado em agosto de 1990, em Campina Grande. O franco retrocesso econômico da Paraíba defluiu de painéis como "A economia paraibana, sua evolução recente e inserção na economia regional", "Política agro-industrial e pecuária e potencialidades naturais da Paraíba" e "Parque industrial, aproveitamento de recursos, competitividade internacional e adoção de tecnologias".

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1 - PEREIRA, Joacil de Brito - **José Américo de Almeida: a saga de uma vida**. Brasília: INL/Senado Federal, 1987.

2 - ARAÚJO, Fátima - **História da API**. J. Pessoa: Comissão do IV Centenário/GrafSet, 1985.

3 - NÓBREGA, Armando - **Ruy, a Política do Coração**. J. Pessoa: Edições Aquarius Ltda., 1977(?)

4 - PIRES, Dom José Maria - **Do Centro para a Margem**. J. Pessoa: Acauã, 1978.

5 - BARROS, Ruston Lemos (org.) - **Cadernos de Estudos Regionais** (número especial dedicado à Questão Agrária). nº 4. João Pessoa: NDIHR/UFPB, 1981.

6 - BENEVIDES, César - **Camponeses em Marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

7 - MACHADO, Jório - **1964: A Opressão dos Quartéis**. João Pessoa: Editora **O Combate**, 1991.

8 - COSTA, José de Oliveira et alii. Plano de Ação PDA/83. In: BURITY, Tarcísio. **Políticas**, João Pessoa: A União, 1980.

9 - ROLIM, Francisco Sales Cartaxo - **Política nos Currais**. J. Pessoa: Acauã, 1979.

10 - BARBOSA, Sebastião - **A mão armada do latifúndio** - Margarida: quantos ainda morrerão? J. Pessoa: A União Cia. Editora, 1984.

VII CAPÍTULO - PARAÍBA: SÍNTESE HISTÓRICA E EVOLUÇÃO CULTURAL

Sumário: 7.1. Origens e Lutas - 7.2. A conquista - 7.3. Sentido da conquista e bases da sociedade - 7.4. Rumo ao sertão - 7.5. Comércio mascate e surto algodoeiro - 7.6. Empobrecimento, revolução e protesto social - 7.7. Da Revolução de 30 ao modelo estatizante - 7.8. Ligas Camponesas e reorganização administrativa - 7.9. Esgotamento do modelo e crise atual - 7.10. Sociedade e Cultura - 7.11. Estado, Instituições e Especialização na Cultura - 7.12. Construtores e publicações básicas.

7.1. *Origens e lutas* – Derivada dos vocábulos indígenas *Para* e *Iba*, rio ruim para uns e porto mau, para outros, a Paraíba data de 1585, quando da conquista de seu litoral, nos quadros do sistema econômico mercantilista pan-europeu, então vigente.

Tal origem explica a intensidade de lutas travadas desde 1574, ao ensejo da criação de capitania real concedida em 1579 a Frutuoso Barbosa que, durante os seis anos que medearam entre carta foral expedida pela Coroa, e a expedição de 1585, originária de Olinda, sob o comando do ouvidor Martim Leitão, exerceu autoridade mais nominal que real, isto é, mais de direito que de fato.

7.2. *A conquista* – A ativa presença dos franceses, contrabandeando madeiras, peles de animais e âmbar, ao longo da costa, ofereceu à capitania, tornada real para efeito de ocupação, o *sentido* de sua História, cruenta e sanguinolenta, desde as origens, quando os *mair* se aliaram aos potiguaras para repelir os portugueses que tentavam se estabelecer, a partir de fortins levantados em Cabedelo “ponta de terra” localizada no encontro do rio Paraíba com o Oceano Atlântico.

A participação de contingentes espanhóis enviados pela metrópole, em razão da *União das Coroas* ibéricas, ocorrida em 1580, não alterou a correlação de forças, favorável à coligação

franco-potiguar. Esta somente seria derrotada com a chegada, em 1584, dos tabajaras do cacique Piragibe, os quais, aliando-se aos portugueses, propiciaram a fundação, no ano seguinte, às margens do Sanhauá, afluente do Paraíba, e a dezoito quilômetros da foz deste, da cidade de Nossa Senhora das Neves.

Posteriormente denominada Felipéia de N. S. das Neves, Frederica, Paraíba e João Pessoa, esta última a partir de quatro de setembro de 1930, a cidade permaneceria como eixo e capital de sistema político-administrativo equivalente a Capitania na Colônia, Província no Império, e Estado, com o advento da República.

7.3. *Sentido da conquista e bases da sociedade* – Mais importantes que os episódios resenhados por Simão Travassos, cujo **Sumário das Armadas** (que se fizeram e guerras que se deram na conquista do Rio Paraíba) representa verdadeira “certidão de batismo” da Paraíba, tornaram-se o significado da conquista, no conjunto da colonização do Brasil, e as bases da ocupação do espaço paraibano.

Se o significado da conquista foi bem precisado por Varnhagen e Capistrano de Abreu, para os quais o domínio da costa paraibana asseguraria o avanço da colonização rumo ao norte, com domínio do litoral do Rio Grande do Norte, em 1597, e Ceará, em 1611, os fundamentos da ocupação do espaço paraibano foram sistematizados por Humberto Mello.

Segundo esse historiador, a administração reinol, a escravidão, a propriedade e a família fizeram-se as “Instituições político-culturais da Paraíba colonial”, ou seja, ossatura de organização político-econômica que, filiada à metrópole, e em articulação com a Igreja, se desenvolveria em torno da autoridade também militar dos Capitães-Mores e ainda dos Senados da Câmara e opressivo aparelho fiscal.

A esse conjunto político-administrativo agregaram-se mão-de-obra negro-escrava e propriedade sesmarial dos partidos de cana e engenhos de açúcar, o primeiro dos quais instalado como Engenho

Real do Tibiri, em 1586, nas cercanias da capital. E família patriarcal que, mais de origem mameluca que senhorial-portuguesa, tornou-se, pelo monopólio da terra e exploração da escravaria, a classe dominante dessa estrutura social.

Dessa articulação resultaram importantes marcas arquitetônicas, como a Fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo, teatro das batalhas pelo controle da capitania, e o majestoso conjunto barroco da Igreja de São Francisco/Convento de Santo Antônio, erigido pelos franciscanos. Nessa edificação religiosa residiu Frei Vicente do Salvador, testemunha ocular da conquista da Paraíba, e cuja **História do Brasil**, tanto quanto os **Diálogos das Grandezas do Brasil**, de Ambrósio Fernandes Brandão, representa valiosa descrição dos primeiros tempos da Paraíba.

7.4. *Rumo ao sertão* – Complementadas por efêmero domínio holandês, de 1634 a 1654, essas peripécias implicaram na ocupação do litoral e zona da mata dos vales dos rios Paraíba, Mamanguape e Gramame, de maneira que o perfil da Capitania não se definiu com os séculos XVI e XVII, mas com a conquista do sertão, quase inteiramente formalizada no século XVIII.

Verificou-se, então, a expansão da fronteira dinâmica da Paraíba que, centrada em Pombal, cuja Igreja Velha é de 1701, alcançou os vales dos rios Piancó e Piranhas, nos sertões desses nomes, Catolé do Rocha, a noroeste, Patos, na entrada do sertão, e Sousa e Cajazeiras, a oeste.

Data também dessa época, a ocupação de Cuité, nas serras do Nordeste, e Bananeiras, na aba norte da serra da Borborema, fora do sertão propriamente dito. A integração geo-econômica do território paraibano completou-se com a chegada da colonização, a Monteiro, no Cariri, e Princesa Isabel, nos chamados Cariris de Princesa, para além da serra de Teixeira, na passagem do século XVIII para o XIX.

A ocupação do sertão paraibano foi propiciada por fazendas de gado ativas por anônimos colonos. Estes apossaram-se de

ribeiras outrora pertencentes aos grupos indígenas Cariri e Tarairiú, massacrados pelos bandeirantes de Domingos Jorge Velho e entradistas de Teodósio de Oliveira Lêdo, que, entre 1680 e 1730, afogaram em sangue a resistência indígena da Confederação dos Cariris.

Em razão desses acontecimentos – aos quais se ligou a denominação de *Paulista*, para município sertanejo das vizinhanças de Pombal – os grupos indígenas do alto sertão da Paraíba tiveram de se refugiar no Ceará, Estado brasileiro de representativa influência indígena na composição étnica e cultural.

A economia sertaneja, organizada com base na sequência bandeira-curral-fazenda-arraial, também valorizou as comunidades das proximidades da serra da Borborema. Esta trata-se de paredão, a noventa quilômetros da costa, responsável pela divisão do território paraibano em Litoral, Brejo e Sertão. Suas glebas, acatingadas e brejosas, ou seja, os **Brejos e Carrascais**, do estudo de Péricles Serafim sobre Alagoa do Remígio, farão o papel de ponte, em Areia, Bananeiras, Campina Grande e Alagoa Grande, entre as sociedades açucareira do litoral e do criatório sertanejo.

7.5. Comércio mascate e surto algodoeiro – As cidades de Campina Grande, inicialmente denominada Vila Nova da Rainha (1679), e Areia (1685?), esta última localizada no antigo sertão do Bruxaxá, nuclearam processo em que produtos como farinha de mandioca, aguardente e rapadura forjaram o comércio mascate das tropas de burro e comboeiros que, de um ponto de vista econômico, aproximaram as diversas subregiões do território paraibano.

Em algumas dessas, particularmente as mais áridas do sertão e do seridó, sendo esta a subárea do território paraibano, onde este mais se estreita, por conta da aproximação do Rio Grande do Norte, ao norte, e Pernambuco, ao sul, o algodão logo se impôs, ao lado do criatório e culturas de subsistência.

Dentro desse quadro, a Paraíba, desde o século XIX, tornou-se espaço de produção algodoeira internacionalmente arti-

culado e capaz de aproveitar o favorecimento da Guerra de Secessão, dos Estados Unidos, nesse mesmo século, e tarifas da Inglaterra sobre os tecidos indianos, na centúria seguinte.

7.6. Empobrecimento, revolução e protesto social – Prejudicada pela concorrência antilhana ao açúcar brasileiro, no século XVIII, época em que, igualmente, a acumulação capitalista foi internamente dificultada pela Inquisição e sistema de monopólio da Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba, a capitania ingressou no século XIX sem a pujança dos primeiros tempos. Ficaram assim para trás as décadas em que três capitanias – Pernambuco, Itamaracá e Paraíba – rendiam mais para a Coroa portuguesa que todo comércio com as Índias.

Esse empobrecimento, agravado pelo deslocamento do eixo da economia brasileira para o centro-sul, figurou na raiz dos movimentos revolucionários que se sucederam.

Foram eles: Revolução Pernambucana de 1817, Confederação do Equador em 1824 e Praieira, de 1949, a nível político. Motins militares das décadas de vinte e trinta do século XIX. Ronco da Abelha, Rebelião da Serra do Lagomá, Quebra-Quilos e surto de cangaço, na área social. E República da Estrela, invasão de Patos e Taperoá pelos bandos armados das famílias Dantas e Santa Cruz, e insurreição de Princesa, sob a inspiração das chamadas oligarquias, na passagem do século passado para o atual.

As oligarquias, que, de acordo com Eduardo Raposo, derivaram da transposição de economia de abundância para economia de escassês, dominaram a República Velha, graças a articulações propiciadas por seus chefes Venâncio Neiva, Álvaro Machado e Epitácio Pessoa, este, como, igualmente, Presidente da República, de 1919 a 1922.

7.7. Da Revolução de 30 ao modelo estatizante – Após as malogradas tentativas de desoligarquização de Irenêo Ceciliano Pereira Joffily, Coelho Lisboa, Afonso Campos e Castro Pinto, tais

organizações político-sociais seriam enfrentadas e contidas pelo Governo Estadual do presidente João Pessoa.

A experiência político-institucional deste, situada nas origens da Revolução de 30, consistiu em transferir para o interior do aparelho do Estado, as funções de arrecadação de impostos e Fazenda, segurança, construção de obras públicas, crédito bancário, aplicação da Justiça e administração municipal, até então empalmadas pelos coronéis.

De 1930 até nossos dias, é sob a égide dessa organização estatal, politicamente autoritária, economicamente modernizadora e socialmente corporativa, que se processou a evolução histórico-política da Paraíba. Alimentaram-na Governos como os de Antenor Navarro (1930-32), Gratuliano Brito (1932-34), Argemiro de Figueiredo (1935-40), José Américo de Almeida (1951-56) e Pedro Gondim (1958-60 e 1961-66). As pretensões destes consistiram em, respectivamente, fortalecer a educação leiga, equacionar o problema do porto de Cabedelo, reorientar a economia, fazê-la conviver com a seca e lançar as bases de discutida proposta de industrialização.

7.8. Ligas Camponesas e reorganização administrativa –

No início dos anos sessenta, o declínio da produtividade agrícola, acompanhada pelo decréscimo do preço de produtos como o sisal, e, sobretudo, manutenção, na zona rural, de relações de produção atrasadas, fomentaram o surgimento das Ligas Camponesas.

Propagando-se pelas zonas da mata e brejo, essas entidades transportaram a cidade de Sapé para o noticiário internacional. As Ligas Camponesas representavam, então, o **pivot** de Aliança Operário-Estudantil-Camponesa cuja inclinação esquerdizante se completava com os sindicatos urbanos de João Pessoa, Santa Rita e Rio Tinto, jornalistas e intelectuais ditos **progressistas** em João Pessoa e Campina Grande, e organizações estudantis nas médias e grandes cidades.

As tensões sócio-políticas do período foram abafadas pelo

movimento político-militar de 1964, sob cujas inspirações os aparatos estatais - já agora livres de pressões da sociedade - (re)ocuparam o centro da dinâmica histórico-política paraibana.

Tal se verificou, especialmente, durante a administração de João Agripino (1966-71) que, com base nos esquemas de planejamento autoritário, vigentes a nível nacional, concretizou a racionalização da máquina estatal. Esta, então, pôde funcionar com êxito durante os Governos Ernani Sátiro (1971/75), Ivan Bichara Sobreira (1975/78) e Tarcísio Burity (1979/82).

Por essa época, os programas de saúde, educação, cultura, turismo, asfaltamento de rodovias e construção de casas populares pareciam oferecer à Paraíba a perspectiva de desenvolvimento integrado, ou seja, fundado em equilíbrio econômico e bem estar social.

7.9. Esgotamento de modelo e crise atual – De 1982 até o princípio dos anos noventa, o esgotamento desse modelo constituiu a essência da crise em que mergulhou a Paraíba.

Enquanto no setor produtivo a sistemática de economia dependente e consorciada com empresariado do centro-sul comprometeu o conjunto das estruturas de produção, na área social a inchação dos principais centros urbanos, congestionados por contingentes de procedência rural, daí expulsos por projetos alcooleiros e de pecuária extensiva, principiou a acarretar alarmante declínio na qualidade de vida da população.

Tal situação agravou-se com a virtual desintegração do aparelho estatal, própria dos anos oitenta, e cujas distorções, em multiplicação de número de funcionários e colapso do sistema creditício, além de pontos de estrangulamento em áreas como educação e saúde, arrastaram o conjunto de sociedade historicamente dependente do Estado.

Em razão disso é que, do ponto de vista sócio-econômico, a Paraíba não se apresenta com favoráveis perspectivas para o ano dois mil, apesar do que se tem alcançado em açudagem no interior

e turismo em João Pessoa, Campina Grande, Areia e Brejo das Freiras.

7.10. *Sociedade e Cultura* – As vicissitudes dessa e(in)volução significariam a valorização do principal elemento com que conta a Paraíba para cumprimento de sua missão histórica - o povo paraibano, sempre como o brasileiro, maior que suas elites dirigentes. Agrupado, principalmente, nas comunidades, fazendas e estradas do interior, esse povo, não português ou branco, como proclamado pelo preconceito, mas índio, negro, mestiço, curiboca, mameluco, plasmou a chamada cultura popular, derivada da apropriação da natureza pelo homem.

No estudo *Feira de Campina Grande – Um Museu Vivo da Cultura Popular e do Folclore Nodestino* (1977), Francisco Pereira Júnior ressaltou o papel das feiras, na “harmoniosa confusão de sons, cheiros e cores”, como *locus* de intensa criatividade. Com efeito, foi nas feiras, historicamente ressaltadas por Armando Souto Maior e Geraldo Irenêo Joffily, que brotaram o artesanato de madeira, metal, flandre e estopa, rica culinária paraibano-nordestina, indumentária típica dos vaqueiros e tangerinos, música dos cegos e cantadores, e cordel das sagas fantasiosas do heroísmo popular.

Essa cultura sertaneja, com que contracenava a criatividade praieira das jangadas, Côco de Roda e Nau Catarineta, representa, direta ou indiretamente, a principal expressão da cultura paraibana. Nesse particular, ela viu-se valorizada por expoentes como Rodrigues de Carvalho, Ademar Vidal e Orlando Tejo, no folclore, Augusto dos Anjos, José Américo de Almeida e José Lins do Rego, em Literatura, Ariano Suassuna, Altimar Pimentel e Ednaldo do Egito, no Teatro, José Siqueira, Joaquim Pereira, Severino Araújo e Sivuca, na Música, Walfredo Rodrigues, Sóter Farias e Machado Bittencourt, em Fotografia, João Córdula, Linduarte Noronha, Vladimir de Carvalho e Jurandy Moura, em Cinema, Santa Rosa, Flávio Tavares e Miguel dos Santos, na Pintura, e Irenêo Joffily,

Coriolano de Medeiros, Celso Mariz, Elpídio de Almeida e Leon Clerot, em Geo-História.

Dos anos setenta em diante, a consolidação do capitalismo no campo e o surgimento do turismo, como atividade econômica diferenciada, acarretaram certa reorientação da cultura popular, especializando-a nos estandartes e batiques de Catolé do Rocha, rendas e bordados de Picuí e Salgado de São Félix, produtos de estopa de Lagoa Seca, labirinto de Juarez Távora e artefatos de cipó-canela em São Miguel de Taipu.

No polo oposto, ressaltou-se a chamada cultura erudita, animada durante o período colonial pela Igreja, responsável pela tradução de textos latinos e produção de sermões, bem como experiências teatrais que, no fundo, visavam a aculturar a índia, em sintonia com a catequese. Na passagem do século XVIII para o XIX, essa vertente revelou a figura consular do frade carmelita Manuel de Arruda Câmara, botânico responsável por levantamento da flora nordestina. Médico formado na França e precursor do naturalismo pedagógico, foi considerado ideólogo responsável pelos movimentos revolucionários da primeira metade do século XIX, entendimento hoje questionado pelo historiador pernambucano José Antônio Gonsalves de Melo, neto. Um de seus continuadores, o padre mestre Inácio de Souza Rolim, fundador de colégio, no alto sertão da Paraíba, em Cajazeiras, dedicou-se a estudos de grego e latim, bem como a pesquisas de História Natural.

Continuada por Melo Leitão, em botânica, a variante erudita afirmou-se no Direito com Braz Florentino, Eptácio Pessoa, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque e Mello e Mário Moacyr Porto, na Crítica Literária com João Lélis de Luna Freire, Alírio Meira Wanderley, Juarez Batista, Virgínius da Gama e Melo e Elizabeth Marinheiro, bem como em Economia com Aluizio Afonso Campos, Celso Furtado e Cleanto de Paiva Leite.

7.11. *Estado, Instituições e Especialização na Cultura* – Essa fusão de elementos populares e eruditos processou-se pelo

Estado que, institucionalizando a Cultura, a atraiu para a órbita do poder público, desde entidades como Liceu Paraibano (1836), A União (1893) e Rádio Tabajara (1937) com cuja longevidade apenas rivaliza o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (1905).

Originário de meados do século XIX, quando da agregação da então Província da Paraíba ao Estado Nacional, assegurado pelo Império, esse modelo artístico-literário e cultural culminou na contribuição de entidades como o centenário Teatro Santa Roza (1899) que, apenas mais jovem que os congêneres de Areia (restaurado), Alagoa Grande (em recuperação) e Mamanguape (desaparecido), estendeu influência à música, dança, folclore e artes plásticas, em articulação com casas teatrais instaladas em Campina Grande, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira.

A Universidade Federal da Paraíba, federalizada em 1960, empurrou o ensino superior para sete cidades do *hinterland* paraibano e participa desse modelo educacional e cultural, juntamente com as Universidade Autônoma, em João Pessoa, Universidade Estadual da Paraíba, em Campina Grande e Guarabira, e Fundação Francisco Mascarenhas, em Patos. Centros de Cultura particulares ou mantidos pelo poder público desenvolvem positiva atuação em Bananeiras, Guarabira, Areia, Santa Luzia, Pombal, Catolé do Rocha e Serra Branca. Duas Fundações possuem alcance estadual – a FUNESC, mantenedora do gigantesco Espaço Cultural José Lins do Rêgo, e a Casa de José Américo, detentora de excelente arquivo, e também localizada em João Pessoa. Em Patos, a Fundação Ernani Sátiro apresenta-se como organismo cultural recente e operoso.

A Cultura que daí resulta, laica e especializada, possui raízes na década de vinte deste século - uma das mais dinâmicas da História da Paraíba. Nela, a conversão dos antigos engenhos em usinas e a hegemonia do algodão, do qual a Paraíba chegou a ser o maior produtor nacional, lastrearam reorientação ideológica, propiciada pelos ecos da Escola do Recife e positivismo italiano de Ferri e Lombroso.

Com base na publicação de revistas como *Era Nova*, e sob a liderança do escritor Carlos Dias Fernandes, a Paraíba experimentou, às vésperas da Revolução de 30, uma das fases culturalmente mais ativas. Nela despontaram algumas das mais importantes obras do pensamento paraibano, tais o prefácio de Orris Soares ao livro *Eu*, de Augusto dos Anjos, *A Paraíba e seus Problemas e A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, *Apanhados Históricos da Paraíba*, de Celso Mariz, *Ensaio de Crítica e Estética*, de Álvaro de Carvalho, *Ensaio de Crítica e Filosofia*, de Alcides Bezerra, e poesias de Perilo D'Oliveira, Raul Machado, Silvino Olavo e Américo Falcão.

A progressiva urbanização da sociedade paraibana não tardou a deslocar as manifestações culturais, do campo para a cidade, e das feiras e vaquejadas para os Grêmios Literários, o primeiro dos quais, intitulado “24 de março”, assumiu posições políticas, com a Revolução de 30, a que apoiou. Foi essa e época da introdução do futebol e plena afirmação das bandas de música, entre as quais “Sá Zefinha”, de Campina Grande.

Os anos vinte também dinamizaram a Imprensa que, com a década de cinquenta, transitaria de feição artesanal e pasquieira para a grande empresa que assegurou a expansão do rádio, com os anos sessenta e setenta, e consolidação da televisão, na década de oitenta. Dentro desse quadro, coube ao cinema, com dezenas de casas exibidoras espalhadas pelo Estado, função de relevo, ao transformar-se no carro chefe da Cultura paraibana. Com ele, os cine-clubes e instituições como Associação dos Críticos Cinematográficos da Paraíba ocuparam lugar outrora pertencente aos Grêmios Literários e Academias, como a dos Simples, em Campina Grande. A Cultura perdeu, então, sabor de *belle-époque*, assumindo maior comprometimento com a realidade. Passou-se a falar em *cultura participante e conscientização*.

7.12. *Construtores e publicações básicas* – Esse, em linhas muito gerais, um retrato da Paraíba que, segundo a Comissão

do IV Centenário, ocorrido em 1985, teria entre seus *construtores históricos* Duarte da Silveira, Ambrósio Fernandes Brandão, André Vidal de Negreiros, Manuel Arruda Câmara, Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, Pedro Américo de Figueiredo, Irenêo Ceciliano Pereira Joffily, Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques, Augusto dos Anjos, Epiácio Pessoa, João Pessoa, José Lins do Rêgo, José Américo de Almeida e Assis Chateaubriand.

Os *contemporâneos* estariam representados por Osias Gomes, Ademar Vidal, Manuel Arruda de Assis, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello, Ariano Suassuna, José Siqueira, Dumerval Trigueiro Mendes, Celso Furtado, Ernani Sátiro/João Agripino, Odilon Ribeiro Coutinho, Linduarte Noronha, Geraldo Irenêo Joffily, Dom José Maria Pires, Flávio Tavares e Sivuca.

Ocupando superfície de 56.372 km² onde se distribui população de, em 1911, 3.200.677 habitantes, dos quais 2.051.576 na área urbana e 1.111.101 habitantes, na zona rural, a Paraíba pode ser melhor compreendida através da leitura das seguintes publicações:

1 - **Atlas Geográfico do Estado da Paraíba** (1985), elaborado para o IV Centenário da Paraíba;

2 - OCTÁVIO, José - RODRIGUES, Gonzaga - AGUIAR, Wellington e NÓBREGA, Evandro (orgs.) - **Capítulos de História da Paraíba** (1987);

3 - OCTÁVIO, José e RODRIGUES, Gonzaga (orgs.) - **Paraíba, Conquista, Patrimônio e Povo** - Por uma Seleção de Autores (2ª ed., 1993);

4 - SILVA, Pontes da e ARAÚJO, Fátima (orgs.) - **Parahyba, 400 Anos** (1985);

5 - MARIZ, Celso - **Evolução Econômica da Paraíba** (2ª ed., 1977);

6 - ALMEIDA, José Américo de - **A Paraíba e seus Problemas** (3ª ed., 1980);

7 - BLONDEL, Jean - **As condições da vida política no Estado da Paraíba** (1957, 1994);

8 - BARBOSA, Florentino, cônego - **Monumentos históricos e artísticos da Paraíba** (1956);

9 - ALMEIDA, Horácio de - **História da Paraíba**, 2ª ed., 2 vols., 1977;

10 - JOFFILY, Irenêo - **Notas sobre a Paraíba**, 2ª ed., 1977; e

11 - AGUIAR, Wellington e OCTÁVIO, José - **Uma Cidade de Quatro Séculos** (evolução e roteiro), 2ª ed., 1989.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1 - TARGINO, Itapuan Botto (coord.) - **Cartilha Paraíba 400 Anos** - Aspectos Geo-Históricos e Folclóricos. J. Pessoa: Secretaria de Educação do Município, 1985.

Quando do IV Centenário da Paraíba, em 1985, o então Secretário de Educação de João Pessoa, Itapuan Botto Targino, e a Comissão Coordenadora daquele evento reuniram especialistas em Geografia Espacial, Literatura e Folclore para produção de cartilha do melhor nível. Nela, destacam-se estudos de Gislaíne Venâncio Teles e José Nilton da Silva. Devido ao êxito, a publicação já mereceu duas novas edições, graficamente aprimoradas, mas de idêntico conteúdo.

2 - CÂNDIDO, Gemy - **História Crítica da Literatura Paraibana**. J. Pessoa: DGC/SEC, 1983.

Na linha da **História da Literatura Brasileira** - seus Fundamentos Econômicos, de Nelson Werneck Sodré, esse livro associa a literatura paraibana ao respectivo contexto sócio-econômico e histórico-cultural. O autor, severo nos juízos, valoriza alguns críticos paraibanos, reconhecendo as antecipações de João Lélis de Luna Freire, em **Maiores e Menores** (2ª ed., 1986).

3 - QUEIROZ, Octacílio Nóbrega de - **O homem gordo do Tauá**. J. Pessoa: Imprensa Universitária, 1968.

O subtítulo desse ensaio "Uma visão social e política da província no primeiro quartel do século" explica o alcance de

construção que partiu do político, comercialista e folclorista Rodrigues de Carvalho para focalizar o universo que o abrangia. Nesse sentido, **O homem gordo do Tauá** converte-se em animado painel da Paraíba do início do século.

4 - ARAÚJO, Fátima - **Paraíba: Imprensa e Vida**, 2ª ed., Campina Grande: GrafSet, 1986.

Premiado em concurso do IV Centenário da Paraíba, esse ensaio reafirma a Imprensa escrita, de que trata, como setor mais dinâmico da Cultura paraibana. A pesquisa de Fátima Araújo impressiona pela amplitude, visto não omitir nenhum dos impressos (inclusive jornais de festa), boletins e revistas, publicados na Paraíba, entre 1826 e 1986.

5 - MARTINS, Eduardo - **A União: Jornal e História da Paraíba - Sua Evolução Gráfica e Editorial**. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1977.

Infatigável pesquisador, responsável por minuciosos estudos a respeito de Alyrio Wanderley, Eliseu César, Coriolano de Medeiros, Carlos Dias Fernandes e Cardoso Vieira, Eduardo Martins especializou-se em História da Imprensa, sobre a qual versam, parcialmente, essas biografias e também **Primeiro Jornal Paraibano - Apontamentos Históricos** (1976). Funcionando ininterruptamente de 1893 a 1993, com fases de destaque em sua trajetória, **A União** polarizou a cultura paraibana, tal como evidenciado por Martins.

6 - MELLO, José Octávio de Arruda e TAVARES, Nilton (coord.) - **Rádio Tabajara - 50 Anos (1937/1987)**. J. Pessoa: SEC/A União, 1987.

Juntamente com o Liceu Paraibano e **A União**, a Rádio Tabajara formou o tripé da Cultura paraibana. Tal se positiva nesse tablóide cujos colaboradores não esqueceram a força da radiofonia e seu sentido potencialmente autoritário.

7 - RIBEIRO, Domingos de Azevedo - **Gazzi de Sá**. João Pessoa: DGC/SEC, 1977.

O nacionalismo cultural das décadas de vinte e trinta abriu

espaço para o canto coral dinamizado por Gazzi, como continuador de Antenor Navarro e discípulo de Heitor Villa Lobos. Competente, mas descritivo, Azevedo Ribeiro exime-se de considerar a **instrumentalização autoritária** da música orfeônica, tal como comprovado por pesquisas posteriores.

8 - SANTOS, Alex (Introd./Org.) - **Walfredo Rodrigues e a Cultura Paraibana**. J. Pessoa: EGN Ltda., 1989.

Autor de representativo **Roteiro Sentimental de uma Cidade** (1962), Walfredo Rodrigues converteu-se em uma das figuras centrais da Cultura paraibana do século, graças a irradiação pelo Jornalismo, Literatura, Cinema, Fotografia, Folclore, Teatro e Urbanismo. Disso tudo trata coletânea resultante de Seminário que Alex Santos organizou, em 1984, na primeira fase da Casa de José Américo.

9 - LEAL, Wills - **O Discurso Cinematográfico dos Paraibanos - A História do Cinema na/da Paraíba**, João Pessoa: A União Editora, 1989.

Experimentado crítico paraibano, com atuação na Imprensa, Literatura e Ensino Universitário, Wills culmina nesse livro/álbum a dinâmica de setor que, por seu intermédio, torna-se arte e cotidiano, gênero da cultura e imaginário social. A trajetória do livro arranca o cinema paraibano das primeiras experiências do cinematógrafo, na passagem do século, até nossos dias, passando por etapas balisadas por ideologia católica, cinemas de arte, antropológico e espiritual, documentários e super-oito, e cinema de animação. Uma obra sólida e compacta.

10 - EGYPTO, Ednaldo - **Quarenta Anos do Teatro paraibano - Roteiro Fotográfico**. J. Pessoa: SED/Secetur, 1988.

Tal como contido no título, esse livro/álbum, ricamente ilustrado, sistematiza o movimento teatral paraibano entre 1948 e 1988, a partir dos grupos Teatro de Amadores e Teatro do Estudante da Paraíba. Destaque para a função cumprida pelo Teatro Santa Roza e congêneres de Mamanguape, Areia, Alagoa Grande, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira, entre outros.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1 - NÓBREGA, Humberto - **As Raízes das Ciências da Saúde na Paraíba** - Medicina, Farmácia, Odontologia e Enfermagem. J. Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

2 - MENEZES, José Rafael de - **História do Lyceu Paraibano**. J. Pessoa: Edições UFPB, 1983.

3 - NUNES, Luiz - **Inácio da Catingueira, o Gênio Escravo**. J. Pessoa: DGC/SEC, 1979.

4 - ARAÚJO, Fátima - **Santa Rosa, um Teatro Centenário (1889/1989)**. J. Pessoa: Edições FUNESC, 1989.

5 - TAVARES, Eurivaldo - **Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e seus 70 anos** - ligeira notícia biográfica dos sócios fundadores. J. Pessoa: A União Cia. Editora, 1975.

6 - FREIRE, João Lélis de Luna - **Maiores e Menores**. 2ª ed. J. Pessoa: Edigraf, 1989(?).

7 - MARQUES, Walfredo - **A História do Futebol Paraibano**. J. Pessoa: A União Cia. Editora, 1976.

8 - PEREIRA JÚNIOR, Francisco e CORDULA FILHO, Raul - **Os Anos 60** - Revisão das Artes Plásticas na Paraíba. Rio de Janeiro/J. Pessoa: MEC-FUNARTE/Universidade Federal da Paraíba, 1979.

9 - BARRETO NETO, Antônio (org.) - **A Nova Literatura Paraibana** - Crítica, Ficção, Poesias. 3 vols. João Pessoa: Correio das Artes, 1979.

10 - ARAGÃO, Maria de Socorro Silva de, e MENEZES Cleusa Palmeira Bezerra de - **Atlas Lingüístico da Paraíba**, João Pessoa/Brasília: UFPB/CNPq, 1985.